

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNESP – Câmpus de Marília**

Renata Cristina Lopes Andrade

**Formação Moral e Educação: um estudo a partir da filosofia prática
de Kant**

Marília | 2013

Renata Cristina Lopes Andrade

**Formação Moral e Educação: um estudo a partir da filosofia prática
de Kant**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira. Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Alonso Bezerra de Carvalho

Marília | 2013

Andrade, Renata Cristina Lopes

A553f Formação moral e educação: um estudo a partir da filosofia prática de Kant / Renata Cristina Lopes Andrade. – Marília, 2013.

192 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013.

Bibliografia: f. 186-192

Orientador: Alonso Bezerra de Carvalho

1. Kant, Immanuel, 1724-1804. 2. Ética. 3. Educação. 4. Moralidade (Direito). I. Autor. II. Título.

CDD 370.15

Renata Cristina Lopes Andrade

Formação Moral e Educação: um estudo a partir da filosofia prática de Kant

Marília, 11 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alonso Bezerra de Carvalho (UNESP – ASSIS)
Orientador

Prof. Dr. Sinésio Ferraz Bueno (UNESP – MARÍLIA)

Prof. Dr. Raul Aragão Martins (UNESP – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)

Prof. Dr. Divino José da Silva (UNESP – PRESIDENTE PRUDENTE)

Prof. Dr. Genivaldo de Souza Santos (UNOESTE – PRESIDENTE PRUDENTE)

Dedico este trabalho aos meus pais, Cláudio e Neusa.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Professor Alonso Bezerra de Carvalho, por acreditar em nossa pesquisa, pelo apoio e orientação nesses anos;

Agradeço aos Professores Sinésio Bueno Ferraz, Raul Aragão Martins, Genivaldo de Souza Santos e Divino José da Silva que aceitaram o convite para comporem a banca de avaliação desta tese;

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante o período de realização deste doutorado;

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Marília, por me acolher como aluna desde o tempo de graduação;

Agradeço ao GEPEES – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Ética e Sociedade, pela oportunidade de estudos e reflexões;

Agradeço aos meus irmãos Luiz Cláudio, Claudinei e Ronaldo. As minhas grandes realizações sem eles não seriam possíveis, são de auxílio e incentivo sem medida;

À minha tia e madrinha Isabel Dolores, pelo amor, admiração e presença nos momentos decisivos da minha vida;

Agradeço às minhas amigas queridas pelos momentos mágicos, felicidade compartilhada, risadas, carinho, amparo [...]: Aline Ferraro, Natálie Goldoni, Iana Pires, Fernanda Toledo, Aline Olhos, Maiara Sparapan, Alessandra Machado, Giovana Paura, Nádia Villas Boas, Julia Caroline, Renata Barbosa, Andressa Kawano, Milene Marins, Valéria Yamauchi, Paty Lie, Rosana Carvalho, Sandra Oliveira, Camila Centeno, Sandra Machado;

Agradeço ao grande amigo Joacir Golçalves dos Santos, pela amizade e socorros prestados, sempre tão prontamente;

Agradeço à Professora Dr^a. Wanda Darin Miotto, pela oportunidade de conhecer os problemas e os encantos da Educação;

Finalmente, agradeço à força superior que me fez superar as dificuldades e concluir esta tese.



Resumo

O presente estudo se propõe a explorar e expor a *Filosofia Prática de Kant* e a sua *Doutrina da Educação*. Abordaremos o pensamento prático kantiano examinando: i) a sua concepção de moralidade e de educação; ii) a possibilidade, de acordo com o filósofo, da formação moral do educando e do alcance da ética mediante a educação; iii) o exame do ser humano enquanto o ser da liberdade – moral e livre – na filosofia de Kant, ou seja, da educação para o fim ou a destinação da natureza humana. O alcance da ética, isto é, a ação em geral com valor moral, via educação, parece ser possível, segundo Kant, mediante a *formação moral do educando*, o que envolve a formação do caráter, da pessoa, para a virtude, em valores; o desenvolvimento de um ser humano moral e ético, capaz de mover-se, agir e viver segundo valores e princípios. Desse modo, pretendemos investigar *se* e compreender *como* tal concepção de ser humano, de acordo com o pensamento prático kantiano, é possível. Realizaremos uma análise conceitual da filosofia prática kantiana examinando os conceitos e o relacionamento entre eles, fundamentalmente, de *moralidade, educação e ética*.

Palavras-chave: Kant, Filosofia Prática, Moralidade, Ética, Educação.

Abstract

This study aims to explore and expose the *Practical Philosophy of Kant* and his *Doctrine of Education*. Discuss the practical thinking Kantian, examining: i) their conception of morality and education , ii) the possibility, according to the philosopher, of the moral education of the student and scope of ethics through education , iii) the examination of human while the being of the freedom – moral and free - in Kant's philosophy , i.e. , of the education for the purpose or the allocation of human nature . The scope of ethics, that is, the action generally with moral value, through education, seems to be possible, according to Kant, through the *moral education of the student*, which involves the formation of character, of person, to virtue, in values, the development of a moral and ethical human, able to move, act and live according to values and principles. We intend to investigate *whether* and to understand *how* such a conception of human, according to the Kantian practical thinking, it is possible. We will conduct a conceptual analysis of Kantian practical philosophy, examining the concepts and the relationships between them, essentially of: *morality, education* and *ethics*.

Keywords: Kant, Practical Philosophy, Morality, Ethics, Education.

Sumário

Introdução	11
 Capítulo I – Questões acerca da filosofia prática de Kant	21
1.1 A Metafísica dos Costumes: existência, relevância e objetivos	22
1.2 O princípio supremo da moralidade	34
1.3 A educação na filosofia prática de Kant	54
 Capítulo II – Estudo da natureza humana	62
2.1 A antropologia de Kant	63
2.2 Afecções e paixões na <i>Antropologia</i>	75
2.3 O caráter e o valor do caráter na <i>Antropologia</i>	91
 Capítulo III – A formação moral em Kant.....	99
3.1 A formação moral na <i>Metafísica dos costumes</i>	102
3.2 A formação moral na <i>Sobre a pedagogia</i>	125
 Capítulo IV – O ser humano enquanto moral e livre	142
4.1 Entre a <i>Metafísica dos costumes</i> e a <i>Sobre a pedagogia</i>	144
4.2 Moral e liberdade no pensamento kantiano	159
4.3 O ser moral e livre: da educação enquanto um caminho para o fim da natureza humana	168
 Conclusão	178
 Referências.....	186

INTRODUÇÃO

É notória na história da filosofia a preocupação filosófica com a educação: os seus processos, sentido, objetivos, valores, funções [...].

Platão, em seu livro *A República*, principalmente no livro VII, expôs algumas ideias a respeito da educação apresentando, ademais, a educação enquanto um processo de ascensão da alma que permite a sua elevação para além das experiências sensíveis. Segundo Platão (2001, p. 315), o desenvolvimento da natureza humana pode ocorrer “relativamente à educação ou à sua falta”, porém com a educação, o desenvolvimento é mais fácil e mais eficaz; a educação oferecendo os meios para esse desenvolvimento (idem, 321). O texto apresenta um dos objetivos do processo educacional, a formação do *cidadão*, explorando a relação entre a política e a educação.

Santo Agostinho com a obra *De Magistro*, oferece uma importante transformação pedagógica “[...] o Cristianismo começa a ver-se como *meio de disciplina* e a Pedagogia como um *processo de contemplação*” (LARROYO, 1967, 236). O ponto de partida de Agostinho é iniciar os jovens nas letras, começando pela linguagem, mediante princípios lógicos e bem postos. A obra aborda algumas questões sobre a relação entre aprendizagem e inspiração divina, sendo considerada uma das primeiras obras de filosofia da educação da Idade Média¹.

Com Rousseau, na modernidade, podemos citar a obra *Emílio ou Da Educação*, onde o filósofo trata, nesse momento, da educação privada, isto é, a educação empregada pelos pais por meio de preceptores. Considerando que o pressuposto de Rousseau é a bondade natural do ser humano, o filósofo procurou traçar os caminhos a serem seguidos para transformar a criança em um *adulto bom*, o que implica, um dos objetivos do processo educacional em Rousseau, no desenvolvimento das potencialidades naturais do ser humano para que ele se torne, de fato, *bom*. Observamos com a presente obra considerações filosóficas acerca da educação, ou seja, uma filosofia da educação que apresenta desde a correta alimentação até o desenvolvimento moral e político do educando².

¹ Cf. PORTO, 2006, p. 07.

² Alguns outros exemplos da Filosofia da Educação – filósofos que escreveram sobre a educação em uma obra específica ou no interior de suas obras: Aristóteles – *Ética a Nicômaco*, *Política*; Tomás de Aquino – *De magistro*; Rabelais – *Gargantua e Pantagruel*; Locke – *Alguns pensamentos acerca da educação*; Hegel – *Discursos sobre a educação*; Nietzsche – *Escritos sobre educação*; Adorno – *Educação e emancipação*; John Dewey – *Democracia e educação*, *Vida e Educação*.

Queremos assinalar a existência de um considerável número de filósofos que tiveram a educação enquanto objeto de preocupação, reflexão, análise e escreveram em uma obra específica ou no interior de uma determinada obra sobre a educação, desenvolvendo o que chamamos de *Filosofia da Educação*.

De fato, a Filosofia também se ocupou logo em seu surgimento com questões de ordem pedagógicas, o que não poderia ser diferente, afinal, se a filosofia busca refletir, questionar e compreender questões essencialmente *humanas* – liberdade, conhecimento, amor, cultura, justiça, felicidade, amizade, belo, gosto, linguagem, ciência, razão, paixão, religião, política, poder [...] – se a filosofia é intimamente conduzida pelas questões sobre e da natureza humana, a educação, que apresenta o próprio ser humano enquanto o seu objeto, não escaparia ao olhar filosófico.

Tendo em vista que a expressão filosófica sobre educação é ampla no interior da história da filosofia, buscar compreendê-la, compreender o esforço dos filósofos com o tema e os problemas de ordem educacionais, investigar cautelosamente a filosofia da educação, significa procurar pensar em características fundamentais da própria natureza humana: o que é o ser humano, o que pode ser, o que deve ser, em seus anseios e desejos, em suma, uma reflexão sobre qual ser humano queremos no real.

Porém, parece haver certa ressalva no que diz respeito à plausibilidade de algo que podemos apontar enquanto uma filosofia da educação, o que de modo geral não ocorre em outros campos, temas ou problemas da discussão filosófica. Frequentemente se admite a oportunidade do empenho da filosofia em inúmeras esferas e com diversos objetos, constatamos uma ampla gama de ‘filosofia da’: filosofia da religião, filosofia da história, filosofia da ciência, filosofia do direito, filosofia da psicanálise, filosofia da música, filosofia da matemática, filosofia da natureza, [...].

O que colocamos é: assim como é válido pensar a problemática política, religiosa, estética, dentre outras, será menos relevante refletir com seriedade sobre os problemas da filosofia quando o seu objeto é a educação?

Pensamos que do mesmo modo das demais esferas e objetos do pensamento filosófico, também a educação, não ignorando que os filósofos igualmente se preocuparam e refletiram sobre a educação, se encontra intimamente ligada à reflexão filosófica. Se desejarmos ponderar, decidir, aprimorar, corrigir, melhorar o estado da educação, devemos reconhecer o conteúdo do pensamento filosófico acerca da educação, ou seja, o valor de uma *filosofia da educação*, quer seja pelo seu valor intrínseco, quer seja pelo seu valor instrumental, o que exprime “dar-lhe condições de se

realizar como práxis” (SEVERINO, 2007, p. 120). Levando em consideração a conexão inseparável entre a *educação* e o *ser humano*, afirmamos que, o que oferece o pensamento, a orientação e a promoção da educação, apresenta a sua importância tanto para os filósofos quanto aos educadores.

Podemos pensar a filosofia da educação de alguns modos, por exemplo: i) o que os filósofos escreveram acerca da educação; ii) as ideias filosóficas abordadas pela educação; iii) as ideias ou os temas da educação abordados pela filosofia.

Em nosso trabalho abordaremos o que indicamos enquanto a primeira perspectiva da filosofia da educação, vale dizer, o pensamento dos filósofos que escreveram sobre a educação. De acordo com essa perspectiva, o nosso interesse centrar-se-á exclusivamente no pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant, em particular, a sua *Filosofia Prática*³.

Trazemos a *Filosofia Prática de Kant* e a sua *Doutrina da Educação* para avaliar, refletir e ajuizar sobre a possibilidade da formação moral do educando e a sua ação ética no mundo. Devemos investigar *se* e compreender *como* a moralidade e a ação ética, a partir da concepção de Kant de moralidade, educação e ética, podem ser ensinadas. Como é possível, em Kant, a formação do caráter, da pessoa, para a virtude, em valores, o desenvolvimento de um ser humano moral e ético, capaz de mover-se, agir e viver segundo valores e princípios? Como o ensino para a moralidade, ou seja, a formação moral do educando e a sua ação ética no real, em Kant, são possíveis?

Contemplando o nosso objeto de pesquisa, realizaremos um exame conceitual da filosofia prática kantiana averiguando os conceitos e o relacionamento entre eles, fundamentalmente, de *moralidade*, *educação* e *ética*. Dito de outro modo, realizaremos um estudo teórico filosófico a partir do pensamento prático kantiano, refletindo a propósito e averiguando os *princípios morais*, *educacionais* e *éticos* que, de

³ Immanuel Kant (1724-1804) um dos grandes pensadores do Iluminismo, em particular do Idealismo Alemão. Acerca da relação entre o filósofo e a educação, conforme descreve Bueno (2012, p. 162): “Kant foi professor durante toda a sua vida e viveu do ensino que praticava, seja como tutor nas casas das famílias abastadas (1748-1754), seja como *Privatdozent* – título que se dava àqueles que ensinavam nas universidades, mas cujo ensino era pago diretamente pelos alunos que frequentavam os cursos e não pela Universidade – seja, finalmente, como Professor da Universidade de Königsberg, o que aconteceu a partir de 1770. Além de ter sido professor durante toda a sua vida, Kant ministrou quatro cursos sobre pedagogia, o que o levou a tratar explicitamente de temas ligados à educação [...] Kant ainda escreveu outros textos nos quais explicita suas posições a respeito da educação. Num deles, em que apresenta sua proposta para seus cursos de inverno de 1765 e 1766, faz uma crítica da educação dada aos jovens; em outros dois, publicados em 1766 e 1767, refere-se, elogiando, à educação dada no Instituto *Philantropinum*. Em suas obras críticas de filosofia prática, aborda temas que vão influenciar profundamente sua concepção de educação: o de liberdade e o de autonomia”.

acordo com o filósofo, são necessários ao valor moral, isto é, à moralidade e podem formar moral e eticamente o ser humano.

Buscar investigar e compreender a filosofia prática kantiana e a sua doutrina da educação significa, ademais, deixar-se mover, por algumas questões, exemplificando:

- de que modo o estudo teórico acerca da moralidade, educação e ética, ajuíza a educação hoje?
- a proposta da boa educação kantiana pode ou deve ser considerada na realidade? Pode ser considerada para se pensar em uma possível educação/formação na escola?
- quais as contribuições do projeto kantiano de educação para se pensar a educação hoje: tais ideias são possíveis e hoje essa proposta seria bem-vinda? O pensamento pedagógico de Kant ainda é válido para a pedagogia atual?
- os ideais Moderno estão presentes hoje ou podemos pensar na realização de uma modernidade até então não realizada? Os problemas da pedagogia kantiana ainda são as inquietações da educação do presente?
- quais as principais influências da filosofia da educação de Kant na tarefa crítica da educação atual?
- quais as razoáveis implicações do pensamento prático educacional de Kant à realidade das ações, das condutas e dos costumes na contemporaneidade?
- em que sentido a doutrina da educação kantiana pode contribuir para o progresso do ser humano contemporâneo e uma melhor condição a natureza humana?
- a partir de Kant, a ética hoje pode ser ensinada?

Eis algumas das reflexões que a partir do estudo teórico filosófico proposto poderemos, olhando para a problemática educacional, em especial a possibilidade da educação em valores e a ação ética, considerar.

Ressaltamos que não cuidaremos aqui da experiência real da escola ou da sala de aula. Nossa investigação não pretende a filosofia aplicada na escola, mas, primeiramente, proporcionaremos a reflexão filosófica acerca da educação em termos

de procura e análise. Não será o nosso objetivo nesse momento, responder como a doutrina da educação de Kant pode promover a prática educativa, nem mesmo revelar as implicações do projeto kantiano de filosofia e de educação prática às reflexões contemporâneas sobre os valores, métodos e ações educativas. Nosso alvo está em desenvolver um estudo para que tais questões possam ser refletidas, ponderadas e quem sabe, respondidas.

Propomos um estudo teórico filosófico de conceitos e de princípios, uma reflexão conceitual que poderá contribuir à compreensão de quem somos ou podemos/devemos ser, que poderá orientar e auxiliar na futura promoção da ação educativa, bem como auxiliar o nosso fazer/agir moral e ético. Um estudo conceitual que poderá abrir caminhos, um passo posterior, para ponderarmos, por exemplo, sobre as possibilidades, as limitações teóricas e/ou práticas, os possíveis passos (ou outros) das práticas educacionais. Uma reflexão de conceitos e da estrutura argumentativa dos princípios filosóficos do pensamento kantiano acerca da moralidade, da educação e da ética, que poderá contribuir para o resgate de elementos morais e éticos fundamentais; almejamos a análise (e apresentamos a aposta) de uma proposta educacional a qual não desconsidera os valores.

Nesse sentido, nossa pesquisa apresenta-se enquanto um passo primeiro de investigação da possibilidade de formação moral do educando e da sua ação ética no mundo, particularmente em Kant e segundo a sua proposta educativa. Uma investigação primeira capaz de sugerir alternativas e de abrir horizontes para pensarmos ou repensarmos a ação educativa na realidade; buscamos a determinação e explicitação do conceito para a orientação e promoção da ação educacional e ética.

Se quisermos refletir a respeito de uma possível formação moral do educando, bem como sobre a sua ação ética, pensamos ser indispensável o exame profundo dos princípios e dos conceitos morais e educacionais que podem alcançar tal formação e ação. Para o caso da reflexão sobre a possível formação moral do educando e a sua ação ética, a partir do pensamento kantiano, pensamos ser indispensável o exame profundo dos próprios conceitos, do relacionamento e vínculos entre a *moralidade*, a *educação* e a *ética* em Kant. Olhando para a tentativa de formar e desenvolver a *Humanidade*, a qual, segundo Kant, é própria de todo ser humano, esse é um tipo de reflexão inevitável. Eis a tarefa, em síntese, da presente tese.

Há, no pensamento de Kant, preocupações de ordem pedagógica consequentes, preocupações que contemplamos somente no quadro ou totalidade de sua

filosofia prática, no entanto, consideramos Kant um filósofo que se preocupou, refletiu, analisou e escreveu a respeito da educação, mesmo que de modo fragmentado, isto é, em alguns momentos de determinadas obras ou em Preleções (*Vorlesungen*).

A doutrina da educação kantiana ocupa um lugar singular em seu pensamento moral, empenhando-se com a oportunidade da efetivação do princípio moral, especificamente para o caso da natureza humana, o que revela a preocupação com a *plena* formação do ser humano.

A plena formação humana, ou o alcance da sua *Humanidade*, segundo Kant, engloba a formação moral, a formação ou desenvolvimento do caráter, a concepção de um ser humano moral que é capaz de *querer* seguir, agir e viver segundo princípios morais. Noutras palavras, a plena formação humana, de acordo com o filósofo, envolve também o desenvolvimento da moralidade e a sua ação no mundo com valor moral, isto é, a ação ética.

Realizar o máximo da natureza humana ou alcançar a sua *Humanidade* requer necessariamente, de acordo com o pensamento prático kantiano, a educação. Enxergamos na doutrina da educação kantiana, preocupações de ordem pedagógica que se dirigem a uma boa educação, a qual permitirá formar integralmente a natureza humana – “[...] se começa a julgar com exatidão e ver de modo claro o quê propriamente pertence a uma boa educação” (KANT, 1999, p. 16).

Vislumbramos a preocupação: qual é e como se organiza a boa educação? Há, segundo o filósofo, a necessidade de se pensar em uma boa educação, isto é, a necessidade de desenvolver um projeto, uma teoria ou uma doutrina da educação que promova o amplo/pleno desenvolvimento humano, de outro modo, cairíamos sempre em erros e lacunas e a educação “não se tornará jamais um esforço coerente” (Idem, p. 21).

Podemos apontar a educação kantiana, tal como é o caso da primeira *Crítica* no que diz respeito ao conhecimento, enquanto uma investigação acerca das condições de possibilidade. Em sua doutrina da educação, verificamos o filósofo se comprometendo com a investigação acerca das condições de possibilidade de uma boa educação. Como é possível uma boa educação? O que é necessário à educação para que ela alcance a *Humanidade*?

Ao se interessar pela Humanidade, pelo ser humano também em sua dimensão moral e ética, vemos o processo educacional atentando-se para outros aspectos e elementos próprios da natureza humana, para além, por exemplo, da sua

dimensão epistemológica. Assinalamos aqui a importância da educação kantiana, exatamente no que ela visa: a moralidade, a virtude, a pessoa, o caráter, a ética. Ou seja, o pleno desenvolvimento da natureza humana: as habilidades, a civilidade e a moralidade. Reconhecemos, do mesmo modo, a necessidade da discussão moral na formação do educando, afinal, o valor moral, conforme nos aponta Kant, é de longe o mais alto e sem qualquer comparação.

Apostamos, com o presente estudo, na razoabilidade da boa educação kantiana enquanto a educação do ser humano *moral, livre e ético*, o que implica, além da possibilidade do próprio alcance da moralidade e da liberdade via educação, em enxergar o ser humano enquanto um possível fim terminal da natureza, bem como reconhecer e efetivar o seu próprio fim ou destinação, a saber: a liberdade.

Observamos que a discussão moral na formação do educando é geralmente negligenciada, então queremos encará-la com o rigor que a questão exige, investigando *se* e compreendendo *como* uma concepção de ser humano (também) moral e ético mediante a educação é possível. Definir os objetivos pedagógicos a partir de um processo de análise minucioso, da clareza dos conceitos, dos princípios e dos valores que orientem a ação educacional significa, em última instância, a oportunidade de orientação e promoção, isto é, *o exercício para a vida humana*, o que representa o trabalho filosófico ampliando o alcance da Filosofia.

Ao avaliar o ensino da ética, para o caso específico do Brasil, examinadas, por exemplo, as propostas oficiais, isto é, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – Ética⁴, observamos um documento que se propõe abordar a moralidade, os valores, a ética, viabilizando a educação em valores e a ética no contexto escolar; um documento que se propõe a indicar possibilidades e limites da escola na realização da educação moral de crianças, adolescentes e jovens.

Defende-se uma vivência da Ética no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva da transversalidade, apresentando-se, no final da primeira parte, os objetivos gerais da proposta de formação ética dos alunos (PCNs, 1997, p. 45).

Porém, ao avançarmos na investigação do documento, verificamos a ausência de um estudo metódico do tema a partir da filosofia. Queremos mencionar a existência de um documento oficial que ambiciona abordar a disciplina filosófica

⁴ A Ética enquanto tema transversal tal como aparece nos PCNs.

‘Ética’ ou a “Filosofia da moral” (idem, p. 49) no contexto educativo e escolar, que busca “um pensamento reflexivo sobre os valores e as normas que regem as condutas humanas” (idem), que aspira auxiliar os caminhos, passos, objetivos da formação moral e ética dos educandos e não oferece o estudo filosófico profundo das (ou pelo menos de algumas) perceptivas filosóficas morais e éticas, não traz um estudo de princípios e conceitos morais e éticos.

Compreendemos que o presente documento aponta para algo, isto é, possibilidade da formação moral e ética dos educandos, ação ética via escola/educação, sem antes se atentar e oferecer o estudo pormenorizado do que se pretende – quer aquilo antes de oferecer isto. “[...] o objetivo deste trabalho é o de propor atividades que levem o aluno a pensar sobre sua conduta e a dos outros a partir de *princípios*” (Idem, p. 49)⁵. Pensamos haver dificuldades em oferecer o *como* é possível, indicar os caminhos, os passos, as direções, querer permitir o agir segundo princípios, sem antes pretender a compreensão e a exposição do que se quer, ou seja, a partir do entendimento do que se anseia, por exemplo, o entendimento dos próprios princípios, valores e objetivos.

Uma das poucas referências, senão a única, ao pensamento filosófico no documento que pretende trazer a Ética ou a “Filosofia da moral”, as questões, os conteúdos, os princípios morais e éticos, a educação em valores, encontramos na seguinte passagem:

Qualquer um se sente injustiçado ao reparar que certas pessoas usufruem de privilégios. Essa injustiça se faz sentir tanto nos excluídos como nos próprios privilegiados. Os excluídos percebem bem a arbitrariedade que com eles é cometida – uma vez que, de direito, todos merecem o mesmo tratamento. E os privilegiados acabam por sofrer o desprezo de seus colegas, por se acharem excluídos por eles. Acabam até se envergonhando da situação de destaque na qual o professor os colocou. Kant, filósofo do século XVIII, escreveu que uma grande virtude da escola é justamente ser um lugar onde ninguém tem privilégios, apenas direitos (Idem, p. 81).

E nada além. Então, conduzimos aqui a investigação e a reflexão profunda, a atenção teórica, no campo educativo, à dimensão moral e ética do educando a partir da *Filosofia*. Noutras palavras, olhar para a dimensão moral e ética do ser humano via educação a partir de um estudo filosófico: do tema, dos conceitos, dos princípios.

⁵ *Grifo nosso.*

Desse modo, exploraremos a filosofia prática kantiana investigando: a) a sua concepção de moralidade e de educação; b) a possibilidade da formação moral e alcance da ética a partir da educação de acordo com o filósofo; c) o exame do ser humano enquanto o ser da liberdade – moral, ético e livre – na filosofia de Kant, isto é, da educação para o fim ou a destinação da natureza humana, eis a nossa aposta.

Tendo em vista os apontamentos levantados na presente introdução, queremos marcar algumas razões pelas quais realizaremos a pesquisa “*Formação moral e educação: um estudo a partir da filosofia prática de Kant*”:

i) a história da filosofia é bastante rica na perspectiva da filosofia da educação que nos comprometemos averiguar, vale dizer: o pensamento de filósofos que pensaram e escreveram sobre a educação. Portanto, levando em consideração as preocupações educacionais, por exemplo, a possibilidade de uma educação ampla/plena, a natureza humana também considerada em sua perspectiva moral, ética, livre, política ou cidadã, devemos explorar o pensamento filosófico acerca da educação – a *filosofia da educação*;

ii) Kant é um dos filósofos que, além da relevância do seu pensamento, se preocupou e escreveu sobre a educação no interior da sua filosofia;

iii) a ausência de um estudo conceitual, teórico filosófico cuidadoso acerca da conexão entre moral, ética e educação, conforme revelamos, nos documentos oficiais – Parâmetros Curriculares Nacionais – Ética;

iv) diminuir as distâncias entre o puro e o empírico, entre o conceito e a realidade, encorajar a união da investigação teórica com a realidade. Orientar e promover a ação educativa em conjunto com a reflexão filosófica, ampliando, desse modo, o próprio alcance da filosofia;

v) sugerir, se possível ou oportuno, uma retomada à Kant.

Para alcançar os nossos objetivos percorreremos o seguinte caminho:

I – *Questões referentes à filosofia prática de Kant*: no capítulo I procuraremos elucidar, suficientemente, determinados pontos e aspectos do pensamento prático kantiano com a avaliação, compreensão e apresentação de alguns *conceitos e componentes*. Os nossos esforços, na etapa inicial do estudo, referir-se-ão à tentativa de expor os próprios conceitos e esclarecer o caminho feito pelo filósofo ao cuidar dos conceitos de *moralidade, educação e ética*.

II – *Estudo da natureza humana*: no capítulo II nos deteremos, particularmente, na investigação de uma obra do pensamento prático de Kant, a *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Seguindo as especificidades da antropologia kantiana, conseguiremos iniciar a compreensão teórica a respeito da possibilidade da formação moral do educando e a efetivação da ética em suas ações. Entendemos que na *Antropologia* estão inseridas muitas das considerações do filósofo sobre a educação e o objeto próprio da educação – o ser humano. Então, esperamos aqui, nos elementos empíricos do ser humano conforme postos por Kant, o que pode facilitar ou dificultar o movimento da natureza humana no sentido do valor de suas ações. O capítulo II representa uma espécie de introdução para o próximo passo do estudo: *sobre o ensino da ética*. Como desenvolver a moralidade e efetivar a ética nas ações humanas de acordo com o pensamento kantiano?

III – *A formação moral em Kant*: trataremos no capítulo III de algumas questões que julgamos essenciais à problemática da formação moral do educando e a realização da ação ética em Kant. O presente capítulo constitui o momento de indagar e examinar a oportunidade do ensino da ética, ou seja, o desenvolvimento moral do educando e o alcance da sua ação ética na realidade.

IV – *O ser humano enquanto moral e livre*: ao finalizar, no capítulo IV, contemplaremos o posicionamento sobre a possibilidade da formação moral e efetividade da ética em Kant – a formação ou concepção do ser humano moral, atuante (ético) e livre via educação; também realizaremos as considerações em relação entre a moralidade e a liberdade humana na filosofia moral kantiana. Pensamos que as relações entre moral e liberdade nos remetem àquilo que o filósofo chamou de o fim ou a destinação da espécie humana. Encerrando o presente estudo, estabeleceremos o diálogo entre a *Crítica da faculdade juízo* e a *Sobre a pedagogia*, delineando o caminho: da educação para a moralidade à liberdade, isto é, ao fim ou à destinação da natureza humana.

CAPÍTULO I

QUESTÕES ACERCA DA FILOSOFIA PRÁTICA DE KANT

No presente capítulo investigaremos algumas partes das obras de Kant que compõem a sua *Filosofia Prática*, com o intuito de esclarecer, suficientemente, determinados pontos do pensamento do filósofo ao tratar da questão *moral*, ou seja, a reflexão kantiana sobre o *valor moral*, sobre a *moralidade*.

Ao abordar os escritos do pensamento moral kantiano pretendemos: i) compreender e apresentar como Kant definiu, desenvolveu e justificou alguns dos conceitos de sua *metafísica dos costumes*, metafísica moral ou sistema da crítica⁶, por exemplo, razão prática, lei moral, dever; ii) examinar a divisão e objetivos da filosofia prática buscando, ademais, localizar seus elementos, o lugar e os indícios da importância da *Educação* no pensamento prático de Kant.

Noutras palavras, o presente capítulo envolve o exame, a compreensão e a apresentação de alguns *conceitos* da metafísica moral e *componentes* do conjunto de obras que constituem a Filosofia Prática de Kant.

Para tanto, inicialmente, recorreremos aos textos da *Crítica da razão prática* (1788) – Primeira parte: *Doutrina dos Elementos da razão prática pura*, Primeiro Livro: *Analítica da razão prática pura* – aparados por partes da *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785). Posteriormente, teremos o acréscimo do texto *Doutrina do Método* das obras: *Crítica da razão pura*⁷ (1781/1787), *Crítica da razão prática* e *Metafísica dos Costumes* (1797).

⁶ Klaudat (2010, p. 78-9) aponta que a filosofia prática kantiana apresenta uma parte que é “um sistema de conhecimento *a priori* de conceitos somente”, o qual é independente da experiência ou condições subjetivas/particulares da natureza humana, significando uma *metafísica dos costumes* ou *metafísica moral*. Essa parte ou sistema de conhecimento *a priori* de conceitos, segundo Terra (2003, p. 68), é o que Kant chamou de *sistema da crítica* (KANT, 2003a, p. 27); Terra explica que a *Fundamentação da metafísica dos costumes* e a *Crítica da razão prática* estariam no âmbito do sistema da crítica, vale dizer, da investigação, do exame, da análise reflexiva. Eis os nossos esforços de compreensão e apresentação no momento inicial do presente estudo: *a metafísica dos costumes de Kant* – a sua *metafísica moral* ou o *sistema da crítica*.

⁷ Embora o problema da primeira *Crítica* não se centre nas questões morais e diga respeito à filosofia especulativa, ao problema do conhecimento, podemos vislumbrar já na *Crítica da razão pura* alguns subsídios dos temas moralidade, ética, educação, questões as quais Kant tratará, em particular, em sua filosofia prática.

Com o primeiro conjunto de obras buscaremos compreender os esforços de Kant na *busca e fixação* do princípio supremo da moralidade⁸. Após, com o acréscimo do segundo conjunto de textos, a investigação centra-se nos componentes constitutivos do pensamento prático de Kant, em particular, a educação.

A necessidade e o interesse inicial da pesquisa centram-se na elucidação do caminho feito por Kant ao tratar dos conceitos de *moralidade, educação e ética*, bem como na exposição dos próprios conceitos.

1.1 A Metafísica dos Costumes: existência, relevância e objetivos.

Nossa investigação, nesse momento, ocupa-se: da apresentação, da relevância, dos objetivos e de alguns dos aspectos essenciais da *Metafísica dos Costumes* de Kant.

Kant, ao iniciar o prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, aponta que a velha filosofia grega dividia-se em três ciências, a saber: a *Física*, a *Ética* e a *Lógica*.

Segundo o filósofo, a divisão grega da filosofia está perfeitamente conforme a natureza das coisas e nada mais há para retificar, a não ser assinalar, devidamente e com clareza, *o princípio sob o qual tal divisão se sustenta*, isto é, o caráter *formal* ou *material* de todo conhecimento racional, nas palavras do filósofo:

Todo conhecimento racional é: ou material e considera qualquer objeto, ou formal e ocupa-se apenas da forma do entendimento e da razão em si mesma e das regras universais do pensar em geral, sem distinção dos objetos (KANT, 1980a, p. 103).

O conhecimento *racional formal* ou *filosofia formal* chama-se *Lógica*⁹. O conhecimento *racional material* ou *filosofia material* é duplo e, considerando que se

⁸ Segundo Kant, se há moralidade, então deve haver um *princípio prático fundamental*, isto é, um *princípio supremo da moralidade* – eis o que o filósofo pretende buscar no momento primeiro, com a metafísica moral, da sua filosofia prática nas obras *Fundamentação da metafísica dos costumes* e *Crítica da razão prática*.

⁹ “A *Lógica* é [...] uma ciência *a priori* das leis necessárias do pensamento, mas não relativamente a objetos particulares, porém a todos os objetos em geral; portanto uma ciência do uso correto do entendimento e da razão em geral, mas não subjetivamente, quer dizer, não segundo princípios empíricos

ocupa de determinados objetos e das *leis* as quais tais objetos estão submetidos, a filosofia material preocupa-se com uma dupla legislação: as *leis da natureza* e as *leis da liberdade*.

A ciência que cuida das leis da natureza é a *Física*, também chamada de *Filosofia Natural*; a ciência que cuida das leis da liberdade é a *Ética* ou *Filosofia Moral*.

Focaremos a nossa atenção na filosofia material, ou seja, no conhecimento racional material: a Filosofia Natural (física) e a Filosofia Moral (ética).

A física ou filosofia natural cuida da determinação das leis da natureza como objeto da experiência; a ética ou filosofia moral trata da determinação das leis da liberdade, isto é, leis para a vontade humana na medida em que esta é afetada pela natureza. Nesse sentido, a física ou filosofia natural cuida das leis segundo as quais tudo acontece e a ética ou filosofia moral das leis segundo as quais tudo deve acontecer¹⁰.

Seguindo com as considerações kantianas no prefácio da *Fundamentação* sobre a divisão geral da filosofia e o princípio sob o qual esta divisão está assentada, observamos que a filosofia material, tanto a física quanto a ética, pode ter a sua parte *pura* e a sua parte *empírica*¹¹. A parte empírica da filosofia é aquela que baseia os seus princípios na experiência e, portanto, em princípios *a posteriori*, é denominada de filosofia empírica; por outro lado, a parte pura da filosofia apóia-se em princípios *a priori*¹² e denomina-se filosofia pura.

A *filosofia pura*, quando se destina a objetos específicos, como é o caso da física que tem por objeto a natureza, bem como da ética que tem por objeto os costumes, chama-se *Metafísica*. Eis que daqui decorre a existência de uma dupla metafísica: uma *metafísica da natureza*, a física ou filosofia da natureza e, *metafísica dos costumes*, a ética ou filosofia moral.

(psicológicos), sobre a maneira como pensa o entendimento, mas sim, objetivamente, isto é, segundo princípios *a priori* de como ele deve pensar” (KANT, 1992, p. 33).

¹⁰ Vale observar que em sua investigação moral Kant irá também ponderar sobre as condições sob as quais muitas vezes não acontece o que deviria acontecer do ponto de vista da moral, tal investigação apresenta-se enquanto uma das preocupações posteriores do filósofo ao tratar da moralidade. Porém, primeiro, segundo o filósofo, é necessário determinar, com precisão, as leis segundo as quais tudo deve acontecer – as leis do *dever-ser*. Veremos, em seguida, como Kant justifica a necessidade de determinação das leis do *dever-ser*.

¹¹ Ao contrário da Lógica, que não pode ter uma parte empírica e as suas leis universais e necessárias asseguradas por princípios tirados da experiência.

¹² Kant (1983, p. 24), chama de *a priori* não o que independe desta ou daquela experiência, mas o que é *absolutamente* independente de toda a experiência.

A filosofia moral terá, desse modo, uma parte pura e uma parte empírica. A parte empírica é chamada por Kant de *Antropologia prática*, enquanto que a parte pura, de *Moral* propriamente dita ou *Metafísica dos costumes*¹³.

Segundo as considerações kantianas, não perdendo de vista a divisão geral da filosofia proposta pelos gregos, unida ao princípio sob o qual tal divisão se sustenta, chegamos à existência de uma *Metafísica dos costumes*. Ou seja, da divisão geral da filosofia proposta pelos gregos unida ao princípio sob o qual tal divisão se sustenta, a filosofia moral apresenta-se devidamente constituída por duas partes: i) a *Moral*, propriamente dita, ou *Metafísica dos costumes*, a qual pertence à filosofia pura, isto é, apóia-se em princípios a priori e, ii) a *Antropologia prática* que diz respeito à filosofia empírica¹⁴.

Partindo da divisão geral da filosofia, não se esquecendo do princípio sob o qual tal divisão se apóia, chegamos à divisão da filosofia moral e à existência de uma *metafísica dos costumes* à existência de uma *metafísica moral*, a qual é separada de tudo o que possa ser empírico¹⁵. De acordo com Kant:

Ora, a moralidade é a única conformidade das ações a leis que pode ser derivada, de um modo completamente *a priori*, de princípios. Em decorrência disto, a metafísica dos costumes é propriamente a moral pura, a qual não se funda sobre qualquer Antropologia (quaisquer condições empíricas) (KANT, 1983, p. 409).

Resta-nos agora compreender o que exatamente se pretende quando se separa todos os elementos puros dos elementos empíricos ao tratar da moralidade, o que se deseja ao fundar uma moral *a priori*, isto é, ao instituir uma *metafísica dos costumes*.

Também devemos compreender quais os objetivos específicos da metafísica moral, o porquê ela deve ser desenvolvida e estabelecida antes da parte empírica da moral, ou seja, a antropologia moral ou antropologia prática, e expor, no intuito de esclarecer, alguns dos aspectos essenciais da *filosofia moral pura* ou *metafísica dos costumes* de Kant.

¹³ Tendo em vista as preocupações da presente tese, é digno observar que desde o prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes* Kant já acena com a divisão da Filosofia Moral em *pura* e *empírica*.

¹⁴ Nesse capítulo trataremos, em particular, da parte pura da filosofia moral, vale dizer, a Moral propriamente dita ou Metafísica dos costumes.

¹⁵ Os elementos empíricos da moral ficarão a cargo, por exemplo, da antropologia moral que será desenvolvida por Kant após o estabelecimento de sua filosofia moral pura.

Primeiramente devemos mencionar que, segundo Kant, a tendência do ser humano à *Metafísica*¹⁶ não é um mero acaso, não é acidental, mas, antes, está presente em sua própria natureza, conforme o filósofo aponta no Prefácio à primeira edição da *Crítica da razão pura*:

A razão humana, num determinado domínio de seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são imposta pela sua natureza, mas às quais também não se pode dar respostas por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.

Sendo questões “inevitáveis” ao ser humano, era preciso procurar um caminho para abarcá-las, para tratar dos conceitos como o de liberdade, autonomia, moralidade. O caminho encontrado por Kant para garantir tais questões, para cuidar de tais conceitos, foi o desenvolvimento de uma *Filosofia Prática*, a qual parte da elaboração e do estabelecimento de uma *Metafísica dos Costumes*.

Em segundo lugar, decorrente do desenvolvimento de uma filosofia prática iniciada pela metafísica dos costumes, podemos mencionar que, no interior desse pensamento prático, não são poucos os momentos em que o filósofo expõe no quê se encerram os objetivos e a importância de uma metafísica dos costumes. Vejamos um dos momentos em que Kant aponta a sua relevância.

Uma Metafísica dos Costumes é, pois, indispensavelmente necessária, não só por motivos de ordem especulativa para investigar a fonte dos princípios práticos que residem *a priori* na nossa razão, mas também porque os próprios costumes ficam sujeitos a toda sorte

¹⁶ Vale apontar que na primeira *Crítica* o filósofo centra-se no problema do conhecimento, verificando como o indivíduo constrói o conhecimento científico, observando, ademais, nessa obra, *a impossibilidade da metafísica enquanto ciência*, pois, se para haver conhecimento é indispensável ter dados empíricos e a metafísica não os apresenta, logo, não é possível fazer dela uma ciência. “A *Metafísica*, um conhecimento especulativo da razão inteiramente isolado que através de simples conceitos (não como a Matemática, aplicando os mesmos à intuição), se eleva completamente acima do ensinamento da experiência na qual portanto a razão deve ser aluna de si mesma, não teve até agora o caminho seguro de uma ciência” (KANT, 1983, p. 11). Assim, conceitos como, por exemplo, de liberdade, vontade autônoma, moralidade, tornaram-se problemáticos à filosofia teórica. Todavia, tendo em vista que a tendência do ser humano à metafísica, segundo Kant, não é acidental, era preciso um outro caminho para cuidar de tais questões. Se a filosofia especulativa não pôde dizer nada sobre a liberdade, moralidade, autonomia, era preciso procurar um outro caminho, é então pela *filosofia prática*, partindo do desenvolvimento e estabelecimento de uma metafísica dos costumes, o caminho encontrado por Kant para tratar de tais questões. “Para *conhecer* um objeto requer-se que eu possa provar a sua possibilidade (seja pelo testemunho da experiência a partir da sua realidade, seja *a priori* pela razão). Mas posso *pensar* o que quiser desde que não me contradiga, isto é, quando o meu conceito for apenas um pensamento possível, embora eu não possa garantir se no conjunto de todas as possibilidades lhe corresponde ou não a um objeto. Mas requerer-se-á algo mais para atribuir validade objetiva (possibilidade real, pois a primeira era apenas lógica) a um tal conceito. Este mais não necessita, no entanto, ser procurado justamente nas fontes teóricas do conhecimento, também pode residir nas práticas” (idem, p. 16).

de perversão quando lhes faltar aquele fio condutor e norma suprema do seu exato julgamento (KANT, 1980a, p. 105).

Notamos que o desenvolvimento de uma metafísica dos costumes é indispensavelmente necessário, não por uma questão *especulativa* – a necessidade não se resume à ordem especulativa no intuito de averiguar a fonte dos princípios práticos e apresentá-los teoricamente, ou ainda, de explicar a ação segundo a sua origem. A importância e necessidade da metafísica dos costumes centram-se, precisamente, na ordem *prática*, por uma questão prática, isto é, o ponto é inerente ao princípio da ação, para que os próprios costumes não fiquem sujeitos a perversões, corrupções e desvios do ponto de vista da moral; para que o ser humano não se deixe seduzir ou desviar muito facilmente da moralidade – daquilo que deve acontecer, que *devemos* fazer do ponto de vista da moralidade.

Para Kant, tanto a razão especulativa quanto a razão prática, não poderiam encontrar repouso seguro em parte alguma a não ser diante de uma crítica completa da razão¹⁷, estabelecendo, nesse sentido, o que Kant chama de *tribunal da razão*. O primeiro, a razão teórica, uma crítica da própria capacidade de conhecer, uma crítica prévia da possibilidade, capacidade, alcances e limites da razão especulativa; o segundo, a razão prática, uma crítica, isto é, o exame para poder evidenciar a existência de uma razão prática pura e, em vista disso, criticar, no sentido de examinar a sua faculdade prática, ou seja, a própria capacidade da razão na determinação da vontade. Uma vez demonstrada a existência de uma razão prática, o que será investigado é a sua faculdade prática, isto é, *o alcance da razão na determinação da vontade*. Como explica Kant (2003a, p. 67), a investigação prática é aquela que tem a ver simplesmente com os *fundamentos determinantes da vontade*.

Segundo o filósofo (1983, p.10), a razão pode se referir de dois modos ao seu *objeto*: ou para determinar o objeto e o seu conceito ou também para torná-lo real. O primeiro é conhecimento teórico, o segundo, conhecimento prático. Vale dizer que o objeto da razão prática é a *vontade*.

Nesse sentido, a filosofia especulativa ou teórica diz respeito ao *ser*, a filosofia prática ou moral ao *dever-ser*¹⁸. Nas palavras de Kant (1983, p. 408): “A

¹⁷ Kant considera a *razão* enquanto a faculdade dos princípios – princípios do conhecimento e princípios práticos (KANT, 2003a, p. 427).

¹⁸ Tudo aquilo que deve necessariamente acontecer do ponto de vista moral, vale dizer: caso haja a preocupação com o valor moral da ação.

filosofia da natureza refere-se a tudo aquilo que *é*; a filosofia dos costumes concerne unicamente ao que *deve ser*”.

Há distinção entre o *ser*, ou seja, aquilo que *é*, objeto da filosofia especulativa, e o *dever-ser*, pertencente à filosofia prática. Os interesses da razão diferem em propósitos, *teórico* e *prático*. Tais interesses, segundo Kant, não devem ser misturados. Como lembra Rohden, na introdução à edição brasileira da segunda crítica: “Porque se trata de dois pontos de vista diversos, segundo os quais o conhecimento teórico trata da ordem do *ser*, e o conhecimento prático, da ordem do *dever-ser*” (KANT, 2003a, p. XVIII).

Beck, igualmente, nos chama a atenção para os interesses distintos da razão, diz ele:

[...] não há duas razões, uma teórica e uma prática, mas uma só razão – a faculdade de formular leis e princípios – que apresenta dois interesses. Um fornece conhecimento dos objetos como são (ou aparecem); o outro interesse nos introduz na ordem natural mediante a ação voluntária (BECK, 1984, p. 39).

Podemos pensar que o criticismo kantiano preocupa-se com os fundamentos das legislações: da vontade, a lei prática, para o caso da *Crítica da razão prática*, que funda *a priori* o *dever-ser*, e da natureza, a lei natural, para o caso da *Crítica da razão pura*, que funda *a priori* o que *é*. As segundas são do interesse da razão especulativa, ao passo que as primeiras, da razão prática. Como aponta o filósofo, mesmo antes da publicação da *Fundamentação e Crítica da razão prática*:

Para o caso do dever ético não se tem somente que *conhecer* o que *é* o dever (como algo sobre o qual o fim todo homem naturalmente tem e pode, facilmente, decidir), mas o ponto *é* inerente ao *princípio da vontade*, a saber, a *consciência desse dever-ser*, a mola da ação, de modo que podemos ser capazes de dizer do homem, quando age com conhecimento desses princípios da prudência, que ele *é* um filósofo prático (KANT, 2008, p. 1)¹⁹.

Ainda com o intuito de compreender as preocupações de Kant ao elaborar e estabelecer sua filosofia prática, em particular os motivos práticos da metafísica dos costumes, vejamos a citação de algumas passagens que sinalizam a necessidade de uma metafísica dos costumes.

¹⁹ Grifos nosso.

Mas, não é, portanto, inútil, muito menos ridículo, traçar nessa metafísica os *primeiros princípios da ética*; para isso somente enquanto um filósofo poderá observar os primeiros princípios dessa concepção do dever, de outro modo, *não poderemos olhar para o ensino da ética (doutrina ética) com segurança ou pureza*²⁰. (KANT, 2008, p. 1-2)

Mas, o pensamento deve ter elementos metafísicos, sem os quais não pode esperar por qualquer segurança e pureza, ou mesmo motivos éticos (idem, p.2).

Ora, uma tal Metafísica dos costumes, completamente isolada, que não anda misturada nem com a Antropologia, nem com a Teologia, nem com a Física ou a Hiperfísica, e ainda menos com as qualidades ocultas (que se poderia chamar de hipofísicas), não é somente um substrato indispensável de todo conhecimento teórico dos deveres seguramente determinados, mas também um desiderato da mais alta importância para a verdadeira prática das suas prescrições [...] uma doutrina, composta de móveis de sentimentos e inclinações ao mesmo tempo que de conceitos racionais, tem de fazer vacilar o ânimo em face de motivos impossíveis de reportar a princípio algum, que só muito casualmente leva ao bem, mas muitas vezes podem levar também ao mal (KANT, 1980a, p. 122).

Observando a primeira citação acerca da tarefa e, particularmente, sobre a relevância de uma *metafísica dos costumes*, podemos ressaltar que a metafísica moral cuidará, especificamente, de traçar os *primeiros princípios da ética*²¹. Afinal, de outro modo, na ausência do princípio, do fio condutor, não poderíamos olhar para o ensino da ética com segurança, ou seja, a própria possibilidade do ensino da ética, a doutrina ética, estaria comprometida²².

Com a segunda referência é evidenciado que sem os elementos metafísicos da moral, não se pode esperar por qualquer segurança ou mesmo as razões/motivos éticos. Toda a segurança de uma ação detentora de valor moral, ou ainda, a própria possibilidade da ação moral, depende dos elementos metafísicos, do *princípio* da ação –

²⁰ Grifo nosso. Vale aqui observar que mesmo antes da *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), da segunda *Crítica* (1788) e *Metafísica dos costumes* (1797), obras onde temos o núcleo da filosofia prática kantiana, Kant nos acena no texto *Elementos metafísicos da ética* publicado em 1780, com as duas partes da moral – pura e empírica – bem como com a possibilidade do ensino da ética, ou seja, doutrina ética.

²¹ A ética é entendida aqui enquanto a ação em geral com valor moral.

²² Podemos dizer que a doutrina ética de Kant será traçada nas obras posteriores à filosofia moral pura, por exemplo: *A religião dentro dos limites da simples razão*, *Metafísica dos Costumes*, *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, *Sobre a pedagogia*. Em primeiro lugar, com a *Fundamentação* e a *Crítica da razão prática* temos a preocupação de Kant com a ação moral, posteriormente, há a preocupação com a ação em geral que pode ter valor moral.

as razões pelas quais faço o que faço, princípio este que na visão de Kant, somente uma investigação pura, quer dizer, a metafísica moral, pode oferecer.

E por fim, evidenciamos que uma metafísica dos costumes deve ser completamente separada de tudo aquilo que seja empírico, deve ser isolada de todo e qualquer dado ou ciência – antropologia, física, psicologia, teologia – as quais também avaliam a ação humana, porém, sob uma outra óptica, sob outras perspectivas que não a busca do princípio da ação. No que diz respeito ao caráter empírico da ação, tal qual como ocorre, por exemplo, na antropologia, o que se quer, em grande medida, é investigar fisiologicamente as causas de suas ações²³; com a psicologia, o que se busca é investigar as ações e as condições do querer humano em geral²⁴.

A parte *pura* de ambos os interesses da razão, da razão teórica e, do mesmo modo, da razão prática, aquela parte em que a razão determina o seu objeto de modo completamente *a priori*, tem de ser exposta antes e sozinha, sem que com ela seja mesclado nada do que decorre de outras fontes, como alerta Kant:

[...] constitui péssima economia gastar cegamente todos os ganhos sem poder distinguir depois, quando ela emperra, qual parte dos rendimentos pode arcar com a despesa e de qual parte se deve cortá-la (KANT, 1983, p. 10).

Além disso, a *pureza* de uma metafísica dos costumes, ou seja, o propósito de uma filosofia prática pura, se justifica, de acordo com o pensamento kantiano, pois:

Primeiro, uma filosofia prática mesclada não é capaz de oferecer princípio algum, não pode fornecer um princípio propriamente prático, ou seja, leis práticas ou condições de estabelecimentos de leis práticas da vontade, eis a preocupação central de Kant no momento do desenvolvimento da sua metafísica moral. Uma filosofia prática que se mescla com dados empíricos, por exemplo, da física, da antropologia, da psicologia ou da experiência em geral, pode fornecer, no melhor dos casos, previsões, estatísticas, leis naturais, pode relatar/descrever casos particulares, porém, não é essa a preocupação de Kant, a sua preocupação localiza-se na *mola* (KANT, 2008, p. 1), na fonte da ação, isto é, no *princípio da ação*.

Em segundo lugar, Kant (1983, p. 24) chama de *puro* o que nada se mescla com dados empíricos, o fundamento puro da moralidade deve ser completamente

²³ KANT, 1983, p. 279.

²⁴ KANT, 1983, 105.

depurado de tudo o que possa ser empírico que, segundo Kant, é sempre *contingente* e a base da conduta humana não deve ficar a sorte de qualquer contingência. Na visão do filósofo, tudo o que provém da experiência é contingente e particular, diferente daquilo que provém da razão, cujo alcance pode ser universal, necessário e objetivo. Na *Crítica da razão pura*, Kant nos oferece este dado, diz ele: se no ato de conhecer estão presentes o sujeito e o objeto, sendo que a universalidade, necessidade e objetividade do conhecimento não podem vir do objeto, terão que vir então do sujeito²⁵. Tratando-se da moralidade, há algo que se assemelha a essa “*revolução copernicana*”²⁶ realizada pelo autor na primeira *Crítica*; tal como na razão teórica, Kant constatou na razão prática a impossibilidade de se buscar na experiência o princípio da ação, uma lei prática universal e necessária²⁷.

Terceiro, uma filosofia prática mesclada, isto é, contingente, casual, ou acidental, pode levar ao bem, como pode também, em muitas situações, levar ao mal. Noutras palavras, uma filosofia moral mesclada apenas é capaz de oferecer razões ou motivos que podem, eventualmente ou acidentalmente, levar à virtude, mas que também podem, por vezes, levar ao vício, desqualificando as diferenças específicas entre *virtude* e *vício*, oferecendo, por exemplo, apenas a melhor técnica ou o melhor cálculo da ação, conselhos ou regras da habilidade.

A questão que se coloca é: se há a preocupação moral, o ser humano pode se deixar guiar por um “princípio”, por uma determinação, uma razão ou motivo tão vacilante? Se há a preocupação moral o ser humano pode deixar-se guiar ao acaso, por uma determinação ou “princípio” que causalmente ou acidentalmente leva ao bem, mas que em muitas situações pode também encerrar-se em um grande mal?

Eis a necessidade e relevância de, se tratado de uma filosofia prática ou da razão prática, elaborar e desenvolver primeiro uma metafísica dos costumes – a metafísica moral ou sistema da crítica, para somente depois considerar o empírico, por

²⁵ Para Kant, o conhecimento é uma síntese dos elementos derivados da experiência e de dados *a priori* provenientes da estrutura transcendental do sujeito que conhece, a qual permite explicar que o conhecimento seja universal, necessário e objetivo, características essenciais a todo conhecimento científico. Por este motivo, Kant inicia a introdução à *Crítica da razão pura*, dizendo: “Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência [...]. Mas embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente *da* experiência.” (KANT, 1983, p. 23).

²⁶ “[...] O mesmo aconteceu com os primeiros pensamentos de *Copérnico* que, depois das coisas não quererem andar muito bem com a explicação dos movimentos celestes admitindo-se que todo o exército de astros girava em torno do espectador, tentou ver se não seria melhor que o espectador se movesse em torno dos astros, deixando estes em paz” (KANT, 1983, p. 12).

²⁷ Sobre a *universalidade e necessidade* da lei moral pura, veremos posteriormente – 1.2.

exemplo, com a religião, com a antropologia e também com a educação²⁸. Ademais, como investigar a possibilidade de aplicação, o sucesso ou efetividade de algo se antes ele não foi devidamente e cuidadosamente fundado. De acordo com Kant:

É verdade que as minhas afirmações sobre esta questão capital tão importante e que até agora não foi, nem de longe, suficientemente discutida, receberiam muita clareza pela aplicação do mesmo princípio a todo o sistema e grande confirmação pelo fato da suficiência que ele mostraria por toda a parte; mas tive que renunciar a esta vantagem, que no fundo seria também mais de amor-próprio do que de utilidade geral, porque *a facilidade de aplicação e a aparente suficiência dum princípio não dão nenhuma prova segura de sua exatidão*, pelo contrário, despertam em nós uma certa parcialidade para o não examinarmos e ponderarmos em toda a severidade por si mesmo, sem qualquer consideração pelas consequências (KANT, 1980a, pp. 106-7)²⁹.

Assim, no que diz respeito à tarefa específica, ao objetivo particular da metafísica dos costumes kantiana podemos ressaltar que o fim primeiro de sua filosofia prática diz respeito aos *fundamentos*, aos princípios da vontade, ao *princípio prático fundamental*; concentrando-se, exclusivamente, à *fundamentação da moralidade*, ou seja, na busca pelos fundamentos do agir moral, eis a tarefa da parte *pura* da doutrina moral de Kant.

No que diz respeito a uma filosofia moral pura, a *metafísica dos costumes*, que representa a busca pelos princípios da ação detentora de valor moral, a principal tarefa do filósofo, senão a única, é “*a busca e fixação do princípio supremo da moralidade*”³⁰ (KANT, 1980a, p. 106). O que significa a *descoberta*, a *fixação* e a *justificação do princípio supremo da moralidade*.

²⁸ Vale ressaltar que, em Kant, o empírico, em sua filosofia moral, não é descartado, não é eliminado pelo filósofo, o que não seria possível tendo em vista a própria constituição da natureza humana – sensível e racional. Querer suprimir toda e qualquer sensibilidade, toda e qualquer experiência, parece contraditório com a própria natureza do ser humano, isto é, com a sua natureza *finita*. Desse modo, considerar a natureza finita da natureza humana, parece algo necessário tratando-se de uma filosofia moral, tendo em vista a preocupação com o valor moral das ações, pois ainda que essa filosofia prática obtenha seu *princípio supremo* – o *princípio prático fundamental*, sem levar em consideração as peculiaridades da natureza humana, não poderá deixar de se indagar, em algum momento, sobre essa natureza e a aplicabilidade destes princípios aos seres racionais e sensíveis, nesse caso, o ser humano – um dos agentes morais. A sensibilidade, a experiência, em suma, o empírico, somente não é abordado ou levado em consideração na primeira parte da moral, o que se dá justamente pelos objetivos, pela tarefa, pelo o que se quer de uma filosofia prática pura.

²⁹ *Grifos acrescentados*.

³⁰ Podemos dizer que a busca pelo princípio supremo da moralidade se dá inicialmente na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, mediante a análise dos juízos morais comuns, segundo a qual Kant chega aos conceitos de *boa vontade*, *imperativo*, *dever*. A fixação e o desenvolvimento do *princípio* ocorrem a partir da 3ª seção da *Fundamentação e Crítica da razão prática*. Porém, digno de nota é enfatizar que a necessidade do *fundamento puro prático*, ou seja, uma lei que dite o que *deve*

Tal princípio deve ser puro e independentemente de se irá realizar-se ou não, a preocupação aqui centra-se exclusivamente no *dever-ser*, isto é, tudo o que deve necessariamente acontecer do ponto de vista moral; a preocupação está, unicamente, na possibilidade de leis práticas puras que possam determinar a conduta do ser humano por motivos *a priori*. Nas palavras de Kant:

Mesmo que nunca tenham havido ações que tivessem jorrado de tais fontes puras, a questão não é agora de saber se isto ou aquilo *acontece*, mas sim que a razão por si mesma e independente de todos os fenômenos ordena o que *deve acontecer* (KANT, 1980a, p. 120)³¹.

Isso significa que nesse âmbito não há ainda a preocupação com a efetivação do princípio supremo da moral, Kant busca, com o sistema da crítica em sua investigação prática, a fórmula do agir moral, uma fórmula precisa do dever moral³², segundo ele, uma tarefa importante, afinal:

Quem, porém, sabe o que significa para o matemático uma fórmula, a qual para executar uma tarefa determina bem exatamente e não deixa malograr o que deve ser feito, não considerará uma fórmula, que faz isto com vistas a todo o dever em geral, como algo insignificante e dispensável (KANT, 2003a, p. 25).

Kant além de marcar e justificar o seu interesse tratando de uma investigação moral genuína, responde também às críticas endereçadas a ele – de que o filósofo não teria apresentado em sua investigação nenhum princípio novo da moralidade, mas somente uma nova fórmula³³.

Evidenciamos a existência de uma *metafísica dos costumes*, bem como a necessidade da elaboração da *filosofia prática pura* que, segundo Kant, representa a *Moral* propriamente dita, a qual completamente purificada de tudo o que possa ser

acontecer – dita todo o *dever ser*, já pode ser antevista desde a *Disseração de 1770*, por exemplo, no §9, nota de rodapé.

³¹ *Grifos acrescentados.*

³² As particularidades da ética do dever, ou ainda, a divisão dos deveres para o caso da natureza humana, será investigado, posteriormente, por Kant com o sistema da ciência, por exemplo, na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, *Metafísica dos costumes (Doutrina da virtude)*, *Sobre a Pedagogia*. Acerca do sistema da crítica e do sistema da ciência na investigação prática, temos: “[...] a determinação específica dos deveres como deveres humanos, para dividi-los, somente é possível se antes o sujeito dessa determinação (o homem) for conhecido segundo a natureza que ele efetivamente detém, embora apenas na medida em que é necessário com relação ao dever em geral; tal determinação, porém, não pertence a uma *Crítica da razão prática* em geral, que só deve indicar completamente os princípios de sua possibilidade, de seu âmbito e limites, sem referência particular à natureza humana. Portanto, a divisão pertence aqui ao sistema da ciência e não ao sistema da crítica” (KANT, 2003a, p. 25-7).

³³ Kant refere-se, nesse momento, precisamente a Gottlob August Tittel (1739-1816), adversário da ética kantiana. Cf. KANT, 2003a, p. 25.

empírico, encontre, desse modo, nada além que a *fórmula do dever moral*, isto é, o *fundamento*, uma legislação, um *princípio supremo*, que determine todo o *dever ser*, tudo o que deve acontecer do ponto de vista da moralidade – mesmo que não ocorra uma só vez.

Trata-se aqui não do sucesso mas somente da determinação da vontade e do fundamento determinante da máxima da mesma como enquanto vontade livre. Pois, se somente ante a razão pura a **vontade** é conforme às leis, então seja como for a execução da sua **faculdade**, quer ela surja ou não efetivamente segundo essas máximas da legislação de uma natureza possível, disso não se ocupa absolutamente a Crítica, que investiga aí se e como a razão pura pode ser prática, isto é, imediatamente determinante da vontade (KANT, 2003a, p. 153).

A presente tarefa constitui, de acordo com Kant (1980a, p. 106), algo completo e bem distinto de qualquer outra investigação moral. Afirmção que parece correta, pois, historicamente, a base da moralidade fora, antes de Kant, buscada na ordem da natureza ou em necessidades naturais, em tradições, no anseio pela felicidade, na busca pelo prazer, na vontade de Deus, ou ainda no sentimento moral. Via-se, segundo Kant (1980a, p. 138), o ser humano ligado a leis pelo seu dever, porém, não ocorreu a ninguém que o ser humano estivesse sujeito somente à sua *própria legislação*³⁴. Nesse sentido, há a reformulação precisa do princípio da moralidade, a renovação do fundamento das leis práticas, eis a novidade da proposta do pensamento moral kantiano.

Podemos apontar, nesse contexto, que as tentativas anteriores a Kant de fundamentar a moralidade consistiam, na maioria dos casos, em heteronomias, fundavam-se, portanto, em algo externo ao ser humano, colocava-se o princípio da heteronomia da vontade por julgar-se que a vontade não pudesse ser determinada senão por algo exterior a ela. Seguindo com a posição de Kant, o motivo da moralidade heterônoma se deu pela ausência de uma investigação moral genuína, ou seja, com elementos puros, assim, as presentes investigações não possibilitaram nada de sólido em matéria da moral, não possibilitaram nada que pudesse identificar e fornecer, na visão de Kant, o *princípio supremo da moralidade*. Como explica Rohden (KANT, 2003a, p. XVI), contra as ilusões da heteronomia a crítica prática justifica-se como necessária.

³⁴ De acordo com Santos (2011, p. 205), temos aqui a referência de Kant “aos esforços empreendidos por seus antecessores na busca e fundamentação de um princípio supremo para a moralidade, Kant alude às dificuldades daqueles e aponta para a causa do fracasso de suas empreitadas”.

Kant parece colocar a sua argumentação sobre a fundamentação da moral sob a base da existência de um princípio supremo moral: *autônomo, universal e incondicional*. Desse princípio prático é dependente a própria possibilidade da moralidade, ou seja, a própria possibilidade do autêntico conteúdo moral das ações. Como ele busca, fixa e justifica a existência do princípio supremo da moralidade (e seus elementos norteadores/constitutivos) veremos em seguida³⁵.

1.2 O princípio supremo da moralidade

Kant utilizou dois métodos para cuidar da questão Moral em seu exame crítico da razão prática – a *análise* e a *síntese*.

A análise diz respeito a um método explicativo ou *regressivo*, o qual parte do todo e regride em direção ao seu princípio fundamental. A síntese, por sua vez, é um método *progressivo*, aborda as partes chegando a um todo, ou seja, chegando a um resultado final³⁶.

Contrariamente, ao que ocorreu em sua filosofia especulativa, tratando da moralidade Kant publica a *Fundamentação da metafísica dos costumes* seguindo, em partes, o método analítico³⁷, para três anos após proceder sinteticamente na *Crítica da razão prática*; invertendo, desse modo, o procedimento que propôs no estudo da razão teórica, no qual primeiramente utilizou-se do método sintético na *Crítica da razão pura*, para então proceder segundo o método analítico nos *Prolegômenos*. Na segunda *Crítica*, Kant explica a razão de seu procedimento, justificando o porquê primeiro, tratando-se da moralidade, da razão prática, a necessidade do método analítico para somente depois recorrer à síntese.

³⁵ Posteriormente, abordaremos, no capítulo III, a possibilidade do alcance do princípio moral supremo mediante a educação. *É possível o seu ensino?* Noutras palavras: *é possível a exteriorização do princípio prático fundamental fundado por Kant mediante a educação?*

³⁶ Nos *Prolegômenos*, em uma nota ao § 5º, Kant (1980b, p. 22) se refere ao método analítico como aquele segundo o qual “se parte daquilo que se analisa, como se estivesse sido dado, e se chega às condições sob as quais somente é possível”. Posteriormente, diz “poderia melhor ser denominado de método regressivo em contraposição ao método sintético ou progressivo”.

³⁷ É importante observar que a análise não é o único método utilizado por Kant na *Fundamentação*, que apresentará também o seu momento de síntese, a saber, a terceira seção.

Se o que importa é a determinação de uma faculdade particular da alma humana segundo suas fontes, conteúdos e limites, então, de acordo com a natureza do conhecimento humano, não se pode começar de outro modo que das **partes** dela, de sua exata e completa apresentação [...] Mas há ainda um segundo cuidado, que é mais filosófico e **arquitetônico**, a saber, de compreender corretamente a **idéia do todo** e a partir dela abarcar com a vista, em uma faculdade racional pura, todas aquelas partes na sua relação recíproca mediante a derivação das mesmas do conceito daquele todo. Este exame e garantia somente é possível pela mais íntima familiaridade com o sistema, e aqueles que se aborrecem com a primeira investigação – portanto não consideram que a aquisição dessa familiaridade valesse a pena – não alcançam o segundo degrau, a saber, a visão geral, que é um retorno sintético ao que antes foi dado analiticamente [...] (KANT, 2003a, p. 33).

Justificado quais os métodos e a ordem de sua realização, Kant inicia sua investigação moral propriamente dita com o método analítico, parte do todo, decompondo minuciosamente seus elementos. É o que ocorre nas duas primeiras seções da *Fundamentação*, onde o filósofo parte do todo (do dado), ou seja, do *conhecimento comum da moralidade*, dos juízos morais comuns, dos valores já existentes na razão vulgar, analisando-os a fim de descobrir o seu *princípio supremo*. Apresenta sua tentativa de fornecer a *fundamentação* às exigências do agir moralmente, regredindo, nesse sentido, em direção aos *princípios*³⁸.

Sendo dados os juízos que os seres humanos emitem sobre a moralidade na vida comum, Kant se coloca a questão de saber quais são os princípios e fundamentos que os determinam – que estão na base do agir moral. O que se pretende com a análise realizada nas primeiras seções da *Fundamentação*, não é criar novos valores, mas apenas serão fundamentados, assegurados, imposto ordem e estabilidade aos valores já existentes, presentes, segundo Kant, em toda consciência humana.

Kant, ao finalizar a primeira seção da *Fundamentação*, bem como em algumas outras passagens da segunda seção, nos chama a atenção, exatamente, para esse fato, quer dizer, de que a razão vulgar sabe, por exemplo, distinguir perfeitamente em todos os casos o que é bom e o que é mau, o que é moralmente correto ou incorreto, sem que com isso seja lhe imposto nada de novo. Basta apenas apontar, com precisão, para o

³⁸ De acordo com Korsgaard (2000, p.12), para o desenvolvimento da análise inicialmente empregada em sua investigação sobre a moral Kant parte dos exemplos de juízos morais que os homens emitem na vida comum; os exemplos apontam a maneira que a razão vulgar julga moralmente, ou seja, o que a razão moral vulgar considera enquanto correto ou incorreto, bom ou mal do ponto de vista moral. Com o auxílio dos exemplos extraídos da razão moral vulgar tem-se a tentativa de chegar à formulação do *princípio* segundo o qual um agente moral deve agir.

próprio princípio ou o fundamento último da ação, sendo possível, dessa forma, alimentar esperanças de êxitos tão grandes como a de qualquer filósofo.

Se a razão moral vulgar, isto é, o conhecimento comum sobre a moralidade, é tão capaz e eficiente, então:

Não seria, portanto, mais aconselhável, em matéria moral ficarmos-nos pelo juízo da razão vulgar e só recorrer à filosofia para, quando muito, tornar o sistema dos costumes mais completo e compreensível, expor as regras de maneira mais cômodas com vistas ao seu uso (e sobretudo), mas não desviar o humano senso comum (*den gemeinen Menschenverstand*), mesmo em matéria prática, da sua feliz simplicidade e pô-lo por meio da filosofia num novo caminho da investigação e do ensino? (KANT, 1980a, p. 117-8).

Ora, no que diz respeito a uma investigação moral genuína será, de fato, necessário a transição do conhecimento moral vulgar ao conhecimento filosófico?³⁹

Segundo Zingano:

[...] a razão oficial que Kant dá para a apresentação inicial segundo um método analítico é que, em matéria de moral, a razão comum tem um critério suficiente e não é presa fácil, como a razão comum teórica; mesmo assim, precisa de uma transição filosófica, sem o que seus verdadeiros fundamentos podem ser distorcidos (ZINGANO, 1989, p. 37).

Parece que a transição do conhecimento moral vulgar ao conhecimento filosófico se faz preciso, não sendo possível ficar somente no âmbito da análise dos exemplos fornecidos pela razão moral popular. A esse respeito Kant afirma que a feliz simplicidade da razão vulgar é uma coisa admirável, porém, é espantoso como ela se preserva tão mal e deixa-se, na maioria dos casos, seduzir/desviar muito facilmente opondo-se às leis do *dever-ser*, isso significa que com facilidade ela é afastada do que *devemos*, do ponto de vista moral, fazer.

Desse modo, o conhecimento moral vulgar necessita da “ciência”, a ciência *a priori* da conduta, para fundamentar os valores já presentes em toda consciência humana; bem como para, posteriormente, assegurar a entrada e a permanência das prescrições do princípio prático no ânimo e na realidade do ser humano.

Na visão de Kant, para que uma investigação filosófica sobre a moralidade possa avançar por uma gradação natural do conhecimento moral da razão vulgar para o

³⁹ A segunda seção da *Fundamentação da metafísica dos costumes* intitulada “Transição da Filosofia moral popular para a Metafísica dos Costumes”, cuidará da parte inicial dessa transição.

conhecimento filosófico, ou seja, para ir de uma filosofia popular, que, na visão do filósofo, não pode oferecer senão “apalpadelas por meio de exemplos” (KANT, 1980a, p. 123), até à *Metafísica*, a qual não se deixa deter por nada empírico, é necessário abordar e apresentar claramente a *faculdade prática da razão*, partindo de suas *regras universais de determinação*, até ao ponto em que dela surge o conceito de dever, expondo, desse modo, claramente a *faculdade da razão prática*⁴⁰.

Sendo assim, após proceder analiticamente na *Fundamentação*, Kant utiliza-se do método sintético na *Crítica da razão prática* – eis o momento da crítica filosófica. Conforme aponta Beck, (1984, p. 84) o método analítico da *Fundamentação* inicia com a coação do fenômeno moral, enquanto o método sintético da *Crítica* começa com os próprios princípios.

Podemos dizer que mediante o método analítico Kant chega a alguns conceitos centrais de sua filosofia moral, a saber: *lei*, *imperativo*, *dever*. Os quais serão devidamente justificados e fixados na *Crítica da razão prática*, estabelecendo, dessa forma, uma conexão entre a razão moral vulgar e a filosofia prática.

Delbos (1969) na obra *La philosophie pratique de Kant* nos diz sobre a conexão proposta por Kant entre a *razão vulgar* e a *filosofia prática*. Diz ele: é certo supor que todo ser humano, mesmo o mais vulgar, seja capaz de conceber o que é obrigado fazer, ou seja, seja capaz de reconhecer qual é seu dever, no entanto, a inteligência comum que possui tudo o que precisa para saber julgar o bem e o mal moral não é competente para discernir, por ela mesma, os *princípios* de seus julgamentos morais, misturando espontaneamente, e com regularidade, princípios e casos particulares. Por isso, os conceitos fundamentais da filosofia prática devem ser determinados com rigor – eis o que, precisamente, ocorrerá com a segunda *Crítica*⁴¹.

Focalizaremos a nossa atenção, a partir de agora, nos textos da *Crítica da razão prática*⁴², com o amparo de partes da *Fundamentação da metafísica dos*

⁴⁰ Observamos que apesar das investigações de Kant partirem da análise dos juízos morais da razão comum, é imprescindível a esta uma *crítica filosófica* a qual possibilite ordem e estabilidade aos seus valores, que ofereça a clareza e a força dos seus princípios e de seus julgamentos morais, evitando, ademais, os desvios de conduta, a não realização daquilo que se deve moralmente fazer.

⁴¹ Uma vez que se tem a clareza do princípio, é possível pensar, com segurança, em sua realização, por exemplo, mediante o seu ensino (formação/desenvolvimento) via educação.

⁴² A *Crítica da razão prática* é a segunda das três Críticas de Kant, nos deteremos, em particular, nas seguintes passagens – Primeira parte: *Doutrina dos Elementos da razão prática pura*, Primeiro Livro: *Analítica da razão prática pura*, Capítulos I e II.

*costumes*⁴³, com o intuito de compreender e apresentar o princípio supremo da moralidade e seus elementos constitutivos, os seus conceitos elementares⁴⁴. Compreender os esforços de Kant na *busca*, mas, principalmente, na *justificação e fixação do princípio supremo da moralidade*.

Segundo Kant (1983, p. 393), todo o interesse da razão, tanto especulativo quanto prático, concentra-se em três questões: que posso saber? que devo fazer? que me é permitido esperar?

A primeira pergunta refere-se ao uso teórico da razão, é uma questão especulativa na medida em que se refere a todo o conhecimento possível; o uso teórico ou crítica especulativa da razão diz respeito à faculdade de conhecer. A presente questão é tratada na *Crítica da razão pura*.

A segunda questão refere-se ao uso ou interesse prático da razão, ou seja, o interesse moral, “embora, enquanto tal possa pertencer à razão pura, mesmo assim não é transcendental, mas sim moral” (KANT, 1983, p. 393)⁴⁵. O uso prático ou crítica prática da razão diz respeito à faculdade/capacidade prática da razão, isto é, à capacidade da razão na determinação da vontade, nesse sentido, aos *fundamentos determinantes da vontade* ou princípio supremo moral⁴⁶.

É na segunda *Crítica* que nos deparamos com o exame completo da razão prática, o que significa o exame de uma razão igualmente pura, mas prática, com o desígnio de estabelecer o esboço de uma moral – a possibilidade de *leis* que possam determinar, seguramente, a vontade caso haja a preocupação moral. Não se trata aqui do domínio do dado, de objetos dados, como é o caso do uso teórico, trata-se agora do *fazer prático*, isto é, moral – com valor moral.

⁴³ Podemos encarar a *Fundamentação da metafísica dos costumes* enquanto uma obra introdutória à *Crítica da razão prática* a qual oferece, provisoriamente, o princípio do dever, indica e justifica a sua fórmula determinada (KANT, 2003a, p. 25).

⁴⁴ O ponto inicial das investigações de Kant na *Crítica da razão prática*, em paralelo com a primeira *Crítica*, diz respeito à Doutrina dos Elementos, no original *Elementarlehre* “doutrina elementar” que Kant também chamará, em outros momentos, de *conceitos elementares práticos* (*praktische Elementarbegriffe*), eis o que buscaremos abordar agora, os conceitos práticos elementares.

⁴⁵ “Denomino transcendental todo conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos na medida em que esse deve ser possível *a priori*” (KANT, 1983, p. 33). Com a segunda *Crítica* não há a preocupação transcendental, ou seja, com o conhecimento de objetos, a preocupação é moral, centra-se na vontade – na determinação da vontade tendo em vista a moralidade, tendo em vista o *valor moral*.

⁴⁶ A vontade (assim como a razão) também é, segundo Kant, uma *faculdade*: “Neste a razão ocupa-se com fundamentos determinantes da vontade, a qual é uma faculdade ou de produzir objetos correspondentes às representações, ou de então determinar a si própria para a efetuação dos mesmos (quer a faculdade física seja suficiente ou não), isto é, de determinar a sua causalidade” (KANT, 2003a, p. 55-57). Em outro momento: “[...] na medida em que de algum modo tenham uma vontade, isto é, uma faculdade de determinar a sua causalidade pela representação de regras” (idem, p. 109).

Por fim, a terceira questão – quando faço o que devo fazer, o que me é então permitido esperar – é uma questão, ao mesmo tempo, prática e teórica. Com a terceira *Crítica*, a faculdade de julgar é apresentada como mediadora entre *natureza e liberdade*, vale dizer, o interesses das duas *Críticas* anteriores; no primeiro caso, quando algo é, é porque *acontece*, no segundo, algo é, porque *deve acontecer*.

Vejamos mais de perto a segunda questão, o interesse prático da razão: *que devo fazer?* Questão que abordará os conceitos práticos elementares.

Tendo em vista o objeto prático, vale lembrar, a *volição* – a determinação da vontade do ponto de vista moral – o primeiro problema que a *Crítica da razão prática* se coloca é: quem deve determinar a vontade, caso haja a preocupação moral, a *razão pura* ou a *razão empiricamente condicionada*? (KANT, 2003a, p. XVI).

A razão pura é uma razão que determina a vontade do ser humano independente de motivos empíricos, sem levar em consideração, enquanto razão ou motivo, interesses particulares, o querer apenas subjetivo. A razão empírica, por sua vez, é uma razão que se reduz a instrumento dos interesses subjetivos, está ligada ou condicionada, sempre a toda sorte de particularidade, tal razão estabelece (e apenas isto é capaz de estabelecer) com base no conhecimento das experiências ocorridas, os meios adequados e as regras necessárias de como satisfazer os interesses subjetivos.

Considerando que algo tem de, necessariamente, mover a vontade humana, o primeiro problema da *Crítica* é saber se a razão pura por si basta para a determinação da vontade ou se somente enquanto razão empiricamente condicionada ela pode apresentar-se enquanto fundamento de determinação da vontade humana.

Exemplificando a determinação segundo a razão empiricamente condicionada:

Suponhamos que eu vá à igreja e o padre me diga “você deve ser bom, ser justo e honesto, caso contrário, não ganhará o reino dos céus”. Ora, eu quero (tenho o interesse subjetivo/particular), ganhar o reino dos céus, então, serei bom, justo e honesto. A minha ação, na visão de Kant, certamente, será correta do ponto de vista moral. Mas, a questão de Kant é: essa ação tem *valor moral*?⁴⁷

Notamos que a determinação da minha ação é por uma razão condicionada pelo meu desejo pelo reino dos céus, ou seja, o meu querer ou o mero fim subjetivo; a vontade, nesse caso, está diretamente ligada a um desejo particular. Como explica Beck

⁴⁷ O valor moral ou do caráter, segundo Kant, é de longe o mais alto e sem qualquer comparação (cf. KANT, 1980a, p. 113).

(1984, p. 38), assim, tem-se a vontade enquanto uma faculdade, a faculdade de ação que somente se manifesta quando há uma clara representação do objeto do desejo⁴⁸.

Quais os problemas, seguindo com a concepção kantiana de moralidade, desse tipo de determinação e porque ela, segundo Kant, carece de valor moral?

Primeiro, se faço o que faço unicamente guiado pelos *meus interesses* particulares, enquanto a razão de determinação, o que prevalece ou sobressai é o que Kant chamou na *Fundamentação de Querido Eu*⁴⁹, ações visando um objeto específico e particular, o qual sempre se sobressai excluindo completamente o *valor* da ação, prevalecendo a intenção egoísta.

Segundo, amanhã eu posso deixar de temer a Deus ou não ter mais esse fim, não querer mais o reino dos céus, desse modo, não havendo mais o temor ou o meu desejo, o meu interesse subjetivo, posso deixar de ser bom, honesto e justo.

É preciso levar em consideração que em momento algum Kant afirma que as ações determinadas por uma razão condicionada, por exemplo, pelos anseios particulares, pelo sentimento de prazer, também chamada por Kant de razão empírica, são erradas, mas, segundo ele, são ações, precisamente, praticadas por *motivos* errôneos. A ação, nesse caso, pode ser lícita, embora não virtuosa, isto é, carece de *valor moral*. O problema, colocado por Kant, centra-se, exclusivamente, no *porquê faço o que faço*, isso implica dizer que, por mais que a ação determinada por essa razão seja correta ou boa, uma determinação condicionada pela razão empírica, retira todo o *valor moral* do ato, pois mesmo que o ato seja *bom*⁵⁰, em todos os casos de determinação condicionada, há um fim subjetivo e o que prevalece é o *querido eu*.

Diferentemente, de acordo com Kant, de quando o que move a vontade é o *princípio supremo da moralidade*, nesse caso, independente de todo e qualquer interesse, desejo ou *condição* particular, o que move a vontade terá um caráter *objetivo*, ou seja, diferente da condição subjetiva *enquanto condição de determinação* da vontade, o *princípio supremo moral* será capaz de ordenar – *sempre*, para todos e em

⁴⁸ De acordo com Beck (1984, p. 38), os antecessores de Kant apresentaram a vontade somente enquanto a faculdade de ação em acordo com uma clara representação do objeto desejado. A novidade de Kant está em apresentar a vontade enquanto uma faculdade de ação capaz de agir segundo uma concepção de *lei*.

⁴⁹ KANT, 190, p. 120

⁵⁰ Vale dizer que na filosofia moral de Kant há uma equivalência entre algo *ilimitadamente bom* com o *bom moral*, ou seja, para ser moralmente bom deve ser bom sem reservas. Essa equivalência é apontada por Kant já no parágrafo inicial da primeira seção da *Fundamentação*, sendo justificado por ele mediante a análise do juízo moral comum. O ilimitadamente bom, sempre bom, não parece ser o caso da determinação condicionada, determinação pela razão empírica, que além de revelar uma intenção egoísta, pode ora levar ao bem, ora ao mal, dependendo exclusivamente das razões que motivou o ser humano a realizar seu ato.

todos os casos – que devo ser bom, justo e honesto⁵¹. O valor da ação não será dependente de qualquer condição ulterior, por exemplo, a de querer ser feliz, ganhar o reino dos céus, ter prazer.

Desse modo, a crítica da razão prática pretende, ademais, deter a presunção da razão empiricamente condicionada em que ela, só e exclusivamente, fornece o *fundamento de determinação da vontade – leis práticas*. Afinal, a razão empiricamente condicionada somente é capaz de oferecer regras que apontam o melhor caminho para se atingir o objeto desejado, são regras dependentes, necessária e diretamente, do objeto que se quer, o que as tornam, ademais, apenas regras *contingentes*.

Por outro lado, há a razão pura, uma razão que é capaz de determinar a vontade do ser humano independente de toda e qualquer subjetividade, independentemente da existência de qualquer objeto do desejo enquanto fundamento determinante, essa razão, segundo Kant, é a única capaz de oferecer *leis práticas*. A razão pura ao oferecer leis práticas é chamada de *razão prática pura*⁵². Conforme explica Beck (1984, p. 41), a razão prática pura é uma faculdade capaz de fornecer uma condição não condicionada para a ação voluntária⁵³.

Inicialmente na *Crítica da razão prática*, Kant (2003a, p. 03) expõe que na segunda *Crítica* não se trata de criticar/examinar uma razão prática pura, mas, trata-se de saber se uma razão prática pura existe, eis o trabalho crítico, afinal: “a razão torna-se praticamente crítica de um seu uso empírico, inadequado à fundamentação da moralidade, desde que saibamos que ela de fato existe” (KANT, 2003a, p. XVII).

Porém, como se manifesta a capacidade prática da razão pura?

Segundo Kant, a existência de uma razão prática pura sabemos através da lei que ela nos fornece: “A razão pura é por si prática e dá (ao homem) uma lei universal, que chamamos **lei moral**” (KANT, 2003a, p. 107)⁵⁴. Podemos dizer que o projeto moral

⁵¹ O que determina esse valor, na concepção do filósofo, é a objetividade dos fins, isto é, fins objetivamente válidos, isto é, fins necessários e universais e válidos para todos sem exceção, que podem, ao mesmo tempo, ser um fim subjetivo, valer para o próprio sujeito da ação. Tal posição será esclarecida com o que se segue.

⁵² Que a razão pura pode ser prática é a tese central da filosofia moral kantiana equivale dizer que leis práticas são incondicionais, pois em sua formulação não são dependentes de qualquer condição anterior, representando uma condição não condicionada. A razão pura é prática, ou pode ser prática, no sentido de que ela é uma faculdade legislativa capaz de oferecer leis práticas.

⁵³ Podemos observar que a ação moral é uma ação *voluntária*, ou seja, envolve escolha, decisão e vontade.

⁵⁴ A capacidade prática da razão pura que se manifesta mediante a lei moral é denominada por Kant por ‘fato da razão’, nas palavras do filósofo: “[...] Pode-se denominar a consciência desta lei fundamental um *factum* da razão [...] precisa-se observar que ela não é nenhum fato empírico mas o único *factum* da razão pura, que desde modo se proclama como originariamente legislativa (*sic volo, sic jubeo*)” (KANT, 2003a,

kantiano almeja, mediante a investigação da razão prática pura e a sua lei fundamental, mostrar que a moralidade é possível, que a natureza humana (seres racionais e finitos), é capaz de agir moralmente⁵⁵.

De acordo com o filósofo, a faculdade prática da razão pura manifesta-se por meio de uma lei universal – a lei moral, uma legislação que todo ser racional é capaz de oferecer a si próprio. No § 7 da *Crítica da razão prática*, Kant apresenta a *lei fundamental da razão prática pura*, que diz: “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (KANT, 2003a, p. 103)⁵⁶. Tal lei exprime uma ação moralmente válida a todos os seres racionais sem permitir exceções e ordena pensar a *máxima* da vontade enquanto *princípio* de uma possível legislação universal⁵⁷.

Precisamos compreender, nesse momento, o que, segundo a concepção de Kant, envolve uma *máxima da ação*.

A *máxima* é o fundamento, ou o princípio, subjetivo do querer, isto é, as *razões*, a intenção e o porquê, que um agente tem ou se dá para agir, nas palavras de Kant: “Máxima é o princípio subjetivo do querer; o princípio objetivo (isto é, o que serviria também subjetivamente de princípio prático a todos os seres racionais, se a razão fosse inteiramente senhora da faculdade de desejar) é a lei prática” (KANT, 1980a, p. 115).

A máxima (em geral) da ação fornece regras de ação, ou seja, a máxima, assim como a lei prática, também é capaz de determinar o querer ou o agir do agente; porém a regra derivada de uma máxima em geral é oferecida pela razão empírica, o que significa que está sempre ligada a um objeto do desejo e pode estar condicionada a esse objeto do querer enquanto determinante da vontade. Noutras palavras, a máxima sempre

p. 107). É válido notar que, segundo Kant, o fato da razão consiste na consciência da lei moral e representa o único fato não empírico, mas *a priori*. Admitiremos aqui que o fato da razão versa no fato para a razão, isto é, a realidade da lei moral, a sua consciência, é uma verdade conhecida pela razão. Em favor dessa posição cf. ALMEIDA, G. de. *Crítica, dedução e facto da razão*. In. *Analítica*, 4/1, 1999a, p. 57-84.

⁵⁵ Pensamos que o como, na realidade, os seres humanos (racionalmente e sensíveis) podem agir moralmente, ou seja, alcançar a moralidade, a ação, propriamente dita, ética, será tratado ou reforçado pelo filósofo, por exemplo, em seus textos sobre a pedagogia.

⁵⁶ Na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant apresenta a fórmula geral da lei moral mediante o imperativo categórico. Podemos dizer que a *lei fundamental da razão prática pura* é prescrita, no sentido de representada, por um imperativo que por sua vez exprime-se pelo verbo dever (*Sollen*). De acordo com Kant: “A representação de um princípio objetivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se *Imperativo*. Todos os imperativos se exprimem pelo verbo dever [...]” (KANT, 1980a, p. 124).

⁵⁷ Na visão de Rohden (1997, p. 84), a lei moral kantiana exprime que: “eu tenho o direito a certas formas de agir face aos outros sob a condição do possível acordo ou da não-contradição da minha vontade com a vontade dos potenciais envolvidos numa ação”.

possui ou está ligada a um objeto e pode determinar a ação em função desse objeto, isto é, somente em conformidade com as condições subjetivas de cada sujeito da ação, nesse contexto as condições subjetivas dizem respeito apenas ao querer de um agente em função do objeto querido.

Segundo Kant, a *subjetividade* é a marca característica de toda máxima, a subjetividade intrínseca a máxima pode ser entendida, ou atribuída à máxima, de dois modos: i) uma máxima da ação é subjetiva por estar diretamente ligada a um fim particular, um fim querido por um sujeito da ação e determinar a ação em função desse fim, desse modo, a máxima é subjetiva por determinar apenas o querer ou o agir de *um* agente em particular, ou seja, apenas o querer de um sujeito específico, aquele que deseja o fim, estará submetido à regra derivada da máxima da ação e/ou, ii) uma máxima da ação é subjetiva, pois depende da *adoção* de um agente, trata-se de uma regra que o agente adota (toma) como sua – como uma espécie de regra de vida que o agente adota enquanto sua – assim, o querer ou o agir de *um* agente será determinado em função dessa adoção.

A *fórmula universal da lei moral*, apresenta pelo filósofo, num primeiro momento, enquanto um imperativo, um mandamento da razão, na *Fundamentação* e, posteriormente, enquanto a lei fundamental da razão prática pura na segunda *Crítica*, propõe que o princípio subjetivo do querer, a máxima da ação, possa valer *ao mesmo tempo* enquanto princípio objetivo do querer, vale dizer, uma lei⁵⁸. Nesse sentido, a máxima subjetiva deve ser capaz de incorporar a lei moral objetiva, desse modo, o sujeito da ação (*um* agente) adota para si uma máxima ou lei que também é válida para todos sem exceção, tal máxima, e aqui já estamos no âmbito de uma máxima moral, será válida para todos e ao mesmo tempo válida, por ser adotada, para si.

Enxergamos aqui três possibilidades: i) meras máximas; ii) leis e iii) leis que são também máximas. No primeiro caso (i) o ser humano age segundo uma máxima decorrente de um fim particular e condicionada ao objeto do querer enquanto determinante da vontade, uma máxima que pode ser válida somente para si e representa o seu motivo ou razão, isto é, sua condição de determinação da ação; no segundo caso (ii) o ser humano reconhece uma condição de determinação válida para todos os seres racionais; no terceiro (iii) o ser humano reconhece uma condição de determinação (lei)

⁵⁸ Vale lembrar: a máxima (geral) é o princípio subjetivo do querer, válida para *um* agente, em contraposição à lei, princípio objetivo, válido para todos sem exceção.

válida para todos os seres racionais enquanto tais e, portanto, enquanto válidas e aplicáveis a si próprio (máximas).

Devemos nos atentar à alternativa iii, nesse caso, a alternativa iii, o ser humano é capaz, por sua máxima da ação, de incorporar para si a lei moral, precisamente, por reconhecê-la enquanto válida e aplicável a si próprio, o que significa que a máxima será capaz de universalidade, isto é, de objetividade, eis a *máxima moral*⁵⁹.

Vale observar que a máxima continua subjetiva, de acordo com Kant, a marca característica de toda máxima, afinal será a adoção de *um* agente, mas, ao mesmo tempo, objetiva, isto é, o alcance é universal, visto que é uma máxima válida para um agente, mas também para todos sem exceção. O que somente é possível por não depender, para determinar a ação, do objeto do querer, antes a razão de determinação é a *adoção* do próprio princípio prático. Eis o acordo com o que diz Kant, por exemplo, na *Crítica da razão pura*:

Na medida em que se tornam ao mesmo tempo fundamentos subjetivos de ações, isto é, princípios subjetivos, as leis práticas chamam-se *máximas*. A avaliação da moralidade segundo a sua pureza e consequências é feita de acordo com *ideias*, a observância de suas leis ocorre de acordo com *máximas*. *É necessário que todo o curso de nossa vida seja subordinado a máximas morais [...]* (KANT, 1983, p. 396)⁶⁰.

Desse modo, uma lei moral, o princípio de uma possível legislação universal, conforme apresentado por Kant, representa um arquétipo de ação que permite julgar as nossas máximas segundo o ponto de vista moral. A moralidade, ou seja, o próprio valor moral da ação, segundo Kant, dependerá do acordo da máxima subjetiva com a lei moral objetiva.

Se a subjetividade, aquilo que é válido para um sujeito, é o que caracteriza uma máxima, a objetividade, vale dizer, o alcance universal – para todos sem exceção – é o que caracteriza a lei. Não importa o conteúdo da lei: leis da mecânica, leis da química ou leis morais. Todas as leis têm em comum a sua *forma*, ou seja, a objetividade (universalidade). Isso significa que são válidas em todos os casos e para

⁵⁹ Em favor da possibilidade de máximas morais – leis que são também máximas, há a interpretação de Beck na obra *A commentary on Kant's Critique of practical reason*.

⁶⁰ Grifos acendados.

todos sem exceções, possuem validade, ou alcance, independentemente desse ou daquele sujeito, dessa ou daquela situação.

Tendo em vista que a *lei moral universal* é uma lei racional – oferecia pela *razão prática pura*, a sua origem e, principalmente, a sua *adoção* não podem vir de fundamentos empíricos, por outro lado, os seres humanos enquanto seres finitos são também determinados, com frequência, por regras sensíveis cujo fundamento é empírico; Kant pretendeu então mostrar que, ainda que a natureza humana esteja sujeita a determinações empíricas – máximas gerais, inclinações, desejos – podem, ainda assim, agir segundo a razão e, por consequência, moralmente⁶¹.

Agir segundo a razão significa, nesse âmbito, agir segundo uma máxima que pode ao mesmo tempo ser lei e, assim, o motivo, ou seja, o que move, a razão de determinação, será a lei moral universal. Noutras palavras, o ser humano será determinado, o motivo da ação, por uma máxima que ao mesmo tempo é lei, vale lembrar o que diz Kant na *Fundamentação*: a máxima é um princípio subjetivo do querer, o princípio objetivo é uma lei, porém, o princípio objetivo, ou seja, a lei prática, serviria também de princípio prático subjetivo (máxima) caso a razão fosse a única governante no homem⁶². Como esse não é o caso da natureza humana, o ser humano é um ser racional e sensível, ele deve *adotar*, tendo em vista o conteúdo moral de suas ações, somente aquelas máximas que se quer e que todo ser racional também possa querer e deva seguir. Segundo Bittner⁶³, uma máxima da ação, e somente a máxima, pode se submeter ao *critério/prova moral direto da universalidade possível*.

De acordo com a moral kantiana, o ser humano é capaz, mediante a sua razão, de oferecer a si uma lei moral, ou agir segundo máximas morais, e, desse modo, saber exatamente o que fazer, isto é, *o que deve ser feito do ponto de vista moral*. Eis uma legislação própria, a *autonomia*, pois o ser humano não dependerá de nenhum outro para oferecer-lhe a lei, para determiná-lo ou para dizer o que deve ser feito⁶⁴. Essa capacidade da razão de ser prática, capacidade de autonomia ou auto-determinação, auto-legislação, independente de qualquer outro ou exterioridade, também é chamada por Kant de *vontade em si mesma*.

⁶¹ Como veremos a adoção do princípio prático, a ação segundo a razão, será possível, para Kant, mediante a ideia do *dever*, isto é, a consciência do dever pode auxiliar a junção (adoção) da lei à máxima da ação. O sujeito reconhece o seu dever, o respeita e adota para si o princípio prático do agir.

⁶² *Fundamentação* nota ao § 15.

⁶³ BITTNER, R. “Máximas”. In: *Studia Kantiana – Revista da Sociedade Kant Brasileira*, n.5, 2003.

⁶⁴ Vale observar que a ideia de auto-legislação também é fortemente apresentada nos parágrafos iniciais do texto *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?*

Mas, por ser racional e sensível, por vezes estar sob certas exasperações dos desejos, sob fundamentos meramente empíricos, ou ainda, por apresentar-se inicialmente em um estado bruto, instintivo, impulsivo ou de inclinação, para o ser humano será preciso o outro para desenvolver ou “efetivar, atualizar” tal faculdade/capacidade⁶⁵. Vale dizer que o estado bruto, também denominado por Kant (1999a, p.13) de animalidade ou selvageria, consiste na independência de toda e qualquer lei, porém, para haver moralidade, o valor moral, é preciso a ação por respeito a uma lei – princípio prático objetivo, o que significa a ação por dever. Assim, o outro o qual pode auxiliar o ser humano a “submeter-se” às leis práticas e começar a fazê-lo sentir a força das suas próprias leis, pode ser a *educação*.

Porém, antes de localizar a educação no interior da filosofia moral kantiana e como ela se apresenta quando o que está em questão é a moralidade e a formação moral, precisamos elucidar um outro elemento central da filosofia prática de Kant, a saber, o *dever*.

O dever moral (*Sollen*), por definição, é o respeito a uma lei⁶⁶ a qual o indivíduo oferece a si mediante a sua razão prática. Como vimos: “A razão pura é por si prática e dá (ao homem) uma lei universal, que chamamos **lei moral**” (KANT, 2003a, p. 107).

Mas, uma vez que o ser humano não é determinado imediatamente por essa lei, afinal é um ser racional finito, encontra-se também sujeito às inclinações sensíveis, enquanto fundamento de determinação de sua ação, além da sua razão, a relação do ser humano com a lei prática é de dependência e chama-se *dever*. Isso significa que o ser humano, por sua constituição sensível, além de racional, pode ir, por vezes, contra ao fundamento determinante racional, a lei prática universal, e a sua ação carecerá de *valor*. Como explica Rohden na introdução à edição brasileira da *Crítica da razão prática*:

Desde a Antiguidade a moral requereu, para poder instaurar-se, um controle das apetições pela razão. Portanto, enquanto o homem for um ente racional finito, ele jamais será santo; na melhor das hipóteses, empenhar-se-á pela virtude, que a *Crítica da razão prática* definiu como “a disposição moral em luta”. Quer dizer, o *vir bonus* de Kant é o homem em luta contra a sua propensão de transformar o amor de si

⁶⁵ De acordo com Kant: “[...] o homem tem a necessidade de sua própria razão. Não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, por ele não ter a capacidade imediata de o realizar, mas vir ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele” (KANT, 1999a, p. 12) .

⁶⁶ KANT, 1980a, p. 114.

no princípio objetivo da ação. Devido a consciência da finitude humana, a ética kantiana é uma ética do dever, que como tal implica uma autocoerção da razão, mas que torna também dever e liberdade internamente compatíveis (KANT, 2003a, p. XV).

Mediante a constituição dual do ser humano, vale dizer, sensível e racional, a lei moral encontra-se sujeita a certos *móviles* (diverso do *motivo*⁶⁷) que podem não coincidir com a lei prática, ou seja, a determinação subjetiva, a mera máxima da ação, pode não reconhecer e adotar a lei, por isso, a determinação segundo as leis práticas à vontade humana, caracteriza-se enquanto *obrigação* (*Nötigung*) ou *dever*.

O que se justifica, afinal, uma vontade também afetada sensivelmente, embora mesmo que não seja determinada por tal afecção, comporta desejos, querer meramente subjetivo, por esse motivo, pode, por vezes, contrapor-se ao fundamento moral enquanto *condição de determinação da vontade*, desse modo, há a necessidade da resistência da razão prática, enquanto *necessitação moral* que, segundo Kant (2003a, p. 111), pode ser denominada de *coerção interior*.

Precisamente por *dever*, o que significa por *razões morais*, eu incorporo – reconheço, respeito, adoto – a lei moral prática à minha máxima subjetiva da ação⁶⁸, mediante a noção do dever é possível essa adoção. Noutras palavras, pela noção do dever eu converto, por querer, a minha máxima em uma máxima moral⁶⁹, temos uma máxima subjetiva, adotadas por nós em função de um fim que queremos ou podemos querer, subordinada a uma máxima objetiva, uma máxima moral adotadas por nós, mas que cada um de nós *devemos* ter – independentemente do fim que possa estar ligada a ela, mesmo que eu queira o fim à ela ligada, mesmo que esse fim venha ou não a se realizar. Eis uma *máxima da ação universalmente pessoal*. A máxima poderá continuar ligada a um objeto do desejo, afinal, uma máxima da ação pode aparecer ligada a um

⁶⁷ Acerca da distinção entre *móviles* e *motivo*: “O princípio subjetivo do desejar é o móbil (*Teibfeder*), o princípio objetivo do querer é o *motivo* (*Bewegungsgrund*); daqui a diferença entre fins subjetivos, que assentam em *móviles*, e objetivos, que dependem de motivos, válidos para todo ser racional” (KANT, 1980a, p. 134).

⁶⁸ Vale lembrar que a máxima é subjetiva, a subjetividade é o que caracteriza uma máxima, pois: i) está diretamente ligada a um fim particular – a regra da ação decorrente de uma máxima sempre está ligada a um fim particular; ii) depende da adoção de um sujeito – eu *tomo* a máxima enquanto minha. A máxima subjetiva na condição de lei (*máxima moral*) independerá, enquanto condição de determinação da ação, por completo fim particular, ou seja, aquilo que eu quero particularmente, a condição ou razão de determinação será a própria ideia do dever moral, por outro lado, a máxima continua sendo uma adoção do sujeito da ação, continua válida para o sujeito da ação, nesse sentido, permanece subjetiva.

⁶⁹ A posição de Kant é de que não faria sentido falar em dever se a vontade do ser humano fosse santa, ou seja, não sujeita às inclinações sensíveis, uma vontade que não fosse capaz (nunca) de nenhuma máxima da ação conflitante com a lei moral. Porém, enquanto ser afetado por carências e *móviles* sensíveis a noção do dever moral se faz necessária (KANT, 2003a, p. 109).

objeto, porém a ação não estará condicionada, ou seja, não será determinada em função do objeto meramente particular, o efeito que se espera da ação, antes por uma obrigação prática, ou seja, *por dever* – reconhecimento, respeito e adoção do princípio prático; aqui está o que Kant chamou de um *querer autêntico* – “O cumprimento do dever consiste na forma do querer autêntico e não nas causas mediadoras daquilo que é conseguido” (KANT, 1993, p. 291).

Segundo Kant (1980a, p. 114), somente a *máxima da ação* pode apresentar o *princípio do querer*, também chamado por Kant de *princípio da vontade*, ou seja, pode fazer abstração do objeto desejado enquanto aquilo que determina a ação, enquanto aquilo que move a vontade. A máxima da ação pode não depender diretamente para determinar o querer fazer, para mover a ação do ser humano, de algum objeto desejado, importa ressaltar, mesmo que se queira o objeto desejado.

O ponto que devemos compreender é: mesmo que se tenha um objeto particular desejado, a vontade movida pelo *princípio*, esse objeto não será necessariamente a razão pela qual eu faço aquilo que faço, isso significa que a razão do meu querer fazer não necessariamente se apresentará, precisa e exclusivamente, no objeto que desejo. Eis o sentido de *abstrair o objeto de desejo*⁷⁰, mesmo que haja o objeto, ele não será o que determina/move a vontade. A ação que se orienta por este princípio é praticada por *dever*.

O dever kantiano, isto é, reconhecimento, respeito e adoção do princípio prático, o que implica em uma auto-legislação, não diz respeito somente a esse ou aquele ser humano, mas a todos e cada um em igual medida. Vejamos.

A

Se A, então B

B

A – um fim particular que quero.

Então B – máxima da ação.

B – máxima que pode também ser lei (caso válida para todos).

⁷⁰ Nas palavras de Kant: “Uma ação praticada *por dever* tem o seu valor moral, não no *propósito* que com ela se quer atingir, mas na *máxima* que a determina; não depende portanto da realidade do objeto da ação, mas somente do *princípio do querer* segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada” (KANT, 1980a, p. 114).

Se a máxima da ação for também uma lei (máxima moral) será capaz de ordenar/obrigar, isso mediante a noção do *dever* – o reconhecimento, respeito e adoção da lei prática⁷¹.

Quero conquistar a confiança do meu próximo – fim particular.

Se quero conquistar a confiança do meu próximo, então, vou contribuir para a sua felicidade.

Vou contribuir para a felicidade do outro – máxima da ação. Tal máxima pode constituir uma lei universal? Se sim, eis a lei.

Contribua para a felicidade do outro ou *devo* contribuir para a felicidade do outro – máxima (geral) que é, ao mesmo tempo, lei (máxima moral).

Há, assim, uma ordem de força maior que não se resume aos meros anseios particulares presentes em A (quero conquistar a confiança do meu próximo), antes, o que há são os *motivos ou razões morais*. O que vai determinar agir, ou seja, a *condição* de determinação da ação, não será o fim A, antes a conclusão B – *devo* contribuir para a felicidade do outro.

A *máxima geral* da minha ação fornece uma razão, ou seja, uma intenção ou o porquê para agir, que estará sempre ligado diretamente no fim particular que quero, o fim A.

A máxima moral também fornecerá uma razão, uma intenção ou o porquê para a ação, mas mesmo que haja o interesse por A, o interesse não será a razão ou condição da ação, a intenção ou o porquê será moral, ou seja, por *razões morais*. Para o caso da ação com *valor moral*, para o caso da ação *virtuosa*, ao investigar *as razões da ação* não podemos encontrar o desejo por A, ou seja, um desejo meramente particular enquanto condição, enquanto determinante.

A questão é: a máxima da ação derivada do meu desejo particular pode ser universalizável? Pode constituir uma lei? Se sim, temos a máxima moral e então não se

⁷¹ É preciso observar que, segundo Kant, toda máxima possui *matéria* e *forma*. A matéria consiste no objeto (fim) que o sujeito da ação pretende ou pode pretender alcançar. A forma consiste na universalidade da máxima. Porém, daí não decorre que toda máxima, por ter uma matéria, seja uma máxima material, nem, por possuir uma forma, seja formal. O que delimita uma máxima enquanto *material* ou *formal* é a condição de determinação. Se o que determina, a condição da ação, é o objeto – o fim “A”, a máxima é material; por outro lado, se a condição de determinação for a sua forma (universalidade), trata-se de uma máxima formal. Veja, posso ter o desejo por A e ainda assim não ser movido/determinado por esse objeto, mas antes pela possível universalidade da máxima. Pode parecer estranho que uma máxima possa determinar a ação em função da sua forma, mas, como vimos, o homem é capaz de incorporar (de adotar) em sua máxima a lei (de querer a lei em sua máxima), nesse sentido, determinar a ação independentemente do fim desejado, antes pela lei, por dever. A máxima da ação, quando adota/incorpora a lei, é dita uma máxima moral ou formal.

tratará apenas de querer ou não realizar tal e tal ação por isso ou aquilo, o que representa a mera máxima, mas sim, de uma *ordem moral*, há o *dever* de realizar tal e tal ação, independentemente do desejo que resultou tal máxima – por motivo ou razão moral. O motivo ou condição de determinação da vontade não será o meu fim particular, mesmo que eu o tenha, mesmo que ele venha a se realizar, mas antes o próprio *dever*⁷².

Por *razões/motivos morais*, se negamos a máxima, consequentemente, negamos também o fim A⁷³. Por *razões/motivos morais* certas máximas são negadas, algumas permitidas e outras *requeridas* – mesmo que não haja o interesse/desejo por A⁷⁴.

É importante observar que no caso da ação *por* dever o motivo da ação será a própria ideia do dever. Com isso queremos ressaltar a distinção realizada por Kant na *Fundamentação* entre a ação *conforme o dever* e a ação *por dever*. Nas palavras de Kant.

Ser caritativo quando se pode sê-lo é um dever, e há além disso muitas almas de disposição tão compassiva que, mesmo sem nenhum outro motivo de vaidade ou interesse, acham íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta e se podem alegrar com o contentamento dos outros, enquanto este é uma obra sua. Eu afirmo porém que neste caso uma tal ação, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar com outras inclinações, por exemplo, o amor das honras que, quando por feliz acaso topa aquilo que efetivamente é de interesse geral e conforme ao dever, é consequentemente honroso e merece louvor e estímulo, mas não *estima*; pois à sua máxima falta o conteúdo moral que manda que tais ações se pratiquem, não por inclinação, mas *por dever*. [...] se a natureza não tivesse feito de um tal homem (que em boa verdade não seria seu pior produto) propriamente um filantropo, – não poderia ele encontrar dentro de si um manancial que lhe pudesse dar um valor muito mais elevado do que um temperamento bondoso? Sem dúvida! – e exatamente aí é que começa o *valor do caráter*, que é moralmente sem qualquer comparação o mais alto, e que consiste em fazer o bem, não por inclinação, mas por dever (KANT, 1980a, p. 113)⁷⁵.

⁷² Uma ordem de força apodítica, necessária e universal.

⁷³ Se quero um fim, então a minha vontade fornece a si própria o mandamento/ordem de querer os meios, na medida em que seria irracional não querer os meios. Uma vontade que quer um fim se obriga a querer também os meios, por *motivos morais* se negamos os meios estamos diante da necessidade de renunciar o fim desejado.

⁷⁴ Por exemplo, mesmo que eu não seja um filantropo e não queira fazer caridades por prazer, o dever me ordenará fazer o bem ao próximo, independente de amá-lo ou preocupar-me com a sua sorte, essa posição torna-se mais clara com a divisão dos deveres para o caso do ser humano na *Metafísica dos costumes*. Ou seja, mesmo que não haja “A” no início da ação, haverá a noção (consciência) do dever e, se houver (mesmo que haja) o desejo por A, a *condição* da ação, quando há a preocupação moral (por razões morais), será o dever – por dever.

⁷⁵ *Grifo nosso*.

Veja, qualquer dado que se esbarre na noção de dever, por exemplo, as inclinações, os desejos, determinações externas e alheias, enquanto *condição de determinação* da ação, mesmo que a ação seja conforme ao dever, irá ferir o verdadeiro valor da ação, o *valor moral*, o qual Kant também nomeia de *valor do caráter*, alguns dos motivos: i) ora posso querer fazer, ora não; ii) ao avaliarmos a ação, o que sempre se sobressai, quando a condição de determinação da ação não é por dever, é o ‘querido eu’, a intenção egoísta; iii) valor da ação é sempre relativo e nunca absoluto – por si só, em si⁷⁶. O verdadeiro valor da ação – o valor moral, somente é possível, segundo Kant, na ação precisamente *por dever – por reconhecimento, respeito e adoção da lei prática*⁷⁷.

É justamente devido à finitude humana que há a necessidade do *dever*, a *obrigação moral* – o que pode simbolizar algumas perdas particulares e empíricas, mas, certamente, os ganhos são morais; mediante a noção do dever – *eu me obrigo* – reconheço, respeito e adoto a lei prática, eis a força do dever – há a adoção do princípio prático pelo próprio *querer*⁷⁸.

O ser humano não pode ser fisicamente forçado, porém, a posição de Kant é de que todo ser humano pode ser *moralmente* forçado, o que ocorre pela ideia (ciência/noção) do dever. Nesse sentido, segundo Kant, chegamos à perfeição de qualquer ser humano enquanto *pessoa*, isto é, ele é capaz de *por si mesmo*, antes de se deixar mover por um fim meramente subjetivo, pelos interesses particulares ou por qualquer exterioridade, de agir em acordo com a noção do seu dever – *por dever*⁷⁹.

Na noção de *dever* kantiano abrangemos: i) o sentido de agir segundo razões morais, afinal não se pode ser consciente de uma exigência moral sem reconhecê-la como uma razão para agir; ii) o sentido de dar-se razões racionais para agir, visto haver

⁷⁶ O ponto essencial, para Kant, é esclarecer quando a ação é praticada conforme ao dever e precisamente por dever, visto que, segundo o filósofo, para o caso da natureza humana, é somente as ações conforme e por dever que poderá haver o valor moral. Como explica Allison, (1990, p.85), na primeira seção da *Fundamentação*, Kant inicia com o que o filósofo considera ordinário, ou seja, a concepção pré-filosofia da moralidade (a idéia de uma boa vontade enquanto a única incondicionalmente boa) e procede analiticamente ao conceito de *dever* e à ação motivada por esse conceito *enquanto uma condição do valor moral*.

⁷⁷ No âmbito da filosofia moral pura kantiana a lei moral exigirá que a minha máxima da ação seja ao mesmo tempo uma máxima moral.

⁷⁸ Esse querer fazer moral, pode ser ensinado? Pode ser formado via educação? Eis algumas questões que serão ponderadas posteriormente aqui.

⁷⁹ Kant, com a filosofia moral pura, estabelece, primeiro, a noção do dever *em geral*, ou seja, o *respeito pela lei moral*. Posteriormente, com a segunda parte do seu pensamento moral, oferece a divisão dos deveres para o caso da natureza humana – a ordem moral para dos seres humanos. Desse modo, temos: i) o sistema da crítica – a fórmula geral do dever; ii) o sistema da ciência – com referência particular à natureza humana, a divisão dos deveres para o ser humano.

a *adoção* de princípios da razão, independentemente, por exemplo, de meros objetos do desejo⁸⁰; iii) a possibilidade da ação virtuosa, segundo Kant: virtude é a força da máxima do homem em sua obediência ao dever (KANT, 2008, p. 13)⁸¹. Ou ainda:

Estar seguro do progresso até o infinito de suas máximas e de sua imutabilidade com vistas ao *desenvolvimento constante*, isto é, a *virtude*, é a coisa mais elevada que uma *razão prática finita* pode conseguir; a qual por sua vez, pelo menos como *faculdade naturalmente adquirida*, jamais pode estar *acabada*, porque a segurança em tal caso não se converte nunca em certeza apodíctica, e como presunção é muito perigosa (KANT, 2003a, p. 111)⁸².

Observamos a intrínseca relação entre *dever*, *máxima da ação* e *virtude*⁸³. Segundo Kant, a virtude, além da máxima em sua obediência ao dever, consiste no desenvolvimento constante e progresso infinito das máximas da ação – de meras máximas à máximas morais – significando o estágio mais elevado que a razão prática finita, eis o caso ser humano, pode conseguir.

Parece que, segundo Kant, esse desenvolvimento constante, ou seja, o progresso infinito das máximas da ação é apresentado enquanto possível mediante a educação, não enquanto o único caminho, mas, como um deles; isso significa que, para o filósofo, um dos caminhos para o ensino e o cultivo da virtude, centra-se, embora não exclusivamente, na educação.

⁸⁰ ‘Todo ser humano deve preservar a sua vida’. Porém, para que essa lei objetiva tenha validade para um sujeito/agente específico, ele deve querer que tal lei seja a sua lei, ou seja, a lei de suas ações. Ele deve adotar/incorporar a lei à sua máxima da ação, afinal, de nada valeria a objetividade de uma lei se o agente não a quisesse enquanto sua lei. Nesse sentido, temos uma lei objetivamente válida que é, ao mesmo tempo, por ser adotada/querida pelo agente da ação, subjetiva, uma máxima moral. *Trata-se de querer (subjetivo) fazer o que deve (objetivo) ser feito*. No querer fazer o que deve ser feito, temos a possibilidade do princípio prático objetivo realizado na ação particular, o que apenas é possível a partir da incorporação (adoção) da lei objetiva à máxima subjetiva, isso significa querer o princípio na realização da ação. A possibilidade de incorporar (adotar) a lei na máxima da ação, é apresentada por Allison em *Kant's theory of freedom*. New York: Cambridge University Press, 1990, pp. 5-6.

⁸¹ Em oposição à ética do dever Rodhen (KANT, 2003a, p. XXII), aponta uma ética do tipo estética, vejamos: “É muito bonito, por amor aos homens e por participante da benevolência, fazer o bem a eles por amor à ordem de ser justo, mas isso não constitui ainda a autêntica máxima moral de nossa conduta, adequada à nossa posição de homens entre entes racionais, quando, por assim dizer como voluntários, arrogamo-nos com soberba fatuidade a não nos importar com as representações do dever; e, como que independentes de mandamento, querer fazer meramente por prazer próprio aquilo para o que nenhum mandamento ser-nos-á necessário”. Rodhen observa que uma ética do tipo estética, a atitude estética, implica na não determinação imediata pela lei (ação por dever), o que há, no melhor dos casos, são ações conforme ao dever, com o *motivo* da ação posto em algo diverso ao dever, por exemplo, porque é bonito aos olhos alheios; o que resultará, de um lado, no abandono do espírito da lei e, de outro, a admissão de motivos concorrentes diversos da lei, tornando-a heterônoma.

⁸² *Grifo nosso*.

⁸³ Tal relação será devidamente explicitada no capítulo III do presente estudo.

Talvez possamos afirmar que com a educação, na visão de Kant, há a possibilidade do desenvolvimento contínuo da *razão prática* – a faculdade ‘naturalmente’ adquirida; bem como, há com a educação um dos mecanismos para que os princípios práticos objetivos possam ser *adotados/queridos* pelo ser humano, afinal, ainda que o fundamento moral puro, em Kant, seja necessário para o conceito de moralidade, ele não é suficiente conferir o valor moral a uma ação. Os meios pelos quais uma ação tem ou apresenta o *valor moral* envolvem não apenas princípios objetivos, mas também, subjetivos, isto é, o querer fazer⁸⁴.

Por fim, queremos ressaltar a expressão “*ele é capaz de por si mesmo*” de agir em acordo com a noção do seu dever. Isso implica dizer que na condição de entes racionais e sensíveis, a moralidade, autonomia e liberdade estão comprometidas com a ação *por* dever⁸⁵; a própria consciência do *dever* revela, simultaneamente, a consciência da *autonomia* (se dar a lei) e *liberdade* (seguir a lei)⁸⁶.

Kant concebe uma teoria moral que envolve um *dever*, por outro lado, também diz respeito à condição de um ser humano capaz de autonomia e liberdade, por essa razão, digno de respeito. Conforme explica Rohden, eis o significado extremo da filosofia moral de Kant:

E é este o sentido mais alto da moralidade kantiana: de formular uma concepção moral que exige o respeito incondicional pelo ser

⁸⁴ Queremos dizer que mediante a *Educação*, Kant parece apontar um dos mecanismos que pode fornecer efetivamente a resposta à questão prática: “*o que devo fazer*”. Eis o que, ademais, será investigado no capítulo III.

⁸⁵ Cf. KANT, I *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.p. 111.

⁸⁶ Age-se por *dever* e ao mesmo tempo por *liberdade*. Por se dar e por assumir/adotar/seguir a lei prática o ser humano é autônomo e livre. No que diz respeito à autonomia, como explica Höffe: “[...] o princípio de todas as leis morais consiste em autonomia, na autolegislação do querer.” (HÖFFE, 1986, p. 186). Acerca da liberdade, de acordo com o filósofo, a liberdade é a propriedade da vontade como causalidade dos seres racionais, independente das causas entranhas que possam determinar a sua vontade. Mediante essa definição temos o conceito negativo de liberdade, o qual a vontade não está sujeita a qualquer determinação externa ou alheia. Porém, desta mesma definição também decorre o conceito positivo de liberdade, pelo qual a vontade é movida apenas segundo uma lei que *o próprio indivíduo oferece a si*. Nota-se que o conceito positivo de liberdade, embora não seja uma propriedade da vontade segundo leis externas, não está por isso desprovida de leis, é uma vontade agindo de acordo com leis necessárias e universais que são dadas pelo próprio ser humano. Ser livre significa, portanto, ser capaz de *adotar e seguir/obedecer* à lei prescrita por si, independentemente, por exemplo, dos desejos particulares e de toda e qualquer determinação externa. Nesse sentido, temos, com Kant, a liberdade enquanto a chave para a explicação da autonomia da vontade, segundo o filósofo, a vontade é autônoma, pois possui a capacidade de fornecer a si a sua própria lei, sendo, concomitantemente, livre por adotar e seguir/obedecer tal lei – livre de toda tendência, inclinação, desejo particular e/ou empírico enquanto condição de determinação da sua vontade. Desse modo, o indivíduo estará sujeito apenas a sua própria legislação, dada por si e assumida para si, eis o ser *autônomo e livre*. Tem-se que uma vontade livre e a vontade submetida a leis são apenas uma coisa só, pois o ser humano não obedece a uma lei que lhe é imposta de fora, mas uma lei que o próprio se deu, mediante a sua capacidade de ser autônomo, a sua capacidade de fornecer a si a sua própria lei, em suma, mediante a sua razão prática pura.

humano enquanto capaz de autonomia, ou de formular um concepção que faz “do pensamento do dever – que abate toda a arrogância e todo o vão amor-próprio – o princípio de vida supremo de toda moralidade do homem” (KANT, 2003a, XXIII).

1.3 A educação na filosofia prática de Kant

A Filosofia moral de Kant foi, por muitas vezes, criticada por seu rigorismo, formalismo, insensibilidade e vazio. Por não levar em consideração, na formulação dos seus princípios, na *elaboração, busca e fixação* dos princípios morais, a natureza sensível do ser humano e as suas particularidades, o que diz respeito, por exemplo, à biologia, à história, à educação ou à antropologia, são apresentadas, em grande medida, enquanto irrelevantes, desligadas ou desnecessárias à moralidade conforme pensada pelo filósofo de Königsberg⁸⁷.

Pensamos que a citada crítica é injusta com a filosofia moral kantiana, tendo em vista que, apesar de sua filosofia prática pura não fundar os seus princípios sob bases empíricas, não deixou de ressaltar ou abordar a constituição sensível do ser humano, ou seja, a sua porção empírica. Então: será Kant o filósofo cuja filosofia moral apresenta-se, de fato, enquanto um mero formalismo vazio, não efetiva e precária quanto a sua efetividade, o seu alcance ou realização? Vejamos.

Podemos conceber a *Filosofia Prática* de Kant constituída, essencialmente, por duas partes.

Há o primeiro momento, o objetivo primeiro de sua filosofia prática, conforme vimos em 1.2, que diz respeito aos *fundamentos*, concentrando-se *exclusivamente* à *fundamentação da moralidade*.

No entanto, o pensamento prático de Kant não se resume à parte pura, não se resume apenas à possibilidade e busca de leis morais puras que devem determinar a conduta da natureza humana por motivos *a priori*. Há também o segundo momento, o objetivo segundo da filosofia prática kantiana, que diz respeito à aplicabilidade, à

⁸⁷ Como aponta Oliveira (2006, p. 69): “o argumento de que os últimos escritos de Kant são frutos de um período de senilidade, junto à grande repercussão das obras anteriores à década de 1780, quase nos limitou a uma interpretação do pensamento ético de Kant em que os estudos sobre a antropologia, psicologia, biologia, história, educação ou qualquer outro de cunho empírico contribuíram pouco nos trabalhos sobre a aplicabilidade de sua ética”. Nesse sentido, pensamos que examinar a educação kantiana, enquanto um dos caminhos possíveis para a efetivação moral, possibilita, ademais, uma compreensão mais ampla do pensamento moral/ético de Kant.

efetivação, à realização, ao alcance do princípio prático. Eis a parte *empírica* do pensamento moral de Kant, o qual tratará, especificamente, *da moralidade aplicada ao ser humano*, isto é, da divisão do *dever-ser* para a natureza humana – ser racional e sensível. Segundo Kant (1983, p. 409): “[...] toda a Filosofia é ou um conhecimento a partir da razão pura ou um conhecimento racional a partir de princípios empíricos. A primeira chama-se *filosofia pura*, a segunda *filosofia empírica*”⁸⁸.

Importa dizer que a parte empírica da filosofia prática kantiana também trata do *dever-ser*, ou seja, ocupa-se com tudo aquilo que deve, necessariamente, acontecer do ponto de vista da moralidade, porém, levando-se em consideração a condição, as especificidades, as particularidades do ser humano; o que Kant, em alguns momentos da sua filosofia prática, chamará de *ética* (KANT, 1997, p. 226).

A parte empírica cuidará de “esquematizar” os princípios puros do dever pela aplicação destes aos casos da experiência e apresentá-los prontos para o uso moral⁸⁹.

A parte empírica da filosofia prática de Kant foi desenvolvida pelo filósofo, por exemplo, nas obras: *A religião nos limites da simples razão*, *Metafísica dos costumes – Doutrina do Direito* e *Doutrina da Virtude*, *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, bem como em suas preleções sobre Geografia e Educação.

Terra (2003, p. 68) explica que a *Fundamentação da metafísica dos costumes* e a *Crítica da razão prática* estariam no âmbito da *crítica*, ou seja, da investigação, do exame, da análise reflexiva, enquanto que a *Religião*, *Metafísica dos costumes*, *Antropologia*, *Educação*, estariam no da *ciência*, ou seja, da efetivação, do alcance, da realidade ou realização.

Ainda segundo Terra, a diferença entre o *sistema da crítica* (a parte pura) e o *sistema da ciência* (parte empírica) estaria no fato de que a primeira se concentrou na formulação da lei moral – na fórmula universal da moralidade, enquanto que o segundo, vale dizer, o sistema da ciência, levando em consideração a natureza humana, as

⁸⁸ *Itálicos acrescentados.*

⁸⁹ *Doutrina da Virtude* VI. Evidentemente, não se trata do *Esquematismo* pretendido por Kant em termos especulativos na *Crítica da razão pura*, afinal, a lei prática não pode ser apresentada na intuição, em termos práticos, trata-se de uma típica a qual já encontramos indícios na *Crítica da razão prática* sob o título: *Da típica da faculdade de julgar prática*, que cuidará da questão prática de saber como fazer da lei prática se realizar no mundo sensorial. O que é necessário, pois, uma teoria moral, ainda que obtenha seu *princípio supremo* sem considerar as particularidades da natureza humana, não pode deixar de se indagar sobre a efetividade destes princípios aos seres racionais e sensíveis, nesse caso, o ser humano – um agente. Desse modo, segundo Terra: “Tanto o esquema quanto o tipo são mediadores e possibilitam a aplicação da lei, teórica no primeiro caso, prática no segundo”. (TERRA, 2003, p. 80).

especificidades do ser humano, buscou determinar a divisão dos *deveres* para o caso da natureza humana, preocupou-se com a efetivação, realização ou alcance moral a partir do ser humano.

O sistema da *crítica* pressupõe uma fundamentação da moralidade, representa a possibilidade de um princípio supremo da moral, indica e justifica a fórmula determinada de todo o *dever-ser*. Por outro lado, a determinação particular dos deveres como *deveres humanos*, encerra-se no âmbito do sistema da *ciência*.

Podemos pensar que a transição do *sistema da crítica* para o *sistema da ciência* significa a possibilidade de acrescentar um mínimo de empiricidade sem que o caráter fundamental puro seja comprometido, sem que haja rupturas com a lei prática pura fundada anteriormente. À fundação da moralidade coube o fundamento relativo ao princípio da ação; porém, se há a preocupação moral, é necessário estar atento para que a ação no real não implique uma inteira ruptura com a legislação da razão prática pura, mas, antes, represente o suplemento de uma tal lei, ou seja, a ação vai procurar efetuar a moralidade, na medida em que torna possível o seu exercício externo.

Desse modo, podemos pensar a *Filosofia Prática* de Kant constituída e sustentada, apropriadamente, por duas partes:

i) uma parte pura (não empírica), na qual há a busca do *princípio supremo da moralidade* isolado de toda particularidade, de todo dado empírico, eis unicamente o momento de busca e fixação do fundamento da ação que pode apresentar valor moral;

ii) uma parte empírica, que consiste na verificação da possibilidade da efetividade do princípio supremo, nesse momento, levando-se em conta a espécie humana: suas limitações, finitude, peculiaridades, sua própria condição. Tem-se a preocupação com a realização das ações em geral com valor moral⁹⁰.

A citação de algumas passagens é suficiente para marcar essa posição; vale observar que não são poucos os momentos em que Kant nos acena com a divisão da filosofia prática em *pura* e *empírica*. Por exemplo:

⁹⁰ Querer dividir a *Filosofia* em pura e empírica, talvez somente seja plausível tendo em vista que a filosofia pura cuida do pensamento, da reflexão teórica, enquanto que a filosofia empírica da aplicação. Em geral, pensamos que somente nessa perspectiva essa divisão se sustenta, afinal, a filosofia é intimamente guiada e ligada pelas questões humanas, isto é, *sobre* e *do* ser humano. Por outro lado, no interior da *filosofia prática de Kant*, pensamos que essa divisão se sustenta, primeiramente, em razão das preocupações do filósofo tendo em vista a moralidade, ou seja, a busca e fixação de princípio prático supremo puro (leis necessárias – KANT, 1997, p. 226) e, segundo, se levarmos em consideração a necessidade da divisão da metafísica dos costumes análoga à da metafísica da natureza, conforme aponta Kant no Prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes*.

A metafísica dos costumes, ou *metaphysica pura*, é apenas a primeira parte da moralidade; a segunda parte é a *philosophia moralis appliccata*, antropologia moral, à qual os princípios empíricos pertencem [...] A filosofia prática geral é propedêutica. A antropologia moral é a moralidade aplicada ao homem. *Moralia pura* é baseada em leis necessárias, e assim ela não pode ser fundamentada na constituição particular do homem, e as leis baseadas nisso ficam conhecidas na antropologia moral sob o nome de ética (KANT, 1997, p. 226).

Ou,

Desta maneira surge a ideia duma dupla metafísica, uma Metafísica da Natureza e uma Metafísica dos costumes. A Física terá sua parte empírica, mas também racional; igualmente a Ética, se bem que nesta a parte empírica se poderia chamar especialmente Antropologia prática, enquanto que a racional seria a Moral propriamente dita (KANT, 1980a, p. 103).

A *moral pura*, a *filosofa moral pura*, ou ainda, a *Moral* propriamente dita, segundo Kant, diz respeito a uma lei necessária, ou seja, uma lei que determina o que deve acontecer independentemente de todo e qualquer dado, acontecimento, efeito (...); a possibilidade de efetividade dessa lei será investigada, posteriormente, com a *antropologia prática*, *antropologia moral*, ou ainda, *filosofia moral aplicada*, sob o nome de *ética*⁹¹. Tais termos referem-se ao estudo empírico do ser humano que, segundo Loudon (2000), podemos denominá-lo de *ética impura*⁹².

Ao abarcarmos a complexa concepção da ação de Kant ao tratar da moralidade, observamos que a parte empírica, a *ética impura*, muitas vezes negada em sua filosofia prática, centra-se nos textos em que Kant, ao abordar questões acerca da natureza e condição humana, traz à filosofia prática os elementos de uma moral aplicável, isto é, as partes relevantes da experiência humana, por exemplo, a própria natureza e a condição do ser humano, a sua cultura, a educação, ou seja, os elementos que muitos de seus críticos apontaram a ausência, investigando, desse modo, a possibilidade da *efetividade moral*, de realização ou eficácia do fundamento puro dos costumes.

Há a busca pelo fundamento puro dos costumes – a *lei fundamental da razão prática*, e, posteriormente, a possibilidade de aplicação desse fundamento. Vale

⁹¹ Levando em consideração a totalidade do pensamento prático de Kant ao cuidar das questões morais, talvez, seja possível colocar as apropriadas advertências ao tão divulgado vazio, rigorismo ou formalismo kantiano.

⁹² Loudon chama a atenção para o fato de que Kant dedicou muitos de seus estudos e aulas à investigação empírica do ser humano, a qual seria necessária para a efetivação dos princípios puros.

observar que não é seguro perder de vista o todo do pensamento prático kantiano e cair, desse modo, no engano de apontar a filosofia prática enquanto mero formalismo. Julgamos a *parte pura* e a *parte impura* da moral kantiana enquanto necessárias e complementares, posição que parece ser sustentada pelo próprio filósofo⁹³.

Kant, na visão de Oliveira, ressalta:

[...] a *necessidade* de uma antropologia prática para nos tornar aptos a *aplicar a moral* propriamente dita através da nossa faculdade de julgar, que, por sua vez, é *aprimorada pela experiência*. Precisamos da antropologia prática para que sejamos capazes de acolher em nossa vontade, pela via da *educação* e do exercício, as leis morais em seus princípios e também assegurarmos a *sua eficácia*, seja pelo *aprendizado na nossa formação moral*, seja pela força externa do direito (2006, p. 71)⁹⁴.

Levando em consideração o todo da Filosofia Prática de Kant, podemos visualizar, desse modo, o lugar próprio da *Educação* no interior de sua filosofia, isto é: Kant aponta a educação enquanto um dos mecanismos capaz de realização dos princípios morais. Noutras palavras, um dos caminhos que pode alcançar a própria moralidade, um dos mecanismos capaz de assegurar a *eficácia moral* mediante o *aprendizado* – formação/desenvolvimento moral.

Não será o caso, por meio da Educação, de mesclar dados empíricos ao fundamento puro da moral, mas antes, de levar em consideração o que é relevante para efetivação ou alcance do princípio supremo da moralidade, vale dizer, a própria *natureza e condição humana*.

Conforme explica Oliveira:

Estas referências à antropologia moral, como podemos depreender, implicam o tema da educação onde está inserida o tema da formação moral [...] Kant lança uma pergunta que até hoje nos faz pensar: “Como poderíamos tornar os homens felizes, se não os tornamos sábios e morais?” Para isso é preciso que sejam educados (OLIVEIRA, 2006, p. 71-2).

⁹³ Observamos que a divisão entre *puro* e *empírico* na filosofia prática kantiana foi apontada também na *Crítica da razão prática* em um pequeno capítulo sob o título de “*Doutrina do método da razão prática pura*”. Em tal momento da obra, Kant afirma: “Muito antes entender-se-á por esta doutrina do método o modo como se pode proporcionar às leis da razão prática pura **acesso** ao ânimo humano, **influência** sobre as máximas do mesmo, isto é, como se pode fazer a razão objetivamente prática também subjetivamente prática” (KANT, 2002, p. 239). Eis a necessidade de averiguar o emprego da legislação moral à realidade dos costumes dos seres humanos.

⁹⁴ *Grifos acrescentados*.

Desse modo, pensamos que com a Educação, no interior da filosofia prática de Kant e conforme concebida pelo filósofo, há o desenvolvimento, a difusão, fortalecimento e a possibilidade de efetivação dos princípios morais, mediante a *formação moral do ser humano*. No que diz respeito a uma doutrina da educação, o filósofo coloca que não se trata apenas de saber se seríamos mais felizes no estado de barbarismos ou no estado de cultura e civilização, antes, trata-se, para Kant (1999a, p. 28), de uma questão fundamental: “como poderíamos tornar os homens felizes, se não os tornamos morais e sábios?”.

O caminho para tal fim, para a formação moral da natureza humana, em grande medida, localizamos nas preleções “*Sobre a Pedagogia*” (*Über Pädagogik*). Esta obra é resultado de relatos recolhidos por Friedrich Theodor Rink, amigo e aluno de Kant, quando o filósofo lecionou cursos de pedagogia na Universidade de Königsberg⁹⁵.

Avistamos aqui indícios do lugar da *Educação*, ou seja, a Pedagogia: a doutrina ou teoria da educação na filosofia prática de Kant. Segundo o filósofo, a pedagogia é *a contrapartida da metafísica dos costumes*. Desse modo, pensamos que devemos encarar, tendo em vista uma melhor compreensão da filosofia prática de Kant, a teoria educacional kantiana como um capítulo do seu pensamento prático, um complemento o qual trata, particularmente, da *ética*, a ética aplicada, “aplicada” significando o estudo empírico das especificidades humanas, da sua cultura, da condição e natureza do ser humano. A pedagogia auxilia, ademais, o ser humano alcançar os *princípios morais*, isto é, “os princípios que determinam *a priori* e tornam necessários o *fazer e o deixar fazer*” (KANT, 1983, p. 409). Em suma, podemos encarar a pedagogia kantiana enquanto o estudo empírico da natureza humana que pode auxiliar o *fazer com valor moral*.

⁹⁵ “Os professores de Filosofia da Universidade de Königsberg deviam regularmente ministrar curso de pedagogia aos estudantes, revezando-se. M. Crampe-Casnabert refere que as Lições de Pedagogia foram ministradas por Kant em 1776/77, 1783/84 e 1786/87.” (*Sobre a Pedagogia – Prefácio*). Os professores de filosofia das Universidades alemãs ocupavam-se também de cursos de Pedagogia, o que se justifica, afinal, muitos dos filósofos da época tiveram por objeto de reflexão e indagações a educação. *Sobre a pedagogia* foi publicada por Rink, mediante autorização de Kant, em 1803, um ano antes da morte de Kant. O tema da educação muitas vezes não é levado em consideração enquanto discussão filosófica do pensamento kantiano, o que ocorre, em grande medida, pelo modo como a teoria moral de Kant é tratada costumeiramente, conforme apontamos, não se leva em consideração, nem se apreende o valor, da sua parte empírica. No que diz respeito às preleções *Sobre a pedagogia*, é negada, muitas vezes, pelas desconfiâncias no que diz respeito a sua origem e autoria – autêntico/não autêntico, kantiano/não kantiano – do texto. Pensamos ser possível desfazer a desconfiança acerca da autenticidade da obra se levarmos em consideração as demais posições (embora não sistemáticas) de Kant acerca da educação em sua Filosofia, por exemplo, na *Doutrina do Método* das obras *Crítica da razão pura* e, principalmente, da *Crítica da razão prática*.

Por fim, queremos dizer que mediante a *Educação*, Kant aponta um dos mecanismos, não o único, mas um deles, que pode fornecer efetivamente a resposta à questão prática: "*o que devo fazer*", de modo a fazer com valor moral.

Afetado por tantas inclinações, em muitas situações, o ser humano por si só pode não apresentar a capacidade imediata de efetivar a moralidade, ou seja, de fazer o que se *deve* ser feito do ponto de vista da moralidade, o que Kant denomina, por vezes, de o processo de desenvolvimento de sua *Humanidade*⁹⁶, mister se faz o auxílio do *outro*; o outro, segundo o filósofo, podemos encontrá-lo com a *Educação*. Nesse sentido, podemos pensar que o valor das ações humanas pressupõe a educação, uma vez que “por natureza o ser humano não é um ser moral em absoluto” (KANT, 1999a, p. 95).

Com indícios o lugar específico da educação no interior da Filosofia Prática de Kant, isto é, a parte empírica da moral kantiana, podemos pensar que há com a educação um dos caminhos, apontado pelo filósofo, para o alcance moral, a possibilidade da efetivação da moralidade, ou seja, a possibilidade de ações éticas – a experiência, a vida, a realidade ética, via formação moral ou do caráter do educando.

Da disposição da filosofia prática kantiana podemos evidenciar o lugar singular que a pedagogia, bem como a prática educativa, ocupam no conjunto do pensamento prático de Kant, ou seja, a segunda parte da moral – parte empírica ou ética impura). Podemos vislumbrar, dado esse espaço próprio, a importância que a pedagogia e o processo educativo possuem segundo o seu pensamento.

Podemos considerar a educação kantiana enquanto um mecanismo capaz de efetivar o dever prático, a efetivação de todo o *dever-ser*; podemos abordar a filosofia da educação de Kant como um dos caminhos para o cultivo das *máximas morais*, para o desenvolvimento contínuo da máxima da ação, segundo Kant, a virtude⁹⁷.

⁹⁶ Kant caracteriza a *Humanidade* por: desenvolvimento de habilidades, qualidades e capacidades, desenvolvimento da prudência, alcance do conhecimento e da liberdade. Para o *pleno* desenvolvimento do ser humano, o desenvolvimento de sua Humanidade, é pressuposto o desenvolvimento da *razão*, que para o filósofo, é a faculdade dos princípios – princípios do conhecimento e princípios práticos. A educação kantiana parece ser um dos mecanismos capaz desse desenvolvimento.

⁹⁷ A questão que colocamos é: como? Se a educação é um dos caminhos, apontado pelo filósofo, para a formação moral, quais são, então, os meios para essa formação? Como alcançar/realizar a moralidade mediante a educação? Como formar o caráter? Como cultivar máximas morais, ou seja, desenvolver constantemente a máxima da ação? Para que, assim, o ser humano possa agir sempre de modo que a sua ação tenha um autêntico valor – o valor moral. Nota-se que parece haver em Kant uma ligação íntima entre *caráter* e *máximas adotadas*. A moralidade, o dever moral e, consequentemente, a autonomia e liberdade moral são ensináveis? Por fim, *se e como* é possível aplicar um princípio formal às ações concretas. A lei prática, embora não fundada sob bases empíricas, pode ser efetivada empiricamente? Eis algumas das questões que serão tratadas no capítulo III do presente estudo.

Porém, antes de tratarmos, propriamente, desse mecanismo ou caminho, vale dizer, a *Educação kantiana* – a doutrina da educação de Kant enquanto uma extensão de sua filosofia prática pura – abordaremos a antropologia de Kant, o que significa emprenhar-se em alguns aspectos da natureza humana; tal estudo diz respeito ao próprio o objeto da educação, a saber: o *ser humano*⁹⁸.

Pretendemos verificar com o estudo das características da antropologia de Kant, a constituição sensível do ser humano, isso significa versar sobre a porção sensível da natureza humana, para, ademais, verificar e avaliar sobre o que pode auxiliar e o que pode dificultar o alcance da moralidade, a possibilidade da formação moral ou do caráter, a efetivação da moral ou ação ética, o agente virtuoso.

No presente capítulo investigamos e apresentamos o *sistema da crítica* da filosofia moral de Kant, nos próximos capítulos, em particular nos capítulos II e III, examinaremos o *sistema da ciência*, o que significa examinar a construção e composição de uma ética aplicável, realizável e efetiva, isto é, o próprio alcance moral.

Refletiremos, nesse momento, sobre alguns elementos que, dada a constituição, condição e particularidades da natureza humana, podem auxiliar ou dificultar a efetivação dos princípios morais às ações: à vida ética.

⁹⁸ “As referências à antropologia moral implicam o tema da educação, onde está inserida o tema da formação moral” (OLIVEIRA, 2006, p. 71).

CAPÍTULO II

ESTUDO DA NATUREZA HUMANA

No presente capítulo teremos presente, em particular, a obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático* para que, seguindo as características da antropologia kantiana, possamos iniciar a reflexão e compreensão acerca da possibilidade da formação moral e a efetivação ética; a reflexão e compreensão da *ação humana em geral com valor moral*. O que significa ponderar, compreender e apresentar o sistema da ciência da filosofia prática de Kant: a parte empírica, a ética impura, a segunda parte da moral.

A decisão de iniciar a investigação sobre a filosofia prática empírica de Kant com o texto da *Antropologia* se dá, pois, na antropologia kantiana estão inseridas muitas de suas considerações sobre a educação e o objeto da educação, vale lembrar, o *ser humano*. Como as teorias pedagógicas, implícita ou explicitamente, discutem *uma concepção de ser humano*, pensamos que a teoria educacional de Kant também, entre outras coisas, traz à luz uma concepção da natureza humana⁹⁹.

Com a antropologia kantiana, verificamos, ademais, as considerações de Kant sobre a *natureza humana*, o *caráter*, a *pessoa*. Dito de outra maneira, a investigação antropológica de Kant busca, especificamente, responder: *o que é o homem?* Há na antropologia kantiana o estudo justamente do que pretendemos investigar a possibilidade de formação e desenvolvimento pleno mediante a educação – o *ser humano*: a sua ação, o seu caráter, a sua condição, a sua pessoa, a sua humanidade.

Desse modo, abordaremos a antropologia de Kant, sem perder de vista a sua metafísica moral anteriormente fundada, para iniciar a análise, compreensão e exposição da constituição do campo da efetivação e alcance dos princípios morais para o caso da natureza humana via educação, ou seja, por meio da a formação e desenvolvimento moral ou do caráter do educando.

Vale lembrar que o *valor do caráter* é moralmente, sem qualquer comparação, o mais alto. Eis a perfeição de toda a natureza humana enquanto *pessoa*

⁹⁹ Além disso, mesmo que nas obras, por exemplo, *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), *Religião nos simples limites da razão* (1793), *Metafísica dos costumes* (1797), o filósofo já apresente vários aspectos de sua antropologia, é somente com a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798) que há investigação antropológica de Kant de modo mais detalhada e sistemática.

(KANT, 1980a, p. 113). Daí decorre, ademais, a necessidade de formar o caráter (caso seja possível)¹⁰⁰.

Nesse sentido, procuraremos buscar nos elementos empíricos do ser humano, conforme postos por Kant em sua antropologia, o que pode facilitar ou dificultar o movimento da natureza humana no sentido da sua moralidade; aquilo que pode facilitar ou dificultar a ação do ser humano segundo princípios; o que pode ajudar ou prejudicar a formação do caráter, o desenvolvimento do ser humano ético, a concepção do agente virtuoso.

A presente etapa constitui uma espécie de prólogo para o próximo passo do estudo: *sobre o ensino da ética* – como formar os valores, desenvolver a moralidade e efetivar a ética na vida humana; como formar o caráter do educando, como cultivar máximas morais, como desenvolver a consciência do dever prático (moral ou de virtude) e realizar a ação *por* dever.

2.1 A antropologia de Kant

A obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático* foi escrita entre os anos de 1796 e 1797, porém, a sua última versão, organizada pelo próprio filósofo, foi editada em 1798. A obra originou-se das aulas que Kant ministrou em todo semestre de inverno de 1772 até a sua aposentadoria em 1796, é o conteúdo destes cursos que compõe esta obra.

Em um pequeno trecho de uma carta enviada ao seu antigo aluno Marcus Herz datada de 1773, conseguimos vislumbrar informações valiosas a respeito da antropologia kantiana. Vejamos.

Este inverno, pela segunda vez, estou oferecendo um curso em antropologia, o qual pretendo transformar em uma disciplina acadêmica própria [...] Meu *intuito* é expor através dela as fontes de todas as ciências, ciências da moral, ou habilidade, do convívio social, dos métodos de *educar* e governar os seres humanos, e assim, de tudo o que pertence ao prático [...] *Incluo* muitas observações da vida comum, de forma que, meus leitores terão muitas *oportunidades* para

¹⁰⁰ Mediante o estudo da antropologia kantiana podemos ter uma melhor compreensão do que Kant pretende quando aponta o ser humano considerado como *Pessoa*. Eis o que, entre outras coisas, buscaremos no presente capítulo.

comparar sua própria experiência com as minhas considerações e assim, do início ao fim, achar as aulas divertidas e nunca áridas. Em meu tempo livre, estou trabalhando em um exercício preparatório a partir desse (na minha opinião) muito prazeroso *estudo empírico* (*Beobachtungslehre*) da habilidade, da prudência, e até sabedoria que, junto com a geografia física e diferente de toda outra instrução, pode ser chamado de *conhecimento do mundo* (KANT, 1999b, p.141)¹⁰¹.

Na presente passagem há, de modo claro, alguns dados importantes para compreender a antropologia kantiana, bem como as suas implicações à educação e à moralidade. Por exemplo:

i) a origem da sua obra: “um curso em antropologia, o qual pretendo transformar em uma disciplina acadêmica própria”;

ii) o seu intuito ao abordar a antropologia: “expor através dela *as fontes de todas as ciências*” – da ciência da moral, da habilidade, da convivência social, dos procedimentos de como *educar* o ser humano, uma ciência de tudo àquilo que diz respeito ao *prático*¹⁰²;

iii) o que forma a obra e a sua oportunidade: as observações da vida comum, assim, os leitores poderão ter a oportunidades de comparar as considerações kantianas com as próprias experiências particulares;

iv) indícios do que seja, isto é, um indicativo do que define ou caracteriza a sua antropologia ou ciência pragmática: um prazeroso *estudo empírico* da habilidade, da prudência e sabedoria que, unido com a geografia física e, vale reforçar, diferentemente de toda outra instrução, pode ser denominado de *conhecimento do mundo*.

Com o desígnio de compreendermos a observação e orientação empírica de Kant acerca do ser humano, de entendermos a antropologia pragmática kantiana, sua função específica e contribuições aos aspectos educacionais e morais no conjunto da filosofia prática¹⁰³, devemos chamar a atenção para a definição e caracterizações do filósofo à sua antropologia pragmática enquanto um *conhecimento do mundo*. Devemos,

¹⁰¹ *Itálicos acrescentados.*

¹⁰² Vale lembrar que *prático*, por sua vez, diz respeito ao que *deve acontecer mediante leis da liberdade*. Eis já aqui indícios de uma íntima ligação entre a antropologia kantiana e a sua filosofia prática, ou seja, uma investigação prática, que diz respeito à moralidade.

¹⁰³ Loudon (2002), alerta que: “Ao mesmo tempo, para um filósofo que, após a sua “revolução crítica” em 1770, é conhecido sobretudo sobre a sua defesa da razão “pura”, i.e., um tipo de razão que é “absolutamente independente de toda experiência” (KrV B 3) – essa orientação empírica deveria servir também para nos alertar que determinar o quanto a antropologia kantiana se encaixa (ou não) com o resto do projeto filosófico kantiano não é tarefa fácil”.

portanto, chamar a atenção, precisamente, para dois termos, a saber: *pragmática* e *conhecimento do mundo*.

No prefácio da obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático* o filósofo aponta que todos os progressos do ser humano (pelos quais ele se *educa*) possuem a finalidade de fazer dos conhecimentos e das habilidades adquiridos *utilizáveis* e *realizáveis* no mundo, ou seja, o conhecimento e as habilidades adquiridas devem servir *para o uso no mundo*. No mundo, ressalta Kant, o objeto mais importante ao qual o ser humano pode/deve aplicar/realizar os seus conhecimentos e habilidades é o próprio *ser humano*.

“Conhecer, pois, o ser humano segundo a sua espécie [...] merece particularmente ser chamado de *conhecimento do mundo*, ainda que só constitua uma parte das criaturas terrenas” (KANT, 2006, p.21). De acordo com Kant, para o uso no mundo dos conhecimentos e habilidades adquiridas, isto é, a utilização e realização de todos os progressos da natureza humana, é necessário o que ele chamou de conhecimento do mundo, o que significa o conhecimento do ser humano – conhecer o ser humano, eis a proposta da antropologia kantiana¹⁰⁴.

O *conhecimento do mundo* mediante a *antropologia* – a doutrina ou ciência do conhecimento do ser humano – segundo Kant, pode ser sistematicamente composto por duas perspectivas:

i) Fisiológica (conhecimento fisiológico do ser humano): diz respeito à investigação acerca do que a *natureza* faz do ser humano, ou seja, a investigação sobre as causas naturais, por exemplo, das ações humanas. Nessa perspectiva, o ser humano é apenas um mero objeto da natureza, um ser determinado pelo o que a natureza faz dele, um ser meramente passivo no mundo o qual deixa a natureza determinar e agir.

ii) Pragmática (conhecimento pragmático do ser humano): diz respeito à investigação acerca do ser humano enquanto agente, isto é, uma investigação sobre o que o ser humano faz de si mesmo, ou pode fazer, ou deve fazer, o exame de um ser que age ou pode agir livremente; a antropologia de um ponto de vista pragmático aborda a natureza humana enquanto *atuante/agente* e *livre*.

O estudo do ser humano segundo a antropologia de um ponto de vista fisiológico e o estudo do ser humano segundo a antropologia de um ponto de vista

¹⁰⁴ Tal conhecimento se apresenta importante ao nosso estudo pois, confirme apontamos, expressa o conhecimento do próprio objeto ou interesse da educação – o ser humano.

pragmático, constituem o estudo ou o conhecimento que Kant chamou de *conhecimento do mundo*.

Acerca das perspectivas da antropologia, Louden, esclarece:

Essencialmente, a antropologia fisiológica é antecessora do que ficou depois conhecido como antropologia física; enquanto que a antropologia pragmática de Kant é a progenitora de várias antropologias filosóficas e existencialistas, e todas as antropologias derivadas da de Kant, aceitam que a natureza humana é (ao menos em parte) produzível por si mesma através da ação livre (LOUDEN, 2006, p. 31).

Vejamos um pouco mais de perto a perspectiva pragmática da antropologia, o aspecto pragmático do conhecimento do mundo/conhecimento do ser humano, aspecto tal que diz respeito ao interesse e investigação de Kant ao abordar um estudo antropológico.

Embora Kant apresente ambos os aspectos da antropologia, fisiológico e pragmático, gerando uma espécie de *conhecimento do mundo*, ou seja conhecimento da natureza humana, o filósofo distingue radicalmente o significado do conhecimento, bem como o tipo de conhecimento gerado por cada um dos métodos utilizados na investigação antropológica.

O ponto de vista fisiológico da antropologia oferece um vasto conhecimento das *coisas no mundo*, por exemplo, animais, plantas, países, clima, minerais, em suma, tudo o que faz parte da natureza. É o que Kant nomeia também de conhecimento do mundo *escolástico*, nesse caso, somente é possível compreender os eventos, as pessoas e, de um modo geral, as coisas inseridas *no mundo*. O ser humano meramente passivo pode compreender/entender as coisas no mundo, pode compreender a regra do jogo, porém, não é atuante. De acordo com Kant, a investigação antropológica segundo a perspectiva fisiológica permite-nos apenas um conhecimento teórico ou escolástico; o conhecimento decorrente desse método, alerta Kant, é apenas um conhecimento teórico sobre o ser humano.

Diferentemente, do ponto de vista pragmático da antropologia como conhecimento do mundo, essa abordagem permite um conhecimento pragmático, pois busca conhecer o ser humano como cidadão ou pessoa *do mundo*, não apenas *no mundo*. Isso significa que se considera o ser humano do mundo, essencialmente, enquanto um agente, e mais, considera o ser humano como um *agente livre*, isto é, o ser

humano que atua/participa do mundo, capaz de se determinar por si próprio, independentemente, por exemplo, da natureza ou qualquer exterioridade. Nesse sentido, a investigação antropológica de Kant, segundo um ponto de vista pragmático, examina *o que o ser humano pode ou deve fazer de e por si mesmo*¹⁰⁵.

Na perspectiva pragmática também há uma compreensão, um entendimento, porém a compreensão e o entendimento são alcançados com a participação, a atuação, escolhas e decisões, não meramente de modo passivo, pela observação, por exemplo, de fatores externos ao ser humano. Conforme explica Martins, na Introdução à *Antropologia*:

[...] o homem está em uma relação aberta com o mundo e pode atuar num sentido de formação e em outro, de transformação sobre o seu meio ambiente e sobre si mesmo, e com isso proceder segundo regras, perseguindo fins colocados e fixados por ele mesmo (e não pela natureza) (MARTINS, 2006, p. 15).

Nesse sentido, o ser humano não é apenas investigado especulativamente, antes pragmaticamente, o que significa, em linhas gerais, segundo o modo como ele emprega seus conhecimentos no mundo – como pessoa *do* mundo, o qual age, participa, atua, escolhe, determina, decide, se coloca fins¹⁰⁶ – “contém um conhecimento do ser humano como *cidadão do mundo*”¹⁰⁷, eis a antropologia conforme o interesse de Kant.

A investigação antropológica kantiana diferencia-se totalmente da proposta da antropologia abordada segundo um ponto de vista fisiológico e vale reforçar que o conhecimento do mundo a ser extraído da antropologia pragmática, o qual leva em consideração o *cidadão do mundo*, é distinguido radicalmente por Kant do conhecimento do mundo retirado da antropologia fisiológica, o qual leva em consideração as *coisas no mundo*, uma abordagem teórica pertencente somente à escola: “[...] pode-se ser um grande homem, mas somente para a escola, e sem que o mundo tire proveito do seu conhecimento”¹⁰⁸. Isso implica, segundo o filósofo, em não usar o conhecimento no mundo, ou seja, para o uso no mundo pelo e para o próprio ser

¹⁰⁵ De acordo com Beck (1984, p. 29), podemos considerar e compreender a natureza e o comportamento humano não separado do ponto de vista do agente, isso significa que se considera o sujeito envolvido na ação.

¹⁰⁶ O homem pode colocar fins a si próprio porque se experimenta como “ser livre atuante” (MARTINS, *Introdução à Antropologia*, p. 14).

¹⁰⁷ KANT, 2006. p. 21.

¹⁰⁸ Excertos dos cursos de Antropologia de Immanuel Kant, traduzido por Márcio Suzuki dos cursos de Antropologia de Immanuel Kant, publicados no tomo 25 dos *Kants Gesammelte Schriften*. Berlim: de Gruyter, 1997. Em <http://www.anpof.org.br/spip.php?article107>

humano. Portanto, para que o ser humano possa ser capaz de usar os conhecimentos no mundo, não deve ser considerado enquanto uma coisa no mundo, mas antes um ser do mundo.

Segundo Kant, é exatamente nesse ponto que se apresentam as falhas e os riscos de um estudo da natureza humana meramente escolástica, ademais, resulta em: um conhecimento de pouco alcance, um conhecimento de pouca eficácia e no mais amplo pedantismo. Nas palavras do filósofo.

Pedante é aquele que faz uso escolástico de seus conhecimentos, sabe designar seus conceitos meramente mediante expressões técnicas e fala somente num palavreado duto; ele faz uso de meros conhecimentos escolásticos no mundo, mas aqui é preciso saber utilizar seus conhecimentos sempre apenas de maneira acessível ao público, para que também outros nos entendam, e não apenas os doutos de profissão. Provoca riso quando pedantes dão mostras tão inábeis de seus conhecimentos, utilizando-os de maneira escolástica no mundo; pois nada provoca tanto riso quanto alguém que não tem capacidade de discernimento (*judicium discretivum*) e não vê o que convém às circunstâncias. Por isso, o pedante, que no mais pode ser um homem de mérito, sempre dá ensejo ao riso. É, portanto, necessário que aprendamos a fazer dos conhecimentos que adquirimos nas universidades um uso acessível ao público, para que saibamos, no relacionamento com os homens, como queremos *formar homens* ou nos fazer estimar entre eles. Temos de lidar, não com a escola, mas com *o mundo* [...] Alguém pode ser bastante erudito, mas, como não tem conhecimento *do mundo*, não pode utilizar isso vantajosamente, nem tirar proveito disso para si e para a comunidade¹⁰⁹.

Dos possíveis sentidos de conhecer o mundo – *conhecimento do mundo/conhecimento do ser humano* – decorre a importante distinção posta por Kant entre as expressões *conhecer o mundo* e *possuir o mundo*: “Também as expressões “*conhecer o mundo*” e “*possuir o mundo*” diferem bastante uma da outra em sua significação, pois um indivíduo só *entende* o jogo a que assistiu, o outro *tomou parte dele*” (KANT, 2006, p. 22).

Podemos então dizer que a antropologia de um ponto de vista pragmático, a antropologia conforme abordada por Kant, a antropologia enquanto *conhecimento*

¹⁰⁹ Excertos dos cursos de Antropologia de Immanuel Kant, traduzido por Márcio Suzuki dos cursos de Antropologia de Immanuel Kant, publicados no tomo 25 dos Kants Gesammelte Schriften. Berlin: de Gruyter, 1997. Em <http://www.anpof.org.br/spip.php?article107>. Grifos acrescentados. Pode parecer estranho o filósofo da *Crítica da razão pura* proferir algo sobre um tipo de conhecimento acessível ao público, o motivo se apresenta, segundo Martins, na distância entre a *razão pura* e a *experiência*: “o desnível entre a razão pura e a prática o conduz a elaborar uma Antropologia para superá-lo” (MARTINS, 2006, p. 14).

pragmático do mundo, encerra-se, precisamente, por considerar: os fatos, o real, a experiência do ser humano do mundo enquanto *agente*, o ser humano *do* mundo como atuante. Dito de outro modo, a antropologia conforme o interesse de Kant se encerra por considerar as características e as situações em que se colocam os seres humanos na e em sua experiência, isto significa: *os traços fundamentais do que os seres humanos de fato fazem ou deixam de fazer em sua vida tendo em vista a sua natureza e condição humana*¹¹⁰; eis o que Kant busca com a sua investigação antropológica – a ação, em geral e propriamente dita, do ser humano, considerando a sua própria condição e natureza.

Pensamos que tal investigação auxilia, ademais, os esforços de Kant em compreender o ser humano enquanto um *agente moral* – a *ação humana com valor moral*.

O que queremos, nesse momento, é chamar a atenção ao aspecto moral da antropologia pragmática kantiana, ou seja, a possibilidade de termos inserido no *conhecimento do mundo/conhecimento do ser humano*, o *conhecimento pragmático do ser humano* (o ser humano enquanto agente) e o *conhecimento prático do ser humano* (o ser humano enquanto agente moral e livre).

Primeiramente, vale observar que desde o Prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes* o próprio filósofo utiliza os termos *antropologia moral*, *antropologia prática* ou apenas *antropologia* para referir-se ao seu estudo/trabalho antropológico, devidamente desenvolvido por ele, posteriormente, na obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, alertando para o fato de que à antropologia moral pertencem os princípios empíricos, ou seja, a antropologia moral é a moralidade aplicada aos seres humanos¹¹¹. Eis, ademais, a função, o papel e a relevância da antropologia kantiana que, embora não apresente a antropologia pragmática e antropologia moral como idênticas, apresenta a antropologia prática contida em sua antropologia pragmática.

Segundo Loudon (2002), a antropologia moral é, antes, uma sub-disciplina de um campo mais amplo, que é a antropologia pragmática.

O aspecto prático inserida na investigação pragmática da antropologia kantiana marca a posição sustentada por Loudon, por exemplo, na obra *Kant's impure ethics*. Loudon (2000), adverte que, embora, as lições de antropologia de Kant contém

¹¹⁰ Cf. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, 2006, p.23.

¹¹¹ Cf. KANT, 1980a, p. 103.

uma antropologia moral característica, ao abarcamos a sua antropologia com o objetivo particular de analisar a antropologia moral as dificuldades não serão pequenas, afinal, como expõe Louden, em nenhum momento em sua investigação antropológica Kant diz, direta e explicitamente: “Irei agora discutir em detalhes o que (nos meus escritos de filosofia prática), chamo de ‘antropologia moral’” (LOUDEN, 2002, p. 34).

Mas, ainda segundo a posição de Louden¹¹², mesmo não encontrando sistematicamente a chamada antropologia moral em parte alguma da antropologia pragmática, nem mesmo em qualquer outro momento dos escritos de Kant, é definitivamente o caso de que *o aspecto prático da antropologia kantiana oferece inúmeras mensagens e implicações morais*, ou seja, à ação em geral do ser humano com conteúdo moral¹¹³.

Em segundo lugar, apesar de Kant não oferecer sistematicamente um lugar ou uma parte em seus escritos à antropologia moral, pensamos que se levarmos em consideração o próprio objeto da antropologia pragmática, a antropologia conforme investigada por Kant, isto é, o ser humano do mundo – agente e livre¹¹⁴ – podemos evidenciar, de fato, uma antropologia ou moral inserida em sua investigação pragmática da antropologia.

Noutras palavras, o ser humano considerado pragmaticamente por Kant, isto é, considerado e abordado enquanto *agente livre* (aquele que age/atua – não é mera passividade – livremente), gerando uma espécie particular de *conhecimento do mundo/conhecimento do ser humano*, nos remete a um aspecto bastante peculiar da antropologia pragmática de Kant, a saber, o seu aspecto *prático*, uma antropologia moral: uma abordagem da *ação* do ser humano *moral e livre*. Uma dimensão, a nosso ver, fundamental da antropologia de Kant.

Esse *conhecimento do mundo* é, não obstante, considerado por Kant um *conhecimento prático*, diferentemente do conhecimento teórico ou especulativo¹¹⁵; segundo Wood (1999, p. 194), uma característica notável dessa concepção kantiana da

¹¹² *Kant's impure ethics: from rational beings to human beings* (2000); *A segunda parte da moral: a antropologia moral de Kant e a sua relação com a metafísica dos costumes* (2002).

¹¹³ As referidas mensagens e implicações morais, agora mencionadas, serão devidamente expostas e desenvolvidas nos próximos passos – 2.2 e 2.3.

¹¹⁴ Tal objeto, ou seja, o objeto da antropologia pragmática, é explicitado por Kant, por exemplo, no Prefácio da *Antropologia*, vale lembrar: “[...] o pragmático, o que *ele* faz de si mesmo, ou pode e deve fazer como ser que age livremente” (KANT, 2006, p. 21).

¹¹⁵ Vale lembrar que o conhecimento teórico ou especulativo diz respeito ao *ser* e o conhecimento prático ou moral ao *dever-ser*.

antropologia prática é que ela é considerada como parte da filosofia moral ou prática, e não da filosofia teórica.

Klaudat (2010, p. 78), explica o sentido de tal consideração; a divisão superior sob a qual a filosofia se encontra apresenta a filosofia dividida em teórica e prática¹¹⁶ – a primeira diz respeito às *leis da natureza*, enquanto que a última diz respeito às *leis da liberdade* – desse modo, o que quer que seja, estando relacionado com a escolha/decisão de acordo com as leis da liberdade, é uma doutrina moralmente prática. Assim, a antropologia moral é, mesmo sendo uma *antropologia*, isto é, um conhecimento empírico do ser humano do mundo e de suas ações, uma forma de conhecimento prático, pois o ser humano e as suas ações que são do interesse da antropologia, conforme abordada por Kant, não são, do ponto de vista desse interesse, parte da natureza, antes, são do interesse da liberdade – o ser humano moral e livre¹¹⁷.

Vislumbramos e consideramos o aspecto prático da antropologia pragmática de Kant, justamente pelo o que envolve a sua investigação prática, isto é: chama-se prático tudo o que se refere à liberdade (KANT, 1999a, p. 35). Ou ainda:

Consideramos alguma coisa teoricamente, na medida em que atendemos apenas àquilo que diz respeito ao *ser*; consideramos, porém, praticamente, se examinamos aquilo que nela deveria encontrar-se mediante a *liberdade* (KANT, 1985, p. 48)¹¹⁸.

A investigação prática de Kant deteve-se, primeiramente, no fundamento da ação moral, posteriormente, por exemplo, com a *Antropologia* na ação em geral com valor moral, nesse sentido, a acepção de prático da antropologia prática de Kant está diretamente ligado à moralidade em geral.

No entanto, devemos observar que tanto a primeira parte, vale dizer, o *fundamento da ação moral*, como a segunda, *a ação moral em geral*, estão intimamente ligadas por um mesmo interesse, uma espécie de elo, a saber, as *leis da liberdade* – o *agente moral* e *livre*. Isso significa, ademais, que a *metafísica moral* e *antropologia moral* correspondem uma a outra; primeiro, há a preocupação com o fundamento do

¹¹⁶ Por exemplo, segundo as considerações de Kant realizadas no prefácio da *Fundamentação* sobre a divisão geral da filosofia e o princípio sob o qual esta divisão se sustenta.

¹¹⁷ Tal ponto fica evidente ao encarmos o Prefácio da *Antropologia* quando Kant aponta que a antropologia (doutrina ou ciência do conhecimento do ser humano) pode ser sistematicamente composta por duas perspectivas: *fisiologia* e *pragmática*.

¹¹⁸ Grifos acrescentados.

dever-ser, segundo, a preocupação centra-se na efetivação do *dever-ser*: o que *deve*, necessariamente, acontecer do ponto de vista da *moralidade*¹¹⁹.

Como apontamos anteriormente, pensamos que o aspecto prático da antropologia kantiana oferece algumas *mensagens e implicações morais e educacionais*. Na visão de Louden (2002), as principais mensagens morais e referentes à educação, da antropologia pragmática de Kant, são: i) tornar a moralidade algo efetivo na vida humana, ii) o próprio conhecimento do mundo/conhecimento do ser humano e, iii) a vocação (*Bestimmung*) da espécie humana. Vejamos.

- I) *tornar a moralidade algo efetivo na vida humana*: trata-se de descobrir mais sobre os seres humanos e os contextos nos quais eles vivem, com o objetivo, essencial, de tornar a moralidade eficaz (ou mais eficaz) na vida humana.

Isso envolve a busca empírica que perpassa as diferentes áreas, aspectos e contextos da vida, natureza e condição humana. Por exemplo: no aspecto *psicológico*, a questão para Kant é: que emoções individuais e inclinações estão caracteristicamente sujeitos os seres humanos que podem impedir, dificultar ou facilitar a sua ação a partir de princípios morais? Do ponto de vista *epistemológico*: o que acontece na situação cognitiva geral dos seres humanos que pode tornar difícil para que eles possam *compreender* e *agir* segundo princípios morais *a priori*? Da perspectiva da *biologia*, a pergunta que se coloca é: tendo em vista os fatores básicos, por exemplo, do crescimento e desenvolvimento humano com vistas à educação moral, quando e como é mais eficaz apresentar considerações morais na vida de uma criança? Do ponto de vista da *política*: que e quais os fatores políticos podem obstruir ou contribuir à formação e ao desenvolvimento de uma comunidade moral?¹²⁰

As preocupações com as diferentes dimensões da natureza e condição humana se justificam, pois ao refletirmos acerca da relação entre a *educação* e a

¹¹⁹ Podemos ainda observar que, atrelando a antropologia pragmática kantiana a uma concepção prática/moral, como aponta Martins (2009, p. 13) na introdução à *Antropologia*, enxergamos que os passos da *experiência do ser humano* e a sua *informação pragmática* são analisados e expostos por se ter em vista o *fim* da natureza humana. Os passos da *experiência humana*, bem como as *informações pragmáticas*, oferecidas pela antropologia kantiana, serão analisadas e expostas no que se segue: 2.2 e 2.3, buscando, ademais, as implicações à moralidade e à educação; tendo em vista a experiência humana e as suas informações pragmáticas apresentadas por Kant, buscaremos localizar aquilo que pode facilitar, dificultar ou mesmo impedir a ação do ser humano segundo princípios – o ser humano moral e livre. O fim da natureza humana será considerado no capítulo IV do presente estudo; pensamos que o que Kant chama de *Fim* (*Crítica do juízo*) ou *Destinação* (*Sobre a Pedagogia*) pode justificar, em Kant, o próprio “ensino da ética” – a formação moral do ser humano mediante a educação – caso seja possível.

¹²⁰ Cf. LOUDEN, 2002, p. 35.

formação humana, pois, conforme pensamos, há uma humanidade a ser formada e não somente desenvolvida cognitivamente, talvez seja correto e preciso levar em consideração o ser humano em sua totalidade, isto é, considerá-lo em suas diversas dimensões e não, por exemplo, apenas enquanto sujeito do conhecimento – conhecimento do mundo em sentido meramente teórico.

Há outras dimensões que constituem a natureza humana que não devem, se há a preocupação com a *plena* formação do ser humano, ser ignoradas, como bem observou Kant: o aspecto *psicológico* – que envolve as experiências individuais, as vivências de cada um, a própria identidade pessoal, o modo individual e próprio das experiências da vida, o desenvolvimento e preservação da identidade pessoal; o aspecto *epistemológico* – o sujeito do conhecimento, capaz de conhecimento, o desenvolvimento da capacidade cognitiva; a dimensão *política* – as relações sociais que envolvem direitos e deveres, a conscientização das relações de direito e deveres; a dimensão *ética* – o ser humano enquanto pessoa capaz de mover-se, agir e viver segundo valores, por exemplo: bem, bom, mal, justo, injusto, respeito, dignidade, liberdade, virtudes, em suma, o que é *virtuoso*.

Levando em consideração a *formação humana* em suas diversas dimensões, a nossa questão é: *como educar em valores? como formar o ser humano ético? como formar o caráter – a pessoa?*¹²¹

Continuando com as principais mensagens morais do aspecto prático da antropologia kantiana:

- II) *conhecimento do mundo*: trata, ademais, de saber se o ser humano pode fazer o que deve ser feito; refere-se a um tipo de conhecimento útil não meramente para a escola (conhecimento teórico), mas, fundamentalmente, para a vida do ser humano enquanto agente livre (conhecimento prático).
- III) *a vocação da espécie humana*: diz respeito à tentativa de Kant de fornecer uma espécie de mapa moral, isto é, uma orientação conceitual, uma delineação de para onde a humanidade destina-se enquanto espécie humana.

As informações oferecidas pela antropologia kantiana, a *experiência do ser humano* e a sua *informação pragmática e moral*, o que ela gera (i, ii e iii) serão investigadas e expostas no que se segue (em 2.2 e 2.3). Afinal, como sustenta Kant,

¹²¹ Tais questões serão abordadas e desenvolvidas no Capítulo III da presente tese.

precisamos saber do ser humano enquanto agente e do contexto de suas ações para verificar se o princípio prático puro poderá ser efetivado.

Noutras palavras, a razão humana finita, a “feliz simplicidade da razão vulgar”, não pode simplesmente ir de encontro com a moral pura, sem qualquer *auxílio*. Sem auxílio o ser humano pode facilmente se opor às leis do *dever-ser*, desviar-se muito facilmente de sua *moralidade*, do que *devemos*, do ponto de vista da moralidade, fazer. Nesse sentido, um conhecimento prévio da condição empírica da natureza humana torna-se algo necessário, um pré-requisito, vale dizer: caso os princípios *a priori* possa ser de algum *uso* para o ser humano.

Esse amparo encontramos, embora não exclusivamente, na *antropologia* conforme abordada por Kant, mediante o conhecimento da situação e condição empírica do ser humano, igualmente com a educação, por meio da formação, desenvolvimento, fortalecimento e difusão do princípio supremo da moral às ações e à vida humana.

Ficaremos, primeiramente, com o auxílio da antropologia kantiana, conforme apontamos, uma espécie de prólogo, o que se encerra em uma reflexão sobre o ponto de vista de Kant acerca da própria condição e natureza do ser humano. Com a antropologia kantiana pensamos ter indícios do modo como os seres humanos podem, de fato, levar uma *vida moral*, indicações do que é preciso e decisivo para agir moralmente, para efetivar o princípio supremo da moral – a ação com conteúdo moral. Pensamos que a *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, do mesmo modo as preleções *Sobre a pedagogia* nos oferecem esse caminho¹²².

Por fim, ainda com o desígnio de compreender a proposta da antropologia kantiana, a sua marca e implicações à moralidade e educação, um outro dado digno de esclarecimento é: a antropologia, conforme investigada por Kant, não é uma antropologia *local*, mas *geral*. Nas palavras de Kant:

Aqui os *conhecimentos gerais* sempre precedem os *conhecimentos locais*, caso tal antropologia deva ser ordenada e dirigida pela filosofia, sem a qual todos os conhecimentos adquiridos não podem proporcionar senão um tatear fragmentário, e não ciência (KANT, 2006, p. 22).

¹²² Vale reforçar que, mesmo com o desenvolvimento da segunda parte da moral – a parte empírica da moral, não se pode negar que a ética kantiana é muito exigente, exige que se tenha os *princípios da razão prática* enquanto a razão primordial em cada deliberação prática. A questão posta com a segunda parte da moral é *como*. Como para os seres racionais e sensíveis fazer valer enquanto determinante da ação motivos que são *a priori*, desvendando, ademais, claramente a faculdade da razão prática dos seres humanos.

Isso significa que ficamos familiarizados, mediante a antropologia kantiana, não com a condição ou natureza deste ou daquele ser humano em particular, mas, antes com a condição e natureza da *humanidade*; as particularidades locais dos seres humanos estão sempre sujeitas às mudanças/alterações, a natureza da humanidade, por outro lado, não. Segundo Louden (2002, p. 30): “a antropologia kantiana é assim, primeiramente, não uma descrição de grupos específicos dos seres humanos, mas da natureza humana em geral”.

Para Kant, o interesse no estudo da *condição e natureza da humanidade* centra-se em averiguar o que os membros da natureza humana possuem em comum, isto é, *os traços fundamentais dos seres humanos*, para que, desse modo, se obtenha as regras de *ação* para a vida moral comum, segundo Kant, o conhecimento prático depende de considerar o ser humano *cosmologicamente*, não este ou aquele ser humano em particular, mas, muito antes, a totalidade do seres humanos, noutras palavras, a *natureza humana*. Na totalidade o ser humano pode e deve definir o seu lugar.

Eis a antropologia kantiana: uma antropologia sistematicamente delineada, ordenada pela filosofia, cosmopolita, de um ponto de vista pragmático e prática.

Uma vez delineada a antropologia de Kant, abordemos agora alguns conceitos específicos desenvolvidos em seu estudo antropológico.

2.2 Afecções e paixões na Antropologia

Na primeira parte ‘*Didática Antropológica – da maneira de conhecer tanto o interior quanto o exterior do ser humano*’, do livro terceiro da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant nos fala sobre dois estados da alma pertencentes à faculdade de desejar, a saber: as *afecções* e as *paixões*.

Pensamos ser importante abarcar tais estados da alma, afinal, como alerta o filósofo, o ser humano não é um ser apenas dotado de razão é, por outro lado, um ser racional *finito*, encontra-se também sujeito à sensibilidade além da sua razão. A razão não é, para o ser humano, inteiramente senhora da sua faculdade de desejar/faculdade de

querer, ou seja, o ser humano não é determinado apenas e *imediatamente* por princípios práticos – a única determinação, segundo Kant, que pode conferir o valor moral às ações humanas.

A natureza humana apresenta também uma constituição sensível, nesse sentido, ao abranger as *afecções* e as *paixões*, isto é, os estados pertencentes à faculdade de desejar, os quais também podem mover o ser humano em suas ações, pretendemos, em particular, averiguar o que são as *afecções* e as *paixões* na concepção do filósofo, se as *afecções* ou as *paixões* são benéficas ou não à ação e conduta moral, ou ainda, se podem auxiliar ou atrapalham a *vida moral*¹²³ e, mais, qual o lugar e o papel da constituição sensível da natureza humana, as suas inclinações, os seus impulsos, *afecções* e *paixões*, em suas experiências éticas.

Cabem, inicialmente, antes de nos determos na constituição sensível da natureza humana, algumas considerações sobre a *vontade* apresentada por Kant enquanto uma *faculdade de desejar* – de apetição ou volição.

De acordo com Kant, a vontade é uma faculdade capaz de determinar-se a si própria a agir em conformidade com a representação de certas leis:

Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a *representação das leis*, isto é, segundo *princípios*, ou: só ele tem uma *vontade* (KANT, 1980a, p. 123)¹²⁴.

Isto significa que somente o ser racional apresenta uma vontade a qual pode ser evidenciada pela capacidade humana de agir segundo a representação de leis. Noutras palavras, a capacidade de agir representando-se leis chama-se, segundo Kant, *vontade*.

A vontade, segundo a perspectiva kantiana, é uma faculdade própria do ser racional de agir mediante a representação de certa normatividade. No entanto, para o caso da natureza humana, por sua constituição dual, por não ser meramente um ser racional, mas também sensível, essa norma de ação pode estar diretamente ligada ou i) à sua constituição sensível – à seus afetos, *paixões*, impulsos, inclinações – eis uma vontade (*Willkür*) sensivelmente afetada, a escolha é causada pela sensibilidade; ou ii) à princípios práticos oriundos de uma razão prática que se apresenta enquanto legisladora

¹²³ Vale reforçar que o interesse de Kant ao incluir a condição e natureza sensível da humanidade em suas investigações diz respeito, precisamente, em chegar aos *traços fundamentais dos seres humanos* buscando, desse modo, as regras de *ação* para uma possível e realizável vida moral.

¹²⁴ *Grifos acrescentados.*

e se identifica com a vontade do ser humano – eis uma vontade (*Wille*) não afetada, enquanto razão de determinação, por qualquer sensibilidade, a escolha, decisão ou o motivo será por respeito, reconhecimento e adoção da lei prática.

Queremos evidenciar que, com Kant, a vontade humana é inerente a uma faculdade ou capacidade de oferecer leis a si mesma, ou seja, agir segundo a representação de regras ou leis, por (*Willkür*) ou independentemente (*Wille*) da coerção da sensibilidade¹²⁵.

Noutras palavras, o ser racional humano pode ser movido em suas ações por sua sensibilidade, agindo, desse modo, segundo regras da ação, ou por sua razão, a ação segundo princípios, por *leis práticas materiais* (máximas materiais) e por *leis práticas formais* (máxima formal)¹²⁶.

Se há essa dupla possibilidade, ou seja, se a vontade pode ser coagida pelas inclinações sensíveis, pelas representações mediante as sensações, por exemplo, do sentimento de agradável ou desagradável, ou pela racionalidade prática, a representações mediante princípios morais; se a vontade pode seguir as prescrições da lei prática e agir segundo máximas morais, ou se render aos impulsos sensíveis e agir segundo máximas gerais, e, como visto anteriormente (capítulo I), o verdadeiro valor da ação – o *valor moral* – somente é possível na ação precisamente por *dever* – por *reconhecimento, respeito e adoção do princípio prático*, que dizer, por *máximas morais*, onde é então, tendo em mente o valor moral da ação humana, o lugar da sensibilidade, o lugar da constituição sensível da natureza humana?

Dito de outro modo, se, de acordo com Kant, somente na ação precisamente *por dever* é que compreendemos a virtude e o sentido de agir segundo *razões morais*; se somente na ação por dever é que o ser humano sabe e segue exatamente o que deve ser feito do ponto de vista da moralidade, o que vamos abranger então, nesse momento, é justamente a constituição sensível do ser humano¹²⁷, para compreendermos: o seu lugar, se auxilia ou prejudica o movimento do ser racional humano em sentido de sua

¹²⁵ Para a distinção entre *Willkür* e *Wille* seguimos a interpretação sugerida por Alison na obra *Kant's theory of freedom*, 1990, p. 129-131.

¹²⁶ A matéria da regra consiste no objeto que o sujeito da ação pretende ou pode pretender alcançar. A forma da lei consiste em sua necessidade e universalidade.

¹²⁷ O que realizaremos com as considerações feitas por Kant, em particular, na obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático* – a doutrina ou ciência do conhecimento do ser humano.

moralidade, ou seja, se auxilia ou não a possibilidade do pleno desenvolvimento moral da natureza humana, a vida do ser humano enquanto *agente moral e livre*¹²⁸.

Em suma, qual o lugar da sensibilidade no desenvolvimento e efetivação da faculdade prática da razão? qual o lugar da constituição sensível do ser humano em sua vida moral e ética? o que são e qual o lugar dos estados sensíveis pertencentes à faculdade de desejar quando cuidamos da ação em geral com valor moral¹²⁹?

Nos parágrafos iniciais do livro terceiro da *Antropologia*, Kant apresenta uma série de definições acerca de alguns elementos humanos sensíveis: apetite, apetite sensível, inclinação, desejo, desejo vazio, ânsia, desejo humoroso, paixão, afecção. Vamos analisar, em particular, os seguintes elementos: *inclinação*, *afecção* e *paixão*. Vejamos.

Segundo Kant (2006, pp. 149, 163), o apetite sensível habitual ou desejo sensível que serve de regra/hábito ao sujeito, chama-se *inclinação*. Por apetite entende-se a autodeterminação de um sujeito mediante a representação de algo futuro enquanto um efeito seu; não se esquecendo que diz respeito a uma determinação segundo uma representação, trata-se então de uma futura ação voluntária que se espera algo enquanto efeito.

Na *Fundamentação* Kant nos oferece uma definição de inclinação a qual é, posteriormente, completada pela *Antropologia*; na *Fundamentação*: “Chama-se inclinação a dependência em que a *faculdade de desejar* está em face das *sensações*” (KANT, 1980a, p. 124)¹³⁰. Desse modo, compreendemos que o apetite sensível habitual ou a faculdade de desejar face às sensações, mediante a representação de algo futuro enquanto efeito de uma ação segundo ou por vontade, é uma *inclinação*.

O que queremos precisamente ressaltar é a *faculdade de desejar* que, quando dependente de alguma sensação¹³¹, há o que podemos chamar de *inclinação*.

¹²⁸ Vale lembrar que na *Antropologia* a investigação acerca do ser humano enquanto um agente moral e livre forma, ademais, o que Kant chamou de conhecimento do mundo sob a perspectivas pragmática, o qual está ligado à investigação acerca do que o ser humano faz de si mesmo como um ser que *age livremente*.

¹²⁹ Vale dizer que na *Crítica da razão prática* Kant realiza a distinção entre a *faculdade de desejar superior* e a *faculdade de desejar inferior*, diz ele: “Todas as regras práticas materiais põem o fundamento determinante da vontade na faculdade de apetição inferior e, se não houvesse nenhuma lei meramente formal da vontade, que a determinasse suficientemente, não poderia tampouco ser admitida uma faculdade de apetição superior” (KANT, 2003a, p. 77). Exploraremos, nesse momento, na faculdade de desejar ou apetição inferior, ou seja, na determinação material ou sensível da vontade.

¹³⁰ *Grifos acrescentados*.

¹³¹ A capacidade de experimentar o sentimento, por exemplo, de prazer ou de dor é sensação. (BECK, 1984, p. 93).

Na *Antropologia* Kant (2006, p.149) diz que uma determinada inclinação que a razão do indivíduo dificilmente pode dominar, ou não pode dominar de modo algum, é *paixão*. Em contrapartida, a inclinação sustentada por algum sentimento¹³², por exemplo, de prazer ou desprazer, satisfação ou dor, agradável ou desagradável, alegria ou tristeza, amor, ira, no estado presente (o agora) que não permite a reflexão racional aflorar no indivíduo, por exemplo, se se deve entregar ou resistir ao sentimento, é a *afecção*.

Justamente pela ausência da reflexão a afecção (estar afetado/afeto) é apressada, de acordo com Kant, representa uma comoção passageira, um apetite sensível (o que se quer ou pode querer face às sensações) guiado por um sentimento presente/atual, o qual pode passar rapidamente de um grau para outro, o que torna a a reflexão cada vez mais improvável e inconsiderada; o que pode fazer com que o ser humano perca facilmente a sua tranquilidade e a ponderação em suas ações.

Por outro lado, a inclinação denominada paixão, um apetite sensível que, por não haver a presença do sentimento ou não ser sustentada por um sentimento atual, não tem pressa e o indivíduo é capaz de refletir para alcançar o seu fim ambicionado, nesse caso, a reflexão é possível e o que sustenta a paixão, ao contrário do entusiasmo passageiro, é o próprio fim que se quer. Por mais violenta que possa ser a paixão ainda assim há o espaço para a reflexão. Exemplificando:

O que a afecção da ira não faz a toda velocidade, ela não faz de modo algum, e facilmente esquece. A paixão do ódio, porém, não te pressa em se enraizar profundamente para pensar em seu inimigo (KANT, 2009, p. 150).

Vale observar que a paixão e a afecção são estados da alma pertencentes à faculdade de desejar. Considerando que a faculdade de desejar, nesses casos, apresenta-se diretamente ligada e dependente das sensações, as paixões, tanto quanto as afecções, são caracterizadas enquanto uma *inclinação*.

No que diz respeito às *afecções* humanas, Kant aponta que, de modo geral, o que constitui o *estado de afecção* não é precisamente a intensidade ou força de um determinado sentimento, mas, muito antes, a ausência da reflexão ao ponto de, por exemplo, não poder comparar o sentimento presente/atual com a soma de todos os sentimentos, ou seja, a impossibilidade unir ou comparar o sentimento presente, o

¹³² O sentimento é uma espécie de afecção da sensibilidade em geral. (idem).

estado de afecção atual, com a totalidade dos sentimentos, resumindo-se sempre a um caso em particular. Por meio de dois exemplos oferecidos por Kant na *Antropologia*, podemos compreender, com mais precisão, o que constitui um estado de afecção e a sua grande falta, isto é, a ausência ou impossibilidade de *reflexão*. Vejamos.

Muitos desejam até mesmo poder se zangar, e Sócrates tinha dúvida se não seria bom se zangar às vezes; mas ter a afecção em seu poder de tal modo que se possa refletir de sangue frio se se deveria ficar zangado ou não, parece algo contraditório (KANT, 2006, p. 151).

Em outro exemplo:

O rico a quem um criado quebra por inépcia uma bela e rara taça de cristal ao carregá-la durante uma festa, não devia dar nenhuma importância a isso, se no momento mesmo comparasse essa perda de *um* prazer com a quantidade de *todos* os prazeres que sua feliz situação lhe confere na condição de homem rico. Mas se se entrega única e exclusivamente a um sentimento de dor (sem fazer rapidamente em pensamento aquele cálculo), não é de surpreender que seu estado de espírito será tal como se houvesse perdido toda a sua felicidade (KANT, 2009, p. 152).

Em um estado de afecção o sujeito não tem a capacidade de reflexão, não tem a capacidade de visualizar o todo, não é capaz de enxergar a totalidade, o que há é somente o uno, o momento, a condição atual, o acontecimento presente, o indivíduo é tomado por um único e exclusivo sentimento o qual impossibilita a reflexão, não permite a avaliação da situação vivida e a deliberação sobre ação.

De acordo com a concepção do filósofo, as afecções, isto é, o estado de afecção, são, em geral, ataques doentios – acontecimento, casos, sintomas – podendo ser divididas em *estênicas*, as afecções procedentes da força ou do excesso, e *astênicas*, as afecções concludentes da fraqueza, da ausência de força¹³³.

As afecções geradas por uma força são de característica mais excitante e por isso também são, com mais frequência, exaustivas, em contrapartida, as afecções procedentes de uma fraqueza, com frequência, afrouxam a força de vida, mas, por essa razão também, preparam o repouso.

¹³³ Embora as espécies de afecções tenham sido tomadas de *Elementa medicina* (1780) do médico escocês Jonh Brown (1735-88), verificamos, com a divisão das causas geradoras da afecção em *estênicas* e *astênicas*, uma proximidade com o pensamento aristotélico ao apontar as causas geradoras dos vícios, isto é, o *excesso* ou a *falta*. “[...] está na natureza das coisas o serem destruídas pela falta ou pelo excesso [...] o que se entrega a todos os prazeres e não se abstém de nenhum torna-se intemperante, enquanto o que evita todos os prazeres, como fazem os rústicos, se torna insensível ” (ARISTÓTELES, 1987, p. 28). A questão que se coloca é: será o estado de a afecção em Kant um (estado de) vício? Pensamos obter indícios da proximidade (ou não) entre afecção e vício no que se segue.

No que diz respeito às *paixões* humanas, Kant aponta que nesse estado o sujeito também não é capaz de abarcar a totalidade, porém, no caso da paixão, a totalidade não considerada no momento da escolha, da decisão, da ação¹³⁴, é o todo de suas inclinações – o querer/desejo sensível que serve de regra/hábito ao sujeito, o que o indivíduo quer/deseja face às sensações. Nas palavras do filósofo: “A inclinação pela qual a razão é impedida de comparar essa inclinação com a soma de todas as inclinações em vista de uma certa escolha, é a *paixão* (*passio animi*)” (KANT, 2009, p. 163).

Veja, tanto a afecção quanto a paixão, entendidas enquanto estados da alma pertencentes à faculdade de desejar face às sensações, são sempre unas, eventos particulares, ou seja, o indivíduo nesses estados apenas é capaz de levar em consideração a condição presente/atual, não é capaz de enxergar o todo.

No caso das afecções a totalidade não passível de ser abarcada é a dos sentimentos, por exemplo, prazer, alegria, dor, agradável, desagradável, vergonha; somente há o momento e o sentimento presente. No caso das paixões a totalidade não contemplada é a das inclinações.

Vale reforçar que tanto a afecção quanto a paixão são consideradas por Kant uma inclinação. Nas afecções o que está mais latente, o que é determinante, são sentimentos; nas paixões o que está latente, o que é determinante, será o próprio objeto, isto é, o próprio fim ambicionado, o próprio querer (sensível) tal ou tal coisa.

No estado de afecção, há, na base da inclinação, a presença de um único *sentimento*, o qual pode mover o indivíduo em sua conduta, escolhas, decisões e ações ou reações; no estado de paixão, há apenas uma inclinação, ou seja, a presença marcante de um único e exclusivo *objeto* do querer sensível, o qual também pode mover o ser humano em sua conduta, escolhas, decisões e ações até que ele atinja (o que pode não ocorrer) o seu *fim sensível* ambicionado¹³⁵.

No estado de paixão a reflexão é possível, a paixão “[...] não tem pressa e reflete para alcançar seu fim, por mais violenta que possa ser” (KANT, 2009, p. 150), por não ser comoções passageiras e turbulentas, pode se deixar unir à mais tranquila reflexão¹³⁶, fixando raízes profundas e concentrando toda a força de conduta, de

¹³⁴ A *ação*, conforme explica Beck (1984, p. 30), é um produto da escolha ou decisão que envolve uma vontade.

¹³⁵ Para o caso da *afecção*, ter um *sentimento* determinando a escolha e ações é conclusão do que significa “ter uma inclinação”. Para o caso da *paixão*, ter um *objeto* (um fim sensível querido) movendo o ser humano em sua escolha e ações, também significa a conclusão do que seja “ter uma inclinação”.

¹³⁶ “[...] a paixão, ainda que violenta, pode coexistir com a razão, pois é deliberativa a fim de atingir a sua finalidade” (BORGES, 2004, p. 34).

escolha, de ação do indivíduo em um único *fim sensível querido*, conforme explica Kant: “[...] se a afecção é uma *embriaguez*, a paixão é uma doença que tem aversão a todo e qualquer medicamento” (KANT, 2006, p. 163).

Nesse sentido, ao apontar que no estado de paixão, a conduta, a escolha, a decisão e a própria ação do indivíduo centra-se em um único fim sensível desejado, portanto, são movidas por esse fim, o qual pode agregar-se a mais tranquila reflexão¹³⁷, a paixão, conforme explicitado por Kant (2006, p.164) sempre pressupõe uma *máxima da ação*¹³⁸. Pela possibilidade de união do *desejo sensível* e a *razão*¹³⁹ envolvidos no estado de paixão, a paixão sempre implica uma máxima de ação, um plano ou regra de ação, de agir segundo um *fim*, isto é, para um fim que lhe é prescrito/dado por uma inclinação¹⁴⁰.

Noutras palavras, a paixão pressupõe uma máxima do sujeito e essa máxima determina o agir segundo um fim, algo ambicionado, desejado, querido pelo sujeito agente, o qual é posto pela inclinação, desse modo, a paixão sempre pressupõe uma máxima da ação ligada a um fim sensível querido.

De acordo com a filosofia moral kantiana, do ponto de vista da moralidade, ou seja, se há a preocupação moral, podemos citar ao menos três problemas ao ter/querer um objeto, o um fim sensível querido, movendo ou determinado as escolhas, as decisões e ações do sujeito – a escolha e a ação determinadas em função do objeto sensível desejado, vejamos: (i) nada obriga o sujeito a agir dessa ou daquele modo, desse modo, nada exige do sujeito querer sempre fazer o que deve ser feito do ponto de

¹³⁷ Eis a força de uma paixão, ou seja, o próprio fim sensível querido, o objeto que se quer atingir, uma finalidade específica.

¹³⁸ Tendo em vista que a paixão pode unir-se a mais tranquila reflexão, ou seja, a *paixão* pode coexistir com a *razão* do sujeito, podemos, então, implicar *máximas da ação* (plano de ação) na ação por paixão, o mesmo não ocorre com a afecção – comoção passageira não passível de reflexão. Vale lembrar que a máxima da ação é o princípio subjetivo do querer, o que significa as *razões*, intenção e o porquê que um agente tem ou se dá para agir. A máxima geral da ação fornece regras de ação, mediante tais regras uma máxima é capaz de determinar o querer do agente, porém não podemos esquecer que a regra derivada de uma máxima em geral ou material é oferecida pela razão empírica, o que significa que está *sempre* ligada a um objeto sensível do desejo, podendo estar condicionada a esse objeto do querer enquanto determinante da vontade, eis o caso da *paixão* (estado de paixão) – a máxima da ação sempre estará ligada um objeto, ou seja, um fim prescrito pela inclinação – um querer sensível, o qual determina a escolha e a ação *em função desse objeto*.

¹³⁹ Embora se trate de uma razão prática empírica.

¹⁴⁰ Kant (2006, p. 164), alerta para o fato de que no estado de paixão, por haver *sempre* a presença do querer um fim sensível, ou seja, a presença de um querer (vontade) e uma sensibilidade (um *querer sensível*), não podemos atribuir paixão aos meros animais nem tão pouco aos puros seres racionais, afinal em ambos os casos não podemos atribuir o *querer sensível* indissociável do estado de paixão. No que diz respeito aos puros seres racionais, Allison (1990, p. 108), aponta que a concepção geral de inclinação encerra-se em desejos, paixões, receios e aversões, todas pertencentes somente a seres sensivelmente afetados.

vista da moralidade. Por inclinação ora pode fazer, ora não; ii) se o objeto não existir, se a ação não chegar ao seu objeto, a ação não terá valor algum; (iii) se uma ação é boa por "inclinar-se" para tais e tais fins sensíveis, há então o problema do valor relativo e limitado da ação determinada por um objeto sensível querido, afinal o valor de qualquer objeto sensível, mesmo de um objeto sensível desejado, é sempre relativo, e não absoluto¹⁴¹.

O ponto de Kant é meramente que as ações de um determinado ser humano somente terão *valor moral* quando o princípio prático objetivo enquanto determinante toma o lugar da mera inclinação. E disso, naturalmente, é completamente diferente de reivindicar que o valor moral requer a ausência de toda e qualquer inclinação, afecção, paixão. Eis o primeiro ponto a ser esclarecido no que diz respeito à esfera prático-sensível, em particular, para o caso da paixão, ação e valor moral.

O segundo ponto que devemos compreender é que na esfera *prático-sensível*¹⁴², o porquê da ação não deve satisfazer ou contentar uma única inclinação, ou seja, a ação não deve ser realizada segundo um princípio que leva em consideração somente uma única inclinação colocando as todas as demais de lado, mas antes, deve observar se aquela inclinação pode coexistir com a soma de todas as inclinações. O outro problema do estado apaixonado, além e em decorrência de poder se deixar guiar pelo objeto enquanto condição, é justamente não abarcar a totalidade. Ou seja, pode haver a paixão – um fim posto pela inclinação – porém não enquanto razão de determinação ao ponto de, por exemplo, ignorar o todo, a totalidade das inclinações.

Tomemos o exemplo posto por Kant:

O *desejo de glória* de um homem sempre pode ser uma direção de sua inclinação aprovada pela razão, mas o ávido de glória também sempre quer ser amado pelos outros, ele necessita do relacionamento agradável com os demais, da conservação de sua fortuna e coisas semelhantes. Se, porém, é *apaixonadamente* ávido de glória, ele é

¹⁴¹ Vale lembrar que o parágrafo inicial da *Fundamentação* traz consigo a afirmação oculta de que algo *ilimitadamente bom* significa algo *moralmente bom*: “Neste mundo, e até fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade” (KANT, 1980a, p. 109). Na filosofia moral de Kant moralmente bom significa absolutamente bom, há uma equivalência entre algo ilimitadamente bom com o valor moral (o bom moral), ou seja, para ser moralmente bom, de acordo com a concepção de Kant, deve ser *bom sem reservas*. O que não parece ser o caso das inclinações, seja ela caracterizada enquanto paixão ou afecção, que além de não ser absolutamente boa, pode revelar intenções egoístas, pode ora levar ao bem, ora ao mal e pode não exigir do ser humano a ação. Nesse sentido, nenhuma ação será *moralmente válida* se for conduzida meramente pelo desejo sensível particular, se a *condição* de determinação da ação for meramente o desejo específico.

¹⁴² Prático: a ação considerada do ponto de vista da moralidade. Sensível: porção sensível do ser humano – paixões, afetos, impulsos, inclinações [...].

cego para esses fins aos quais igualmente é conduzido por suas inclinações, e que seja odiado pelos outros, ou que fuja do contato com ele, ou que corra o risco de empobrecer por seus gastos – isso tudo ele não vê (KANT, 2006, p. 164).

Desse modo, segundo Kant, um desejo sensível pode, embora com dificuldades, ser aprovado pela razão, pelo princípio formal, porém o que ocorre no estado *apaixonado*, a ação *por* paixão, é que o indivíduo geralmente faz de uma parte dos seus fins, o *todo*, ou seja, a razão única de suas ações, o que contradiz diretamente a razão mesma em seu princípio *formal*, vale dizer, o fundamento incondicionado, universal e necessário. De acordo com Kant (KANT, 2006, p. 164), o fim sensível querido em sua melhor índole ainda que se dirija àquilo que pertence, segundo a matéria, à virtude, tão logo quando envolve a paixão pode ser, segundo a sua forma, *moralmente* reprovável.

Delimitando a preocupação moral e as considerações kantianas, Paton (1971, pp. 136-7) observa que o que devemos, então, é perguntar se poderíamos agir não meramente por uma inclinação, ou seja, sob uma regra a qual nos propomos mediante o objeto sensível querido, mas antes por inclinação, por exemplo, uma paixão, e *ao mesmo tempo* sob um princípio válido do ponto de vista formal, ou seja, necessário e objetivo. O que significa dizer agir sob um princípio que possui validade independentemente desse ou daquele querer sensível, mesmo que haja o querer.

Os desejos sensíveis podem apresentar uma hierarquia e podem controlar as ações humanas, fazendo o ser humano agir sob sua guia. Mas, sabemos que tais desejos sensíveis são geralmente fundados por uma “obrigação” condicionada, para termos um fundamento incondicionado, necessário e universal de nossas ações, o *princípio* que Kant buscou, também chamada por Beck (1984, p. 82) de *máxima suprema*, não pode ser governado em virtude da matéria, do objeto sensível querido, embora não haja problema na sua existência, em querê-lo.

Dito de outro modo, a máxima da ação do indivíduo que age com paixão¹⁴³, a máxima da ação resultante de querer um fim posto pela inclinação, pode converter-se em uma máxima moral? Vale lembrar nesse momento que, segundo Kant, o princípio fundamental da razão prática, nos coloca a questão de saber se o *princípio prático*

¹⁴³ Notamos aqui a diferença entre agir *com* paixão e agir *por* paixão. Um dos problemas apontado pelo filósofo em agir por paixão é, precisamente, fazer de uma parte dos seus fins o *todo* – o único motivo e condição de suas ações, o que implica, ademais, no valor condicionado (não absoluto, relativo) da vontade.

subjetivo do querer (a máxima da ação) pode valer ao mesmo tempo enquanto *princípio prático objetivo* do querer (lei).

No campo da moralidade, ou seja, se há a preocupação moral, de acordo com Kant, a máxima geral da ação deve ser capaz de incorporar a lei prática objetiva, desse modo, a máxima moral da ação será válida para todos e ao mesmo tempo válida para si próprio, a escolha individual poderá ser a escolha de todos – independentemente de haver ou não o objeto sensível do querer e mesmo que haja o desejo sensível. A excelência moral, de acordo com Kant, reside em, por exemplo, fazer o bem mesmo na ausência da afecção ou paixão em relação ao outro.

Por fim, vale ressaltar que na *Antropologia* Kant alerta para o fato da fragilidade de uma inclinação, seja ela uma afecção ou uma paixão e, de modo geral, qualquer outra emoção, sensação e sentimento. O filósofo evidencia a vulnerabilidade de agir *por* inclinar-se a tal ou tal coisa, afinal no estado de afecção o indivíduo não é capaz de reflexão, o motivo de sua ação será sempre um único e exclusivo *sentimento*, no estado de paixão, embora haja a possibilidade de reflexão, a razão do indivíduo dificilmente poderá dominar tal estado, o *querer* tal e tal coisa é intenso, violento, marcante e acaba por mover a vontade do indivíduo. Algumas passagens da *Antropologia* ilustram essa posição:

[...] A afecção atua sobre a saúde como um ataque apoplético; a paixão, como uma tísica ou definhamento [...] A afecção pode ser vista como a bebedeira que se cura dormindo, mas que depois dá dor de cabeça; a paixão, porém, como uma dor de cabeça causada por ingestão de um veneno ou como uma atrofia, que necessita interna ou externamente de um alienista que saiba prescrever quase sempre paliativos, mas contra o qual no mais das vezes não remédios radicais [...] A afecção pode ser vista como uma *bebedeira* que se cura dormindo; a paixão, como uma *loucura* que cisma com uma representação que deita raízes cada vez mais fundas [...] (KANT. 2006. pp. 150-1).

Segundo a concepção de Kant, a afecção é um sentimento ou uma comoção tempestuoso e passageiro, o qual impossibilita razão/reflexão e, desse modo, a própria deliberação sobre ação. A paixão, por outro lado, ainda que violenta, pode coexistir com a razão prática, é deliberativa, porém há sempre uma finalidade a se atingir, desse modo, em consequência da existência marcante do objeto sensível do querer, a razão do indivíduo dificilmente pode dominar o estado de paixão ou poder *querer* a coexistência entre a razão e a paixão. Mesmo que a paixão possa se referir às atitudes deliberativas,

possa coexistir com a razão prática, pode, também, exigir, por exemplo, a mais ardilosa dissimulação, caso isso seja preciso ou possa contribuir para obter o determinado objeto sensível do desejo – o seu querer sensível.

Kant aponta que um indivíduo quando age *por* uma afecção e a sua ação é distinta da ação com valor moral, distinto daquilo que o dever prático ordenaria, pode ser caracterizada apenas enquanto uma fraqueza da vontade¹⁴⁴, enquanto que a ação *por* paixão quando é distinta da ordem da razão prática, daquilo que deve necessariamente acontecer no âmbito da moralidade, por pressupor uma *máxima*, pode ser mais prejudicial do ponto de vista moral, afinal a máxima da paixão pode não poder ou querer coexistir com a máxima moral.

O objeto de uma paixão quando contrário à lei, ou seja, à adoção da lei numa máxima que determina ou pode determinar a vontade, é, segundo Kant, malévola e resulta em vício.

Noutras palavras, quando houver a incompatibilidade do objeto do desejo com a máxima formal, o sujeito, por querer *apaixonadamente* o objeto, pode recusar querer a máxima moral, o princípio prático objetivo, negar ou não seguir o seu dever prático, resultando em uma ação viciosa. Nesse sentido, podemos dizer as consequências *morais* negativas das afecções são menores do que a persistência das *máximas* de uma paixão¹⁴⁵.

Quando há a compatibilidade entre a ação *por* afecção e a prescrição do dever-ser, trata-se de um acaso, visto que no estado de afecção a reflexão e deliberação não são possíveis e, segundo Kant, não é seguro deixar ao acaso o valor moral das ações humanas, eis, ademais, a necessidade do *princípio supremo da moral* fundado na *Fundamentação* e segunda *Crítica*. Para o caso da ação *por* paixão, a coexistência entre razão prática e a paixão é possível, no estado de paixão a reflexão e deliberação são possíveis, mas, conforme vimos, pode ser algo difícil, o que se dá exatamente pela força do objeto sensível do desejo indissociável do estado de paixão.

No que diz respeito à coexistência entre o estado de paixão e a razão prática, assinalamos duas alternativas: i) a máxima da paixão incompatível com a máxima moral

¹⁴⁴ Isso tendo em vista que a afecção é caracterizada por Kant enquanto comoções passageiras.

¹⁴⁵ Devemos reforçar que a ação *por* afecção ou a ação *por* paixão não irão apresentar em nenhuma hipótese o *valor moral*, afinal quando investigado as *causas* da ação encontrará algo diverso do dever prático, a única ação, segundo Kant, com genuíno valor. O que não implica na recusa ou ter que abolir com toda e qualquer afecção e/ou paixão. Pode haver a paixão, ela pode, embora difícil por querer apaixonadamente um objeto específico, coexistir com a razão prática, mas, se há a preocupação moral, a paixão ou a afecção não podem apresentar-se enquanto a razão de determinação da ação, o motivo (*Bewegungsgrund*) – princípio objetivo do querer.

e, nesse sentido, a paixão pode resultar em vício; ii) a máxima resultante de uma paixão compatível com a ordem da máxima moral e, nesse sentido, referir-se a uma ação virtuosa. Porém, mesmo quando houver a compatibilidade entre a razão prática e a paixão, o porquê da ação, se há a preocupação moral, será sempre o dever: o respeito, o reconhecimento e a adoção da lei prática, o respeito, o reconhecimento e a adoção em sua máxima da ordem do dever-ser, em suma, o princípio prático objetivo. Independentemente de qualquer subjetividade e móveis: sentimentos, interesses, impulsos, inclinações, paixões, emoções, afecções¹⁴⁶.

Ainda de acordo com Kant, as *afecções* e as *paixões* de um sujeito podem *impulsionar* uma ação boa do ponto de vista da moralidade, na qual, por exemplo, o respeito, reconhecimento e adoção do princípio prático não são um móbil suficiente. No entanto, há, nestes casos, apenas uma *moral provisória*, afinal, embora afetado ou apaixonado, muito embora a ação tenha sido realizada conforme o dever, o que afeta ou interessa o sujeito hoje, pode não necessariamente afetá-lo ou interessá-lo amanhã e, caso não afete ou não interesse, pode-se deixar de fazer o que dever ser feito, vale dizer, o que deve ser feito na esfera da moralidade.

Conforme explica Borges (2004, p. 33), o que há, em termos de boas ações na esfera moral impulsionadas por uma afecção ou uma paixão, é uma moral provisória que, empiricamente, pode utilizar os sentimentos e interesses, por exemplo, pela sorte alheia, para fomentar as boas ações, até a razão do indivíduo tenha amadurecido o suficiente para não mais precisar dos sentimentos ou interesses enquanto a razão de determinação da ação, visto que ora pode haver o sentimento ou o interesse, ora não. O mesmo não ocorre, segundo o pensamento kantiano, na ação *por* dever, com a noção do

¹⁴⁶ Borges (2004, p. 2), aponta que a obra de Kant apresenta várias referências acerca da dificuldade de determinarmos o *valor moral* das ações, visto que não temos acesso aos *motivos* e aos *móveis* alheios, a mera observação da ação não nos garante a sua moralidade, não nos oferece acesso à moralidade destas. Por exemplo: “[...] o merceeiro pode não aumentar seu preço por dever ou por interesse egoísta [...]” Como ter acesso aos seus motivos e móveis? Pensamos que, embora não verificáveis externamente, diferentemente da ética estética (KANT, 2003a, p. XXII), e concebendo a dificuldade de acesso ou avaliação dos motivos e móveis da ação, a ação com valor moral pode estar presente e ser eficaz na vida humana mediante o desenvolvimento moral do educando. Afinal, a moralidade em Kant, sendo algo interno/intimo “[...] quando se fala de valor moral, não é das ações visíveis que se trata, mas dos seus princípios íntimos que não se vêem” (KANT, 1980a, p. 119), ou seja, referindo-se precisamente às razões ou o porquê da ação, o agente, uma vez desenvolvido à moralidade, será capaz dessa avaliação, será capaz de investigar e saber dos seus móveis e motivos. Vale reforçar: se e quando a prática educativa chamar a atenção do agente às suas ações – *as razões de ação* – formando e aprimorando o agente moral e ético via educação.

dever moral quando este é despertado¹⁴⁷, vale dizer que: “Quando há a (cons)ciência do dever e o homem não segue (não o realiza) é como se isso lhe causasse uma espécie de asco, de repulsa” (KANT, 2008, p. 7).

As ações impulsionadas pelas afecções ou pelas paixões podem estar em acordo ou não com a boa ação, com o bom moral e, mesmo em acordo, quando investigado as causas da ação ela certamente carecerá de valor. Além disso, o que o sujeito faz hoje em nome de uma (*por*) afecção ou paixão, pode não fazer amanhã, ou seja, hoje pode haver a afecção ou a paixão movendo a sua vontade, amanhã não e senão houver, poderá deixar de agir e fazer o que se deve ser feito também do ponto de vista da moralidade. Nesse sentido, a afecção e a paixão, segundo Kant, não são boas guias morais, ademais, em virtude da sua vulnerabilidade.

Do ponto de vista da moralidade, embora Kant não negue ou exija a recusa e exclusão de toda e qualquer inclinação, o filósofo assume a posição de que, enquanto base da conduta moral, não é possível ter o que nos move por sentimentos ou interesses particulares. As escolhas humanas podem ser afetadas, mas não *determinadas* por uma inclinação – seja ela caracterizada enquanto uma afecção (sentimento) ou uma paixão (o interesse direto em um objeto). A afecção, paixão, inclinação, são todas afirmadas, mas sob a condição de que sua busca seja regulada pelo princípio prático, o qual ordena as ações enquanto deveres, vale reafirmar, caso haja a preocupação moral.

A inclinação enquanto determinante se encerra, em última instância, em heteronomia da vontade, a determinação por algo alheio a vontade. Como se sabe a moral kantiana é uma *moral autônoma*, para o filósofo, a vontade do ser humano possui a capacidade de fornecer a si a sua própria lei, independente de toda tendência, sentimento ou desejo sensível enquanto condição de determinação.

É válido apontar que se tratando da relação entre as inclinações e a razão prática, Kant aponta que estamos diante de duas espécies de bem – o *bem físico* ou sensível e o *bem moral* ou intelectual – os quais não devem ser confundidos, pois caso confundidos ou misturados se anulam e não contribuem para o verdadeiro *fim* da ação¹⁴⁸. A primeira espécie de bem é o *bem-estar*, a segunda espécie é a *virtude*. Em

¹⁴⁷ Pensamos que o amadurecimento da razão *prática*, o despertar da noção do dever moral, a formação e desenvolvimento do caráter, podem ocorrer mediante a educação segundo e conforme pensada pelo filósofo, eis os desdobramentos do capítulo III do presente estudo.

¹⁴⁸ Se há a preocupação moral, o fim da ação será moral – o próprio valor moral da ação.

benefício do valor moral da ação, alerta Kant, a inclinação para o primeiro deve ser limitada pela lei do segundo¹⁴⁹.

Por exemplo: a sociabilidade (*Umgänglichkeit*), segundo Kant, é uma virtude, no entanto, a *inclinação ao relacionamento* frequentemente se converte em *paixão*. Nas palavras do filósofo: “[...] se a fruição das relações sociais se torna presunçosa pela obstinação, essa falsa sociabilidade cessa de ser virtude e é bem-estar que prejudica a humanidade” (KANT, 2006, p. 174).

Veja, Kant não nega o bem físico, ao contrário:

O *purismo do cínico* [...] sem bem-estar social, são formas desfiguradas de virtude e não convidam para esta [...] abandonados pelas Graças, não podem aspirar à humanidade (KANT, 2006, p. 178).

Porém, quando o bem-estar toma o lugar da virtude, ou seja, o bem-físico toma o lugar do bem moral determinando as escolhas, as ações, a conduta, tendo em vista o valor moral da ação, que é o maior e sem qualquer comparação, torna-se algo que pode prejudicar o ser humano e a sua própria *Humanidade*.

Para o caso da sociabilidade Kant nos oferece alguns exemplos pragmáticos, que auxiliam na compreensão da sociabilidade enquanto uma virtude, bem como o bem físico assumindo o lugar do bem moral enquanto condição das ações, vejamos.

A música, a dança, o jogo, tornam uma *reunião social* silenciosa, em particular na situação do jogo, as palavras necessárias não são capazes de estabelecer uma conversação que requer comunicação recíproca de pensamentos, isto é, a sociabilidade. O jogo, de modo geral, somente é capaz de preencher o vazio da conversação após, por exemplo, uma refeição, desse modo, não remete à sociabilidade. De acordo com Kant:

O jogo [...] é em geral a coisa que mais importa, como meio de aquisição em que *afecções* são intensamente agitadas, em que se estabelece uma certa convenção de interesses pessoais para se saquearem uns aos outros com a maior cortesia, e, enquanto dura o jogo, um completo egoísmo é erigido em princípio que ninguém renega (KANT, 2006, p. 175)¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Enxergamos esse limite enquanto o respeito, reconhecimento e adoção do princípio prático objetivo.

¹⁵⁰ Grifos acrescentados.

Eis, ademais, a tentativa de unir, confundir ou misturar o bem-estar social com a virtude da sociabilidade, o que implica na impossibilidade de se esperar o verdadeiro fim, o fim moral, da ação. De modo decisivo, de acordo com Kant, o bem-estar social ou relações sociais, as quais podem gerar certo bem-estar fisco, não remetem necessariamente à sociabilidade. A sociabilidade¹⁵¹ tem de se propor não tanto a satisfação do corpo, satisfação que cada indivíduo pode obter isoladamente, mas antes o contentamento social, para o qual o bem-estar social tem de parecer ser apenas o veículo, não o motivo.

Em outro exemplo, diz Kant: “O homem que, ao se alimentar, consome a si mesmo pensando durante a refeição solitária, perde pouco a pouco a alegria que adquire quando um companheiro de mesa lhe oferece” (KANT, 2006, p. 177). Eis outro dado nocivo à sociabilidade, vale dizer, a virtude da sociabilidade. A posição de Kant é que por mais insignificantes que possam parecer as refinadas leis sociais se comparada com as leis práticas trata-se um “*traje que veste vantajosamente a virtude*” – a ação virtuosa, com valor moral e que pode ser recomendado. Como explica Louden: “A antropologia moral, é assim, também um tipo de conhecimento útil ou prático, mas os usos a partir dos quais ela deve ser realizada são morais e não meramente pragmáticos” (LOUDEN, 2002, p. 38).

Por fim, após a análise e exposição da *afecção* e da *paixão*, entendidas enquanto elementos da constituição sensível da natureza humana, de acordo com as considerações realizadas por Kant na *Antropologia*, observamos que, do ponto de vista da moralidade, embora não haja a necessidade de aniquilar, excluir ou negar as afecções, as paixões, ou qualquer inclinação, elas não se apresentam e não podem se apresentar como um bom ou seguro guia moral.

Não seria possível a exclusão da paixão ou da afecção se levarmos em consideração a própria constituição dual do ser humano, racional e sensível, afinal a razão precisa da experiência para reconhecer-se nela. Dito de outro modo, as ideias da razão necessitam de alguma relação com a experiência na medida em que, sendo o ser humano um ser também sensível além de racional, ele não pode abandonar a sua porção sensível em detrimento da sua racionalidade. A experiência, segundo Kant, pode ser

¹⁵¹ Lord Chesterfield (1694-1773) dizia que ela não deve ser inferior ao número das Graças nem superior ao número das Musas. Eis também o princípio de Kant.

uma boa escola para a natureza humana, mas ela não é suficiente por si só para aperfeiçoar os seus conhecimentos e torná-los *conhecimentos práticos* e efetivos¹⁵².

Seguindo as considerações kantianas na *Antropologia*, em definitivo, a paixão, a afecção, de modo geral a inclinação – aquilo que me inclina a tal ou tal coisa *por* esse ou aquele móbil ou sentimento – não são boas *guias morais*, não são capazes de conferir o *valor* da ação: o valor moral ou do *caráter*.

2.3 O caráter e o valor do caráter na *Antropologia*

Na segunda parte da *Antropologia de um posto de vista pragmático* “*Característica antropológica – da maneira de conhecer o interior do homem pelo exterior*”, Kant realiza considerações acerca do caráter apresentando quatro divisões: o caráter da pessoa, o caráter do gênero, o caráter do povo, o caráter da espécie¹⁵³. Diante de nossas preocupações, nos deteremos na análise e exposição do *caráter da pessoa* e do *caráter da espécie*.

De acordo com Kant (2006, p. 215), para que possamos indicar o *caráter da espécie* de certos seres é necessário que uma determinada espécie seja compreendida juntamente (e sob um conceito) com o conhecimento de outras espécies, indicando, assim, o fundamento de diferenciação, ou seja, aquilo por meio do que elas se diferenciam umas das outras, por exemplo, suas especificidades ou particularidades. Como explica o filósofo:

Se no entanto se compara uma espécie de seres que conhecemos (A) com uma outra espécie de seres (*non* A) que não conhecemos, como se pode esperar ou desejar que se indique um caráter da primeira, se nos falta o conceito intermediário de comparação (*tertium comparationis*)? (Idem).

Desse modo, para o caso do “*ser racional terrestre*”, a espécie humana, segundo Kant, não poderíamos então atribuir nenhum caráter, afinal não temos o

¹⁵² Cf. Excertos dos cursos de Antropologia de Immanuel Kant, traduzido por Márcio Suzuki dos cursos de Antropologia de Immanuel Kant, publicados no tomo 25 dos *Kants Gesammelte Schriften*. Berlim: de Gruyter, 1997. Em <http://www.anpof.org.br/spip.php?article107>.

¹⁵³ A importância do estudo do caráter na *Antropologia* se revela, afinal é exatamente a *formação moral ou do caráter* via a educação prática kantiana, que buscaremos verificar a possibilidade – o valor moral ou do caráter é moralmente o mais alto, eis a perfeição de todo ser humano enquanto *pessoa*.

conhecimento de seres racionais “*não-terrestres*” para poder comparar e caracterizar as suas particularidades, evidenciando, assim, as especificidades dos seres racionais terrestres entre os seres racionais em geral. Portanto, desse ponto de vista, aponta o filósofo, indicar o caráter da espécie humana é “absolutamente insolúvel”, pois para determinar o caráter da espécie humana (ser racional terrestre) seria preciso a comparação entre pelo menos duas espécies de seres racionais¹⁵⁴.

No entanto, segundo a concepção de Kant, a natureza humana *tem um caráter*, ou seja, pode apresentar *um caráter*, e a saída para indicar o caráter da espécie humana no sistema da natureza viva e assim o caracterizar enquanto um ser que possui um caráter está em afirmar que o ser humano tem um caráter o qual ele mesma *cria* para si próprio como um ser que é *capaz de se aperfeiçoar mediante os fins* que ele mesmo se dá e assume.

Para Kant, o ser humano é capaz de toda sorte de fins, os fins da ação assumidos ou queridos, noutras palavras, o ser humano pode apresentar uma destreza no uso dos meios para atingir toda espécie de fins queridos e assumidos¹⁵⁵, porém, para que ele possa apresentar um caráter, no sentido de criar ou ter um caráter, convém que ele consiga a disposição¹⁵⁶ de querer, assumir e escolher apenas os *bons fins*, são bons fins “aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um” (KANT, 1999a, p. 26).

Enxergamos que a escolha ou a decisão pelos bons fins não ocorre ao acaso, mas antes acontece segundo um *princípio*, segundo uma legislação universal – “fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um” e, nesse sentido, é, segundo Kant (1980a, p. 125), um grande cuidado a tarefa de *formar e corrigir* o juízo do ser humano sobre o valor das coisas que poderão vir a eleger enquanto fins.

Por meio dos seus *fins*, a natureza humana pode apresentar um caráter, a escolha dos seus fins, de acordo com Kant, pode indicar se o ser humano tem ou não um caráter e, justamente da possibilidade do caráter da espécie humana, podemos definir o ser humano enquanto *pessoa*. Vejamos.

Na *Antropologia*, Kant (2006, p. 181) aponta que partindo da concepção da semiótica e de um ponto de visto pragmático a palavra *caráter* pode oferecer um duplo

¹⁵⁴ Cf. KANT, 2006, p. 216.

¹⁵⁵ KANT, 1980a, p. 125.

¹⁵⁶ Talvez possamos dizer que essa *disposição* pode ser desenvolvida/atingida/alcançada via educação conforme pensada por Kant, eis o que também será analisado no que se segue.

significado, a saber: i) o caráter físico – *este* caráter; ii) o caráter moral – *um* caráter. Dizemos para o primeiro caso, o caráter físico, que um certo ser humano apresenta *este* caráter e, para o segundo caso, o caráter moral, que um certo ser humano tem em geral *um* caráter, o qual ou é único ou não se pode apresentar (ter) caráter algum.

O caráter físico é o que caracteriza o ser humano enquanto ser sensível ou natural; o caráter moral, por sua vez, é o que distingue o ser humano das demais espécies e o que o caracteriza enquanto um ser racional dotado de *liberdade*¹⁵⁷, noutras palavras, enquanto pessoa – eis o *caráter da pessoa*.

No que diz respeito, em particular, ao caráter moral ou caráter da pessoa, podemos dizer que, segundo Kant, tem um caráter puro e simplesmente ou índole moral, o ser humano que na escolha dos seus fins age por *princípios morais*, ou seja, as suas decisões e ações não são impulsivas, instintivas, por inclinações, afeições, paixões, por uma tendência, talentos ou dons naturais; mas muito antes, são ações voluntárias segundo os princípios de uma *boa vontade*¹⁵⁸.

Na *Antropologia* Kant atenta para algo já exposto na *Fundamentação da metafísica dos costumes* acerca do caráter como índole moral, o que constitui o valor íntimo e absoluto da *pessoa*, o filósofo chama a atenção para o fato de que agir *por princípios* ou ter *um caráter* (índole moral), representa algo completamente diferente de, por exemplo, ter uma disposição natural ao bem (índole natural) ou apresentar um temperamento bom (índole sensível), eis o que Kant indicou no início da *Fundamentação*, recolocado e desenvolvido também na *Antropologia*.

Na *Fundamentação*:

Discernimento, argúcia de espírito, capacidade de julgar, e como quer que possa chamar-se os demais *talentos* do espírito, ou ainda coragem, decisão, constância de propósito, como qualidades do *temperamento*, são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas

¹⁵⁷ A exposição e justificação do que Kant nomeia de o *fim* da natureza humana ou a sua *destinação*, ou seja, o ser humano enquanto o ser da *liberdade*, será desenvolvido no Capítulo IV do presente estudo. Pesamos que o IV passo do nosso estudo irá nos oferecer a própria razão (para Kant em sua doutrina da educação) de se pensar na possibilidade do ensino da ética, isto é, a razão de pensar na formação moral do caráter, pois, como Kant parece sugerir na terceira *Crítica* e na *Sobre a Pedagogia*, o fim ou a destinação do ser humano é a sua liberdade – o ser *moral e livre*.

¹⁵⁸ Vale lembrar que a noção de *dever moral* (reconhecimento, respeito e adoção do princípio prático objetivo) é o que torna a vontade do ser humano, que ora pode ser boa ora pode ser má, uma *vontade boa* – uma vontade *absolutamente* boa. A vontade absolutamente boa indica que não há quaisquer fatores condicionantes, não há qualquer condição a qual indica ou impõe o seu valor de ser bom. O *bom sem limitação*, independente ou relativo a qualquer outro dado para possuir o valor de ser bom, o *bom moral* específico que nos fala Kant, só pode ser, segundo ele, a *boa vontade* – “[...] que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade” (KANT, 1980a, p. 109).

também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso chama *caráter*, não for boa (KANT, 1980a, p. 109).

Com frequência conferimos *valor* às qualidades do temperamento, para a índole sensível, por exemplo, a piedade, a compaixão, a caridade, aos dons, disposição ou tendência natural, aos talentos pessoais, no entanto, a posição de Kant é que tais predicados são de fato bons e muitas vezes parecem até constituir o valor íntimo da pessoa, mas estão muito longe do que podemos nomear de *bom sem limitação*, o bom, na concepção de Kant, *moral*, pois “[...] na experiência, terá sempre de estar muito limitado” (KANT, 2004b, p. 121).

Isso ocorre, pois o que Kant chama de ilimitadamente bom se apresenta imune de toda e qualquer condição limitante, ou seja, é *bom em si e por si mesmo*, não dependendo de nenhuma outra condição para poder possuir o valor de ser bom, eis bom moral.

De acordo com Kant, o valor de *incondicionalmente bom* não parece ser o caso da índole sensível, da boa natureza ou dos talentos particulares, afinal, as qualidades do temperamento, os dons naturais, os talentos particulares de um ser humano, dependem diretamente de uma vontade que os guiam, ou seja, estão sujeitos diretamente da bondade da vontade para poderem ser ditos bons. A posição de Kant é que os atributos, qualidades, talentos estão sempre condicionados à bondade da vontade para poderem ter o seu valor, para poderem revelar o *valor íntimo e absoluto do caráter*. Nas palavras do filósofo:

Algumas qualidades são mesmo favoráveis a esta boa vontade e podem facilitar muito a sua obra, mas não têm todavia nenhum valor íntimo absoluto, pelo contrário pressupõem ainda e sempre uma boa vontade, a qual restringe a alta estima que, aliás com razão, por elas se nutre, e não permite que as consideremos absolutamente boas (KANT, 1980a, p. 109).

O fato é que, de acordo com Kant, na ausência de uma boa vontade, a moderação nas emoções, o autodomínio, a calma, a coragem, o autocontrole, a compaixão, a piedade, a caridade, em suma, todo e qualquer talento, qualidade ou atributo, podem também ser maus em algumas situações, como aponta Höffe (2005, p. 192), são de dois gumes, dependendo diretamente, para a sua bondade ou maldade, da *vontade* que os dirige. Caso não haja a boa vontade para corrigir e guiar as qualidades,

predicados, dons, talentos, eles sempre estarão sujeitos a alterações, corrupções, perversões, isso significa que a sua bondade é dependente ou condicionada pela vontade que os anima. Conforme explica Kant:

De que serve, dir-se-á, que este homem tenha tanto talento, que ele com isso até seja muito ativo e desse modo exerça uma influência útil no ser comum e por isso possua um grande valor em relação tanto ao que concerne às circunstâncias da sua felicidade, como ao proveito dos outros, se não tiver uma boa vontade? É um objeto desprezível, se o considerarmos o seu interior (KANT, 1993, p. 283).

Acerca da *boa natureza*, a tendência ou disposição natural ao bem, na *Antropologia*, Kant ressalta que um ser humano de boa natureza, por exemplo: “[...] não é teimoso, mas que cede; ele sem dúvida fica zangado, mas facilmente se acalma e não guarda rancor” (KANT, 2006, p. 181). Nesse sentido, ter uma boa natureza, algo que, de acordo com as concepções kantianas acerca da moralidade, é distinto de ter um *caráter* ou uma *índole moral*, se diz daquele indivíduo de temperamento brando, suas ações são próximas ao bem prático ou podem estar de acordo com o bem prático, o que representa representar o correto moral, porém a boa natureza apresenta-se enquanto um impulso ao bem prático, sendo falha quando questionamos e investigamos o seu *valor*. A carência se dá justamente pela ausência do *princípio* enquanto o guia supremo da ação, sem o princípio a ação se revela, ao final, vacilante.

Isso significa que não são ações exercidas segundo um princípio, antes por, por exemplo, tendência, disposição, impulsos. O problema da ação movida por impulsos, tendências, como vimos, ademais, ora pode mover o ser humano a agir, ora não e se não move pode-se deixar de realizar o que do ponto de vista moral é *necessário*¹⁵⁹.

Sobre a faculdade de desejar referente ao que é prático, concluímos: i) as qualidades do temperamento (*índole sensível*) e a boa natureza (*disposição natural*) são sempre condicionados e, desse modo, não podem revelar o valor *absolutamente bom*, ou seja, ser *moralmente bom*; ii) tendo em mente o moralmente bom mister se faz os

¹⁵⁹ Kant chama atenção para o fato de que a boa natureza ou *disposição natural ao bem* é uma disposição distinta da *disposição habitual ao bem*, a disposição adquirida por hábito. Conforme aponta o filósofo, o hábito não tem por base nem mesmo o impulso natural, mas meras causas acidentais. Desse modo, talvez seja correto dizer que podemos, com mais facilidade, ir do impulso ao princípio do que ir do hábito ao princípio, ou seja, seja mais fácil inserir o princípio da ação ao sujeito de disposição natural ao bem do que para o sujeito de disposição habitual ao bem. De qualquer modo, tanto a ação natural quando a ação habitual, carecem de valor – o próprio valor moral, que para Kant é essencial à moralidade.

princípios, isto é, agir *por* princípios, a ação voluntária segundo princípios, pois na ausência de um fio condutor supremo todas as qualidades, predicados e atributos de um ser humano além de estarem sujeitas à corrupções e perversões, podem ora mover ora não.

De modo definitivo, em Kant, a boa natureza ou o bom temperamento não podem revelar a moralidade, a pessoa, ou seja, trazer à luz o *caráter*. A boa natureza ou o bom temperamento “é uma aquarela e não um traço do caráter” (KANT, 2006, p. 189).

Todas as qualidades ou predicados que geralmente são ditas boas e que podem ser mesmo úteis aos seres humanos, possuem, segundo Kant (2006, p. 188) um *preço*, somente o *caráter* pode apresentar um *valor* próprio acima de qualquer preço¹⁶⁰. Aqui está a diferença entre *preço* e *caráter*, afigurando-se, na distinção, o *valor de mercado*, ou, conforme aponta Kant na *Fundamentação*, o *preço venal*¹⁶¹ e o *valor moral*. O conteúdo moral não está na vantagem ou na utilidade que, por exemplo, a ação pode criar, pois, se assim fosse, teria um valor corruptível, equivalente ou venal; o valor moral ou do caráter centra-se na própria moralidade, na preocupação moral, nenhum outro interesse estimula ou constrange.

Na *Antropologia* Kant expõe que ter, pura e simplesmente, um caráter, ou caracterizar-se enquanto *pessoa*, significa ter a qualidade da vontade de ser boa, ou seja, de seguir o princípio de uma boa vontade, segundo o qual a pessoa se obriga a seguir determinados princípios práticos, os quais se encerram, em última instância, no reconhecimento, no respeito e na adoção da lei prática – poder querer a máxima geral ou material da ação enquanto uma máxima moral da ação. Numa palavra: “ter convertido a veracidade em máxima suprema para si, tanto na confissão interior perante si mesmo quanto no relacionamento com um outro qualquer” (KANT, 2006, p. 191). Eis, segundo Kant, uma prova de que o ser humano tem um caráter.

Isso, de acordo com o pensamento prático kantiano, nos permite dizer do *caráter da pessoa*, que um ser humano possui *um caráter*, o que significa agir segundo princípios firmes “[...] não saltando de lá para cá como num enxame de mosquitos [...]” (KANT, 2006, p. 188), levando em consideração o aspecto formal do querer em geral, eis o que é em si algo estimável e digno de admiração, do mesmo modo, segundo o

¹⁶⁰ Por exemplo: “[...] o talento tem um **preço de mercado**, pois o soberano ou senhor local pode precisar de um homem assim de várias maneiras; – o temperamento tem um **preço afetivo**, e a gente pode se dar bem com ele, quem é um companheiro agradável [...]” (KANT, 2006, P. 188).

¹⁶¹ Cf. KANT, 1980a, p. 140.

filósofo, algo muito raro – “[...] isso é uma raridade que inspira respeito e admiração” (KANT, 2006, p. 187).

Porém, adverte Kant:

Não podemos considerar uma Idéia como quimérica e como um belo sonho só porque se interpõem obstáculos à sua realização. Uma Idéia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontrou na experiência [...] Dir-se-á, entretanto, que é impossível? (KANT, 1999a, p. 17).

Desse modo, pensamos que mesmo sendo o caráter e a pessoa, algo, conforme posto por Kant, estimável, admirável, mas raro, ainda assim devemos considerar a sua possibilidade, a possibilidade de, por exemplo, formar e, principalmente, alcançar na vida humana, em suas relações, situações, experiências e vivências, afinal o ser humano não recebe pronto um caráter enquanto índole moral, mas pode e precisa tê-lo adquirido ou criado, conforme age segundo princípios, conforme estabelece ou elege os seus fins, podemos então dizer que o desenvolvimento do caráter, da pessoa, se estabelece como uma espécie de renascimento, um momento de transformação ou de nova era.

Ter um caráter e poder escolher somente os bons fins, é, segundo Kant, algo que se pode exigir do ser humano e que, simultaneamente, revela o máximo do *valor interno* da natureza humana; um ser humano de *princípios* é, em *valor*, muito superior a qualquer talento, predicado, atributo, disposição, qualidade, tendência¹⁶².

O estudo da antropologia pragmática, acerca da possibilidade do desenvolvimento do caráter da pessoa, nos revela que, em particular, a natureza humana, por sua razão, isto é, por sua porção racional além de sensível, mesmo apresentando uma acentuada propensão animal de, por exemplo, se abandonar

¹⁶² Devemos ressaltar aqui a importância, no que diz respeito ao *caráter da pessoa*, da máxima da ação, ou seja, a máxima moral incorporada na máxima geral da ação, afinal, de acordo com Kant (1980a, p. 131), o cânone pelo qual podemos julgar o valor moral de uma ação ou do caráter de um ser humano está, precisamente, em *poder querer* que uma máxima da ação em geral se transforme (adote/incorpore) a lei prática universal, caracterizando-se, ao mesmo tempo, enquanto uma máxima moral – uma máxima subjetiva e ao mesmo tempo objetiva. Conforme explica Höffe, as máximas gerais da ação prescindem das condições marginais do ser humano, porém é precisamente na máxima da ação que se pode revelar o caráter da natureza humana, nesse sentido, não são as normas, mas as máximas, que se pode efetuar o ajuizamento moral de um ser humano, à diferença de seu ajuizamento corporal, espiritual, anímico. Por isso são muito mais as máximas da ação do que as normas/regras, o objeto adequado nas questões de identificação moral e, vinculadas com isso, nas questões da educação moral e do ajuizamento moral da natureza humana, afinal, “[...] em favor da ética de *máximas* fala por último a circunstância de que apenas ela é pela primeira vez capaz de fornecer o *supremo padrão de medida da moralidade enquanto tal [Sittlichkeit Moralität]*” (HÖFFE, 2005, p. 206). *Grifos acrescentados.*

passivamente aos atrativos da comodidade, do mero bem-estar que ele pode por vezes denominar de felicidade, está *destinado* a se tornar ativamente *humano*.

Nesse sentido, “o ser humano tem, pois, de ser *educado*” (KANT, 2006, p. 219). Mas, como observa Kant, aquele que deve educá-lo é também um ser humano que ainda encontra em si a rudeza de sua natureza, deve realizar no outro aquilo que ele mesmo necessita, eis uma das causas constantes do desvio da destinação da natureza humana e as dificuldades de se atingir tal fim ou destinação.

Queremos então, no próximo momento do estudo, analisar e expor *como*, na visão de Kant, *formar para a moralidade e efetivar a ética na vida humana*. Investigar a possibilidade de formação e consolidação moral, a concepção do caráter e da pessoa, a possibilidade da ação humana em geral com valor moral. Do mesmo modo, examinar como evitar os desvios do *fim* ou da *destinação* da natureza humana. Em linhas gerais, *como*, segundo a concepção kantiana de educação, atingir a *humanidade* e o máximo do *valor interno* da natureza humana.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO MORAL EM KANT

Buscaremos abordar no presente capítulo algumas questões que julgamos essenciais à problemática da *formação moral e efetivação ética em Kant*, por exemplo: como é possível aplicar o princípio moral às ações concretas? a ética e, consequentemente, a autonomia moral e a liberdade são ensináveis? a ação por dever, a máxima moral, a virtude, o caráter, a pessoa, são possíveis via a educação conforme pensada por Kant? é possível educar para os princípios de uma boa vontade, ou seja, os princípios morais do querer? é possível, segundo Kant e a sua concepção de educação, educar em valores?¹⁶³

A intenção, nesse momento, é examinar e expor a possibilidade de efetivação ética na educação kantiana. Noutras palavras, a educação, vale reforçar, segundo Kant e a sua concepção de educação, apresenta-se enquanto um caminho para a formação moral do educando e uma experiência ética humana, para o alcance da destinação ou fim da natureza humana?

Eis o momento da análise acerca da possibilidade do ensino da ética, ou seja, da moralidade efetiva na vida humana, a possibilidade da formação do caráter, do cultivo de máximas morais, de considerar o dever prático e a sua aplicação no ajuizamento moral das ações dos seres humanos, da possibilidade de desenvolver a consciência do dever e o próprio dever efetivo na ação humana em geral; o que se encerra, em última instância, na análise das diferentes formas da ação pedagógica.

Segundo Kant, a natureza humana é capaz de conceber a ideia de moralidade, ou seja, de uma *razão prática pura*¹⁶⁴, porém, não apresenta a força necessária para torná-la eficaz em sua vida, de tê-la na base de sua conduta e de seu

¹⁶³ Vale observar que já na Grécia Clássica houve entre os gregos a preocupação com a formação do caráter e o desenvolvimento *humano*. Na civilização grega, com os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles, foi desenvolvida e estabelecida a noção de *Paidéia*, ou seja, a educação com o intuito de *formar o caráter do cidadão*. Desejava-se, mediante a educação, a *Paidéia*, assegurar o destino feliz da *polis* com uma formação que levasse o ser humano à excelência ou nobreza moral, o que seria possível com o *cultivo das virtudes*. Em particular com Platão a preocupação com a formação do caráter nasce da seguinte questão: *como adquirir a virtude?* No diálogo intitulado *Protágoras* Platão trata do *conceito e natureza da virtude*, no diálogo *Mênon* o filósofo aborda a própria questão do *ensino da virtude*.

¹⁶⁴ O que, segundo Kant, implica na ausência de móveis (*Teibfeder*) empíricos enquanto determinantes da ação, o que implica na ação por dever (motivo/*Bewegungsgrund* válido para todo ser racional), no respeito, reconhecimento e adoção da lei prática, em máximas morais.

comportamento, em suma, sustentando todas as suas ações – a educação pode se tornar presente e necessária também nessa tarefa¹⁶⁵.

É nesse sentido que a educação lidaria com ensinamentos e preceitos *morais*, isto é, com a formação, o desenvolvimento, a divulgação, o reforço dos *princípios morais*, com o que está relacionado com a efetividade do valor moral (ou o porquê ele – ação com valor moral – não se realiza) na vida dos seres humanos. Afinal, como alerta Kant, ainda que o *fundamento moral puro* seja necessário para o conceito de moralidade, ele não é suficiente para conferir o valor moral de uma ação propriamente dita. De acordo com o pensamento prático kantiano, os meios pelos quais uma ação em geral pode revelar o valor moral, envolvem a existência de *princípios objetivos* do querer, segundo Kant, os princípios morais por excelência enquanto o *motivo* da ação, e *princípios subjetivos* do querer, ou seja, o reconhecimento do dever por um sujeito como *seu*; o respeito, o reconhecimento e a adoção do princípio válido para todo ser racional (objetivo) por um determinado sujeito em particular (subjetivo). Pois:

[...] não importa apenas saber apenas o que é que se deve fazer (o que facilmente se pode indicar, graças aos fins que todos os homens por natureza têm), mas trata-se do princípio interno da vontade, isto é, que a consciência deste dever seja, ao mesmo tempo, o *móbil* das acções. (KANT, 2004b, p. 07).

Noutras palavras, os meios pelo quais uma ação em geral pode revelar o seu valor íntimo, envolvem os princípios internos da vontade: o princípio prático objetivo do querer e o princípio subjetivo do desejar. O que nos remete ao respeito, o reconhecimento e a adoção, enquanto o *seu* motivo, do princípio prático objetivo por um sujeito específico, vale dizer, o sujeito que age, o sujeito da ação, o sujeito agente¹⁶⁶.

¹⁶⁵ “O homem, com efeito, afetado por tantas inclinações, é na verdade capaz de conceber a idéia de uma razão pura prática, mas não é tão facilmente dotado da força necessária para tornar eficaz in concreto no seu comportamento” (KANT, 1980a, p. 105).

¹⁶⁶ Esse sujeito da ação, o sujeito agente, que pode ser um sujeito capaz de mover-se, agir e viver segundo valores, deverá ser também o objeto da educação, deverá ser também considerado pela educação. Ao refletirmos sobre a educação atualmente podemos apontar que o processo educativo prioriza essencialmente (ou unicamente) o *conhecimento*, o acúmulo de informações que o educando pode adquirir, eis o que, geralmente, se diz do sucesso educacional. O que propomos no presente capítulo, em particular na presente tese, é, ao refletir sobre a educação, ter em vista a *formação humana*, o ser humano, a humanidade, levar em consideração ser humano de um modo mais amplo, isto é, considerá-lo em suas outras e diversas dimensões, como é o caso aqui, a sua dimensão *ética* – o ser humano ético, a formação do ser humano ético: o valor moral da ação humana, a virtude, o caráter, a pessoa.

Para o caso da efetividade da moralidade, isto é, a ação ética, a ação em geral com valor moral, a lei moral (princípio moral formal) ou o fim objetivo (princípio moral material), os princípios, segundo Kant, objetivos do querer, que devem ser o *motivo* (*Bewegungsgrund*) da ação, deverão ser *ao mesmo tempo* um *móbil* (*Teibfeder* – princípio subjetivo do desejar) da ação. Segundo Kant, é nisso que se baseia a *eticidade*, vale dizer, o conteúdo moral da ação em geral, numa *doutrina dos deveres* que se encerra em uma *doutrina do saber fazer*, de modo a fazer com valor moral, em suma, transformar em móbil o motivo, transformar em móbil o próprio *dever*¹⁶⁷. Eis, ademais, um dos motivos, em Kant, da necessidade da formação moral.

Para realizar o objetivo do presente capítulo vamos recorrer à filosofia prática empírica de Kant, com as obras: *Metafísica dos costumes* (1797) e *Sobre a Pedagogia* (1804)¹⁶⁸. Pensamos que as referidas obras nos oferecem o essencial à investigação acerca do *fazer com valor moral*, sobre a possibilidade da ação em geral com valor moral, a realização da ação ética, isto é, à investigação do *processo de aperfeiçoamento moral para nós seres humanos*.

Com a *Metafísica dos costumes* nos deteremos em particular na *Doutrina ética do método* (doutrina do método, metodologia), seções primeira e segunda intituladas respectivamente de *A didática ética* e *A ascética ética*. Com as preleções *Sobre a pedagogia* a análise e exposição ocorrerão, principalmente, com a terceira parte da obra a qual é intitulada de *Sobre a Educação Prática*.

¹⁶⁷ Vemos, assim, a junção e a inseparabilidade do *puro* e do *empírico* na filosofia prática de Kant, o que fica bastante evidente na seguinte passagem: “Remontar aos *princípios metafísicos* para transformar em móbil o conceito de dever, purificado de todo o empírico (de todo o sentimento), parece opor-se à própria ideia desta filosofia (da doutrina da virtude). Pois, que conceito poderemos fazer de uma força e de um vigor hercúleo para superar as inclinações que engendram vícios, se a virtude tiver de ir buscar as suas armas no arsenal da metafísica, que é obra da especulação, em que só poucos homens sabem adestrar-se? Por isso, todas as doutrinas da virtude geram o ridículo nas aulas, do alto dos púlpitos e nos livros populares, quando se adornam com citações metafísicas. – Mas nem por isso é inútil, nem muito menos ridículo, rastrear numa metafísica os primeiros princípios da doutrina da virtude; pois alguém tem de ir, como filósofo, até os primeiros princípios do conceito de dever; de outro modo, não seria de esperar segurança ou pureza alguma para a doutrina da virtude em geral” (KANT, 2004b, p. 07-8).

¹⁶⁸ Como lembra Santos (2012, p. 2): “A parcialidade que ocorre frequentemente na leitura da ética kantiana deve-se, também, ao fato de se abordá-la unicamente desde a perspectiva da *fundamentação* da moral permanecendo-se, por exemplo, apenas no âmbito de argumentação da *GMS* ou da *KpV*, esta última também conhecida como a *segunda crítica*. Com efeito, se aí se permanece, sem avançar para as demais obras que compõem a filosofia prática, isto é, os escritos menores e até mesmo as anotações soltas (*Lose Blätter*), as preleções editadas pelos ex-alunos e intérpretes de Kant, pode-se acabar por entender sua preocupação como sendo unicamente investigar e estabelecer um princípio para a moralidade. Isso seria um grande erro, pois para o próprio Kant está claro que com os dois escritos de fundamentação sua ética ainda não está concluída”.

Teremos os momentos das obras citadas sustentado as nossas análises, investigações, reflexões e exposição, porém, sem perder, visto não ser possível, os vínculos com o todo do pensamento de Kant – teórico, prático, estético¹⁶⁹.

3.1 A formação moral na *Metafísica dos costumes*

Kant, na segunda parte da sua *Metafísica dos costumes*, ao abordar a *ética*, entendida como a doutrina da virtude, isto é, a doutrina do saber fazer, dos deveres de virtude ou deveres éticos¹⁷⁰, desenvolve a sua metodologia contemplando o ensino e o cultivo da ética: o *ensino da virtude ou da ética* (a didática ética – primeira seção da doutrina ética do método) e o *cultivo da virtude/ética* (a ascética ética – segunda seção da doutrina ética do método)¹⁷¹.

Nos parágrafos iniciais da primeira seção da doutrina ética do método, Kant aponta: “Que a virtude se há-de adquirir (pois, não é inata) é algo implicado no seu conceito [...] Que possa e deva *ensinar* é algo que se segue do facto de ela não ser inata; a teoria da virtude é, pois, uma *doutrina*” (KANT, 2004b, 127). Das palavras do filósofo, vislumbramos a possibilidade do ensino e da aquisição da virtude, o que se encerra na capacidade moral do ser humano, ou seja, de agir de modo que a sua ação tenha o genuíno valor, segundo Kant, o valor moral¹⁷².

Nesse momento, o que precisamos desenvolver e compreender com a *Metafísica dos costumes* kantiana é: i) o conceito de virtude; ii) como se dá o ensino e

¹⁶⁹ Embora não seja a obra central de nossa investigação no presente momento do estudo, podemos citar como exemplo a *Doutrina do método* da segunda *Crítica* que também se ocupa, ademais, do modo como os princípios práticos objetivos podem ser adotados subjetivamente pelo ser humano de modo a poder torná-los efetivos em sua vida – nas vivências e ações dos seres humanos.

¹⁷⁰ A doutrina da virtude desenvolvida por Kant em sua *Metafísica dos costumes* envolve precisamente a ação em geral com valor moral, ou seja, o agente virtuoso. Ser virtuoso, nesse âmbito, significa ser ético; a ligação entre virtude e ética em Kant, bem como o seu ensino, será desenvolvida no que se segue.

¹⁷¹ A metodologia kantiana para o ensino da ética admite uma *didática* e uma *ascética* moral. Como explica Santos: “O ponto para o qual Kant chama atenção é que um comportamento virtuoso ou ético, como diríamos nos dias de hoje, não se adquire unicamente através da transmissão de conceitos, acerca do bem e do mal, do que é certo e do que é errado. Valendo-se do exemplo dos estóicos, para os quais estava claro que os conceitos não possuíam esta força de levar o indivíduo para a prática da moral, Kant advoga também uma ascese moral, isto é, o cultivo da mesma mediante esforços intencionais” (SANTOS, 2012, p. 10).

¹⁷² Segundo Delbos (1969, p. 589), a virtude em Kant é objeto de ensinamento bem como de uma prática aprimorada.

aquisição da virtude e, iii) a ascensão moral, ou seja, como cultivar a virtude em nossa vida.

Em pelo menos dois momentos na *Metafísica dos costumes* Kant nos aponta no que se encerra o conceito de virtude, diz ele: “Virtude é a fortaleza moral da vontade” (KANT, 2004b, p. 40). Porém, o filósofo observa que tal definição não esgota o conceito de virtude, afinal, é possível atribuir a mesma *fortaleza moral* a um ente santo (sobre-humano), desse modo, no que diz respeito ao conceito da *virtude humana* Kant completa a sua definição dizendo que: “[...] a virtude é a fortaleza moral da vontade de um *homem* no cumprimento do seu *dever* [...]” (idem); noutras palavras – “A virtude é a força da máxima do homem no cumprimento do seu dever” (KANT, 2004b, p. 29).

Assim, para o alcance do sujeito ético, ou seja, a efetivação da virtude humana e o valor moral da sua ação, a noção do *dever* e a *fortaleza moral* para querer o princípio prático e cumprir o dever, tornam-se necessários, pois diante de tantas inclinações, o ser humano pode deixar de realizar o que se deve ser feito do ponto de vista moral, deixando de agir moralmente. Segundo Kant:

O homem, com efeito, afetado por tantas inclinações, é na verdade capaz de conceber a idéia de uma razão pura prática, mas não é tão facilmente dotado da *força* necessária para tornar eficaz in concreto no seu comportamento (KANT, 1980a, p. 105)¹⁷³.

Essa força, isto é, a fortaleza moral para tornar a moralidade efetiva na ação humana é o que Kant denomina de *virtude*. A própria capacidade moral do ser humano, não implicaria em virtude se não fosse suscitada pela fortaleza de *querer adotar* subjetivamente uma lei, não perdendo de vista a moralidade kantiana, a lei dada pela própria razão prática legisladora, e cumprir o seu dever. A capacidade moral da natureza humana em Kant encerra-se em virtude mediante a força moral da vontade em agir *por* dever e, na ação precisamente *por* dever, a ação apresenta o seu ápice em valor, o valor moral¹⁷⁴.

Observamos que a virtude kantiana refere-se a uma *força* que não se resume à mera determinação da vontade pelo desejo sensível originário das inclinações, paixões

¹⁷³ *Grifo acrescentado.*

¹⁷⁴ Di Napoli e Nunes (2009, p. 189) salientam a força, a centralidade e a importância do conceito de dever no sistema ético kantiano – “o dever é sem dúvidas um dos pilares de sustentação de todo o sistema”.

ou afecções, as quais podem brilhar num instante e produzir fadiga no outro. O que há é uma *força moral* procedente de *motivos* ou *razões morais*, os motivos ou as razões morais da ação. Vale lembrar, que a ação não movida por uma inclinação, mas antes por dever, isto é, por motivos ou razões morais, pode simbolizar algumas perdas empíricas, mas, certamente, segundo Kant, os ganhos são *morais*, eis donde reside a força ou fortaleza moral, da própria preocupação com o valor moral da ação.

A ação moral, segundo Kant, requer a fortaleza moral, chamada por Kant de virtude, justamente pelos obstáculos que o próprio ser humano pode gerar a si mediante suas inclinações sensíveis que, em muitas ocasiões, podem mesmo levar ao vício¹⁷⁵.

Os vícios são, para o filósofo, o grande desafio moral, ou seja, o desafio que o ser humano, se há a preocupação moral, deve combater, daí decorre a força moral entendida enquanto fortaleza – *fortitudo moralis*¹⁷⁶. Segundo Kant (2004b, p. 29-30), toda a força moral (virtude) se reconhece pelos obstáculos que é capaz de superar, para o caso da virtude, o grande obstáculo a ser superado são as inclinações da natureza humana, ou seja, a sua faculdade de desejar face às *sensações*, que pode, em muitas situações, apresentar-se em conflito ou mesmo opondo-se àquilo que o dever ordena fazer.

Por fim, a virtude, além de trazer à luz o cume do valor da ação, vale dizer, o valor moral, constitui, segundo o filósofo, a verdadeira sabedoria – a *sabedoria prática*, ou seja, o saber fazer com valor moral, pois o ser humano, ao realizar com valor moral, faz do seu *fim* a sua própria existência e, somente dessa maneira, a natureza humana pode ser de fato livre, sã e rica, afinal, de acordo com Kant, o ser virtuoso não perde a sua virtude¹⁷⁷, não é mais dirigido ou determinado, por exemplo, pelo acaso, que por vezes pode levar ao bem (virtude) e noutros momentos ao mal (vício). A *fortaleza moral* é também chamada por Kant de *força de virtude* e diz respeito ao “*ânimo tranquilo*, com uma resolução refeedida e firme de pôr em prática o seu dever. Tal é o estado de *saúde* na vida moral” (KANT, 2004b, p. 44).

¹⁷⁵ No que diz respeito ao prejuízo moral de seguir uma inclinação como determinante da ação, Kant aponta que o ser humano ao se entregar/seguir uma inclinação pode permitir ao ânimo forjar princípios muitas vezes opostos à lei moral, de modo a permitir que se incorpore (por adotar tais “princípios”) o mal na máxima da ação, o que é, na concepção do filósofo (2004b, p. 43), um mal qualificado, ou seja, um verdadeiro vício.

¹⁷⁶ KANT, 2004b, p. 41.

¹⁷⁷ Vale reforçar que a posição de Kant é de que quando é formado/desenvolvido/estabelecido a (cons)ciência do dever e o ser humano não o segue ou cumpre é como se isso lhe causasse uma espécie de asco, de repulsa, de aversão, bem como uma lástima ou desprezo mesmo com o menor desvio dele. Cf. KANT, 2008, p. 7 e KANT, 2003a, p. 543.

Assim, a virtude em Kant refere-se, precisamente, a princípios refletidos, firmes e apurados, em última instância, ao o que Kant chamou de dever moral no âmbito da *Fundamentação* e da *Crítica da razão prática* e de deveres de virtude no âmbito da *Metafísica dos costumes* – um fim que é ao mesmo tempo dever.

Acerca do dever ético ou dever de virtude na doutrina da virtude kantiana – a doutrina do saber fazer de modo a realizar com valor moral – devemos esclarecer que diz respeito à matéria da máxima da ação (o fim ‘A’), porém, não se refere a todo e qualquer fim, mas antes a um *fim* que é pensado, adotado e querido ao mesmo tempo como um *dever* – um fim moral. Como esclarece Delbos:

A doutrina da virtude determina como objeto da vontade um fim da razão pura que se apresenta enquanto objetivamente necessária, isto é, como um dever para nós. Isso não quer dizer que a razão parte de fins que o homem se propõe naturalmente para convertê-los em deveres; para não deixar a vontade sob o império dos fins subjetivos a razão parte do dever para deduzir os fins objetivos. O conceito de um fim que é ao mesmo tempo um dever é essencial à Doutrina da virtude (DELBOS, 1969, p. 579).

O dever de virtude, também chamado por Kant de dever ético ou ética¹⁷⁸, oferece à natureza humana uma *matéria moral*, ou seja, um *fim* ou objeto que o ser humano mediante a sua razão oferece a si. Tal fim apresenta-se como um fim objetivamente válido, ou seja, um fim ou matéria moral que é, ao mesmo tempo, justamente por sua objetividade, um dever moral para todo ser humano.

Segundo Kant (2004b, p 15), o fim da razão prática pura¹⁷⁹ é um fim/objeto da vontade que, mediante a sua representação, o ser humano é capaz de se determinar a agir, isto é, determinar a sua ação orientada a produzir tal fim; para o filósofo, somente o próprio ser humano pode propor a si o *seu* fim – “Posso, sem dúvidas, ser por outros obrigado a realizar acções que se dirigem como meios a um fim, mas nunca a *propor-me um fim*, antes só eu posso propor-me algo como fim” (idem).

De acordo com Kant, não é possível que a vontade de um ser humano seja obrigada pela representação do objeto da vontade de outro ser humano, ou seja, o outro até pode coagir um determinado sujeito a fazer algo que não é o seu fim, porém, nesse caso, o fim não se caracteriza como um fim seu, mas é somente um meio para o fim do

¹⁷⁸ Cabe reforçar que, de acordo com a doutrina da virtude kantiana, os *deveres éticos* ou *deveres de virtude* se referem a um determinado *fim*, matéria ou objeto da vontade.

¹⁷⁹ A razão pura ao oferecer leis práticas é chamada de *razão prática pura*.

outro. Noutras palavras, o outro não pode coagir nenhum sujeito a *querer* tal ou tal fim, a transformar um fim em seu fim, em suma, segundo Kant, não é possível ter algum fim sem fazê-lo o seu fim.

Isso implica que somente o próprio ser humano pode obrigar-se, o que pode ocorrer quando ele se dá e assume fins, fins que, conforme explicitado na doutrina da virtude kantiana, se há a preocupação moral, são ao mesmo tempo morais, ou seja, fins objetivos, pois, à moralidade, se há a preocupação com o valor moral da ação, não basta que o ser humano seja capaz de escolher, ter ou se dar ou ter e realizar todo e qualquer fim, é preciso que ele possa querer, escolher ou adotar apenas os *bons fins* – o fim moral, a matéria moral representada por um fim que é ao mesmo tempo um dever. Vale lembrar que, conforme estabelecido pelo filósofo, “bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser ao mesmo tempo, os fins de cada um” (KANT, 1999a, p. 26), eis o conceito de um *fim* que é ao mesmo tempo um *dever*¹⁸⁰.

O ser humano é capaz, mediante a faculdade prática da razão, de se propor e assumir fins, apresentando como fundamento da sua ação com valor moral, além do princípio formal de determinação da vontade, a própria lei moral, também um fundamento material, uma matéria moral. O fim ou matéria moral difere-se do fim derivado das inclinações por ser um *fim subjetivo e objetivo* – válido para *um* sujeito da ação e, ao mesmo tempo, para *todos* sem exceção¹⁸¹.

Santos (2012, p. 08-09), esclarece que, para Kant, a necessidade de se estabelecer fins, que são, para os seres humanos, ao mesmo tempo deveres, reside, precisamente, no fato de que para o caso da natureza humana, a sensibilidade também produz fins ou uma matéria que pode determinar a vontade. O fim estabelecido pela sensibilidade pode ser contrário ao conteúdo moral, ou seja, pode ser oposto à ordem do *dever-ser* e induzir o ser humano a uma obediência cega dos instintos e inclinações. A razão prática pura pode, sendo legisladora, atuar contra a determinação da sensibilidade – da inclinação, do impulso, das paixões –também estabelecendo fins.

¹⁸⁰ Segundo a concepção de Kant, não há qualquer contradição em propor-se a si próprio um fim que é ao mesmo tempo dever, pois ao se dar e adotar o fim, mesmo sendo um fim objetivo, faço dele o *meu* fim, realizando o meu dever moral.

¹⁸¹ Já na *Fundamentação*, acerca da determinação da *vontade* e do *fim objetivo*, Kant (1980a, p. 134), aponta que: “[...] aquilo que serve à vontade de princípio objetivo da sua autodeterminação é o *fim* (*Zwerck*), e este, se é dado pela só razão, tem de ser válido igualmente para todos os seres racionais”. O fim objetivo não é um mero efeito da ação, diferencia-se do princípio de uma ação possível cujo efeito é um fim, nesse caso, o princípio, segundo Kant (*idem*), chama-se meio; o fim objetivo não se apresenta como um mero efeito que se deseja da ação, mas antes apresenta-se enquanto a *razão moral* do agir.

Desse modo, a razão é capaz de oferecer, além do princípio prático formal, ou seja, o dever moral – respeito, reconhecimento e adoção da lei moral – um fim ou matéria, um princípio prático material, vale dizer, o dever de virtude ou dever ético, uma determinação material às ações humanas que se pretendam moral.

Porém, adverte Santos (idem):

[...] convém lembrar que a ética não parte dos fins para chegar ao conceito de dever, mas pelo contrário, parte da noção pura do mesmo para chegar aos fins que orientam as máximas de nossas ações. Neste contexto é que se definem os fins que são ao mesmo tempo deveres.

Além do mais, cabe observar que, segundo Kant, o fim derivado das inclinações pode ora levar ao bem ora ao mal, ora ser capaz de mover ou determinar a ação e ora não, o mesmo não ocorre com os fins da razão prática, ou seja, o fim objetivo, uma vez *proposto/dado* e *assumido* pelo sujeito da ação, por sua objetividade e independência do interesse sensível enquanto o motivo de determinação da ação, move a vontade necessariamente. Nas palavras de Kant.

De facto, visto que as inclinações sensíveis nos induzem a fins (como matéria do arbítrio) que se podem opor ao dever, a *razão legisladora*, por seu turno, só pode defender a sua influência mediante um *fim moral* contrário que, deve, portanto, ser dado *a priori*, independentemente da inclinação (KANT, 2004b, p. 15)¹⁸².

A virtude (ou ética) em Kant pode, por esse motivo, definir-se como uma doutrina dos *fins da razão prática pura* e, mediante a faculdade prática da razão, o ser humano é capaz de se colocar/dar/impôr e assumir tais fins, vale dizer: fins que são ao mesmo tempo morais.

Interessa ressaltar que na doutrina da virtude kantiana a moralidade é ligada a um fim que é feito dever, isto é, fim objetivamente válido que pode, ao mesmo tempo, ser um fim subjetivo, o fim de cada um. Nesse sentido, o fim ou matéria moral chamada por Kant de dever de virtude ou dever ético, o conceito de fim que é, simultaneamente, um dever, é um fim que um sujeito tem ou pode se propor, um fim válido para o próprio sujeito da ação, que é, ao mesmo tempo, um fim objetivo, vale dizer, moral – necessário e universal, válido para todos sem exceção.

¹⁸² Grifo acrescentado.

Nesse caso, ao investigar as razões da ação, o porquê da ação¹⁸³, encontramos um fim ‘A’, porém o fim ‘A’ não se encerra em um fim, objeto ou desejo meramente particular; o fim deverá mover a vontade, implicando em uma ação com valor moral, pois trata-se de um fim subjetivo, vale para a vontade de um sujeito, mas não meramente particular, ou seja, válido apenas para a vontade de *um* sujeito da ação específico.

Assim, o princípio material, ou seja, a ordem moral material subjetiva e objetiva – “tu deves propor-te como fim isto ou aquilo” (KANT, 2004b, p. 24) – refere-se à matéria moral da vontade e, de acordo com Kant, por conter uma matéria ou fim moral, diz respeito aos *deveres de virtude* – “[...] só um fim que é ao mesmo tempo dever se pode chamar dever de virtude” (KANT, 2004b, p. 17). Na *Metafísica dos costumes*, a moralidade é apresentada mediante os deveres de virtude, isto é, o princípio prático material.

Vale aqui ressaltar que a virtude kantiana, enquanto simultaneidade da vontade com o dever, fundada em uma firme intenção, ou seja, em princípios refletidos, firmes e apurados, é, em sua forma (necessidade e universalidade) apenas uma e a mesma, porém, quanto ao seu fim, aquilo que o ser humano deve se propor como fim, pode ser múltipla e a obrigação relativamente às máximas de perseguir tal e tal fim, chama-se *dever de virtude*.

Há, portanto, muitos deveres de virtude, como explica Kant:

Conceber uma pluralidade de virtude (como é, efectivamente, irremediável) é apenas conceber distintos *objetos morais*, aos quais a vontade se vê conduzida a partir do princípio único da virtude (KANT, 2004b, p. 41)¹⁸⁴.

Na *Metafísica dos costumes*, posteriormente também nas preleções *Sobre a Pedagogia*, Kant desenvolve e expõe alguns dos fins que, para o ser humano, são ao mesmo tempo deveres. De modo geral, o filósofo os apresenta do seguinte modo: i) *dos deveres para consigo*: reconhecer e conservar a própria dignidade ou o amor próprio¹⁸⁵, conservar a própria vida, desenvolver e aumentar a perfeição natural e a perfeição moral

¹⁸³ As razões da ação, o motivo ou o porquê – eis o central da investigação moral de Kant.

¹⁸⁴ *Grifo acrescentado.*

¹⁸⁵ De acordo com Kant, reconhecer e conservar a própria dignidade significa: “[...] conservar uma certa dignidade interior, a qual faz do homem a criatura mais nobre de todas; é seu dever não renegar e sua própria pessoa essa dignidade da natureza humana. Ora, renegamos essa dignidade quando, por exemplo, nos entregamos à embriaguez, ou a vícios contra a natureza, ou a qualquer sorte de intemperança, e assim por diante, coisas essas que colocam os homens abaixo dos animais” (KANT, 1999a, p. 89).

[...], ii) *dos deveres para com os outros*: beneficência, gratidão, atenção, respeito, amor, amor universal ou amizade [...] ¹⁸⁶.

Não nos cabe aqui desenvolver cada um dos deveres de virtude apresentado por Kant, porém, queremos, ainda que de modo breve, lançar algumas considerações acerca de um *fim* que é também, segundo Kant, um *dever*, a saber, a *amizade*.

Pensamos haver uma estreita conexão entre moralidade, educação e amizade, talvez possamos pensar a amizade em Kant como um dever de virtude que pode influenciar ou auxiliar a formação moral ou do caráter do ser humano, ou seja, um suplemento ao ensino da ética, a amizade pode ser um mediador ou suplemento na formação do caráter ¹⁸⁷ e ao mesmo tempo a realização de um dever. O filósofo não nos fala declaradamente sobre a possibilidade da amizade como um suplemento na formação moral, porém, de acordo com Kant, a amizade é um dos deveres da natureza humana, ou seja, um fim que é simultaneamente um dever, um dever de virtude – o dever da *amizade*.

Na *Metafísica dos costumes*, ao concluir a *Doutrina ética elementar*, Kant diz que a amizade é um *bom fim*, ou seja, um fim objetivamente válido que pode (*deve*), ao mesmo tempo, ser adotado subjetivamente, é nesse sentido que a amizade, conforme concebida por Kant, apresenta-se enquanto um fim que é, simultaneamente, um dever, um dever próprio do ser humano. Na definição do filósofo, a amizade prática é:

[...] a união de duas pessoas graças a um amor e a um respeito idênticos e recíprocos. Facilmente se vê que é um ideal de comunicação e de participação no bem de cada um deles, unidos por uma vontade moralmente boa, e que, embora não engendre a felicidade integral da vida, a sua assunção na disposição de ambas as partes inclui a dignidade de ser feliz, portanto, a amizade entre os homens é para ele um dever (KANT, 2004b, p. 118).

A amizade, de acordo com Kant, tendo por base uma vontade moralmente boa, não será uma união que se pretende, por exemplo, benefícios ou vantagens recíprocas, antes, haverá um bem comum gerado pelo amor e pelo respeito, isto é, um bem comum com reciprocidade (mútuo, harmonioso) e equilíbrio (em igual peso/medida) do amor e do respeito, vale reforçar, caso guiados, movidos, determinados por uma boa vontade.

¹⁸⁶ KANT, 2004b. pp. 60, 87, 89, 47, 100. KANT, 1999a, pp. 89, 90, 91.

¹⁸⁷ Podemos verificar indícios dessa posição, por exemplo, em: ROHDEN, L. *Amizade, entre filosofia e educação*. In: *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Acerca da identidade do amor e do respeito podemos entendê-los, de acordo com Kant, sendo um dever em geral, ou seja, a todo e qualquer ser humano, não se resumindo às relações amigáveis, antes, ao ser humano, independentemente de ser o seu amigo ou não (MERLE, 2007, p. 39). Observamos que a marca característica, em Kant, da relação ou ação amigável em Kant será a *reciprocidade*.

Esta ideia de reciprocidade, de relação mútua, de harmonia e complementaridade no que diz respeito às relações amigáveis, também se fez presente no pensamento aristotélico quando o filósofo se propôs a tratar de questões acerca da amizade¹⁸⁸. A amizade, de modo geral, segundo Aristóteles (1987, p. 141), se define pela *reciprocidade* de benevolência e beneficência, as quais originam um bem compartilhado. Eis a noção de amizade completa ou perfeita, motivada pela excelência de caráter¹⁸⁹.

Aristóteles apresenta outras noções de amizade, por exemplo, a amizade motivada pelo prazer e a amizade motivada pela vantagem, porém, o filósofo explica que tais relações de amizade somente podem ser ditas ‘amizade’ por semelhança ou derivação da acepção da primeira, ou seja, a amizade movida pelo prazer ou a amizade determinada pela vantagem, são amizades meramente acidentais.

Podemos pensar também que é precisamente pela relação de reciprocidade, igualmente assinalada por Aristóteles, que a ideia de amizade pode ser caracterizada enquanto prática e, nesse sentido, por ser prática, a necessidade de um princípio moral enquanto determinante da amizade, pois tudo o que é mútuo envolve uma escolha, ou seja, é necessariamente por decisão. Segundo Aristóteles (1987, p. 144), “[...] a escolha procede de uma disposição de caráter”, em Kant, tudo o que está relacionado com escolhas e decisões diz respeito a uma doutrina moral; a *escolha* é indissociável da amizade, tanto em Aristóteles como em Kant.

Concebendo que a amizade, de acordo com Kant, se define pelo *amor* e *respeito*, poderíamos pensar que a amizade prática, é sustentada por sentimentos ou afetos, no entanto, a amizade prática kantiana não pode ser sustentada por qualquer sentimentos ou afeto, pois, além de serem cegos em suas *escolhas*, podem desaparecer, eis a necessidade de uma vontade moralmente boa ser o fundamento do amor e do respeito *idênticos* e *recíprocos* que se encerra na amizade em Kant. Além do mais, como vimos,

¹⁸⁸ Por exemplo, nos livros VIII e IX da *Ética a Nicômaco*.

¹⁸⁹ Em Kant a amizade prática é também chamada de amizade perfeita, Cf. KANT, 2004b, p. 121.

para o filósofo, qualquer talento, qualidade, temperamento, por exemplo, amoroso, respeitoso, afetuoso:

[...] são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso chama *caráter*, não for boa (KANT, 1980a, p. 109).

O filósofo adverte, portanto, que é preciso haver na base da entrega recíproca denominada amizade, *princípios* que restrinjam o amor mediante exigências de respeito, nesse sentido, é fundamental para amizade sendo um dever prático “a proporção justa do equilíbrio” (KANT, 2004b, p. 120) entre o amor e o respeito, equilíbrio unicamente possível quando a ação amigável está (e deve estar, caso se pretenda a amizade) sob princípios morais¹⁹⁰.

O princípio moral guiando a amizade prática, o amor ordenará a aproximação e, na mesma medida, o respeito exigirá (uma máxima que ordena com precisão) a distância conveniente, sempre idênticos e recíprocos. Por exemplo:

[...] a relação do protetor, enquanto benfeitor, com o protegido, enquanto obrigado à gratidão, é decerto uma relação de amor recíproco, mas não de amizade: porque o respeito devido e recíproco não é o mesmo (KANT, 2004b, p. 121).

Nesse caso, com a ausência da reciprocidade no respeito, muito embora se tenha uma relação de amor recíproco, tem-se um desequilíbrio, sendo assim, a máxima não poderá exigir/ordenar com precisão.

Em outra situação de uma relação amigável, oferecida por Korsgaard (2000, p. 191), tendo em vista a concepção de amizade kantiana, o amor pode levar alguém a se preocupar com a felicidade do outro, do mesmo modo que o respeito deve exigir que se preocupe também com seu caráter.

Kant aponta que a amizade do ponto de vista moral, não é um ideal, e “às vezes, (o cisne negro) existe realmente na sua perfeição” (KANT, 2004b, p. 121).

¹⁹⁰ O equilíbrio também é um aspecto fundamental à amizade, por Aristóteles, a amizade aristotélica “[...] poderia ser interpretada como um tipo de virtude pela qual se evita tanto a hostilidade quanto a bajulação nas relações humanas, os dois vícios ou extremos opostos ao meio-termo que é a amizade” (LOPES, 2004, p.71).

Observamos também que o dever da amizade é válido, do ponto de vista moral, para defender o próprio ser humano do orgulho que costuma instaurar-se na natureza humana que tem em si, tendo em vista a sua *humanidade*, a capacidade de fazer o bem¹⁹¹. Considerando a capacidade do ser humano para o bem e a amizade algo que pode realizar esse bem, pensamos em uma possível conexão entre moral, educação e amizade em Kant; isso significa que a amizade, as relações amigáveis e a ação amigável, além de poder ser um mediador na formação do moral, concomitantemente, notamos que *realizamos o nosso dever – do amor e respeito idênticos e recíprocos ou a amizade*.

Acerca dos deveres morais e de virtude na filosofia prática de Kant, Di Napoli e Nunes (2009. p. 189), explicam que os *deveres* kantianos receberam especificamente duas expressões, uma apresentada pelo filósofo na *Fundamentação* e na segunda *Crítica*, que não envolve matéria, mas apenas a forma e, outra, que diz respeito a uma ideia do dever que, ao mesmo tempo, é um fim que envolve uma matéria, apresentada por Kant na *Metafísica dos costumes*. Então, no que diz respeito ao *princípio prático kantiano*, abrangemos: a) o *princípio prático formal* que consiste na própria necessidade e universalidade da lei moral, desenvolvido na primeira parte da moral kantiana, o dever moral; b) o *princípio prático material* que consiste na apresentação de um fim objetivo, o fim que é feito dever, desenvolvido na segunda parte da moral, o dever de virtude.

Acerca do dever na filosofia prática kantiana, pura e empírica, temos:

A

Se A, então B

B

No que diz ao princípio formal:

A – um fim particular que quero.

Então B – máxima da ação (meio de realização do fim).

B – máxima que pode também ser lei (caso universalizável).

No que diz ao princípio material:

A – um fim que é ao mesmo tempo um dever, um fim aprovado por todos e que pode ser ao mesmo tempo o fim de cada um.

Então B – máxima da ação (meio de realização do fim).

¹⁹¹ Capacidade que pode ser desenvolvida pela educação com a formação/desenvolvimento moral.

B – máxima que também é lei.

Veja: a máxima da ação derivada do fim ‘A’, seja ele um fim particular ou um fim objetivo, deverá constituir uma lei, então, não se tratará apenas de querer ou não realizar tal e tal ação, mas sim, de uma *ordem* ou *necessidade moral*. Para o caso da lei derivada de um fim particular, uma ordem moral independentemente, enquanto condição da ação, do desejo particular que resultou tal lei; para o caso da lei derivada de um fim objetivo, uma ordem moral justamente pelo fim que gerou a lei.

Noutras palavras, o motivo ou condição de determinação da vontade para o caso da máxima derivada de um fim particular não será propriamente o meu fim particular, mesmo que eu o tenha, mas a própria lei, ou seja, o que vai determinar a ação não será o fim ‘A’, antes a conclusão B, que não se resume ao mero querer particular o fim ‘A’, o qual, por exemplo, hoje posso ter ou querer e amanhã não (um fim contingente); para o caso da máxima derivada do fim objetivo, a razão de determinação da vontade será o próprio fim, afinal é um fim necessário e universal, vale dizer, *moral*.

Por *motivos* ou por *razões morais* certas máximas são negadas, por exemplo, a máxima que não pode ser lei e conseqüentemente, também é negado o fim que a gerou; algumas máximas são permitidas, aquela máxima que também pode ser lei, embora a razão de determinação não seja propriamente o fim particular que a gerou; por fim, outras máximas são *requeridas*, isto é, a máxima que também é lei, eis o caso da máxima derivada de um fim objetivo.

Desse modo, o fim da ação que é ao mesmo tempo *dever*, apresenta uma máxima da ação (derivada do fim ‘A’) que, por seu conteúdo moral, ou seja, aprovado por todos e que pode ser ao mesmo tempo o fim de cada um, é ao mesmo tempo lei; uma lei, por sua vez, elimina todo o arbitrário das ações, diferenciando-se da mera indicação ou recomendação moral. Nesse sentido, a doutrina da virtude kantiana implica em uma consciência da capacidade de ser (ou se tornar) senhor das próprias inclinações (impulsos, paixões, afecções), as quais podem ser contrárias à ordem do *dever-ser*; esta consciência da capacidade moral decorre da própria consciência do *dever*, segundo Kant, um ideal que a natureza humana, tendo em vista a moralidade humana em seu maior grau, pode ou deve incessantemente se aproximar.

Por fim, no que se refere à virtude kantiana, devemos apontar ainda que a virtude envolve diretamente o *caráter da pessoa*¹⁹². Com a filosofia prática de Kant, em

¹⁹² Justamente a possibilidade do ser humano poder revelar (ou ter) um caráter o que o define enquanto pessoa.

sua totalidade, ou seja, a parte pura e a parte empírica, observamos a ligação íntima entre *moralidade*, *virtude*, *caráter*, *pessoa*, pois, conforme vimos (capítulo II), ter um caráter ou revelar um caráter o qual o ser humano cria para si próprio mediante os seus fins, diz respeito a ser capaz de *se aperfeiçoar continuamente mediante os seus fins*, isto é, através do fim que o ser humano coloca-se e assume sendo *seu*; eis o caráter da pessoa em uma ação que é feita por dever (KANT, 2004b, p. 45)¹⁹³. O que justifica a preocupação de Kant¹⁹⁴ com o cuidado da tarefa de formar o juízo da natureza humana acerca do valor das coisas que poderão vir a eleger como os seus fins.

Uma vez exposto o conceito de virtude em Kant na *Metafísica dos costumes* devemos abarcar agora como se dá o ensino da virtude, a ascensão moral, isto é, como cultivar a virtude, uma vez adquirida, na vida humana. Noutras palavras, devemos, nesse momento, examinar: a) a *formação* moral e b) o *cultivo* das máximas morais – o cultivo da moralidade, pois, de acordo com Kant (1983, p. 396), para a *vida moral*, é necessário que todo o curso da vida seja subordinado à máximas morais.

Kant (2004b, p. 127) aponta que a possibilidade do ensino da virtude – “que possa e se deva ensinar” – é algo que se segue do fato da virtude não ser inata, a virtude, na concepção kantiana, é uma *doutrina*, ou seja, um conjunto de princípios ensináveis, no sentido de formação e desenvolvimento.

Porém, alerta o filósofo, a força para a realização dos princípios práticos não se pode adquirir pela mera instrução de como se comportar, a formação moral não se trata de meras instruções de como é necessário agir do ponto de vista moral, não se trata de meras exortações, conselhos e advertências comportamentais¹⁹⁵, mas antes, para Kant, se trata do *cultivo* da moralidade, isto é, do *exercício* moral, que somente poderá ocorrer se forem despertadas as *próprias forças morais*, isto é, a partir da *tomada de decisão moral*, o que significa que não se é possível ser ético sem o *querer*, ao acaso.

¹⁹³ Para que a natureza humana possa apresentar (criar) um caráter é necessário que ela consiga a disposição para a escolha apenas os *bons fins* – fim que são ao mesmo tempo dever.

¹⁹⁴ Cf. KANT, 1980a, p. 125.

¹⁹⁵ Mas, a instrução é um momento preliminar da educação prática – a educação para a moralidade – cabe observar que na segunda *Crítica* Kant aponta que, embora a formação moral não ocorra pela mera instrução, a instrução pode apresentar-se enquanto um elemento preliminar do desenvolvimento moral, nas palavras do filósofo: “Certamente não se pode negar que, para colocar pela primeira vez nos trilhos do moralmente-bom um ânimo inculto ou mesmo degradado, precisa-se de algumas instruções preparatórias para atraí-lo por seu próprio proveito ou atemorizá-lo pelo dano [...]” (KANT, 2003a, p. 535). Porém, Kant ressalta que tão logo a instrução tenha produzido algum efeito, o *motivo* da ação (*Bewegungsgrund* – motivo moral puro), ou seja, o *princípio prático fundamental*, o único capaz de fundar o caráter – “uma conseqüente maneira de pensar prática segundo máximas imutáveis”, deve ser “levado integralmente à alma”, pois, fazendo com que o ser humano sinta o seu próprio caráter, ele confere ao ânimo a força/fortaleza moral necessária à ação moral.

No que diz respeito ao *método* do ensino da virtude em Kant na *Metafísica dos costumes*, ou seja, o propósito de chamar a atenção do jovem para a moralidade, para a prática da virtude, para o despertar das próprias forças morais, o filósofo diz que deve ser sistemático e não fragmentado¹⁹⁶, podendo ocorrer de dois modos: i) o *ensino acroamático* e ii) o *ensino erotemático*. Com o método acroamático todos aqueles a quem se dirige a exposição são apenas ouvintes, todos, exceto o professor, são somente ouvintes; o método erotemático, por sua vez, o professor pergunta aos seus discípulos o que se quer ensinar.

O método erotemático é subdividido em a) método *dialógico* de ensino e b) método *catequético* de ensino. A exposição é dialógica, também conhecido como o método Socrático de ensinar, quando o professor pergunta à *razão* (intelecto) do educando, mediante o ensino dialógico professor e educando alternam perguntas e respostas entre si, pois “se alguém quer perguntar algo à razão de outrem só pode fazê-lo dialogicamente” (KANT, 2004b, p. 128), ou seja, professor e educando se interrogam e respondem reciprocamente; a exposição é catequética (método catequético de ensino) quando unicamente se interroga a *memória* do educando, são questionadas e despertadas somente as suas memórias.

A subdivisão do método erotemático em dialógico e catequético é também assinalada por Kant no final do *Manual dos cursos de lógica geral*. Nesse momento o filósofo define quais seriam os métodos de ensino mais adequados, tanto na elaboração dos conhecimentos (no que tange à moralidade trata-se um conhecimento prático¹⁹⁷), quanto no trato dos mesmos, sustentando no *Manual dos cursos de lógica geral – As diversas divisões do método*, enquanto o método mais adequado de ensino, o método erotemático (*Erotematisch*), precisamente por exigir a *reflexão* do educando¹⁹⁸.

Segundo Kant, com o método acroamático há unicamente a exposição de juízos determinantes, o conteúdo é exposto, regras particulares e empíricas são apreendidas, compreendidas ou meramente aceitas pelo educando; com o método

¹⁹⁶ Afinal, segundo Kant, toda a doutrina que se queira enquanto *ciência* deve ser metódica, pois de outro modo o ensino poderia ser meramente desordenado. Eis a segunda parte da moral kantiana – o sistema da *ciência*.

¹⁹⁷ As leis do *dever-ser*: tudo o que deve necessariamente acontecer do ponto de vista da moralidade.

¹⁹⁸ Para o caso do conhecimento prático mediante a reflexão há, segundo Kant, a formação de juízos prévios e não somente o entendimento ou aceitação dos juízos determinantes, afinal: “é peculiar à natureza do homem *amar* aquilo que ele, pela sua elaboração, converteu em ciência” (KANT, 2004b, 134), o ser humano pode sentir, desse modo, a compreensão e o progresso prático da sua faculdade de julgar.

erotemático, por outro lado, a reflexão, ou seja, formação de juízos prévios, se faz presente e atuante, seja com o diálogo (razão) ou com a catequese (memória)¹⁹⁹.

Porém, o método dialógico de ensino requer maior maturidade do educando, desse modo, Kant aponta para a necessidade de se iniciar a formação moral pelo método catequético de ensino²⁰⁰. De acordo com Kant (2004b, p. 129), na doutrina da virtude, o ensino dos princípios da virtude, “o primeiro instrumento *doutrinal* e o mais necessário para o aluno ainda inculto é um *catecismo moral*”. Importa esclarecer que se trata de um catecismo puramente moral²⁰¹, isto é, um catecismo não alterado ou mesclado com o ensino religioso²⁰² – o catecismo moral é um todo por si consistente e precedente ao ensino religioso.

Na *Metafísica dos costumes* Kant aponta (2004b, p. 134), que caso não haja a separação da catequese moral da religião ou do ensino religioso, corre-se o risco de brotar da religião a hipocrisia, o que significa misturar o dever prático com o temor a Deus e fingir ter algum interesse ou preocupação moral que de fato não há. Nesse caso, a ação pode ocorrer de acordo com o dever, mas uma vez investigada as causas da ação, o que encontraremos poderá ser, por exemplo, o temor – medo que hoje o indivíduo pode ter e amanhã não, e não tendo o temor poderá deixar de realizar aquilo que é o seu dever realizar. O mesmo não ocorre, segundo Kant, com a noção do dever uma vez desenvolvida.

O catecismo moral exposto por Kant na *Metafísica dos costumes*, é desenvolvido, quanto ao seu conteúdo, a partir da própria razão humana comum, ou

¹⁹⁹ Podemos observar que com o método erotemático de ensino da ética, Kant nos ajuda a pensar, por exemplo, acerca da presença da disciplina “Educação Moral e Cívica” nos currículos de 1969 a 1993. O decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969 estabeleceu, em caráter obrigatório, enquanto disciplina escolar e prática educativa a “Educação Moral e Cívica” em todos os níveis de ensino no Brasil. A disciplina tinha por finalidade fortalecer a unidade nacional e o sentimento de solidariedade humana, o aperfeiçoamento do caráter unido à moral, à família e à comunidade, bem como o preparo do cidadão, para que o educando pudesse exercer as suas atividades cívicas sustentadas pela moral, patriotismo e o bem comum. Porém, analisando alguns dos livros didáticos publicados a partir de 1970, de forma visível, nota-se somente uma utilização do *método acroamático*. O livro didático, utilizado como parte do material pedagógico da disciplina escolar Educação Moral e Cívica, apresenta-se enquanto objeto educativo que pertence, ademais, somente a um universo escolar *portador do estabelecimento, da definição e da classificação de conhecimentos teóricos*; em Kant, somente o conceito não é suficiente para mover o sujeito à ação com valor moral.

²⁰⁰ Cabe ressaltar que, embora seja preferível iniciar o processo de formação moral com o método catequético, se tratando do desenvolvimento/formação moral, o método dialógico pode ser empregado bastante cedo, é o que aponta Kant (2003a, p. 547) ao descrever um caso que é posto a um garoto de dez anos de idade com a intenção de verificar se garoto é capaz de chegar ao juízo moral sem ser instruído pelo professor.

²⁰¹ Cf. KANT, 2003a, p. 543.

²⁰² Nas preleções *Sobre a Pedagogia* Kant (1999a, p. 96-102) oferece suas considerações acerca das funções do ensino religioso, ou seja, a educação da criança na perspectiva da religião, as quais se diferem do papel do catecismo puramente moral na formação moral do educando.

seja, a partir dos próprios juízos que os seres humanos emitem acerca da moralidade na vida comum²⁰³, adequando-os às regras práticas didáticas do primeiro ensino quanto à sua forma.

No entanto, vale ressaltar que a forma do ensino catequético não admite o método dialógico-socrático, pois o aluno ainda inculto não é capaz de realizar as perguntas “o discípulo nem sequer sabe como deve perguntar”²⁰⁴, desse modo, o professor é o único que pergunta, porém, conforme apontado por Kant, o que distingue o método catequético do mero dogmatismo é que a resposta às interrogações não são dadas ou impostas, mas o professor a extrai metodicamente do educando, de modo a compor e conservar expressões precisas, isto é, não facilmente modificadas (eis a primeira aproximação com o próprio princípio da ação), logo, que se possa confiar em sua memória. Dito de outro modo, com o catecismo moral, o professor extrai as respostas desenvolvendo expressões precisas, aproximando o educando do próprio princípio da ação, até que fiquem seguras em sua memória²⁰⁵.

Para que o catecismo moral cumpra com o seu desígnio, isto é, a primeira aproximação com o *princípio prático da ação* mediante a composição e conservação de expressões precisas e seguras na memória do educando, é fundamental ter presente no momento da interrogação realizada pelo professor o mandamento do *dever* (*Sollen*), por exemplo, que o dever moral não se baseia em vantagens ou desvantagem que se podem obter com a ação, mas antes se baseia em ações *por* princípios, afinal:

²⁰³ O que é possível, pois o ser humano pode, em função da sua natureza racional, realizar distinções, por exemplo, distinguir aquilo que deve e o que não deve ser feito do ponto de vista moral, sem que com isso lhe seja colocado nada de novo. Nesse sentido, de acordo com Kant (2003a, p. 547), a razão vulgar sabe distinguir com precisão o que é correto ou incorreto do ponto de vista da moralidade, esse poder de distinção é tão natural quanto distinguir a mão direita da esquerda. Porém, alerta o filósofo, é necessário desenvolver a razão vulgar, o que significa, tratando da moralidade, apontar para o *princípio*, para o fundamento último da ação, afinal, na ausência do princípio como fio condutor da ação, a razão comum, que possui tudo o que é necessário para saber julgar o bem e o mal moral, pode confundir o princípio com, por exemplo, meros casos particulares, deixando-se, por vezes, desviar, facilmente, das leis do *dever-ser* – o que deve necessariamente acontecer do ponto de vista moral, desse modo, com muita facilidade a razão comum é afastada de sua conduta moral. No intuito de evitar o desvio moral, Kant nos oferece a possibilidade, via educação, da formação moral, de despertar no jovem o interesse e preocupação moral, o interesse em relação à moralidade, ao caráter, à virtude, à vida moral. A moralidade, devido a porção sensível do ser humano, não é imediata, é preciso mediações as quais podem ocorrer, segundo Kant, por meio da educação. Isso significa que o que o ser humano de fato precisa não é *aprender regras e normas* que possam determinar a sua vontade, por si próprio em função, da sua faculdade dos princípios, ele é capaz de saber o que *deve fazer* e, quando desenvolvido o *princípio*, ordenar-se a fazer.

²⁰⁴ KANT, 2004b. p. 129.

²⁰⁵ Vale reforçar que o alvo da catequese moral é a *memória* do educando.

[...] se a dignidade da virtude nas ações se não elevar acima de todas as coisas, então desvanece-se o próprio conceito de dever e desmembra-se em simples prescrições pragmáticas; desaparece então a nobreza do homem na sua própria consciência e vende-se pelo preço que as inclinações enganadoras lhe oferecem (KANT, 2004b, p. 133).

Para que a noção do dever prático se forme é fundamental, primeiramente, deixar evidente, por meio das interrogações postas pelo professor, que, com a ação, não se trata de obter esse ou aquele benefício ou mesmo livrar-se de um malefício, mas antes, trata-se do *valor moral da ação* ou, segundo Kant, do *valor do caráter* – moralmente sem qualquer comparação e que consiste em agir não por inclinação ou por interesses particulares, mas por *dever*.

Como vimos (capítulo I), todo e qualquer dado que se queira como *condição de determinação* da ação, mesmo que a ação seja conforme ao dever, irá ferir o verdadeiro valor da ação²⁰⁶, *valor* que Kant identifica com o valor do caráter, com a virtude, com a nobreza da natureza humana, bem como com a perfeição de qualquer ser humano enquanto pessoa. Esse *valor* da ação somente é possível, segundo Kant, na ação precisamente *por dever* – reconhecimento, respeito e adoção da lei moral, o princípio prático formal, ou respeito, reconhecimento e adoção do fim objetivo, ou seja, o fim que é feito dever, o princípio prático material – eis o que o mestre não pode se esquecer no momento da *catequese moral*, que a moralidade requer a ação *por* dever – o dever da natureza humana tanto mais intenso quanto mais contestador for o seu cumprimento/realização.

Vale observar que o dever moral ou o dever de virtude em Kant não se refere apenas com a retidão moral, mas também em *querer* fazer o que deve ser feito, ou seja, adotar um princípio em função do qual o sujeito quer viver, assim, podemos alcançar a vida moral.

Para tanto, Kant aponta que no método catequético é de grande utilidade, na formação moral inicial, realizar, mediante casos cotidianos (afinal, o ensino catequético ocorre a partir dos próprios juízos que os seres humanos emitem sobre a moral na vida comum), uma análise do dever, levantando em cada análise algumas questões propositadamente colocadas de modo a deixar com que as crianças reunidas

²⁰⁶ Algumas das razões para que o valor da ação se desfaça: ora posso realizar a ação, ora não; o que sempre se sobressai, quando a condição de determinação da ação não é por dever, é a intenção egoísta o “querido eu”; valor da ação é sempre relativo, dependente desta ou daquela condição, nunca absoluto, em todos os casos, em si e por si.

demonstrem o seu entendimento – “*como intenta cada uma delas resolver o problema capciosamente proposto*” (KANT, 2004b, p. 134) – mediante tal exercício, de acordo com o filósofo, se educa o aluno no interesse pela moralidade, ou seja, no interesse e na preocupação com o valor moral da ação, que uma vez despertada tem-se a possibilidade da ética efetiva na vida humana, pois, vale reforçar: “é peculiar à natureza do homem *amar* aquilo que ele, pela sua elaboração, converteu em ciência” (idem).

Uma vez recorrido à memória do educando, o segundo momento, de acordo com a *Metafísica dos costumes*, da formação moral, para a virtude, se dá mediante o método dialógico de ensino, com o aluno de maior maturidade.

Mediante o método dialógico o professor, com perguntas, dirige o curso do pensamento do educando, ou seja, o professor interroga a razão do educando, desenvolvendo nele a disposição para certos conceitos, por exemplo, o conceito/ideia do dever moral. No método dialógico, o professor também não pode se esquecer do conceito de dever prático (porém o desígnio agora é a razão do educando, não mais somente a sua memória), pois a noção de dever é em Kant a única capaz de conferir à ação o seu verdadeiro valor; a ideia de dever prático é, segundo o filósofo, o fundamental de todo o valor moral da ação humana. De acordo com Gentile (2001, p.31), com o ensino dialógico para a formação moral, não se trata de conhecer e determinar o princípio e a causa de cada fato ou de cada processo físico ou natural, se trata somente do dever, o essencial de toda a moralidade em Kant. Isso significa conhecer e determinar a razão da ação, chamar a atenção do educando para o próprio princípio da ação – o princípio moral da ação.

Nesse sentido, devemos observar que Kant (2004b, p. 128) ressalta uma exigência necessária ao método erotemático no momento do diálogo (e que em muitas vezes não se leva bastante à risca), ele deve fornecer as regras do pensamento prático adequado, isto é, não seja somente utilizado em favor da compreensão dos *juízos determinantes* – os conceitos são dados, atende-se as regras/normas de qualquer modo – mas também desenvolva os *juízos prévios* – busca-se o conceito, o princípio é estabelecido de modo racional e refletido, em suma, tem-se a própria faculdade de julgar enquanto uma faculdade autônoma. Com o procedimento dialógico o aluno vai apercebendo-se a sua própria capacidade de pensar e força moral.

O método dialógico pode ocorrer através da apresentação de certos casos da vida comum, ou seja, também, como na catequese moral, é desenvolvido a partir da própria razão comum do educando²⁰⁷.

No § 40 da terceira *Crítica* Kant destaca a importância da razão humana e esclarece que se trata da faculdade por meio da qual a natureza humana pode, em pensamento, isto é, *a priori*, colocar-se no lugar do outro e respeitar a ação moral; esse respeito, observa o filósofo, é resultado do desenvolvimento da razão. Eis, ademais, a necessidade e possibilita da própria razão humana enquanto o ponto de partida do método erotemático, um método segundo o qual, de acordo com a concepção kantiana, se busca desenvolver a moralidade na vida humana, recorrendo à memória do aluno ainda inculto e, posteriormente, com o desenvolvimento da razão do aluno com maior maturidade, assegurando a entrada das prescrições do *dever-ser* no ânimo e na realidade da natureza humana por meio da educação.

Na *Metafísica dos costumes (Doutrina ética do método)* Kant primeiramente expõe o *método* do ensino da moral e, posteriormente, nos diz sobre a *técnica*, ou seja, o meio experimental da educação para a virtude. Acerca do método, apresenta o método mais adequado ao ensino da virtude, o método erotemático – catequese e diálogo²⁰⁸; acerca da técnica:

O meio *experimental* (técnico) da educação para a virtude é o *bom exemplo* no próprio mestre (que se comporte de um modo exemplar) e, nos outros, o exemplo *admoestador*; pois a imitação é, no homem ainda inculto, a primeira determinação da vontade para a aceitação das máximas que, em seguida, ele adota²⁰⁹ (KANT, 2004b, p. 129).

²⁰⁷ Devemos enfatizar que o método erotemático, catequese e diálogo, apresenta, o seu ponto de partida na razão humana vulgar, porém, com o diálogo o desígnio é o desenvolvimento da própria *razão* do educando, não mais somente o estabelecimento de sua *memória*; tem-se, com o diálogo, o intuito de atingir ou desenvolver a razão do aluno, afinal, segundo Kant, o fim da razão é buscar os *princípios* que possam servir de orientação na vida, princípios especulativos e princípios práticos.

²⁰⁸ O termo '*didática ética*' usado por Kant no início da primeira seção da doutrina ética do método é o termo amplo que o filósofo usa para o método de ensino da ética.

²⁰⁹ Adotar uma máxima significa adotar um princípio em função do qual o sujeito quer viver. Acerca bom exemplo (técnica), já o observamos, por exemplo, em Homero, o poeta evoca o exemplo dos heróis famosos e vitoriosos em suas sagas como modelo na apresentação dos valores éticos. Homero, apresenta o herói como um modelo, para as futuras gerações, de ser humano virtuoso e vigoroso. O bom exemplo ético será utilizado também na filosofia posterior com Sócrates que apresenta o modelo ético do *Bem* e na estrutura íntima do pensamento de Platão, a qual é profundamente paradigmática. Desse modo, vemos, na história da filosofia, bem como na história geral, o exemplo, a técnica para a formação moral apontada por Kant, como um recurso que ajuda na apresentação e formação dos conceitos éticos, bem como filosóficos.

No que diz respeito à técnica, o pressuposto é que, por meio do bom exemplo unido com a capacidade do ser humano de reflexão, o jovem possa formar o seu juízo moral na medida em que ele vai estabelecendo as distinções morais necessárias; na medida em que observa o menor ou o maior conteúdo moral das ações apresentadas, as decisões morais, das quais são apresentados os exemplos, são possíveis²¹⁰.

Porém, importa dizer que o bom exemplo não se trata meramente de um modelo a ser seguido, o professor não dirá ao aluno irrequieto “segue o exemplo desse bom rapaz (ordenado e disciplinado)” (KANT, 2004b, p. 130). A posição de Kant é que o bom exemplo não deve servir apenas de um modelo passível de comparações, afinal, por causa de um determinado aluno o outro pode ficar em uma posição desfavorável. O bom exemplo, enquanto modelo de comparação, somente serviria para o desenvolvimento de uma inclinação qualquer, por exemplo, ódio, rancor, ira. O bom exemplo não deve servir de modelo de comparação, mas de prova de que o prescrito pelo dever, todo o mandamento do *dever-ser* – tudo o que deve necessariamente ocorrer do ponto de vista moral, é factível, efetivo, realizável.

Os bons exemplos oferecidos à propensão da natureza humana de imitar devem servir de auxílio à aceitação de máximas morais e, posteriormente, com a formação do juízo moral, o móbil (e motivo) da ação será a própria ideia do *dever-ser*. Nota-se que a razão de determinação da ação com valor moral não será o exemplo, mas sim a própria ideia do *dever*.

Eis um exemplo oferecido por Kant na segunda *Crítica*:

Conte-se a história de um homem *honesto* que se quer instar a aderir aos caluniadores de uma pessoa inocente e, além disso, carente de posses (como talvez Ana Bolena, acusada por Henrique VIII, da Inglaterra). Oferecem-se vantagens a ele, isto é, grandes presentes e um alto posto e ele as recusa [...] Começa-se então com ameaça de perdas. Entre esses caluniadores encontram-se seus melhores amigos, que lhe retiram sua amizade, parentes próximos que ameaçam – a ele (que não tem posse) – deserdá-lo e poderosos que em cada lugar e circunstância podem persegui-lo e melindrá-lo, um soberano que o ameaça com a perda da liberdade e da própria vida. Mas, para que a medida da adversidade seja completa e para deixa-o sentir também a

²¹⁰ Cf. KANT, 2003a, p. 543 e 566. Já na *Crítica da razão prática* Kant expõe de modo sumário o que, posteriormente, com a *Metafísica dos costumes* desenvolveu, na segunda *Crítica* diz: “Não sei por que os educadores da juventude não fizeram já há tempo uso dessa propensão da razão de proceder com prazer ao exame mais sutil de questões práticas levantadas e por que, depois de terem tomado por base um catecismo puramente moral, não esquadriharam as biografias de épocas antigas e modernas com o propósito de terem à mão exemplos para os deveres apresentados” (KANT, 2003a p. 543).

dor que somente o coração moralmente bom pode sentir de maneira verdadeiramente íntima, represente-se a sua família ameaçada de extrema necessidade e penúria, **implorando-lhe a transigência**; represente-se a ele mesmo, embora reto, contudo dotado de órgão de sentidos não empedernidos e insensíveis à compaixão e à necessidade própria, em um momento em que ele deseja jamais ter vivido o dia que o expôs a uma dor tão inexprimível, todavia permanecendo fiel, sem vacilar e duvidar, a seu propósito de *honestidade* (KANT, 2003a, pp. 547, 549)²¹¹.

De acordo com Kant, isto poderá causar aplauso e a aprovação do ouvinte, causar uma gradual admiração e “um vivo desejo de poder ser ele mesmo um tal homem (embora certamente não na sua circunstância)” (KANT, 2003a, p. 549), mas, a aprovação, a admiração e o esforço para assemelhar-se a esse caráter, dependerão, inteiramente, do *princípio moral*, o qual deve ser representado de modo puro e “como saltando diretamente aos olhos do ouvinte” (idem), ou seja, afastando dos *motivos* da ação tudo o que os seres humanos podem desejar sensivelmente, por exemplo, a sua própria felicidade, glória ou bem-estar. Segundo Guyer (2006, p. 247) ao chamar uma pessoa de virtuosa de acordo com filosofia prática kantiana, afirmamos *a pureza de sua motivação*.

A posição de Kant é que a moralidade, o princípio moral que revela o valor moral da ação, terá mais força moral quanto mais pura, ou seja, afastado de toda e qualquer tendência, inclinação, impulso, for oferecida, apresentando a moralidade, o caráter, a virtude, valiosos em si e não porque trazem alguma espécie de compensação. Desse modo, acerca da força do bom exemplo, a técnica da educação para a moralidade, não se trata de meras comparações de um ser humano com o outro, mas de trazer à luz a ideia de *humanidade*, a ideia de tudo aquilo que é possível acontecer do ponto de vista moral, mediante a ação por dever.

Parte do objetivo da técnica sustentada por Kant para o ensino da virtude é, em primeiro lugar, encontrar uma representação tangível da ética, ou seja, algo que possa ser visto, sentido e *imitado* – a determinação da vontade por máximas aceitas –

²¹¹ *Grifos acrescentados*. Poderíamos pensar, mediante o exemplo oferecido por Kant na *Crítica da razão prática*, bem como em outros exemplos oferecidos pelo filósofo na *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1980a, pp. 112, 113, 130), nos quais a ideia do dever é evidenciada, que somente há valor moral nas ações em situações adversas, ou seja, situações com obstáculos diversos e limitações subjetivas, porém a posição de Kant é que as limitações e obstáculos subjetivos tornam ainda mais evidente a noção de dever, ao invés de ocultarem o dever, o faz brilhar com luz ainda mais clara, eis a razão da apresentação de casos nos quais as limitações são numerosas, no entanto, o valor moral da ação não se resume aos casos de limitações e obstáculos. Vale observar aqui também que, conforma aponta Kant (1999a, p. 64), os exemplos históricos são meios muito bons para o exercício do entendimento no que diz respeito ao julgamento moral.

que, em seguida, com a formação do juízo moral, o educando *adota* – a adoção de uma máxima moral segundo a qual se quer viver²¹².

Kant alerta para o fato de que o *método* e a *técnica*, expostos por ele em sua *Metafísica dos costumes*, são instruções da teoria, isso significa que são meios que os professores podem empregar para a formação moral do educando, mas a contrapartida prática, ou seja, a realização/efetivação desses exercícios da teoria encerra-se no *ascetismo*, isto é, no cultivo moral (da virtude), pois com método e a técnica é desenvolvida a ideia de dever prático, é formado o juízo moral mediante o desenvolvimento da razão prática, mas o *como* efetivar a virtude, realizar a moralidade, a ação propriamente dita com conteúdo moral, na vida/vivências, requer o *ascetismo*, ou seja, o cultivo da capacidade para a virtude, que pode ocorrer, segundo Kant, pelo *exercício*. Vejamos.

A “ginástica ética”²¹³, ou seja, o exercício da moralidade, uma vez despertado a razão prática do educando, consiste na luta ou fortaleza moral, que em última instância encerra-se em virtude, contra as inclinações naturais, o que torna o ser humano senhor de suas inclinações toda vez que a moralidade for posta em risco. Nesse sentido, o cultivo da moralidade, segundo Kant (2004b, p. 136) torna a humanidade *valerosa* e *alegre* mediante a consciência de ter reconquistado a liberdade²¹⁴; o ânimo valeroso e o ânimo alegre são, de acordo com Kant, as consequências do cultivo da moralidade – as consequências do exercício da virtude, em suma, as consequências do cumprimento dos deveres práticos.

Vale observar aqui que a ascensão moral na vida humana pode ocorrer, segundo Kant, pelo exercício da moralidade, isto é, tal como o exercício físico fortalece a condição física/corporal, o exercício moral fortalecerá a condição moral da natureza humana, porém o exercício moral ou “ginástica ética” não se resume apenas em adquirir

²¹² O ponto de Kant é que o ser humano ainda não formado necessita da manifestação física da virtude com a qual ele possa identificar-se e com ela aprender. O estudante precisa, num primeiro momento, deixar-se levar por uma linha condutora, o que pode ocorrer por meio dos bons exemplos, para depois aperceber-se que a norma repousa somente na sua própria razão, isso na medida em que não se perde a noção do dever enquanto motivo da ação com valor moral ao oferecer os exemplos – “[...] por respeito a seu dever e não por impulsos do coração [...] Esta é a única maneira de pensar que forma moralmente a alma, porque somente ela é capaz de *proposições fundamentais firmes e rigorosamente determinadas*” (KANT, 2003a, p. 299) *Grifos nossos*. Vale reforçar que, segundo Kant, se há a preocupação com o valor moral da ação o ser humano não pode se deixar guiar por um “princípio”, por uma determinação, uma razão ou motivo vacilante, por uma determinação que causalmente ou acidentalmente leva ao bem, mas que em muitas situações pode também encerrar-se em um grande mal.

²¹³ Cf. KANT, 2004b, p. 135.

²¹⁴ Nos deteremos na concepção da liberdade kantiana, bem como na exposição das relações entre educação, moralidade e liberdade, o ser humano enquanto um ser moral e livre, a filosofia prática de Kant no capítulo IV do nosso estudo.

ou perder um hábito, não se resume ao mero hábito, isto é, ações repetidas durante longo tempo, afinal, segundo Kant (2004, p. 130), um hábito “é o estabelecimento de uma inclinação persistente sem nenhuma máxima”, a moralidade requer a adoção de máximas morais, ou seja, o reconhecimento, a adoção de um *princípio* segundo o qual se quer viver; o que é habitual, a inclinação persistente, pode não determinar em todos os casos, justamente pela alteração e fragilidade que as novas seduções podem provocar.

Desse modo:

[...] toda prática da moralização envolve a adoção de máximas que determinam o que queremos ser. A adoção de uma máxima pressupõe que o ser humano seja capaz de pensar por si mesmo e decidir o que ele quer fazer de si. Talvez possamos dizer que a educação consiste na passagem da inteira dependência de um ser humano, a criança, em relação a outro ser humano, o adulto, até a sua independência em relação a esse. Daí Kant ter como o objetivo da educação o incentivo à prática da autonomia e da autodeterminação (BUENO, 2012, p. 168).

Finalizando, com as instruções teóricas, o meio experimental ou técnica da moral (o bom exemplo), bem como com o cultivo da moralidade (o exercício moral, uma vez despertado a razão do educando para o conceito), enxergamos, em Kant, na *Metafísica dos costumes*, um *caminho* por meio do qual é possível fazer com que o ser humano possa *querer* viver virtuosamente; o *fundamento* moral na *vida* moral, o que é necessário uma vez que a ação com valor moral, de acordo com Kant, requer a adoção (subjativa) do princípio prático objetivo, afinal, de nada valeria a objetividade de um princípio se o sujeito da ação não o quisesse para si – trata-se do querer (subjativo) fazer o que deve (objetivo) ser feito.

O método, a técnica e o cultivo da moralidade via educação, segundo o filósofo, podem ser eficazes na constituição desse querer, ou seja, na adoção do princípio pelo próprio querer, para que o ser humano queira a sua ação enquanto moral, queira agir segundo o princípio da moralidade – *por razões ou motivos morais*.

A *Metafísica dos costumes* expõe um modo pelo qual se pode despertar na natureza humana, em particular no jovem, o interesse (o *querer*) pela prática da virtude, ou seja, a possibilidade da adoção de uma espécie de regra de vida, um *princípio*, que o agente se dá e toma para si²¹⁵, assim sendo, o querer ou o agir do sujeito da ação serão movidos, necessariamente, em função dessa adoção, isto é, pelo princípio – por dever

²¹⁵ Mediante a noção do dever essa adoção se torna possível.

ou por razões morais: respeito, reconhecimento e adoção da lei moral – princípio formal, “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (KANT, 2003a, p. 103) – ou do fim que é feito dever – princípio material, por exemplo, preservar a própria vida, reconhecer e conservar a própria dignidade, amor próprio, beneficência, gratidão, amizade [...])²¹⁶.

Uma vez investigada a possibilidade da formação moral, ou seja, a possibilidade do processo e aperfeiçoamento moral para os seres humanos, a oportunidade do fundamento moral na vida moral, na *Metafísica dos costumes*, vejamos, em seguida, as considerações kantianas acerca da formação moral nas preleções *Sobre a pedagogia*²¹⁷.

3.2 A formação moral na *Sobre a pedagogia*

Nas preleções *Sobre a pedagogia* no deparamos, de modo abrangente, com o que Kant entende por Educação, Pedagogia ou a Doutrina da Educação²¹⁸. Há a intenção de apresentar uma *boa educação* – “ver de modo claro o quê propriamente pertence a uma boa educação” (KANT, 1999a, p. 16), o que se justifica, afinal, de acordo com Kant, a natureza humana pode ser sempre melhor desenvolvida e aprimorada mediante a educação; por meio da educação é possível oferecer ao ser humano o que de fato convém à sua *humanidade*, na educação, segundo o filósofo, está o segredo da perfeição da natureza humana, bem como a boa educação “abre a perspectiva para uma futura felicidade da espécie humana” (KANT, 1999a, p. 17). Ora, se tudo o que realmente pertence à humanidade, se a formação ou desenvolvimento integral do ser humano, a sua perfeição e futura felicidade, dependem também de uma

²¹⁶ Vale lembrar que, acerca do princípio moral kantiano, temos: i) o princípio prático formal desenvolvido na primeira parte da filosofia prática de Kant, ou seja, a própria *lei moral* necessária e universal e ii) o princípio prático material, isto é, *um fim objetivo*, igualmente necessário e universal, um fim que é feito dever, desenvolvido na segunda parte da sua filosofia prática.

²¹⁷ Temos as referidas obras como vitais à investigação e compreensão acerca da possibilidade do fazer com valor moral – a formação moral e efetivação da virtude para os seres humanos em Kant.

²¹⁸ Há, nas preleções *Sobre a pedagogia*, diferentes termos usados por Kant para se referir à área de sua pesquisa – educação (*Erziehung*), pedagogia (*Pädagogik*), doutrina da educação (*Erziehungslehre*), arte da educação (*Erziehungskunst*) – todos os termos são substitutos e relacionados. Porém, cabe observar que os termos pedagogia, doutrina da educação e arte da educação, referem-se mais a uma teoria da educação e o termo educação diz respeito mais à prática educacional propriamente dita.

boa educação, mister se faz pensar sobre a educação, ou seja, desenvolver um projeto de uma teoria da educação²¹⁹. Nas palavras do filósofo:

O projeto de uma teoria da educação é um ideal muito nobre e não faz mal que não possamos realizá-lo. Não podemos considerar uma Idéia como quimérica e como um belo sonho só porque se interpõem obstáculos à sua realização. Uma Idéia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência [...] Se, por exemplo, todo mundo mentisse, o dizer a verdade seria por isso mesmo uma quimera? (KANT, 1999a, p. 17).

Eis a intenção de Kant com a sua pedagogia, oferecer um projeto sistemático de uma teoria da educação, um conceito de educação, que possa desenvolver no ser humano o que de fato convém à sua natureza, para que o ser humano possa atingir o seu fim, a sua destinação. Desse modo, mesmo que haja obstáculos na realização do seu projeto educacional²²⁰, Kant sustenta que não é em vão oferecer um ideal de educação para que o ser humano o persiga para o seu aperfeiçoamento, para a sua futura felicidade e a perfeição. Conforme explica Santos, a educação kantiana, mesmo tratando-se um projeto, de uma teoria (ou conceito), não se trata de uma utopia, antes,

Trata-se do conceito de uma perfeição que ainda não se encontrou na experiência, o qual servirá como arquétipo para a ação ou, ainda, conforme outra definição kantiana, como *focus imaginarius*. Por meio da idéia de educação, a Pedagogia pode regular-se na experiência, o que permite que ela não seja reduzida a puro empirismo (SANTOS, 2004, p. 54).

No que diz respeito ao seu projeto de educação, Kant (1999a, p. 21) especifica que toda a arte da educação, do mesmo modo o seu progresso, é ou i) mecânica – ordenada sem plano e conforme as circunstâncias, ou ii) racionada – pensada, refletida, planejada. Toda educação meramente mecânica contém muitos erros e lacunas por não obedecer a plano algum; a educação, caso queira desenvolver a natureza humana de tal modo que o ser humano possa atingir a sua humanidade, deve ser

²¹⁹ Vale reforçar que tendo em vista que as teorias pedagógicas de algum modo discutem uma concepção da natureza humana, pensamos que nesse ponto nos deparamos com a filosofia da educação no pensamento kantiano, um filósofo que, no interior da sua filosofia prática, pensou sobre a educação tendo em vista a *plena* formação da natureza humana; para tal desenvolvimento – *pleno* – em Kant se faz necessário também a formação moral do educando.

²²⁰ De acordo com o filósofo, a *Ideia* não deve ser considerada como quimérica ou belo sonho caso haja obstáculos em sua realização.

raciocinada, senão, segundo Kant, nada se pode esperar da educação. Acerca da *boa educação* a posição do filósofo é de que “é preciso colocar a ciência no lugar do mecanicismo” (KANT, 1999a, p. 22), de outro modo, a educação jamais se tornará um esforço coerente e “uma geração poderia destruir tudo o que uma outra anterior tivesse edificado” (idem)²²¹.

A obra *Sobre a Pedagogia* é dividida em três partes: i) *Introdução*, onde são expostos vários elementos da doutrina da educação de Kant, ii) *Educação Física* e iii) *Educação Prática*.

Tendo em vista a divisão da obra, unida a alguns apontamentos iniciais em sua introdução, podemos dizer que a educação, conforme concebida por Kant, é entendida sob duas perspectivas fundamentais, a saber, *física* e *prática* – “A pedagogia, ou doutrina da educação, se divide em *física* e *prática*” (KANT, 1999a, p. 34) – e por quatro momentos fundamentais – *cuidado*, *disciplina*, *instrução* e *direcionamento*²²². Os momentos da educação, conforme concebida pelo filósofo, desenvolverão, pouco a pouco, os germes que residem na natureza humana.

Há muitos germes na humanidade e toca a nós desenvolver em proporção adequada as disposições naturais e desenvolver a humanidade a partir dos seus germes e fazer com que o homem atinja a sua destinação (KANT, 1999a, p. 18).

A educação física é o primeiro momento da educação, a saber, o *cuidado*; a educação prática, apresenta respectivamente o segundo, o terceiro e o quarto momentos da educação – a disciplina, a instrução e o direcionamento – eis precisamente os momentos de formação humana em Kant; a educação, segundo a concepção do filósofo, “[...] abrange os cuidados e a formação” (KANT, 1999a, p. 29).

A Educação Física, também chamada por Kant (1999a, pp. 41-42) de primeira educação, tem em vista especificamente os *cuidados* com o infante, o que significa as precauções, a conservação, o trato, para que, por exemplo, o infante não faça um uso nocivo e prejudicial de suas próprias forças, causando danos a si próprio. De acordo com Kant:

²²¹ Para Kant, toda a doutrina que se queira chamar *ciência* deve ser metódica, sistemática ou raciocinada, pois de outro modo, caso fragmentada ou mecânica, o ensino seria meramente tumultuário e não seria capaz de atingir o seu fim. Eis aqui também a segunda parte da moral kantiana – o sistema da *ciência*.

²²² Cf. KANT, 1999a, p. 29.

Os animais, logo que começam a sentir alguma força, usam-na com regularidade, isto é, de tal maneira que não se prejudicam a si mesmos. [...] A maior parte dos animais requer nutrição, mas não requer *cuidados*. Por cuidados entendem-se as precauções que os pais tomam para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças. Se, por exemplo, um animal, ao vir ao mundo, gritasse, como fazem os bebês, tornar-se-iam com certeza preza dos lobos e de outros animais selvagens atraídos pelos seus gritos (KANT, 1999a, p. 11)²²³.

O ponto de partida de Kant é que um animal, por seu próprio *instinto*, é tudo aquilo que pode ser, há uma “razão” exterior, no sentido de causa ou natureza, que tomou por ele, antecipadamente, todos os cuidados precisos, porém, o mesmo não ocorre com a espécie humana²²⁴. O ser humano não é puro instinto, ele apresenta em sua constituição uma porção sensível, ou seja, instintiva, impulsiva, de inclinações e tendências, e uma porção racional, é também um ser dotado de razão, por isso, por não ser puro instinto, precisa formar o projeto da sua conduta, do seu comportamento, de suas ações, em suma, de sua vida.

Entretanto, uma vez que as disposições dos seres humanos não se desenvolvem por si mesmas, a natureza não depositou no ser humano nenhum instinto para essa finalidade, mister se faz o auxílio do outro; outro, segundo Kant, encontramos na *educação*. O ser humano, segundo o filósofo (1999a, p. 14), precisa da educação dada a sua *racionalidade* e a sua *destinação à liberdade*; no animal irracional, pelo contrário, a educação não é necessária devido ao seu puro instinto, o animal irracional é por si só tudo o que pode ser.

Porém, na criança há, inicialmente, o predomínio do sensível ao racional, daí decorre a necessidade do início da educação pela parte física – corpórea, como explica Dalbosco:

[...] a pedagogia contribui efizcamente para a aproximação da condição humana ao ideal da humanidade quando, ao se preocupar com a educação infantil, tomar a criança por aquilo que ela inicialmente é, ou seja, como um ser mais sensível do que racional.

²²³ Devemos chamar a atenção para o fato de que Kant segue, em sua exposição inicial acerca da boa educação e de seus elementos característicos, comparando o ser humano (animal racional) com os demais animais (animal irracional). O ponto de partida de Kant é a distinção entre o animal irracional e a natureza humana, justificando, ademais, a sua afirmação inaugural nas preleções *Sobre a pedagogia*, ou seja, o porquê, justamente devido a sua porção racional “o homem é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 1999a, p.11).

²²⁴ Na própria natureza, diz Kant, não nos faltam exemplos da sagacidade do *instinto animal*: “É de fato maravilhoso ver, por exemplo, como os filhotes de andorinha, apenas saídos do ovo e ainda cegos, sabem dispor-se de modo que seus excrementos caiam fora do ninho”. (KANT, 1999a, p.11).

Daí a educação física como o ponto de partida da educação infantil (DALBOSCO, 2011, p. 109)²²⁵.

O primeiro passo do processo educacional, segundo a concepção de Kant, é a educação física, o *cuidado*, que se apresenta unicamente enquanto material ou corpórea e os educadores são, nesse momento, os próprios pais ou babás; assim, vemos que a educação, de acordo com Kant, diz respeito não somente à educação escolar, mas, para que se atinja o seu fim – a *plena* formação – engloba o infante e os pais, os primeiros educadores. A educação física abrange as *necessidades* da criança, evitando, ademais, os danos e prejuízos que a criança pode causar a si mesma, e os *cuidados* dos adultos, pais ou babás. Com o cuidado, a primeira etapa da educação kantiana:

[...] o adulto possui a árdua tarefa de identificar o que é real e o que é fantasioso naquilo que é manifestado pela criança e buscar atender as suas necessidades reais de modo sereno e natural, sem viciá-la em seu caráter (DALBOSCO, P. 2011, p. 110)²²⁶.

A educação corpórea, sensível e dos sentidos não representa a meta final da educação conforme concebida por Kant, mas diz respeito somente ao início, o ponto de partida eficaz para preparar o infante para o desenvolvimento e formação da sua *humanidade*, para o fim ou a destinação do ser humano, de modo geral: habilidades, prudência e moralidade; eis o objetivo da educação kantiana.

A educação física, o primeiro aspecto da doutrina da educação em Kant, diz respeito, precisamente, aos cuidados materiais, os cuidados com a vida corporal prestados à criança pelos pais ou babás²²⁷, por exemplo, a atenção com os movimentos, a alimentação, a temperatura, o sono, também a atenção com os sentidos externos (tato, paladar, audição, visão, olfato)²²⁸. Em resumo, a educação física refere-se ao fortalecimento do *corpo* e ao refinamento dos *sentidos* – “O que é preciso observar na educação física, portanto, em relação ao corpo, se refere ao uso do movimento voluntário ou dos órgãos dos sentidos” (KANT, 1999a, p 54).

²²⁵ Entendemos, nesse contexto, a educação infantil enquanto a educação do infante – da criança em sua primeira infância, o primeiro estágio da vida humana.

²²⁶ *Grifo acrescentado.*

²²⁷ Cf. KANT 1999a, p. 37. Kant justifica a necessidade de expor o que envolve a educação física, pois ainda que o educador (educador escolar a sua época) não receba de imediato o infante, é útil que se saiba tudo o que envolve, bem como tudo o que se requer com a boa educação do início ao fim – para que se atinja o pleno desenvolvimento da *humanidade* própria a todo ser humano.

²²⁸ Aqueles em que o ser humano é afetado pelas coisas de modo corporal – tato, paladar, audição, visão, olfato – eis os sentidos puros da sensação externa, necessários para que a natureza humana possa diferenciar objetos. Cf. KANT, 2009, pp. 52-3.

No primeiro caso, movimento voluntário, é preciso que a criança se movimente e experimente as suas forças por si mesma, desenvolvendo sua habilidade, rapidez e segurança. Cabe aqui aos pais o *cuidado* para não permitir que o infante faça um uso prejudicial de seus movimentos, forças, habilidades e segurança desenvolvidas. Para o caso da segurança, Kant revela a sua importância dizendo que um ser humano que teme, por exemplo, uma queda imaginária, esse medo ordinariamente cresce com a idade.

No segundo caso, órgãos dos sentidos, Kant (1999a, p. 56), aponta, como um meio eficaz para o desenvolvimento dos sentidos, os jogos, o brinquedo ou brincadeira infantil. De acordo com o filósofo, os jogos são capazes de provocar o exercício e desenvolvimento dos sentidos. Por exemplo: a cabra-cega – para saber como poderia desempenhar-se, caso a criança fosse privada de um sentido; o papagaio – para desenvolver a habilidade, já que para empinar o papagaio depende de uma certa posição em relação ao vento; lançar objetos à distância ou no alvo – para exercitar o sentido da visão; o jogo de bola – para exercitar o movimento, já que requer a corrida benéfica. Observamos então que a educação física diz respeito especificamente à cultura/formação do corpo: o cuidado corporal e com os sentidos.

Nesse sentido, podemos dizer que a educação física se refere à *natureza* e a educação prática, o segundo aspecto da educação conforme pensada por Kant, à *liberdade*; dar leis à liberdade (educação prática) é diferente de cultivar a natureza (educação física). Vejamos a segunda perspectiva da educação kantiana, a educação prática²²⁹.

A educação prática ou moral – “chama-se prático tudo o que se refere à liberdade”²³⁰ é a parte da educação que diz respeito à construção do ser humano para que ele possa viver e ser *moral e livre*²³¹. A educação prática, de acordo com Kant (1999a, p. 35), tem em vista o *caráter*, a *pessoa*, a *moralidade*, a *liberdade*, a *virtude*, o que representa o máximo do valor da natureza humana, o valor intrínseco, absoluto, essencial, de todo ser humano²³² – “[...] a formação moral lhe dá um valor que diz respeito à inteira espécie humana” (idem); bem como o desenvolvimento da sua razão, a

²²⁹ A lei da liberdade significa uma legislação para a vontade humana na medida em que esta é afetada pela natureza.

²³⁰ KANT, 1999a, p. 35.

²³¹ A compatibilidade entre *moralidade* e *liberdade* no pensamento moral kantiano será exposta no capítulo IV do presente estudo. Seguindo a teoria moral de Kant, o ser humano ao elevar a sua razão até os conceitos de dever e lei é, desse modo, livre.

²³² O qual pode se revelar em suas ações, no valor moral de suas ações.

faculdade dos princípios – princípios do *conhecimento* e princípios *práticos*²³³ e a realização do próprio *fim* ou *destinação* da natureza humana²³⁴.

Louden (2000, p. 38), aponta que, de acordo com Kant, o ser humano, devido à sua natureza sensível e racional, necessita da formação, dentre outras, *moral*, sendo a formação moral, para o ser humano, o resultado pretendido ao longo do extenso processo educacional. Assim, segundo Louden, a moralidade em Kant, no que diz respeito à natureza humana, pressupõe a educação – “a moralidade não é um simples produto da educação, mas pressupõe a educação enquanto uma pré-condição necessária” (idem). Nesse sentido, a moralidade pode não depender somente da educação, mas, sem ela não ocorre; a educação para o caso da formação moral pode não ser suficiente, mas é *necessária*.

A segunda perspectiva da educação em Kant caracteriza-se enquanto *educação prática* e diz respeito à *disciplina*, *instrução* e *direcionamento* do sujeito, vale reforçar, para que ele desenvolva a sua *Humanidade* e possa viver enquanto um *agente moral* e *livre*. Conforme explica La Taille:

Uma educação que não disciplina fracassa em arrancar o homem de seu estado inicial de selvageria; uma educação que não instrui apenas adentra e fracassa em ensinar o homem a pensar, tornar-se cidadão e [...] fracassa em tornar a criança em ser moral (LA TAILLE, 1996, p.141).

A educação prática é subdivida por Kant em *negativa* e *positiva*, a parte negativa refere-se à disciplina, a parte positiva à instrução e direcionamento, os momentos de desenvolvimento e formação do educando.

Devemos observar que a subdivisão da educação prática em negativa (disciplina) e positiva (formação) é uma distinção que ocorre em outros momentos dos escritos de Kant, o que nos auxilia, ademais, na recusa das desconfianças no que diz respeito à origem e autoria da *Sobre a Pedagogia* – autêntico/não autêntico, kantiano/não kantiano. Por exemplo, na *Crítica da razão pura*, Kant (1983, p. 350) afirma que:

[...] a compulsão pela qual a tendência constante para desobedecer a certas *regras* é reprimida e finalmente extirpada é chamada de

²³³ A educação prática irá cuidar do desenvolvimento e formação moral, ou seja, do desenvolvimento e estabelecimento, alcance e realização dos princípios práticos – o saber fazer de modo a fazer com valor moral.

²³⁴ Cf. KANT, 1999a, p. 18. Da condição humana ao ideal da humanidade – hábil, prudente e moral.

disciplina. [...]. Para a formação (*Bildung*) é o desenvolvimento de um talento, o qual já possui em si próprio a tendência para se manifestar, a disciplina oferecerá, portanto, uma contribuição negativa: a formação e a doutrina (*Doktrin*) uma contribuição positiva.

Começemos pela parte negativa da educação prática – a *disciplina*, o segundo momento da educação, o primeiro momento da educação prática: “A disciplina transforma a animalidade em humanidade [...] é puramente negativa, porque é o tratamento através do qual se tira do homem a sua selvageria” (KANT, 1999a, p. 12).

Se, de acordo com Kant, a disciplina é o que transforma a animalidade em humanidade, o que possibilita a transição da animalidade à humanidade, quais são as razões de Kant para sustentar essa necessidade? Ou seja, quais as razões de Kant para sustentar a necessidade de transformar a animalidade (selvageria/estado bruto) em Humanidade. Vejamos.

Kant (1999a, p. 13) chama de selvageria, brutalidade, puro instinto ou animalidade, a independência de toda e qualquer lei, a disciplina, por sua vez, submete (é o início do processo) a natureza humana às *leis da humanidade*, que, não perdendo de vista o conjunto do pensamento prático de Kant, nada mais são, senão, leis morais, uma legislação que o ser racional, mediante a faculdade prática da sua razão, é capaz de oferecer a si próprio.

Com a disciplina há o início do processo para que a criança, quando atingir a idade juvenil e adulta, seja capaz de dar a si mesma e seguir o princípio da ação (segundo Kant, a ação precisamente *por* dever). Noutra palavras, para que a criança, ao atingir a idade juvenil e adulta, possa manifestar e fazer uso da faculdade prática da sua razão, ou seja, dar-se a lei prática e, nesse sentido, fazer com que o princípio subjetivo do querer, a máxima da sua ação, possa valer *ao mesmo tempo* enquanto princípio objetivo do querer (lei), isto é, para que o ser humano possa reconhecer uma condição de determinação válida para todos os seres racionais enquanto tais e, portanto, enquanto válida a si próprio. Para tanto, o primeiro passo toca à *disciplina*, não à formação.

Santos (2007, p. 5), explica que a disciplina, no interior da educação prática kantiana, desempenha uma função preventiva, isto é, deve impedir que a selvageria/animalidade assuma o comando das ações dos seres humanos, impedir que a natureza humana, futuramente, seja determinada/movida em sua vida – conduta, costumes, ações – pelos impulsos ou inclinações, nesse sentido, a disciplina é o que impede o ser humano desde cedo se tornar reféns dos instintos mais primitivos, de todo

e qualquer impulso ou inclinação derivados da porção sensível da natureza humana, de acordo com Santos, eis “o que Kant denomina como domar a selvageria” (idem).

Vale observar que negar ou domar a selvageria, ou seja, transformar a animalidade em humanidade, não significa destruir ou erradicar com todo e qualquer instinto, não significa ter que abolir ou suprimir com toda e qualquer inclinações, desejos, paixões, apetites ou sensação; disciplinar, segundo Kant (1999a, p. 13), significa especificamente procurar evitar que a animalidade cause danos à *Humanidade*, significa evitar que a selvageria, o estado de ausência de toda e qualquer lei, cause prejuízos ao processo de desenvolvimento da *Humanidade*. Para o caso da educação prática, cabe o desenvolvimento da faculdade prática da razão, o desenvolvimento e formação moral, o desenvolvimento e estabelecimento, alcance e realização do princípio prático, em suma, o saber fazer de modo a realizar com valor moral²³⁵.

Kant (2003a, p. 419) aponta que o instinto, o impulso, a inclinação, podem até apresentar uma tendência ao bem, ao correto moral (distinto do *valor moral*), à benevolência, mas são cegas e servis, podendo causar muitas vezes danos ao ser humano e à sua humanidade. Quando investigada as razões do agir, na ação *por* instinto, impulso ou inclinação há a ausência do *princípio*, a única ação, segundo Kant, com genuíno valor – o valor moral²³⁶.

Assim, na ausência de leis²³⁷, a ação *por*, por exemplo, o que desejo face às minhas sensações, a saber, uma inclinação, além de não poder fornecer o autêntico valor moral à ação do homem, pode, em muitos casos, prejudicar a natureza humana no processo de desenvolvimento de sua humanidade, ademais, o agente *moral e livre*.

Veja, ao tratar do *fundamento moral*, na *Fundamentação e segunda Crítica*, Kant indica que uma inclinação não é boa ou base segura, no sentido de motivo da ação quando se há a preocupação com o valor moral da ação, afinal, se há a preocupação moral deve-se agir segundo (*por*) princípios. Com a educação, nas preleções *Sobre a pedagogia*, a inclinação, além de não poder ser o motivo a ação moral, pode causar, por

²³⁵ Kant (1999a, p. 50) explica que, no que diz respeito à disciplina, é preciso atentar-se para que no disciplinar não se trate a criança como escrava, mas antes, que a faça sentir a sua liberdade – manifestada mediante a capacidade prática de sua razão.

²³⁶ Vale lembrar que a posição de Kant é: na ausência do *princípio prático* os costumes estariam facilmente sujeitos a perversões, corrupções e desvios do ponto de vista da moralidade, o ser humano poderia se deixar seduzir ou desviar muito facilmente da sua obrigação moral, ou seja, daquilo que deve necessariamente acontecer, o que *devemos* fazer do ponto de vista da moralidade, afinal, a ação *por* inclinação, impulso, paixão, ora pode mover/determinar o ser humano em sua ação, ora não, e se não move deixa-se de fazer, o que do ponto de vista moral ou do caráter, é *necessário*.

²³⁷ Vale ressaltar que não se trata de leis sociais, religiosas ou de tradições, mas antes de leis da própria *humanidade* intrínseca a todo ser humano, possíveis mediante a faculdade prática da sua razão.

vezes, danos à própria *humanidade*, há, então, a necessidade da *disciplina*, para que o que inclina não prejudique o próprio ser humano, impedindo-o, por exemplo, de alcançar/desenvolver sua humanidade, ou ainda, cause danos a si e ao projeto da sua conduta moral, eis a necessidade de negar a animalidade iniciando, desse modo, o projeto de sua conduta. A disciplina irá conter o ser humano para que ele não siga, imediata e cegamente, a cada um de seus caprichos, instintos, impulsos ou inclinações; a disciplina é fundamental para que a criança possa, no futuro, agir segundo um *projeto* ou *ideal* de conduta, possa seguir as leis da sua própria humanidade, possa agir segundo *princípios* e cumprir e realizar o seu *dever* – todo o dever-ser do ponto de vista da moralidade.

Não há indícios, na filosofia prática kantiana pura ou empírica, de que Kant afirma a necessidade de erradicar com toda e qualquer inclinação, ao invés disso, notamos que a inclinação por ser uma base segura da ação moral e por poder, em alguns casos, causar danos à humanidade, não deve ser o motivo da ação, caso haja a preocupação moral, e, desse modo, deve ser cuidada pela educação, ou seja, merece atenção no processo da formação da natureza humana. Avistamos aqui que a disciplina é inevitável no momento inicial da educação prática, para o tratamento ou atenção adequada às inclinações – instintos, impulsos, paixões, tendências – a porção sensível da natureza humana.

Notamos que a disciplina²³⁸ desempenha um papel importante no projeto da educação prática kantiana, pois ao negar a animalidade impede que a natureza humana se desvie do seu *fim* ou *destino*, ou seja, sua própria *humanidade* – habilidades, prudência, moralidade, liberdade, igualmente é o que impede o ser humano de se lançar aos perigos como um animal irracional ou como um estúpido. A disciplina, na visão de Kant, apresenta-se enquanto o primeiro e decisivo passo na transição da animalidade à humanidade; em resumo, a disciplina, enquanto o primeiro momento da educação prática kantiana, é o tratamento mediante o qual se tira do homem a sua selvageria, vale dizer, a ausência de toda e qualquer lei, o que significa dizer não a animalidade, preparando, desse modo, o ser humano à formação – a parte positiva da educação prática.

²³⁸ Segundo Kant: “A falta de disciplina é um mal pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo de que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina” (KANT, 1999a, p.16).

Nas palavras de Kant: “Disciplinar quer dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano [...] Portanto, consiste em domar a selvageria” (KANT, 1999a, p. 25). A disciplina por sua específica função de negar a selvageria de modo que ela não causa danos à humanidade, em particular, ao caráter humano, prepara o caminho para a parte positiva da educação prática, o momento específico de *formação*.

Segundo Oliveira (2006, p. 74), com a disciplina em Kant há “a formação geral da humanidade para além da animalidade da raça humana”²³⁹, mas, a disciplina apresenta-se somente enquanto o primeiro passo da educação prática de Kant, afinal, como explica o filósofo (KANT, 1999a, p. 75), a moralidade funda-se em *máximas morais* e não sob a disciplina – *a disciplina impede os defeitos, a máxima forma o modo de pensar*.

Portanto, a disciplina não basta, a educação prática kantiana não se resume à disciplina, a qual doma a animalidade, mas é capaz de gerar apenas um *hábito* que pode desaparecer com os anos. Segundo Kant (1999a, p. 48): “O hábito é um prazer ou uma ação convertida em necessidade pela repetição contínua desse prazer ou dessa ação” ou “Um hábito é o estabelecimento de uma inclinação persistente sem nenhuma máxima” (KANT, 2004b, p. 130).

É preciso continuar o processo educacional e “proceder de tal modo que a criança se acostume a agir segundo *máximas*” (KANT, 1999a, p. 75)²⁴⁰. Desse modo, é evidenciada a indispensabilidade da disciplina, mas, a moralidade, segundo a concepção kantiana, exige, no momento seguinte, atentar-se para a *máxima da ação* – “a educação moral não pode permanecer baseada unicamente sobre a disciplina, mas deve assentar sobre máximas” (SANTOS, 2011, p. 211).

A máxima da ação, vale lembrar, é o princípio ou fundamento subjetivo do querer, isto é, as *razões* (intenção ou o porquê) que o sujeito da ação tem ou se dá para

²³⁹ Queremos apontar que a ideia de transição da selvageria, animalidade ou estado bruto, à humanidade já havia sido oferecida por Kant em algumas obras anteriores à *Sobre a pedagogia*, como é o caso da obra intitulada *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784): “[...] um curso regular para conduzir a nossa espécie aos poucos de um grau inferior de animalidade até o grau supremo de humanidade [...]” (KANT, 1986, p. 18). Ou ainda, na obra *Início conjectural da história humana* (1786): “a partir dessa apresentação da primeira história da humanidade resulta o seguinte: a saída do homem da sua primeira morada, representada por meio da razão como o paraíso, foi a passagem da rudeza de uma criatura meramente animal para a humanidade, foi a passagem, das andadeiras do instinto para a condução da razão, em outras palavras, foi a passagem do estado de tutela da natureza para o estado de liberdade” (KANT, 2009, p. 161) Eis, ademais, a relação de completariedade da *Sobre a pedagogia* com as demais obras kantianas.

²⁴⁰ Grifos acrescentados.

agir²⁴¹. O princípio prático, as leis fundamentais da razão prática, por sua vez, apresenta-se para que o princípio subjetivo do querer, ou seja, a máxima da ação – válida para *um* agente – possa valer ao mesmo tempo enquanto princípio objetivo do querer, as leis – válidas para todos sem exceção. É nesse sentido que, do ponto de vista moral, a máxima subjetiva, as razões, intenção ou o porquê que o sujeito da ação tem ou se dá para agir, deve ser capaz de incorporar ou adotar o princípio moral objetivo, a *máxima moral* da ação, as razões *morais* que o sujeito da ação se dá para agir.

Conforme vimos no capítulo I, a adoção da máxima moral, é possível, para Kant, mediante a ideia do *dever moral*²⁴², mediante a consciência²⁴³ do dever moral o agente reconhece o seu dever e adota as leis práticas enquanto fundamento subjetivo, válido para o sujeito da ação e objetivo de suas ações, válido para as ações de todos os seres humanos, sem exceção.

Desse modo, destacamos o papel da educação na formação moral em Kant, ou seja, a tentativa de que o ser humano seja, mediante a consciência do seu dever moral, de fato determinado (*Bewegungsgrund* – *motivo* da ação) por uma máxima que ao mesmo tempo é lei, o que significa transformar em móbil o motivo, transformar em móbil o próprio *dever* – de acordo com Kant, a única ação com genuíno valor²⁴⁴.

Conforme explica o filósofo (1999a, p. 76), o primeiro esforço se tratando da formação moral é lançar os fundamentos da formação do caráter, o caráter consiste na obstinação de agir segundo certas máximas. Notamos que a ação *por* máximas morais nos remete à virtude, afinal, de acordo com o filósofo, a virtude é a força da máxima do ser humano em sua obediência ao dever²⁴⁵. Em primeiro lugar essas máximas são as da escola, e, depois, as da humanidade, isto é, da própria humanidade presente em todo ser

²⁴¹ Reforçando: a subjetividade, a marca característica de toda máxima da ação, pode ser compreendida de dois modos – a) por estar diretamente ligada a um fim querido pelo agente e determinar a sua ação em função desse fim. A máxima é aqui entendida subjetiva por determinar apenas o querer de *um* agente específico, ou seja, somente aquele sujeito que deseja o fim estará submetido à regra derivada da máxima da ação e/ou, b) uma máxima é subjetiva, quando *adotada* por um agente, isto significa que se trata de uma máxima que o agente adota (toma) para si, desse modo, o querer ou o agir de *um* agente será determinado em função dessa adoção.

²⁴² A noção de dever é necessária tendo em vista que o ser humano, por sua natureza racional e sensível, não é imediatamente movido pela moralidade, por princípios práticos objetivos. Por dever, isto é, por razões morais, converto a minha máxima em uma máxima moral – reconhecimento, respeito e adoção do princípio prático.

²⁴³ De acordo com Kant: “A lei, considerada em nós, se chama consciência. A consciência é de fato a referência das nossas ações a essa lei” (KANT, 1999a, p. 99).

²⁴⁴ Pensamos ser nesse sentido que a educação kantiana lida com ensinamentos morais, a formação moral ou do caráter. Vale lembrar que, segundo a filosofia prática kantiana, os meios pelos quais uma ação em geral pode revelar o seu valor moral envolvem os princípios objetivos do querer e princípios subjetivos do querer.

²⁴⁵ Cf. KANT, 2008, p. 13.

humano, a autodeterminação, portanto, “no primeiro período, o constrangimento é mecânico; no segundo, é *moral*” (KANT, 1999a, p. 30)²⁴⁶.

Com a parte positiva da educação (*formação*) prática, constatamos, fundamentalmente, no contexto da *Sobre a pedagogia*, os momentos de instrução e direcionamento²⁴⁷, que se refere à educação: i) *mecânico-escolástica*, que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades, qualidades e capacidades, por exemplo, ler e escrever, realizar uma arte, tocar algum instrumento; ii) *pragmática*, concernindo à prudência que, segundo Kant, apresenta-se como uma espécie de cultura denominada de civilidade, a qual requer, por exemplo, certos modos corteses, a gentileza e a prudência de não nos servirmos de outros seres humanos para os nossos próprios fins²⁴⁸; por último, iii) *moral*, a formação moral que diz respeito à ética e ao intrínseco valor moral das ações da natureza humana, ao caráter, à moralidade, à virtude – “Por último vem a formação moral, enquanto é fundada sobre princípios que o homem deve reconhecer” (KANT, 1999a, p. 35-36).

Segundo Delbos (1969, p. 591), a parte positiva da educação prática tem propriamente o objetivo de desenvolver as habilidades, a prudência e, por fim, a moralidade; a educação ou formação não será *plena* na ausência da formação moral – “eis o objetivo da formação do caráter” – o *pleno desenvolvimento da humanidade que se pode definir nas ações com valor moral*.

A parte positiva da formação prática, com os seus momentos de instrução e direcionamento – escolástica, pragmática e moral – representa em Kant a plena formação e desenvolvimento humano, da humanidade. A humanidade, segundo o filósofo, refere-se às habilidades, às qualidades, às capacidades, aos conhecimentos, desenvolvidos pela educação mecânico/escolástica, à prudência, que diz respeito à educação pragmática, e à moralidade, a formação educação moral do educando. Vale dizer que o pleno desenvolvimento humano pressupõe, segundo Kant, o desenvolvimento da razão humana – a faculdade dos princípios: dos conhecimentos (especulativo) e prático (moral).

²⁴⁶ *Grifo acrescentado.*

²⁴⁷ Observamos que nas preleções *Sobre a pedagogia* a parte positiva da educação prática, o momento de desenvolvimento e formação moral, é também apresentada por Kant por uma variedade de processos mais específicos chamados de, por exemplo, instrução, ensino, direcionamento ou orientação.

²⁴⁸ Oliveira (2004, p. 456) explica que a pessoa prudente, e, portanto, segundo a concepção kantiana, civilizada, possui certos refinamentos que a pessoa meramente hábil não possui. Segundo Oliveira, Kant freqüentemente usa termo civilização enquanto parte de um trio de estágios, habilidades, prudência e moralidade, necessários para o pleno desenvolvimento humano.

No que diz respeito à *formação moral* na *Sobre a pedagogia* e do mesmo modo na *Metafísica dos costumes*, a etapa suprema da consolidação do caráter/moral é o ensino do dever – “Se quisermos solidificar o caráter moral das crianças, urge seguir o que se segue. É preciso ensinar-lhe, da melhor maneira, através de exemplos e com regras, os deveres a cumprir” (KANT, 1999a, p.89) – o que significa, em última instância, apontar sempre, por meio da catequese e do diálogo – métodos para a formação moral – e o bom exemplo – a técnica para a formação moral – para o *princípio da ação*, observando o princípio do qual toda a ação do ponto de vista moral deriva ou deve derivar.

Nesse sentido, haverá então a possibilidade da adoção pelo sujeito da ação da lei; a possibilidade do princípio moral ser a razão de determinação da ação em geral, noutras palavras, a máxima da ação do ser humano, o fundamento subjetivo do querer, as *razões* que o sujeito da ação tem ou se dá para agir, subordinada, pelo próprio querer, ao dever. Eis todo o *valor* da ação, de acordo com a filosofia prática kantiana, a razão ou o porquê faço o que faço, é decisivo tratando-se da moralidade.

Como reforça Kant (1999a, p. 92), do ponto de vista moral não se trata do mérito da ação, mas antes do seu *valor* e somente a noção do dever é capaz de oferecer tal valor, o valor moral – “Que a criança seja completamente impregnada não pelo sentimento, mas pela idéia do dever!”, afinal:

É inútil tentar fazer as crianças sentirem o lado meritório das ações. Os padres comentem frequentemente o erro de apresentar os atos de beneficência como algo meritório. Mesmo sem pensar que, em relação a Deus, não podemos fazer mais do que o nosso dever; fazer benefícios aos pobres é simplesmente o nosso dever. Já que a desigualdade de bem-estar entre os homens deriva de meras condições ocasionais (idem).

Queremos reforçar que a noção de *dever*, não os sentimentos, as paixões, as tendências ou o interesse no mérito, é o definitivo à moralidade e à formação moral em Kant²⁴⁹. O filósofo explica (1999a, p. 97) que, mesmo que a criança não tenha ainda o

²⁴⁹ Acerca das inclinações, sentimentos, paixões, Kant (1999a, p. 106), aponta que, “convém também orientar o jovem para a alegria e o bom humor” e, nesse sentido, não aponta a necessidade de erradicar ou abolir as inclinações e sentimentos. Mas, vale lembrar que os sentimentos, as paixões, as inclinações são, em geral, segundo Kant, contingentes. A posição de Kant é que, tendo em vista o valor moral da ação, não se deve deixá-lo à sorte de qualquer contingência. Além do mais, na ação *por* sentimentos, paixões, inclinações, mesmo que a ação seja conforme ao dever, pode ser que, uma vez investigada as *razões* do agir, podemos nos deparar com motivos egoístas (não morais), o que sempre se sobressaem, excluindo todo o *valor* da ação. Nos casos da ação *por* sentimentos, paixões, inclinações, o valor da ação é sempre

conceito abstrato do dever ou da obrigação moral, pode facilmente compreender que há uma *lei do dever*, um princípio moral, o qual determina tudo o que deve necessariamente ocorrer do ponto de vista moral, ou seja, um *princípio* sob a ação; pode facilmente compreender que a lei do dever não está submetida ou é dependente, enquanto a razão da ação, do prazer, da utilidade, dos interesses meramente particulares ou qualquer exterioridade, mas por algo mais abrangente que não se resume aos meros caprichos da natureza humana – o próprio valor da ação em si. Porém, alerta Kant, para que a formação moral na criança seja possível – “[...] o próprio mestre deve formar para si mesmo esse conceito” (KANT, 1999a, p.98).

A formação moral em Kant irá tratar de conhecer e determinar o porquê da ação, de chamar a atenção do educando para o *princípio* moral da ação, segundo Kant, para o próprio dever, moral ou de virtude. De acordo com o filósofo (1999a, p. 68): “É necessário que ele veja sempre o fundamento e a consequência da ação a partir do conceito de dever”. Assim, o ser humano além de saber o que deve fazer se ordenará, por querer, por princípio, a fazer²⁵⁰, será capaz de querer, enquanto o seu motivo, uma espécie de regra de vida ou *princípio* e o seu agir será determinado, necessariamente, em função dessa *adoção*, o que significa agir segundo um princípio – *por dever/por razões morais*: respeito, reconhecimento e adoção da lei moral (princípio prático formal) ou respeito, reconhecimento e adoção de um fim que é ao mesmo tempo dever (princípio prático material)²⁵¹.

Conforme explica Bueno (2012, p. 175):

A dificuldade que Kant vê no processo de moralização reside no fato de que não basta que a criança, o jovem e o adulto sigam as leis da razão pura. É preciso que eles as sigam porque *escolheram* segui-las por elas mesmas e não por alguma recompensa que possam usufruir ou por alguma punição que possam sofrer. Embora Kant entenda que, em certas ocasiões, a criança deva ser punida, quando, por exemplo,

relativo, dependente de que se tenha esse ou aquele sentimento ou dependente dessa ou daquela situação, nunca é absoluto, ou seja, sempre e em todos os casos, independente de qualquer sentimento, tendência, inclinação ou situação, como é o caso da ordem de todo o *dever-ser*.

²⁵⁰ Segundo o princípio prático formal: A – um fim meramente particular. Então B – máxima da ação (meio de realização do fim). B – máxima que pode também ser lei (caso universalizável). Segundo o princípio prático material: A – fim que é ao mesmo tempo dever (fim aprovado por todos e que pode ser ao mesmo tempo o fim de cada um). Então B – máxima da ação (meio de realização do fim). B – máxima que também é lei.

²⁵¹ Dos deveres para consigo: reconhecer e conservar a própria dignidade ou o amor próprio, conservar a própria vida, desenvolver e aumentar a perfeição natural e a perfeição moral [...]. Dos deveres para com os outros: beneficência, gratidão, atenção, respeito, amor, amor universal ou amizade [...].

mente, a educação moral consiste em fazer com que a criança aprenda gradativamente a respeitar a lei pela lei²⁵².

Nas preleções *Sobre a pedagogia* observamos, de modo abrangente, o que Kant entende por Educação e a sua função na formação completa da natureza humana, há a exposição da educação em suas perspectivas e momentos; momentos com os quais se é possível, ademais, a formação e desenvolvimento moral do educando e efetividade sua ação ética no real.

Cabe ressaltar que o pensamento filosófico de Kant acerca da educação, tanto na *Metafísica dos Costumes* quanto na *Sobre a pedagogia*, representa um processo de *aperfeiçoamento moral para os seres humanos*, isto é, uma ideia de educação. Mesmo que não se realize ou mesmo que haja obstáculos e dificuldades em sua realização, tem-se um ideal que a humanidade, segundo o filósofo, pode perseguir para o seu *aperfeiçoamento, futura felicidade e perfeição moral* – um ideal que o ser humano, concebendo o valor de suas ações em seu maior grau – o valor moral, pode e deve constantemente se aproximar, um progresso ininterrupto.

Nas palavras de Kant (1999a, p. 17-18): “Podemos trabalhar num esboço de uma educação mais conveniente e deixar indicações aos pósteros, os quais poderão pô-las em prática pouco a pouco”. Portanto, a filosofia da educação kantiana, inserida em seu pensamento prático²⁵³, oferece uma orientação e possível promoção da prática educacional, um exercício para a vida humana, o qual permite, ademais, a ampliação do alcance da filosofia.

Após explorarmos algumas peculiaridades do pensamento filosófico kantiano acerca da educação na *Metafísica dos costumes (Doutrina da Virtude – Doutrina ética do método)* e nas preleções *Sobre a pedagogia*, com a intenção de compreendermos melhor a educação segundo a concepção de Kant e a sua oportunidade à completa formação do ser humano – moral, do caráter, da pessoa, para a virtude – queremos analisar e explorar alguns acordos, desacordos e complementaridade entre as obras analisadas.

²⁵² *Grifo nosso.*

²⁵³ Pensamos não ser possível separar a reflexão kantiana acerca da educação do conjunto do seu sistema, em particular, do conjunto do seu sistema prático. Essa posição é assinalada por Crampe-Casnabet e Louden, respectivamente: “É impossível separar a reflexão kantiana sobre a pedagogia do conjunto do seu sistema. A teoria do conhecimento, a ética, a política, a filosofia da história fundamentam organicamente o discurso pedagógico” (CRAMPE-CASNABET, 1990, p. 229) e “[...] as ligações inter-textuais deverão ser devidamente exploradas na interpretação da filosofia kantiana da educação (LOUDEN, 2000, p. 35).

Buscar examinar os acórdos e desacórdos, assim como a complementaridade das obras *Metafísica dos costumes* e *Sobre a pedagogia*, além de nos auxiliar na tentativa de conclusão à questão da formação moral kantiana e a ação ética na experiência – é possível a formação moral para uma ação ética no mundo? Pensamos ser oportuno também para refletirmos sobre a recusa das desconfianças no que diz respeito à origem e autoria da *Sobre a Pedagogia* – legítimo/não legítimo, kantiano ou não kantiano. Elegemos as preleções *Sobre a Pedagogia* para estudo e análise, por considerar a presente obra central à investigação da formação moral do educando em Kant e, em consequência, a sua ação ética no mundo, portanto, queremos afirmá-la como kantiana. Eis o que se segue.

CAPÍTULO IV

O SER HUMANO ENQUANTO MORAL E LIVRE

Para prosseguir com o estudo acerca da formação moral e educação a partir da filosofia prática kantiana – o seu papel, função, desempenho, sua possibilidade ao desenvolvimento moral e efetividade da ética – o capítulo IV do presente estudo tratará dos paralelos entre as obras *Metafísica dos costumes (Doutrina da Virtude – Doutrina ética do método)* e *Sobre a pedagogia*, obras anteriormente expostas no capítulo III.

Finalizando nossas investigações, nesse momento, abordaremos também uma outra relação, a saber, a relação entre a *moralidade* e a *liberdade* humana no pensamento moral de Kant; pensamos que as relações entre moral e liberdade no interior do pensamento kantiano acerca da moralidade nos remetem àquilo que Kant chamou de o *fim* ou a *destinação* da espécie humana, a saber, a *liberdade*.

Ao expor as relações entre moralidade e liberdade, afinal a moral e a ética de Kant centra-se no *dever*, mas também na *liberdade*, chegando ao fim ou destinação da natureza humana, pretendemos compreender a educação, de acordo com a concepção kantiana de educação, como um dos caminhos para alcançar esse *fim*, o que, em nossa concepção, também justifica a abordagem de Kant, no interior da sua filosofia prática, do ensino da ética, ou seja, a formação e o desenvolvimento moral do caráter humano por meio da educação.

Compreendendo o modo como a educação kantiana se faz presente na realização do *fim* ou *destinação* do ser humano, podemos vislumbrar um dos motivos em Kant, além da própria moralidade, o próprio *valor moral* da ação, pelos quais a educação pode e deve atentar-se à formação moral do ser humano – formação da *humanidade*, do *caráter*, da *pessoa*, para a *virtude*. O que implica, em nossa visão, atentar-se à outras dimensões da natureza humana, levar em consideração, no campo educacional, outros aspectos, outros elementos, o caráter plural do ser humano, para além, por exemplo, da sua dimensão epistemológica – a sua razão teórica²⁵⁴.

²⁵⁴ Evidentemente, não se trata de excluir o desenvolvimento do *sujeito cognoscente*, mas, trata-se, essencialmente, de olhar *também*, via educação, para outras perspectivas, dimensões e condição da natureza humana, por exemplo, o desenvolvimento da *pessoa* que, em Kant, representa o sujeito ético, moral e livre, que age no mundo segundo valores e princípios, capaz de agir segundo valores e princípios, capaz de criar um caráter.

Em suma, ao tratar da formação moral do educando, ao abordar o *fim* ou *destinação* da natureza humana em Kant, enxergando na educação as outras dimensões do ser humano, por exemplo, a sua dimensão *moral, ética e livre*, a capacidade prática da sua razão, podemos marcar a importância e a necessidade da discussão moral na formação dos educandos, tanto no pensamento kantiano, como para a própria ação educativa, o que em grande medida é negligenciada.

Assim, desenvolveremos aqui:

- i) a comparação, os acordos, as afinidades e os paralelos, entre as obras de Kant que abordam o tema da educação (direta ou indiretamente) analisadas no presente estudo, em particular a *Metafísica dos costumes* e a *Sobre a pedagogia*;
- ii) a liberdade em Kant: as relações entre a moralidade e liberdade segundo Kant – do dever à moralidade e, conseqüentemente, à liberdade;
- iii) a análise do *fim* da natureza humana ou a sua *destinação*, evidenciando de que modo a educação se faz presente para o alcance de tal fim.

Teremos o caminho: da educação para a moralidade à liberdade, isto é, ao *fim* ou a *destinação* da natureza humana – o desenvolvimento do ser humano moral, atuante (ético e virtuoso) e livre – aspectos bastante relevantes da natureza humana.

Na primeira parte do presente capítulo ‘4.1’, as obras para a comparação serão a *Metafísica dos costumes* (*Doutrina da Virtude – Doutrina ética do método*) e *Sobre a pedagogia*. Posteriormente, em ‘4.2’ a investigação se dará, essencialmente, com as obras *Fundamentação da metafísica dos costumes* e *Crítica da razão prática*; na terceira parte ‘4.3’, a base das nossas investigações será a *Crítica da faculdade do juízo*, em particular a *Doutrina do método da faculdade do juízo teleológica*²⁵⁵; o suporte principal na finalização do nosso estudo ‘4.3’, será a terceira *Crítica* de Kant em diálogo com a *Sobre a pedagogia*.

²⁵⁵ Vale observar que a *Doutrina do Método* das três *Críticas* kantianas, embora não de modo sistemático, aborda a questão do ensino da moralidade, nos revela dados e aspectos, oferecendo indícios da possibilidade do ensino moral, desse modo, são textos importantes para o estudo da presente tese.

4.1 Entre a *Metafísica dos costumes* e a *Sobre a pedagogia*

Em primeiro lugar, queremos reforçar a *Metafísica dos Costumes* e a *Sobre a Pedagogia* são obras do sistema da ciência da filosofia prática kantiana, que leva em consideração, tratando da moralidade, a natureza humana, a sua condição, particularidades e especificidades, preocupando-se com a possibilidade da formação moral, a realização ou o alcance moral e ético. Em suma, o sistema da ciência da filosofia prática de Kant, estabelece os elementos de uma moral aplicável e realizável sob o nome de *ética*.

Em segundo lugar, no que diz respeito à possibilidade da formação moral em Kant²⁵⁶, queremos apontar o acordo, quanto ao *método*, para o ensino da ética, o método da educação para a virtude, ou seja, as *instruções teóricas* – os meios que os professores podem empregar para a formação do caráter moral do educando – entre as obras *Crítica da razão prática* (*Doutrina do método da razão prática pura*), *Metafísica dos Costumes* (*Doutrina da Virtude – Doutrina ética do método*) e *Sobre a Pedagogia*.

No que diz respeito ao método para a formação moral, de acordo com as obras mencionadas, Kant aponta o método *erotemático* enquanto o método de ensino mais adequados na elaboração dos conhecimentos e no trato dos mesmos. Vale dizer que, para o caso da moralidade, estamos no âmbito de um *conhecimento prático*, ou seja, não das leis da natureza, mas das leis do *dever-ser*: tudo o que deve necessariamente acontecer do ponto de vista da moralidade²⁵⁷. Como vimos, o *método erotemático* na formação moral é subdividido em método *catequético* de ensino e método *dialógico* de ensino.

Na segunda *Crítica*, Kant (2003a, p. 543) nos fala sobre o método da formação moral, afirmando que os educadores da juventude deveriam fazer uso da propensão da razão de proceder ao exame minucioso de questões práticas levantadas, depois de terem tomado por base um catecismo puramente moral; em outro momento Kant (2003a, p. 547) assinala que, embora seja preferível iniciar o processo de formação moral com o método catequético, para o desenvolvimento e formação moral, o método dialógico pode ser empregado bastante cedo.

²⁵⁶ O desígnio da filosofia prática kantiana de chamar a atenção do jovem à moralidade, à prática da virtude, para o despertar das suas próprias forças morais.

²⁵⁷ O conhecimento prático difere-se do conhecimento em sentido próprio (especulativo ou teórico) que se refere a “representação consciente relacionada a objetos” (KANT, 1983, p. 189).

Na *Metafísica dos costumes*: “[...] este método erotemático é ou método de ensinar *dialógico*, quando se pergunta à sua razão, ou o catequético, quando unicamente interroga a sua memória” (KANT, 2004b, p. 128). Acerca do ensino catequético, o método inicial do desenvolvimento moral, Kant sustenta que “Na doutrina da virtude, o primeiro instrumento doutrinal e o mais necessário para o aluno inculto é um catecismo moral” (KANT, 2004b, p. 129) e, no que diz respeito ao método de ensinar dialógico, a segunda parte do método erotemático, é necessário “Pois, se alguém quer perguntar algo à razão de outrem só pode fazê-lo dialogicamente” (KANT, 2004b, p. 128).

Por fim, com a *Sobre a pedagogia*, Kant (1999a, p. 70-71) aponta que para o desenvolvimento da razão prática é preciso utilizar o método socrático (dialógico) e explica que Sócrates:

[...] que se nomeava parteiro dos conhecimentos dos seus ouvintes, nos seus diálogos, que Platão de algum modo nos conservou, nos dá exemplos de como se pode guiar até mesmo pessoas idosas para retirar muita coisa de sua própria razão [...] O método socrático deveria constituir a regra do método catequético.

Em relação ao *método* de formação moral apontado por Kant, Delbos (1969, p. 590) explica que, tendo em vista que a moralidade em Kant resulta de conceitos *a priori* que toda razão, por sua capacidade prática, é capaz de oferecer por si, de fato, o melhor método de ensino é provocar o ser humano a encontrá-los em si próprio; o método de ensino da moralidade em Kant, afirma Delbos, deve ser, portanto, essencialmente socrático.

Por outro lado, Delbos (idem) ressalta que como a criança inicialmente não tem maturidade e vigor intelectual suficientes para conduzir ou seguir ativamente o diálogo, Kant reclama então o auxílio da memória, com a catequese moral. Desse modo, o mais adequado é utilizar, antes do diálogo, a catequese moral, com o desígnio de atingir a memória do educando; com a catequese moral serão questionadas e despertadas somente as memórias do aluno²⁵⁸.

Com a catequese moral – “o primeiro instrumento doutrinal e o mais necessário para o aluno inculto” (KANT, 2004b, p. 129), o que se quer atingir é a *memória* do educando, ou seja, devido à falta de maturidade e vigor intelectual suficientes para dirigir ou seguir ativamente o diálogo, em primeiro lugar é preciso

²⁵⁸ Kant nos oferece uma amostra desse tipo de catequese em *Fragmento de um catecismo moral* (KANT, 2004b, pp. 130-134).

então alcançar memória do aluno. Esse aspecto, isto é, a necessidade de se iniciar a formação moral pelo catecismo moral e formar a memória do educando, é encontrado, de modo amplamente divulgado, na *Metafísica dos costumes* e na *Sobre a pedagogia*. Vejamos.

Na *Metafísica dos costumes* Kant (2004b, p. 129) aponta para a necessidade, em primeiro lugar, do catecismo moral para poder compor e conservar expressões vivas, precisas e não facilmente modificadas na memória do educando; há aqui a primeira aproximação do educando com o princípio da ação. Noutras palavras, com o catecismo moral, conforme apontado por Kant na *Metafísica dos costumes*, o professor extrai respostas do educando compondo e conservando expressões precisas que fiquem seguras na memória do educando²⁵⁹.

Na *Sobre a pedagogia* Kant (1999a, p. 65), acerca da necessidade de formar a memória, reforça a necessidade de conservar na memória os conhecimentos práticos que apresentarão pertinência à vida real²⁶⁰; afirma, por exemplo, que “tanto sabemos quanto retemos na memória” (KANT, 1999a, p. 63-64), por essa razão, é preciso formar, no aluno ainda inculto, a memória. Na *Sobre a pedagogia* o filósofo (1999a, p. 64) acrescenta que “as coisas são feitas de tal modo”, ou seja, o aparato cognitivo humano é constituído de tal forma que “o entendimento não acontece senão após as impressões sensíveis e toca à memória guardá-las”. Nesse sentido, a princípio, o mesmo ocorre em relação ao conhecimento prático, com o que deve acontecer do ponto de vista da moralidade – composição e conservação na memória.

Posteriormente, com o método dialógico, o método utilizado à formação moral após a catequese moral, o alvo é a *razão* do educando, o desenvolvimento e estabelecimento do princípio prático que, por sua faculdade prática da razão, todo ser racional é capaz de oferecer por si. Eis o que o filósofo sustenta nas obras *Metafísica dos costumes* e *Sobre a pedagogia*, igualmente exposto, de modo introdutório, na

²⁵⁹ Queremos reforçar que, conforme posto por Kant na *Metafísica dos costumes*, para que o catecismo moral cumpra com o seu objetivo é preciso não perder de vista, no momento da interrogação realizada pelo professor, o mandamento do dever (*Sollen*). Importa ressaltar também que a catequese moral, conforme exposta por Kant, não se mistura ou se identifica com a catequese religiosa ou ensino religioso.

²⁶⁰ No que diz respeito aos conhecimentos práticos pertinentes à vida real, Kant (1999a, p. 65) diz, por exemplo, que a leitura de romances não é indicado às crianças para a formação de sua memória, ao contrário, a leitura de romances debilita a memória, é preciso retirar das mãos das crianças todos os romances, pois os lendo apenas podem reordenar as circunstâncias e inflamar a fantasia, sem qualquer possibilidade de reflexão – “Deve-se cultivar a memória, procurando cultivar na mesma medida a inteligência”, afinal, a formação da memória é somente o inicial da formação moral e deve preparar o caminho a formação plena do educando.

segunda *Crítica*: o método dialógico, após a catequese moral, com a intenção de formar a razão do educando²⁶¹.

Em terceiro lugar, vale observar o acordo, entre a *Metafísica dos costumes* e a *Sobre a pedagogia*, no que diz respeito à *técnica*, ou seja, o *meio experimental* da educação para a virtude. Sobre o método mais adequado ao ensino da virtude, o filósofo, nas obras mencionadas, aponta ser o método erotemático; acerca da técnica tanto na *Metafísica dos costumes* quanto na *Sobre a pedagogia* Kant aponta como indispensável, o *bom exemplo*, vejamos.

Na *Metafísica dos Costumes* Kant (2004b, p. 129) diz que a técnica, isto é, o meio experimental da formação moral, centra-se no *bom exemplo*, o qual pode ser do próprio educador. Kant, na *Metafísica dos Costumes*, justifica o bom exemplo sendo o meio experimental para o desenvolvimento moral, pois, segundo ele, a imitação é, para o caso da natureza humana, a primeira *determinação da vontade*, havendo, nesse caso, a aceitação de máximas que, em seguida, o ser humano adota, ou seja, é capaz de, *por querer ou por razões morais*, adotar. Vale lembrar que, adotar uma máxima, significa *querer um princípio em função do qual se quer viver*.

Portanto, o bom exemplo, muito eficaz devido à primeira determinação da vontade para o caso da natureza humana, serve de subsídio para a aceitação de máximas morais que, no momento seguinte, com o juízo moral desenvolvido, o ser humano adota, isto é, é capaz de adotar.

É importante ressaltar que o *motivo* na ação com *valor moral* não será propriamente dito o bom exemplo, que servirá, num primeiro momento, antes da formação do juízo moral, apenas de auxílio para a aceitação de máximas morais; a razão de determinação da ação que pode apresentar o seu genuíno valor será sempre por *princípio*, de acordo com o pensamento moral kantiano, *por dever*: o respeito, o reconhecimento e a adoção da lei moral, princípio formal ou dever moral²⁶², ou o respeito, o reconhecimento e a adoção de um fim que é feito, é ao mesmo tempo, dever, princípio material ou dever de virtude/dever ético²⁶³.

No que diz respeito ao meio experimental para o ensino da virtude, conforme explicitado na *Metafísica dos costumes*, não se deve perder de vista o

²⁶¹ Cf. KANT, 2003a pp. 543, 547; KANT, 2004b, p. 128, 131, 132; KANT, 1999a, pp. 70-71.

²⁶² “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (KANT, 2003a, p. 103).

²⁶³ Preservar a própria vida, reconhecer e conservar a própria dignidade, amor próprio, beneficência, gratidão, amizade [...].

princípio supremo da ação, ou seja, o princípio supremo da determinação da vontade que move a vontade ordenando à ação.

Na *Sobre a Pedagogia* Kant (1999a, p. 18) expõe, assim como posto na *Metafísica dos costumes*, o bom exemplo como a técnica para a formação moral pelas mesmas razões que apontou anteriormente na *Metafísica dos costumes* – o bom exemplo é necessário para que seja, um primeiro momento, *imitado*; a imitação é a primeira determinação da vontade para o caso da natureza humana.

Nas preleções *Sobre a pedagogia* Kant também afirma que os educandos imitam os bons exemplos oferecidos, por exemplo, pelos pais e educadores, desenvolvendo a sua disposição à moralidade; porém, adverte, nessa obra, que é preciso atentar-se à eficácia do bom exemplo, se ele está de fato sendo observado – “uma vez que as crianças vêem os exemplos ocasionalmente” (idem). Mas, tomado os devidos cuidados, observada a percepção e recepção do bom exemplo, o filósofo (1999a, p. 74) sustenta a força do *exemplo* como o meio experimental na formação moral – “o exemplo tem enorme eficácia e fortifica ou destrói os bons preceitos”²⁶⁴.

Por fim, em relação aos acordos entre a *Metafísica dos Costumes* e *Sobre a Pedagogia* podemos ainda fazer referência ao *cultivo da moralidade*, isto é, a contrapartida prática da moralidade, ou seja, a realização dos exercícios da teoria, a efetivação das instruções teóricas.

Conforme Kant apontou na *Metafísica dos costumes* (2004b, p. 135), o cultivo moral encerra-se em *ascetismo*, a ascética moral, o que significa o *exercício moral*, chamado por Kant na referida obra de *ginástica ética*. O exercício da moralidade ou ginástica ética somente é possível quando fora despertado a razão do educando para o *conceito*, ou seja, formado no educando o juízo moral, de acordo com o pensamento prático kantiano, o próprio *princípio fundamental da razão prática*, formal e/ou material – dever moral e dever de virtude.

Com a *Sobre a pedagogia* o filósofo (1999a, p. 32-33) também apresenta o *exercício* enquanto a contrapartida prática da instrução teórica, chamado por Kant na referida obra de *exercício da liberdade*.

²⁶⁴ Na *Crítica da razão prática* Kant (2003a, p. 543) aponta o exemplo sendo um eficaz meio experimental na formação da moral, expondo que, além do exemplo físico dos educadores e pais, pode-se também buscar os bons exemplos em *biografias* com o intuito de se ter em mãos os exemplos dos deveres morais (formal) ou de virtude (material).

Portanto, na *Metafísica dos Costumes* e na *Sobre a pedagogia*, utilizando-se do *método* e da *técnica* será desenvolvido no educando o *conceito* – de moralidade: a ação por princípio, os motivos ou razões morais do agir; de virtude: a força moral da vontade para o cumprimento do seu dever; de dever: respeito, reconhecimento e adoção do dever moral ou de virtude. Em suma, pode ser desenvolvido o juízo moral com o desenvolvimento da razão – a faculdade dos princípios: do conhecimento e moral. Para a efetivação da moralidade, será requerido, posteriormente, o *ascetismo*, ou seja, o *cultivo* da capacidade ética desenvolvida, o que ocorre pelo *exercício*, eis a junção do *conceito e realidade*.

Em linhas gerais, podemos assinalar que a *Metafísica dos costumes* do mesmo modo a *Sobre a pedagogia* acerca da possibilidade da *formação moral e efetividade ética em Kant* abarca: i) as instruções teóricas apontadas no *método* da formação moral; ii) as instruções teóricas oferecidas mediante a exposição da *técnica* ou o *meio experimental* da moralidade e iii) a contrapartida prática por meio do *cultivo* da moralidade, o exercício moral, a ginástica ética, o exercício da liberdade; vale reforçar, uma vez formada a razão do educando.

Porém, cabe ressaltar que as preleções *Sobre a pedagogia*, por se dedicar especificamente ao tema da educação, Kant nos oferece, em várias passagens, a exposição precisa da necessidade da educação à natureza humana, em particular, considerando a moralidade, ou seja, a formação moral ou do caráter²⁶⁵, o conteúdo moral que as ações humanas podem apresentar²⁶⁶.

É também nas preleções que o filósofo aponta para as perspectivas da educação: física e prática. Para os seus momentos: cuidado, disciplina, instrução e direcionamento. E a finalidade do processo educacional²⁶⁷, que implica:

²⁶⁵ Lembrando que o *caráter* para o caso da natureza humana, conforme aponta Kant (2006, p. 216), centra-se no fato de que o ser humano *possui um caráter* o qual ele mesma *cria* para si próprio como um ser que é *capaz de se aperfeiçoar mediante os fins*, ou seja, capaz de se aperfeiçoar mediante os fins da sua ação, fins que ele mesmo assume ou se dá.

²⁶⁶ No que diz respeito à necessidade da educação para a natureza humana, temos evidenciado já na frase inaugural das preleções *Sobre a pedagogia*: “O homem é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 1999a, p. 11). Bem como em outra passagem: “O Homem não pode tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação faz dele” (idem, p. 15). Declarar que o ser humano “é aquilo que a educação faz dele”, nos indica que a natureza humana deve ser educada. Eis algumas passagens que apontam para a necessidade da ação educativa na construção do processo de formação e desenvolvimento do ser humano, tal necessidade confirma-se ao longo das preleções.

²⁶⁷ Encaramos a exposição da necessidade da educação à natureza humana, as perspectivas, os momentos e a exposição exata dos fins de uma boa educação, enquanto alguns dos acréscimos das preleções *Sobre a pedagogia*, em particular no que diz respeito à questão da *necessidade da educação à formação e desenvolvimento moral* do ser humano.

i) o ser humano, num primeiro momento, *disciplinado*: “disciplinar quer dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano” (KANT, 1999a, p. 25), ou seja, domar os instintos, os impulsos, domar a selvageria – a ausência de toda e qualquer lei.

ii) o ser humano *hábil* ou culto, que envolve a formação escolástica a qual diz respeito ao aprimoramento da faculdade de conhecer, proporciona para o ser humano, por exemplo, um conteúdo cognitivo, de acordo com Kant:

A cultura abrange a instrução e vários conhecimentos. A cultura é a criação da habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os *fins* que almejamos [...] Algumas formas de habilidade são úteis em todos os casos, por exemplo, o ler e o escrever; outras só são boas em relação a certos *fins* [...] A habilidade é de certo modo infinita, graças aos muitos *fins* (idem, p. 25-26)²⁶⁸.

Menezes (2010, p. 111), explica que a cultura consiste na formação e desenvolvimento de certas disposições da natureza humana enquanto criaturas racionais, representa um estado de habilidades no qual o ser humano saiu do mero estado instintivo, porém, ainda não está formada a lei da moralidade – “Trata-se de um momento de grande baliza pedagógica: refere-se às primeiras tentativas de uma disciplina das inclinações naturais do ser humano”.

iii) o ser humano *prudente*, competência da formação pragmática – “[...] certos modos cortesês, gentileza e a prudência de não nos servirmos dos outros homens para os nossos *fins*” (idem, p. 26)²⁶⁹, o que, segundo Kant (idem), encerra-se em civilidade. Como esclarece Santos (2011, p. 211), “a civilização visa formar o cidadão para que ele tome parte ativa na vida da sociedade em que está inserido”.

No que diz respeito à civilidade, a formação pragmática, Kant aponta que as *belas artes* e as *ciências* podem ser bastante eficazes para esse desenvolvimento, nas palavras do filósofo:

[...] por um prazer universalmente comunicável e pelas boas maneiras e refinamento na sociedade, ainda que não façam o homem moralmente melhor, tornam-no porém civilizados, sobrepõem-se em muito à tirania da dependência dos sentidos e preparam-no assim para um domínio, no qual só a razão deve mandar (KANT, 1993, p. 274).

²⁶⁸ Grifos acrescentados.

²⁶⁹ Grifo acrescentado.

iv) finalmente, enquanto a finalidade do processo educacional em Kant nas preleções *Sobre a pedagogia*, a formação do ser *moral e livre*, a formação moral com o interesse no valor moral das ações humanas – moralidade, liberdade, virtude, caráter; conceitos correlatos à moralidade em Kant. A formação moral considera no ser humano a sua pessoa, com o desígnio de formar moralmente a educação deve:

[...] cuidar da moralização. Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de *fins*; convém também que ele consiga a disposição de *escolher* apenas os *bons fins*. Bons são aquele fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um (idem, p. 26)²⁷⁰.

Em suma, nas preleções *Sobre a pedagogia*, enquanto a finalidade última do processo educacional, há a formação e desenvolvimento da própria *humanidade*, isto é, o desenvolvimento da sua própria razão, a faculdade dos *princípios*: princípios do conhecimento (habilidades) e princípios práticos (moralidade).

Segundo Kant, tendo em vista a moralidade, não é suficiente a formação somente dos princípios do conhecimento, ou seja, formação escolástica e pragmática, as habilidades e a prudência, o que resulta, segundo o filósofo (2004b, p. 81), na perfeição física, na aptidão para toda e qualquer espécie de fins; olhando para a possibilidade do valor moral das ações humanas, em Kant, são imprescindíveis, os princípios morais, a formação moral, que resulta na perfeição moral (em relação ao teu dever) e futura felicidade da natureza humana.

Uma vez que a habilidade e a prudência, ou seja, princípios do conhecimento, podem não englobar apenas o conhecimento especulativo, mas também por vezes direcionar o agir, isto é, fornecer os fins da ação – “Algumas formas de habilidade são úteis em todos os casos, por exemplo, o ler e o escrever; outras só são boas em relação a certos fins” e “a prudência de não nos servirmos dos outros homens para os nossos fins” – o desenvolvimento dos princípios morais é necessária para tornar possível a *escolha* – por decisão, por querer, por princípios, por dever ou razões morais – apenas dos bons fins ou fins morais. Desse modo, o princípio moral ordenará à ação, mesmo que o agir esteja também ligado aos princípios do conhecimento, alguma habilidade desenvolvida e/ou à prudência.

²⁷⁰ Grifos acrescentados.

Noutras palavras, de acordo com Kant, mesmo que o educando conheça, no sentido especulativo, caso não haja a formação moral, não será possível a ação moral e a *plena* formação do ser humano²⁷¹.

Como explica Pascal (1999, p. 190), de acordo com a educação kantiana, os alunos devem ir à escola, não somente para aprender pensamentos, mas para aprender a pensar e conduzir-se do ponto de vista da moralidade, para desenvolver a capacidade de pensar e agir moralmente por si próprios – autoconhecimento, autoderminação, autolegislação.

Nesse sentido, no que diz respeito à *moralidade* e ao *valor moral* das ações humanas, de acordo com o pensamento prático de Kant, temos a necessidade da formação moral e o desenvolvimento de um conhecimento, o *conhecimento prático*, que se refere a uma espécie de autoconhecimento, nas palavras de Kant (2004b, p. 81), “*conhece-te a ti mesmo* (examina-te, perscruta-se) [...] segundo a perfeição moral, em relação ao teu dever – examina se o teu coração é bom ou mau, se a fonte das tuas acções é pura ou impura”.

O autoconhecimento moral em Kant, que exige da natureza humana o exame das causas das ações, ou seja, o exame das razões pelas quais eu faço o que faço, trata de conhecer e determinar o motivo da ação, o autoconhecimento moral é, para o filósofo (idem), o começo de toda a *sabedoria humana*²⁷². Nas palavras de Kant: “[...] é preciso, por fim, orientá-los sobre a necessidade de, todo dia, *examinar a sua conduta*, para que possam fazer uma apreciação do *valor* da vida” (KANT, 1999a, p. 107)²⁷³.

O conteúdo moral das ações, de um modo geral o conteúdo da vida moral, centra-se em cumprir com o seu dever: reconhecimento, respeito e adoção do princípio prático. De acordo com Kant: “Devo considerar uma ação *valiosa*, não porque se adapta à minha inclinação, mas porque através dela eu cumpro o meu *dever*” (idem, p. 106)²⁷⁴. Eis a base, de acordo com a educação kantiana, *da formação e aperfeiçoamento moral da espécie humana*.

Na tentativa de esclarecimento e uma posição acerca da possibilidade da *formação moral em Kant*, colocamos a seguinte pergunta: é possível, segundo a

²⁷¹ “Por último vem a formação moral, enquanto é fundada sobre princípios que o próprio homem deve reconhecer” (KANT, 1999a, p. 35-36) *Grifos acrescentados*.

²⁷² Na *Metafísica dos costumes* (KANT, 2004b, p. 41) – a verdadeira sabedoria, ou seja, a sabedoria prática/moral.

²⁷³ *Grifos acrescentados*.

²⁷⁴ *Grifos acrescentados*. Aqui está a compatibilidade entre a decisão de um sujeito com a determinação do dever.

concepção kantiana de educação, educar em valores? É possível uma educação para a moralidade? A nossa posição é positiva, entendemos a moralidade, de acordo com o filósofo, como algo que pode ser ensinada, isto é, formada/desenvolvida/aperfeiçoada no ser humano via educação.

Entendemos que a moralidade, de acordo com a concepção de Kant, pode ser ensinada, no sentido de formada ou desenvolvida, graças à faculdade racional do ser humano. A razão, segundo o filósofo, apresenta dois usos ou interesses: o especulativo e o moral. A razão, sendo a faculdade dos princípios, do conhecimento e morais, se segue a possibilidade da formação moral, ou seja, a formação ou o desenvolvimento de uma faculdade ou capacidade própria do ser humano. Não se trata de aprender regras ou normas morais, o que se encerraria em mera moralização, não se trata de qualquer transferência ou imposição, mas antes, da formação e desenvolvimento de uma capacidade própria da natureza humana.

Dada a natureza racional do ser humano a moralidade *pode* ser ensinada, no sentido de formada ou desenvolvida, dada a sua natureza sensível a moralidade *deve/necessita* ser ensinada. Conforme explica Santos (2011, p. 208-209), o ser humano é o *destinatário* da moralidade em sua perspectiva sensível e, ao mesmo tempo, o *portador* da moralidade em sua perspectiva racional. Sendo assim, ainda segundo Santos (idem, 214), o que é constitutivo do ser humano, enquanto ser racional, é preciso ser desenvolvido e conquistado devido à sua constituição também sensível. Um dos recursos que podemos lançar mão para esse desenvolvimento e realização é a educação, de acordo com Kant, a *arte de educar*.

No entanto, queremos reforçar que a educação kantiana diz respeito a um *projeto* para o processo de aperfeiçoamento da natureza humana, versa sobre os traços fundamentais de uma doutrina acerca do ensino e do exercício que considera a *moralidade*.

Tendo em vista que a educação, segundo a concepção kantiana, também contempla o desenvolvimento moral, com a sua filosofia da educação, nos deparamos com um ideal de formação que podemos constantemente nos aproximar para alcançar o *valor* de ações humanas em seu maior grau. Isso significa que mesmo havendo obstáculos à sua realização, há um ideal de educação que a humanidade deve perseguir para o seu aperfeiçoamento, sua futura felicidade e a sua perfeição. Em suma, o pensamento kantiano acerca da educação, concebe um *projeto de educação prática*, isto

é, para a moralidade, para o desenvolvimento da faculdade prática da razão humana, afinal, segundo Kant, a ideia não é vã. Conforme aponta Pinto:

O projeto kantiano de educação destaca-se, de forma incisiva, o papel convergente da experiência e do conhecimento no domínio da pedagogia. *Não se pode educar sem uma ideia clara do que se pretende, sem um projecto bem pensado em termos prospectivos* (PINTO, 2006, p. 426)²⁷⁵.

Desse modo, encaramos a filosofia da educação de Kant, inserida no interior de sua filosofia prática, como uma oportunidade de *orientação* e *promoção*, um projeto, ideia ou caminho, para que se possa refletir sobre a educação e contemplar a natureza humana de um modo mais amplo e pleno; olhar o ser humano em suas diversas e diferentes dimensões, como é o caso aqui, em sua dimensão moral/ética²⁷⁶.

De acordo com as obras analisadas, em particular, a *Metafísica dos costumes* e *Sobre a pedagogia*, compreendemos que, o pensamento kantiano sobre a educação, aponta que a moralidade e aspectos da conduta humana diretamente ligados à moralidade, podem ser possíveis com a educação e, nesse sentido, ensinados e realizados. Em alguns momentos das obras examinadas, a possibilidade do ensino moral, é exposta de modo claro pelo filósofo, vejamos.

Na *Metafísica dos Costumes*:

Que a virtude há-de adquirir (pois, não é inata) é algo implicado já em seu conceito [...] Que se possa e deva *ensinar* é algo que se segue do facto de ela não ser inata; a teoria da virtude é, pois, uma doutrina (KANT, 2004b, p. 127).

Na *Sobre a pedagogia*:

[...] o homem é moralmente bom ou mau por natureza? Não é bom nem mau por natureza, porque não é um ser moral por natureza. *Torna-se* moral apenas quando eleva a sua razão até os conceitos do dever e da lei (KANT, 1999a, p. 95)²⁷⁷.

²⁷⁵ *Grifos acrescentados.*

²⁷⁶ Como bem observou Kant na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, existem perspectivas que compõem a natureza humana que não devem ser ignoradas, eis o caso da dimensão moral, ético e livre do ser humano. Kant, na mesma obra, aponta também para o aspecto psicológico, bem como a dimensão política, porém, em nosso estudo, abordamos precisamente a perspectiva/dimensão moral e ética.

²⁷⁷ *Grifo acrescentado.* O tornar-se moral elevando a razão ao conceito de dever, pode ser possível, conforme analisamos em Kant, via educação; com o “torna-se moral” Kant aponta para uma perspectiva em que o ser humano precisa tornar-se o seu próprio legislador.

Segundo Kant (2004b, p. 81), a formação para a moralidade, o desenvolvimento da disposição para o exame das razões da ação, pertence à *condição moral da natureza humana*, como algo derivado, ou seja, adquirido ou contraído; quando adquirido, formado ou desenvolvido, completa Kant (1999a, p. 18), é preciso que esse princípio ou essa disposição se torne uma espécie de outra natureza para o ser humano²⁷⁸, o que, segundo Kant (2008, p. 7), de fato ocorre, pois quando há a formação moral, quando é desenvolvido a (cons)ciência do *dever-ser* e o ser humano não o segue, isso lhe causa uma espécie de asco, de repulsa, de aversão.

Cabe reforçar que a base da formação moral em Kant está diretamente ligada ao reconhecimento, respeito e adoção daquilo que *deve* ser feito do ponto de vista da moralidade, ou seja, a todo o *dever-ser*. Tanto o dever moral quanto o dever de virtude representam um princípio prático *necessário e universal*.

Acerca da universalidade do princípio prático kantiano – é válido para todos e em todos os casos sem exceção – o filósofo coloca a seguinte questão na *Sobre a pedagogia*: “[...] o bem geral é uma Idéia que pode tornar-se prejudicial ao nosso bem particular?” (KANT, 1999a, p. 23). A posição de Kant é:

Nunca! Já que, ainda que pareça que lhe devemos sacrificar alguma coisa, na verdade trabalhamos desse modo melhor para o nosso estado presente. E, então, quantas consequências nobres se seguem! (idem)²⁷⁹.

A base da educação para moralidade, de acordo com a filosofia prática kantiana, os meios pelos quais uma ação pode revelar o seu valor íntimo, vale dizer, *moral*, envolve *princípios objetivos*, o *motivo* da ação, e *princípios subjetivos*, o reconhecimento, o respeito e a adoção do princípio objetivo por *um* sujeito, pelo sujeito que age, o sujeito da ação, o sujeito agente. Eis a necessidade da educação e a formação ou desenvolvimento moral em Kant, para que o reconhecimento, o respeito e a adoção do princípio objetivo por *um* sujeito torne-se efetivo.

²⁷⁸ É nesse sentido que pensamos que a efetividade moral é possível via educação kantiana, por meio do ensino da moralidade, ou seja, mediante a formação de uma faculdade própria da natureza humana enquanto ser racional, a formação da faculdade prática da sua razão. O ser humano mediante a sua porção racional apresenta em si a condição, constituição e disposição moral, porém, enquanto um ser também sensível, por si só pode não desenvolvê-la e, caso não desenvolva, pode por vezes deixar de fazer o que é, do ponto de vista da moralidade, necessário. Eis a necessidade da educação na formação ou desenvolvimento dessa condição, disposição ou constituição, vale dizer, *moral*.

²⁷⁹ A consequência maior está no próprio *valor* das ações, o *valo moral* que, segundo Kant, é de longe o mais alto e sem qualquer comparação, o que resulta no caráter, na virtude, em liberdade, na perfeição moral, bem como na futura felicidade da natureza humana.

Nesse sentido, a educação moral em Kant, deverá considerar o reconhecimento, respeito e adoção do princípio prático objetivo da vontade, o qual, segundo Kant, à moralidade, deve *sempre* ser o motivo (*Bewegungsgrund*) da ação, que se torna *ao mesmo tempo* um móbil (*Teibfeder*), ou seja, o princípio prático subjetivo da vontade. De nada valeria a legislação prática se o sujeito da ação não a *quisesse* enquanto a *sua lei*, enquanto o *seu motivo*.

Eis a eticidade em Kant, o valor moral da ação em geral, transformar em móbil o motivo, transformar em móbil o próprio dever, isto é, um sujeito reconhece uma condição de determinação da vontade válida para todos os seres racionais e, ao mesmo tempo, válidas e aplicáveis a si próprio.

Noutras palavras, o ensino moral em Kant, envolve, precisamente, o reconhecimento da *condição de determinação da vontade* válida para todos os seres racionais e, portanto, válida e aplicável a *um* determinado ser racional, o que é possível, segundo Kant, a partir da formação e desenvolvimento da ideia do *dever*, a formação e desenvolvimento da capacidade prática da razão. Vejamos.

Sempre se diz que as coisas devem ser apresentadas às crianças de tal modo que as cumpram por inclinação, o que é bom em muitos casos; entretanto, muitas coisas devem ser-lhes prescritas como dever. Isso lhes será utilíssimo, a seguir, por toda a vida (KANT, 1999a, p. 79).

“[...] muitas coisas devem ser-lhes prescritas como dever”, eis o caso da moralidade, precisamente *por dever*, por *razões morais*, o ser humano será capaz de incorporar o princípio prático objetivo em sua ação particular, transformando o motivo em móbil.

Segundo Santos (2011, p. 212), o “eu devo” válido para a natureza humana devido à sua natureza sensível, sujeito às inclinações, aos impulsos, às paixões, de acordo com Kant, corresponde ao necessário, do ponto de vista moral, “eu quero”, o querer racional ou moral, para a natureza humana enquanto ser racional. Vale dizer que sensível e racional diz respeito à dupla perspectiva que se encerra a natureza humana.

A formação moral em Kant cuidará de conhecer (ou re-conhecer, extrai de si) a razão da ação, de chamar a atenção do educando para o *princípio* moral da ação, segundo Kant, para o próprio dever, moral ou de virtude. Como expõe Kant: “*Fica*

claro, portanto, quantas coisas uma verdadeira educação requer!” (KANT, 1999a, p. 27)²⁸⁰.

A educação para a moralidade, de acordo com Kant, centra-se no *dever*, no querer fazer o que deve ser feito, no respeito, reconhecimento e adoção do princípio prático objetivo, em transformar o móbil em motivo, em tornar o ser humano o seu próprio legislador, extrair da própria natureza humana a sua fortaleza moral.

Queremos chamar a atenção para o fato de que a moral kantiana é, como exposto, uma moral do *dever* e a ação propriamente dita *com valor moral* requer esse *princípio*, porém, a moral kantiana é também uma moral da liberdade, isto é, a moralidade encerra-se em liberdade e, de acordo com Kant, a liberdade é o *fim* ou a *destinação* de todo ser humano, observamos o ser humano partindo “da tutela da natureza para o estado de liberdade” (KANT, 2009, p. 161)²⁸¹.

Na *Antropologia*, por exemplo, Kant (2006, p 219) diz que o ser humano está *destinado*, devido à sua faculdade racional, a se cultivar (habilidade), civilizar (prudência) e moralizar (valor moral), completa afirmando que:

[...] por maior que possa ser sua propensão animal a se abandonar *passivamente* aos atrativos da comodidade do bem-estar, que ele denomina felicidade, ele está destinado a se tornar *ativamente* digno da humanidade (idem).

Isto posto, podemos dizer que mesmo diante da finitude do ser humano, ele não pode fugir da sua destinação, da sua própria Humanidade, caráter e pessoa, de modo definitivo: “O ser humano tem, pois, de ser *educado*” (idem).

Além do mais, conforme posto na segunda *Crítica*, a consciência de sua *liberdade* possibilita uma adoção mais fácil e segura dos *deveres práticos*²⁸², podemos pensar que o ser humano reconhece, na determinação moral da sua vida virtuosa, o seu *fim*, o qual é possível a partir da sua liberdade.

Kant (2003a, p. 567-569) aponta que em função da consciência da sua liberdade, o ser humano não irá se importar com a totalidade das dificuldades sensíveis, a consciência da possibilidade de bastar-se a si próprio faz com que as *leis do dever* apresentem um valor positivo. De acordo com o filósofo (idem), o dever prático

²⁸⁰ Grifos acrescentados.

²⁸¹ Kant expõe a liberdade sendo o fim ou destinação da natureza humana, por exemplo, nas obras: *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, *Crítica do Juízo*, *Sobre a pedagogia*.

²⁸² Cf. KANT, 2003a, p. 565-569.

apresenta um valor negativo quando nega as inclinações, os impulsos, afetos e paixões enquanto fundamentos morais determinantes da vontade, e apresenta um valor positivo quando desperta à *consciência da liberdade*.

Mediante a consciência da sua liberdade o ser humano nada temerá “[...] mais fortemente que, no exame interno de consciência, considerar-se desprezível e reprovável a seus próprios olhos” (idem, p. 569). Segundo Kant, a consciência da sua liberdade é o melhor (e mesmo o único) guarda para preservar o *motivo moral* das ações no *dever*, afastando, enquanto motivo do agir, as intrusões das inclinações e dos impulsos “ignóbeis e perniciosos” (idem).

Formando o ser humano para sentir a força da sua própria liberdade, ele poderá conferir a si mesmo a força necessária para libertar-se de todo apego sensível, determinantes da ação, na medida em que o ser humano irá querer:

[...] tornar-se dominante, e encontrar para os sacrifícios que ele representa uma rica compensação na sua independência de sua natureza inteligível e na grandeza de alma, à qual ele se vê *destinado* (KANT, 2003a, p. 535 e 537)²⁸³.

Se a liberdade representa o fim ou destinação da natureza humana e a educação, de acordo com a perspectiva kantiana, é capaz de formar para a moralidade, então podemos pensar a educação como um caminho para o próprio *fim* ou a *destinação* do ser humano, o que a nosso ver, ademais, justifica em Kant a necessidade do próprio ensino moral, da formação moral, do caráter, da pessoa, para a virtude, para a sua liberdade.

A seguir, analisaremos a peculiar relação entre a moralidade e a liberdade no pensamento prático kantiano, o que nos remete a esse fim, ou seja, ao *fim* ou a *destinação* da natureza humana, que também será abordado, nos possibilitando a compreensão da educação kantiana enquanto um caminho para o *fim/destinação* da espécie humana; um dos motivos em Kant para se formar moralmente.

²⁸³ Grifo acrescentado.

4.2 Moral e liberdade no pensamento kantiano

Conforme exposto anteriormente, a moralidade e a ação com conteúdo moral em Kant requer um princípio ou fundamento moral, o qual fora desenvolvido pelo filósofo em sua filosofia prática sob o nome de *dever*. Porém queremos observar aqui que a moralidade em Kant é uma moral do *dever* e ao mesmo tempo de *liberdade*. É necessário dizer que a moral kantiana apresenta-se, sim, sob a forte característica do dever; porém, não há entre a necessitação constante da ação por dever e a liberdade humana qualquer espécie de contradição: *age-se por dever e ao mesmo tempo com liberdade*²⁸⁴.

Com Kant nos deparamos com uma teoria moral que envolve o *dever*, mas também diz respeito à condição de um ser humano capaz de liberdade²⁸⁵.

Age-se por *dever* e ao mesmo tempo por *liberdade*. De acordo com Kant, é reconhecendo, respeitando e adotando o princípio supremo da moralidade, que, unicamente, o ser humano pode livre. A capacidade que um ser humano, ser sensível e racional, possui de agir segundo princípios, Kant chama de liberdade em sentido prático.

A liberdade, conforme definida por Kant (1980a p. 149), é a propriedade da vontade como causalidade dos seres racionais, independente de causas “estranhas” que a determinem. Nesse sentido, para ser livre, segundo a concepção kantiana, é necessário

²⁸⁴ A consciência do *dever* revela, simultaneamente, a consciência da *liberdade*. Negar as leis externas ou as inclinações enquanto razão da ação, ainda que seja uma tarefa inicialmente árdua ao jovem resulta na consciência da sua liberdade, o que pode levá-lo a sentir um contentamento ao saber que pode fazer isso, ou seja, seguir as leis do dever – fazer o que deve ser feito do ponto de vista moral. Nas palavras de Kant (2003a, p. 565-67): “Deste modo, o aprendiz é, contudo, mantido atento à consciência da sua **liberdade**. E, ainda que essa renúncia provoque uma sensação inicial de dor, todavia, pelo fato de que priva aquele aprendiz da coerção até de carências verdadeiras, ao mesmo tempo anuncia-lhe uma libertação do variado descontentamento em que todas essas carências o enredam e o ânimo é tornado receptivo à sensação de contentamento a partir de outras fontes [...] uma faculdade interna ao homem, que ele não conhecia perfeitamente antes, **a liberdade interior** de desembaraçar-se de tal modo da impetuosa impertinência das inclinações, que absolutamente nenhuma, mesmo a mais benquista, tenha influência sobre a resolução para a qual devemos servir-nos agora da nossa razão”. A posição de Kant é que mediante a consciência do dever, bem como de sua liberdade, ou seja, consciência da independência das inclinações, apetites, paixões impulsos, de todo e qualquer dado externo enquanto *determinante*, o ser humano não irá se abater diante das dificuldades sensíveis.

²⁸⁵ Lembrado que Rohden aponta aqui o significado maior da filosofia moral de Kant, afinal, o filósofo formulou uma concepção moral que exige o respeito incondicional pelo ser humano enquanto capaz de liberdade, ou seja, formulou uma concepção de moralidade que faz “do pensamento do dever – que abate toda a arrogância e todo o vão amor-próprio – o princípio de vida supremo de toda moralidade do homem” (KANT, 2003a, XXIII).

que o agente não se encontre determinado pelas leis externas, por exemplo, da natureza ou à qualquer compulsão das inclinações sensíveis.

A partir dessa definição, vale dizer, a liberdade sendo a propriedade da vontade como causalidade dos seres racionais, independente de causas “estranhas” determinantes, o conceito negativo de liberdade, de acordo com essa definição a vontade não está sujeita à causalidade externa; dessa definição temos o conceito negativo de liberdade, o qual a vontade não está sujeita a qualquer determinação externa e alheia.

No entanto, desta mesma definição decorre também o conceito positivo de liberdade, que, segundo Kant (1980a, p. 149), é mais rico e fecundo, pelo qual o sujeito da ação age apenas segundo leis/princípios que o próprio indivíduo oferece a si, pelo qual a vontade é determinada/movida apenas segundo uma lei que o próprio indivíduo oferece a si.

Cabe dizer que o conceito positivo de liberdade, embora não seja um motivo para a vontade segundo leis alheias, não está por isso desprovida de leis, é uma vontade de acordo com a determinação de uma lei necessária e universal. Conforme explica Kant:

[...] se bem que não seja uma propriedade da vontade segundo leis naturais, não é por isso desprovida de lei, mas tem antes de ser uma causalidade segundo leis imutáveis, ainda que de uma espécie particular; pois de outro modo uma vontade livre seria um absurdo (idem).

Ser livre (e moral), segundo o filósofo, significa, portanto, ser capaz de submeter-se, no sentido de adotar e seguir, uma lei prescrita pelo *dever-ser*, de submeter-se às *leis práticas*²⁸⁶, assim, ser independente (livre) dos desejos particulares, das leis naturais, de toda e qualquer dado alheio *enquanto razão de determinação da vontade*. Os desejos meramente particulares, bem como toda a determinação externa, são, em sua totalidade, condicionados, “ignóbeis e perniciosos”, podem ora mover/determinar ora não, podem ora levar ao bem e ora levar ao mal, podem, em muitas situações, fazer com que a ação careça de valor moral.

²⁸⁶ Lembrando que razão pura ao oferecer leis práticas é chamada de razão prática pura; a razão prática pura é uma faculdade capaz de fornecer uma incondicional condição para a *ação voluntária*. A razão pura é prática, ou pode ser prática, no sentido de que ela é uma faculdade legislativa – capaz de oferecer leis ao agir.

Nesse sentido, pela capacidade da razão humana de fornecer a si uma *lei prática*, e o ser humano ser, concomitantemente, autônomo, moral e livre por se *dar*, *adotar* e *seguir* tal lei, uma vontade livre e a vontade submetida a essa lei, são apenas uma coisa só.

Porém, parece surgir aqui uma espécie de círculo vicioso. É comum pressupor não haver liberdade nenhuma na conduta do ser humano, já que este somente é livre ao obedecer a uma lei. É como se a natureza humana estivesse presa a uma espécie de círculo: livre das determinações naturais, livre da ordem das causas eficientes, encontra-se, ao mesmo tempo, submetido às leis morais por atribuir liberdade à sua vontade. Kant fala sobre a possível circularidade em que se encontra a natureza humana na terceira sessão da *Fundamentação*, “Mostra-se aqui – temos que confessá-lo francamente – uma espécie de círculo vicioso [...]” (KANT, 1980a, p. 152). O ser humano se enxerga livre ao agir e, no entanto, também “submetidos” a determinadas leis. Está livre na ordem das causas eficientes, naturais, das paixões e inclinações, para colocar-se submetido às *leis práticas* e, por estar submetido a estas leis, pode, desse modo, atribuir liberdade à sua vontade, ou seja, considerar-se moral e livre.

Se somente ao submeter-se às leis práticas a natureza humana pode atribuir liberdade à sua vontade, pode considerar-se livre, mister se faz compatibilizar o dever e a liberdade humana, concebendo a implicação recíproca entre as leis morais e a liberdade da natureza humana.

É exatamente o que faz Kant: a ação por dever, que confere o valor moral à conduta humana, é apresentada enquanto uma ação mediante a *consciência de uma lei da liberdade*²⁸⁷. A questão é: como Kant concebe a compatibilidade entre dever e liberdade e livra o sujeito agente do suposto círculo?

Para quebrar o círculo, compreendendo a compatibilidade existente entre dever e liberdade, e conceber liberdade à vontade humana, precisamos recorrer à distinção, realizada pelo filósofo na primeira *Crítica*, entre o *mundo inteligível* e o *mundo sensível*, precisamos recorrer ao idealismo transcendental kantiano, o qual é caracterizado, fundamentalmente, pela distinção entre *coisa em si* e *fenômeno*, a distinção entre o objeto do conhecimento e a própria coisa em si. Vejamos.

²⁸⁷ Lembrando que, como diz Kant na segunda *Crítica* (2003a, p. 567), a lei do dever nos permite um acesso mais fácil “na consciência de nossa liberdade”.

Na *Crítica da razão pura* Kant (1983, p. 253) sustenta que só conhecemos os objetos tal como somos afetados por eles, não podemos saber o que eles são em si mesmo, noutras palavras, conhecemos o *fenômeno* das coisas²⁸⁸ e nunca a *coisa em si*:

[...] todos os objetos de uma experiência possível para nós, não passam de fenômenos, isto é, meras representações, que, tal como são representados, como entes extensos ou séries de mudanças, não possuem uma existência fora de nossos pensamentos e fundada em si (idem)²⁸⁹.

Nossas representações jamais poderiam ser das coisas em si mesmas, pois a partir do momento em que as coisas nos aparecem sob a condição subjetiva da nossa sensibilidade, ou seja, sob quadros espaço-temporais²⁹⁰, elas já não são mais em si, mas, apenas são em união com a estrutura sensível do sujeito cognoscente. Segundo Kant, tudo aquilo que *é*, é apenas no espaço e no tempo, o que *é*, é sempre algo que se apresenta ao sujeito cognitivo²⁹¹. Apenas conhecemos das coisas o fenômenos, ou seja,

²⁸⁸ Fenômenos são apresentados na *Crítica da razão pura* (1983, p. 158) enquanto aquilo que pode ser objeto do conhecimento para o entendimento humano quando este atua conjuntamente com a sensibilidade. Conforme explica Kant, a faculdade de conhecimento humana é dividida em dois troncos fundamentais, a saber, sensibilidade e entendimento, que, somente em conexão, podem oferecer um resultado, ou seja, o conhecimento dos objetos fenomênicos.

²⁸⁹ Posição retomada por Kant também nos *Prolegômenos*: “Eu, pelo contrário, afirmo: são-nos dadas coisas como objetos dos nossos sentidos e a nós exteriores, mas nada sabemos do que elas possam ser em si mesmas; conhecemos unicamente os seus fenômenos, isto é, as representações que em nós produzem ao afetarem os nossos sentidos” (KANT, 1988a, p. 58).

²⁹⁰ Vale dizer que o espaço e o tempo são, de acordo com a filosofia especulativa de Kant, as formas *a priori* da intuição sensível – formas *a priori* da constituição sensível da natureza humana. Na estética transcendental, mediante um duplo processo de abstração, primeiro de tudo aquilo que o entendimento pensa com os seus conceitos e, segundo, de tudo o que pertence à sensação, Kant (1983, p. 39) chega ao que ele denomina de as *formas puras da intuição sensível* (o espaço e o tempo), isto é, aquilo que pode fazer com que uma multiplicidade dada receba ordenação mínima. Embora não seja o intuito de Kant tratar do conhecimento especulativo, ou seja, as possibilidades do conhecimento para a natureza humana, o que podemos conhecer das coisas segundo o nosso modo de conhecimento, tal como é o caso da primeira *Crítica*, nas preleções *Sobre a pedagogia*, o filósofo (1999a, p. 64) reforça que “as coisas são feitas de tal modo”, ou seja, o aparato cognitivo humano é constituído de tal maneira que “o entendimento não acontece senão após as impressões sensíveis”, portanto, de acordo com Kant no âmbito das preleções, cabe à memória guardá-las. Como já observamos, a princípio, o mesmo ocorre em relação ao *conhecimento prático*, ou seja, é oferecido uma “matéria moral”, por exemplo, a narração ou apresentação (um exemplo) de uma ação com valor moral, atingindo a visão ou a audição do aluno, para, primeiramente, a composição e conservação da memória.

²⁹¹ Por exemplo: para que eu veja algo, primeiramente, é preciso um espaço e um tempo, no qual se ordenam as impressões sensíveis recebidas. Desse modo, as propriedades dos objetos como o azedo, a cor, bem como a extensão, a quadratura, não existe na própria coisa, não são propriedades intrínsecas à própria coisa em si. Estamos diante, pois, da posição de Kant a qual se difere da postura dos seus precursores, os quais consideraram a existência de entes externos ao menos duvidosa ou, por outro lado, existentes em si mesmo. Vale observar que do *idealismo transcendental* kantiano, ou seja, da distinção entre coisa em si e fenômeno, da distinção entre o objeto do conhecimento e a própria coisa em si, segue-se um *realismo empírico*, afinal Kant não nega as coisas que nos aparecem no espaço e no tempo, em Kant algo *é* – mesmo não sendo em si mesmo como nos aparece, mesmo que em si nos seja incognoscível. O filósofo, em seu pensamento especulativo, estabelece a existência externa de algo, a saber, o fenômeno – há o testemunho da presença do objeto, embora ele não seja em si tal qual nos

segundo o nosso modo de concebê-las, não em si mesmas; o que há na coisa em si, separadamente de toda nossa sensibilidade receptiva, permanece-nos desconhecida²⁹².

Porém, de acordo com a filosofia especulativa kantiana, é necessário admitir atrás do fenômeno o que não é fenômeno e sim a coisa em si. Daqui resulta a distinção de um *mundo sensível* ou fenomênico, o qual pode variar conforme a diferença de sensibilidade dos diversos seres humanos, e um *mundo inteligível* ou numênico, o da coisa em si, a base do mundo sensível, permanecendo sempre idêntico.

Nesse sentido, a natureza humana, o ser sensível e racional, situa-se numa dupla possibilidade: uma perspectiva fenomênica (mundo sensível) e outra perspectiva numênica (mundo inteligível). Como explica Kant (1993, p. 263), o ser humano não é um mero produto da natureza, estando submetido somente às leis da mecânica, da natureza, o ser humano pertence aos dois mundos sensível e racional; em sua porção racional está o substrato supra-sensível da natureza humana.

A natureza humana é mera percepção e receptividade das sensações no mundo sensível, se considerado a sua sensibilidade, sendo pura atividade, isto é, aquilo que chega à consciência não por intermédio dos sentidos, no mundo inteligível, se considerado a sua racionalidade. Noutras palavras, o ser humano, além de seu sujeito fenomênico, apresenta uma outra constituição em sua base, o seu EU como ele é em si, isto é, não afetado pelos sentidos, sensações ou sensibilidade. A natureza humana, para Kant, se é racional além de sensível, situa-se também na perceptiva numênica ou inteligível.

aparece. Fato que os demais “idealistas” não estabeleceram. Temos em Kant um realismo empírico, pois Kant (1983, p. 208) estabelece a realidade de um objeto, mesmo sendo uma *realidade percebida*: a percepção é aquilo pelo qual a matéria deve ser primeiramente dada para que possamos pensar os objetos da intuição sensível, tomemos, por exemplo, as percepções da dor e do prazer – percepções do sentido interno, bem como as percepções como as cores, o calor, a quadratura – percepções do sentido externo. Eis uma peculiaridade do idealismo da *Crítica da razão pura*. O idealismo transcendental unido ao realismo empíricos caracterizados na *Crítica da razão pura* aponta-nos que nenhuma propriedade que atribuímos às coisas é propriedade das coisas em si mesmas, mas antes do seu fenômeno, por exemplo, a mesa, a cadeira bem como todo objeto externo, apenas possui sentido (atributos) mediante a relação com a estrutura sensível do homem. Portanto, do idealismo transcendental kantiano, caracterizado, fundamentalmente, pela distinção ente fenômeno e coisa em si, decorre o realismo empírico – pois algo é, algo existe empiricamente; não conhecemos a própria coisa, porém, conhecemos empiricamente algo, a saber: o fenômeno.

²⁹² Nota-se que Kant não nega a existência da coisa em si, mas o que quer que ela seja não podemos conhecê-la, pois o nosso modo de conhecer não nos permite. Como explica o filósofo: “Por conseguinte, admito que fora de nós há corpos, isto é, coisas que, embora nos sejam totalmente desconhecidas quanto ao que possam ser em si mesmas, conhecemos mediante as representações que o seu efeito sobre a nossa sensibilidade nos proporciona, coisas que damos o nome de um corpo, palavra essa que indica apenas o fenômeno deste objeto que nós é desconhecido, mas, nem por isso, menos *real*” (KANT, 1988a, p. 58). Grifo nosso.

Queremos apontar aqui que a compatibilidade entre *dever* e *liberdade* ocorre, segundo Kant, precisamente na duplicidade fundamental na qual o ser humano se encontra – além de seu sujeito fenomênico, o ser humano apresenta uma outra constituição em sua base, de seu EU como é em si, isso graças à sua racionalidade²⁹³. Nas palavras do filósofo:

Como ser racional e, portanto, pertencente ao mundo inteligível, o homem não pode pensar nunca a causalidade de sua própria vontade senão sob a idéia de liberdade, pois que a independência das causas determinantes do mundo sensível (independência que a razão tem sempre de atribuir-se) é liberdade (KANT, 1980a, p. 154).

A independência de determinação das causas do mundo fenomênico, ou seja, das sensações, sentimentos, afecções, paixões, toda e qualquer sensibilidade, empiria e exterioridade, é liberdade. Por liberdade, em sentido prático ou positivo, a vontade humana pode ser imediatamente movida pela *lei do dever*.

De acordo com Kant (1983, p. 152), compreendendo a compatibilidade entre dever e liberdade, não haverá então a suspeita de um suposto círculo ao qual o ser humano poderia estar sujeito, pois, quando nos pensamos livres pertencemos ao mundo inteligível, sendo assim, a lei do dever não se manifesta como uma mera obrigação ou imposição, e sim, como uma lei que seguimos naturalmente, isto é, um querer racional.

No entanto, de fato estamos “submetidos” à lei do dever por pertencemos também ao mundo dos sentidos: quando nos pensamos como meramente obrigados pertencemos ao mundo sensível, ainda que ao mesmo tempo ao mundo inteligível, quando então nos pensamos como livres – enquanto inteligência, o ser racional pensa-se como membro de mundo supra-sensível, dotado de causalidade livre.

Dito de outro modo, quando os seres humanos se pensam como livres, neste momento, por sua constituição racional, pertencem a um mundo inteligível e não têm a lei do dever-ser como uma mera coação, mas, ao contrário, seguem-na naturalmente, por querer – *o querer racional*. Vale observar que assim seria, isto é, não haveria a necessidade do conceito de dever, caso a natureza humana fosse pura razão, já que não

²⁹³ Do mundo inteligível, o qual o ser humano por sua faculdade racional assume, ele nada sabe, a não ser que a razão pura é capaz de estabelecer leis: leis do dever – tudo o que deve acontecer necessariamente do ponto de vista da moralidade. A razão pura oferece indícios de um mundo inteligível, permitindo somente “conhecer” uma coisa dele, a saber, uma *lei* – assim, a razão pura é também *prática*. A liberdade em Kant seria um conceito problemático se a razão não tivesse outro uso ou interesse além do seu uso especulativo/teórico.

haveria qualquer determinação sensível para desviá-la do seu motivo moral. No entanto, a natureza humana na verdade está submetida à lei, ou seja, há a necessidade da noção do dever por também ser uma natureza afetada pela sensibilidade. Quando os agentes se pensam como submetidos, pertencem a um mundo sensível, ainda que ao mesmo tempo a um mundo inteligível, quando então se pensam como livres. Como explica Rohden:

Segundo essa teoria da liberdade, fundada na teoria de um duplo ponto de vista, enquanto membro de um mundo inteligível, *Sollen* (o dever) é necessariamente um *Wollen* (um querer); mas *Sollen* significa também que o homem se considera ao mesmo tempo membro de um mundo dos sentidos, onde o querer racional é visto como dever e obrigação. (ROHDEN, 1997, p. 84).

Desse modo, o ser humano situado nessa dupla condição, será livre quando *quiser* aquilo que é o seu dever, pois enquanto um ser (também) racional, a natureza humana pertence a um mundo inteligível no qual o *dever-ser* apresenta-se ao mesmo tempo como um querer que se encerra em liberdade.

Observamos aqui a distinção entre um *querer dos desejos*: vontade/*Willkür*, o sujeito sensível – fenomênico; e o *querer da vontade*: vontade/*Wille*, o sujeito racional – numênico.

O querer dos apetites sensíveis, embora sejam queridos pelos seres humanos, são, na maioria das vezes, provocados por objetos externos, se não houver a presença do objeto externo ou se o ser humano não for afetado por ele de algum modo, a natureza humana, em diversas situações, pode deixar de realizar o que, do ponto de vista moral, é *necessário*²⁹⁴. O querer da vontade, a boa vontade ou querer racional, por sua vez, não se apresenta ou é movida a partir de nenhum outro elemento senão a própria força moral, ou seja, a fortaleza moral que, conforme exposto, significa a *virtude humana*²⁹⁵, o que envolve o caráter, a moralidade, a liberdade, a pessoa.

A liberdade em Kant não é entendida como a capacidade de realizar o que se quer ou deseja apenas subjetivamente, vale dizer, particularmente, de submeter-se às inclinações do eu sensível – o querer dos desejos; quanto mais forte for a necessidade de satisfazer as inclinações, as afecções ou as paixões, de acordo com o filósofo, tanto menos se é livre.

²⁹⁴ O mesmo não ocorre com o *princípio do dever* uma vez despertado à natureza humana.

²⁹⁵ Capítulo III: “Virtude é a fortaleza moral da vontade” (KANT, 2004b, p. 40); “[...] a virtude é a fortaleza moral da vontade de um *homem* no cumprimento do seu *dever* [...]” (idem); “A virtude é a força da máxima do homem no cumprimento do seu dever” (KANT, 2004b, p. 29).

Se o ser humano pertencesse somente à perspectiva inteligível, suas ações estariam sempre em acordo com as leis práticas, ou seja, realizaria, sem os possíveis desvio da sensibilidade tudo o que deve, necessariamente, ser do ponto de vista da moralidade, no entanto, como a natureza humana pertence também à perspectiva sensível, as suas ações possuem o dever de estar em acordo com elas: ação por dever, o querer racional – reconhecimento, respeito e adoção das leis práticas. Em última instância, se há a preocupação moral, a preocupação com o *valor* da ação, ao investigar as razões da ação, tendo em vista a constituição dual da natureza humana, há o dever.

Ademais, como veremos, a liberdade apresenta-se em Kant enquanto o fim último ou destinação da natureza humana, o ser humano é, para o filósofo, o *ser da liberdade*. A natureza humana, de acordo com Kant (1999a, p. 14), necessita da educação dada a sua *racionalidade* e a sua *destinação à liberdade*, a mesma necessidade não há, por exemplo, para o caso do animal irracional, devido ao seu instinto, o animal irracional é por si só, sem a necessidade do auxílio do outro, tudo o que pode ser.

Na filosofia prática de Kant, cuidar da formação moral significa, em suma, cuidar da *Humanidade*, o que também envolve a sua racionalidade, moralidade, liberdade próprios à natureza humana²⁹⁶.

É válido observar, nesse momento, que a liberdade, conforme concebida por Kant, é a chave para a explicação da *autonomia da vontade*, afinal, o agente estará sujeito apenas a sua própria legislação. Como explica Höffe:

O conceito de liberdade independente de toda causalidade, determinação alheia, se da a si mesma a sua lei. Em consequência o princípio de todas as leis morais consiste em autonomia, na autolegislação do querer (HÖFFE, 1986, p. 186).

De acordo com o pensamento prática kantiano, o ser humano é autônomo por ser capaz de oferecer a si uma lei prática, sendo livre por seguir, por *querer seguir*, essa lei, ainda que dada a dualidade, sensível e racional, da natureza humana, segue-se a

²⁹⁶ Nas preleções *Sobre a pedagogia*, não são poucos os momentos nos quais Kant ressalta a relação entre a *moralidade*, *liberdade* e *educação*. Vejamos alguns momentos: “O primeiro período para o educando é aquele em que deve demonstrar sujeição e obediência passivamente; no segundo, lhe é permitido usar sua reflexão e sua liberdade, desde que se submeta uma e outra a certas regras. No primeiro período, o constrangimento é mecânico; no segundo, é moral” (KANT, 1999a, p. 30). “Um dos maiores problemas da educação é poder conciliar a submissão ao constrangimento das leis com o exercício da liberdade” (*Ibidem* p. 32). “De que modo, porém, cultivar a liberdade? É preciso habituar o educando a suportar que sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo dirija corretamente a sua liberdade. Sem essa condição, não haverá nele senão algo mecânico; e o homem, terminada a sua educação não saberá usar a sua liberdade” (*Ibidem* p. 33).

sua lei por dever. Uma vez desenvolvida a capacidade prática da sua razão, o princípio prático pode estar na base de toda a ação humana, do mesmo modo como a lei natural está na base dos fenômenos.

A moral kantiana consiste no dever, no reconhecimento, respeito e adoção das leis do dever que, por sua vez, resume-se em uma *lei da liberdade*. Por tal lei todo o agir humano pode apresentar o seu valor, para Kant, de longe o maior – o *valor moral*. A natureza humana pode considerar-se moral, autônoma e livre, pois não precisa remeter a mais ninguém o poder de legislar, ou seja, de oferecer um princípio para determinar as suas ações, o seu agir, a sua conduta; por si mesmo, o ser humano é capaz de se dar os princípios mais elevados para a orientação da sua vida e, por querer, seguir esse princípio. Sendo assim, dever e liberdade implicam-se reciprocamente.

Apenas quando se sabe que a ação é realizada segundo o princípio prático fundamental (formal ou material) é que se age com *liberdade*. Vale dizer que, de acordo com Kant (1993, p. 271), a capacidade de agir segundo um princípio prático fundamental material, ou seja, o dever de virtude, nos autoriza pensar a natureza humana enquanto o fim terminal da criação, o que ocorre pela capacidade da natureza humana de se propor e assumir fins. Para o filósofo, somente a natureza humana é capaz de propor e assumir a si algo como fim – “Posso, sem dúvidas, ser por outros obrigado a realizar acções que se dirigem como meios a um fim, mas nunca a *propor-me um fim*, antes só eu posso propor-me algo como fim” (KANT, 2004b, p 15). Além da capacidade de se propor e assumir fins, Kant especifica que a natureza humana é capaz de selecionar os seus fins, isso significa a capacidade de se propor e assumir *fins morais*, segundo Kant, *liberdade*. Isso nos remete, ademais, à natureza humana enquanto o ser da liberdade.

Somente quando se segue a razão prática, ou seja, se dar o princípio e adotá-lo, o que habilita o indivíduo a fazer uma *escolha moral*, é que se possui liberdade. Em Kant não é possível falar em liberdade quando se segue, por exemplo, apenas um interesse particular, neste caso, o que prevalece nunca é a razão/motivo moral, mas sim, uma intenção egoísta, segundo o filósofo, o egoísmo não é compatível com a liberdade. Ir além do interesse próprio, isto sim, segundo Kant, requer liberdade. Kant alia a *lei da conduta moral* com a *liberdade*, a *formação moral* com a *emancipação*.

Uma vez exposto as relações entre moralidade e liberdade de acordo com algumas partes do pensamento prático kantiano, examinaremos agora o que podemos entender, na filosofia de Kant, enquanto o *fim* ou a *destinação* da natureza *humana*; uma

tentativa de compreender a educação, de acordo com a concepção do filósofo de educação, como um dos caminhos ou meios para alcançar esse fim, isto é, formar moralmente significando a efetivação ética e o alcance da destinação da natureza humana. Também, uma das razões pelas quais o processo educacional pode e deve atentar-se ao desenvolvimento moral do ser humano, vale dizer, atentar-se para as outras dimensões da natureza humana.

Formar moralmente pode implicar na ação ética, um tipo de ação imprescindível ao ser humano em suas diversas atuações: políticas religiosas, sociais, educacionais (...); bem como, a ação ética, pode realizar o próprio fim do ser humano. Queremos compreender: a educação para a moralidade, isto é, *para o fim ou destinação da natureza humana*.

4.3 O ser moral e livre: da educação enquanto um caminho para o fim da natureza humana

Na *Doutrina do Método* da terceira *Crítica*²⁹⁷, Kant interessa-se também pelo ser humano em sua dimensão moral. Nesse momento, o filósofo apresenta a ideia do ser humano enquanto o fim terminal da natureza, porém, realiza essa afirmação com a ressalva de que somente podemos conceber a natureza humana como um fim terminal sob a ideia da liberdade, ou seja, sob a condição moral e livre do ser humano. Parte do percurso de Kant na *Doutrina do método da faculdade de juízo teleológica*, se refere a um fim terminal da natureza, a saber, o ser humano, porém, somente em sua moralidade e liberdade.

Se podemos conceber o ser humano como o fim terminal da natureza somente sob a condição da liberdade, isto é, sob a sua capacidade moral e livre, então talvez seja correto compreendê-lo enquanto *o ser da liberdade*, ou seja, pensar o fim da natureza *humana* em sua própria liberdade. Afinal, para designar o fim terminal da humanidade, Kant não o faz pelas habilidades (conhecimentos) ou pela prudência (civildade), mas antes pela moralidade (moralidade e liberdade); para designar o fim

²⁹⁷ Do uso teleológico da faculdade do juízo: a teleologia, de acordo com Kant (1993, p. 257), possui o interesse nos produtos da natureza e as suas respectivas causas/fundamentos, fora e acima da natureza; o princípio teleológico parte da natureza para as suas causas/fundamentos.

terminal da humanidade, o ser humano moral e livre se faz presente necessariamente²⁹⁸. Além das suas habilidades e da sua prudência, conforme explica Menezes (2010, p. 123), o ser humano para Kant apresenta um alvo, o seu fim, muito maior, a saber: a moralidade e a liberdade.

Assim, a teleologia – da natureza para as suas causas/fundamentos – no âmbito da terceira *Crítica*, designa a moralidade e liberdade do ser humano enquanto o seu *fim*, do mesmo modo o coloca na condição de fim terminal da natureza. Para compreendermos essa posição, devemos, nesse momento, entender o que o filósofo chamou de ‘fim’ e de ‘fim terminal’ na *Crítica da faculdade do juízo*. Vejamos.

Segundo Kant (1993, p. 266): chama-se *fim*, o efeito representado, isto é, o que se espera, quer ou deseja da ação, cuja representação é, ao mesmo tempo, o fundamento de determinação para a causa inteligente atuante. Vale dizer que, para o caso das ações humanas, a causa inteligente atuante é o próprio ser humano – a sua razão e vontade²⁹⁹. Nesse sentido, de acordo com Menezes (2010, p. 105) “o conceito de fim (*Zweck*) é, primeiramente, prático” afinal “o “poder dos fins” é a vontade”.

O fim – efeito representado que é, ao mesmo tempo, fundamento de determinação – pode estar na própria causa inteligente atuante, ou seja, o fim está nela mesma ou é dependente apenas dela própria e, se assim for, de acordo com Kant, não se resume apenas a um fim, mas também um *fim terminal* (*Endzweck*) – “um *fim terminal* é aquele que não necessita de nenhum outro fim como condição de sua possibilidade” (KANT, 1993, p. 275); ou o fim pode encontrar-se fora da causa inteligente atuante, por exemplo, em um outro ser humano ou em um outro ser da natureza, nesse caso, o fim não se caracteriza como um fim terminal, mas sim e, necessariamente, será um fim que é ao mesmo tempo meio, ou seja, o fim é, ao mesmo tempo, meio para outra coisa qualquer³⁰⁰.

²⁹⁸ Em favor dessa posição nos baseamos na interpretação de Höffe no artigo *O ser humano como fim terminal: Kant, Crítica da faculdade do juízo*, §§ 82-84.

²⁹⁹ A vontade, no pensamento moral kantiano, é apontada enquanto uma faculdade de ação (que faz agir) capaz de mover o ser humano segundo a representação de uma lei e não somente enquanto uma faculdade de ação que, necessariamente, age apenas em acordo com representações de objetos externos. Vale lembrar: “Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade” (KANT, 1980a, p. 123). Desse modo, a vontade, para Kant, é uma faculdade de ação mediante a representação de normas, regras, leis.

³⁰⁰ Faggion aponta que: “‘Fim terminal’ é a tradução de Valério Rohden e Antônio Marques para ‘*Endzweck*’ [...]. A opção de tradução se justifica porque “End”, em alemão, significa o “fim”, no sentido de um “termo” ou “final” de uma série, ao passo que “Zweck” é o “fim”, no sentido de um “objetivo”, “intenção” ou “finalidade”. O “Endzweck” é, portanto, um fim incondicionado ou sem outro fim como condição. Este fim, para Kant, é o homem sob leis morais” (FAGGION, 2009, p. 149).

Para Kant (1993, p. 271), o único ser na terra que pode ser um fim terminal, ou seja, o fim está na própria causa inteligente atuante ou é dependente apenas dela própria, é o *ser humano*³⁰¹. O ser humano, é o único ser na terra que possui razão e uma faculdade voluntária, conseqüentemente, pode (*voluntariamente*) agir por si só e colocar-se fins independentemente de qualquer outro ser, ou seja, propor e assumir fins sem dependência do outro. Nas palavras de Kant:

Ora, nos temos somente uma única espécie de ser no mundo, cuja causalidade é dirigida teleologicamente, isto é, para fins, e todavia de tal modo constituída que a lei segundo a qual ela, determina fins, é representada por eles próprios como incondicionada e independente de condições naturais, mas como necessária em si mesma. Esse ser é o homem [...] o único ser da natureza no qual podemos reconhecer, a partir da sua própria constituição, uma faculdade supra-sensível (a liberdade) (KANT, 1993, pp. 275-6).

Sobre a capacidade de se propor e assumir fins, conforme já exposto, de acordo com Kant (2004b, p. 15), é algo próprio da natureza humana, somente o ser humano, graças a sua constituição sensível e racional, pode propor e assumir algo sendo o seu fim. Na terceira *Crítica*, Kant (1993, 272) também apontou a habilidade de se colocar fins em geral sendo uma aptidão própria da natureza humana, isto é, uma condição subjetiva própria do indivíduo – a aptidão de se colocar fins em geral, independentemente de qualquer outro na determinação dos fins.

Lembrando que somente a natureza humana é capaz de se propor e assumir os *seus* fins, isto posto, podemos dizer que o próprio ser humano pode se colocar na condição de fim terminal da natureza – “aquilo que ele próprio tem que *fazer* para ser fim terminal” (KANT, 1993, p. 271)³⁰², bem como de se colocar um fim terminal à sua própria existência (o fim terminal da natureza *humana*), uma vez que, por sua razão e vontade, é capaz, não apenas de se colocar e escolher fins em geral, mas também de *selecionar* os seus fins.

No entanto, o ser humano, por si só, pode não desenvolver a habilidade de propor e assumir os seus fins em geral, do mesmo modo pode não desenvolver a capacidade de se colocar, selecionar, adotar e determinar os seus fins (certos fins), isto

³⁰¹ Na *Crítica da razão pura* – “*Arquitetônica da razão pura*”, Kant também nos fala sobre um fim terminal o diferenciando de todos os fins ditos subalternos, aponta, nesse momento, que no fim terminal está toda a *destinação* do ser humano e “a filosofia sobre ela se chama moral”. Desse modo, no âmbito da primeira *Crítica*, o fim terminal é uma parte importante da filosofia prática.

³⁰² *Grifo acrescentado.*

significa, no âmbito da terceira *Crítica*, não *fazer* o que tem que ser feito para ser um fim terminal da natureza ou efetivar o fim terminal da sua existência. Notamos aqui o processo de desenvolvimento da Humanidade expresso em seu *fim* – o fim da ação e o fim da existência humana.

De acordo com Kant (1993, p. 272), a formação da habilidade dos seres humanos, a produção de uma aptidão para fins desejados em geral, é a *cultura*³⁰³.

Nota-se que acerca da formação ou cultura das habilidades, há o acordo entre as obras *Crítica da razão pura* – “Este propósito prático é ou o da habilidade ou o da *moralidade*; a primeira refere-se a fins quaisquer e contingentes, a segunda, no entanto, a fins absolutamente necessários” (KANT, 1983, p. 401); *Crítica da faculdade do juízo* – “Decerto a cultura da habilidade <*Geschicklichkeit*> é a condição subjetiva preferencial da aptidão para a promoção dos *fins em geral*”³⁰⁴ (KANT, 1993, p. 272); posteriormente, com a *Sobre a pedagogia* – “A cultura é a criação da habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os *fins* que almejamos”³⁰⁵ (KANT, 1999a, pp. 25-26).

A questão que levantamos é: no âmbito da terceira *Crítica*, ser capaz de propor e assumir fins em geral, significa *fazer o que tem que ser feito* para ser um fim terminal da natureza ou efetivar o fim terminal da existência humana?³⁰⁶

Sabemos que, no âmbito da *Sobre a pedagogia*, para a plena formação do ser humano, não basta o desenvolvimento e cultivo somente das habilidades, a educação/formação integral, de acordo com o filósofo, envolve a formação mecânico-escolástica: habilidades, qualidades e capacidades; a formação pragmática: prudência/civilidade; e, por fim, a formação moral: caráter, virtude, pessoa.

Ainda de acordo com as preleções *Sobre a pedagogia*, para a última etapa da educação prática, ou seja, o desenvolvimento moral, acerca dos fins propostos e assumidos, os fins da ação, sabemos que o fim proposto e assumido deverá ser,

³⁰³ Segundo Oliveira (2004, p. 456), os termos *Bildung* e *Kultur* por vezes são usados como sinônimos por Kant, em nossas investigações também compreendemos, em várias ocasiões, a utilização dos termos, pelo filósofo, enquanto sinônimos.

³⁰⁴ *Grifo acrescentado.*

³⁰⁵ *Grifo acrescentado.*

³⁰⁶ No âmbito da *Crítica da faculdade do juízo* há a problemática de um fim terminal da natureza, a saber, o próprio ser humano, bem como um fim terminal da natureza humana, que se encerra na moralidade, isto é, na condição moral e livre da natureza humana. Com as preleções *Sobre a pedagogia* temos presente a problemática da *plena* formação da natureza humana que, como vimos, também se encerra na moralidade, no ser humano moral e livre – a moralidade para que o ser humano possa atingir a sua plena formação e destinação, conforme posto na *Sobre a pedagogia* ou, conforme expresso no âmbito da terceira *Crítica*, ser o fim terminal da natureza e atingir o seu próprio fim.

necessariamente, um *bom fim*³⁰⁷. Na terceira *Crítica*, para que o ser humano possa ser considerado o fim terminal da natureza ou efetivar o fim terminal da sua própria existência, o filósofo também afirma que não se trata de todo e qualquer fim proposto e assumido ou somente de uma aptidão para poder eleger e adotar fins em geral, como aponta Martins: “a própria existência humana não pode ser considerada um fim terminal pela *satisfação material de suas necessidades*” (MARTINS, 2012, p. 117)³⁰⁸.

O desenvolvimento das habilidades possibilita o ser humano eleger e atingir os fins que ele quer para si; a formação moral, por sua vez, possibilita a escolha apenas dos bons fins. Como explica Bueno:

Essa prática tem a ver com as escolhas que o ser humano faz. Nesse estágio do processo educacional, o foco não é a habilidade para se alcançar fins, mas a educação para que o homem possa escolher fins que possam ser considerados bons (BUENO, 2012, p. 174).

Sendo assim, será preciso não apenas a *cultura da habilidade*, a aptidão para a promoção de fins em geral, mas também o que o filósofo chamou, na *Crítica da faculdade do juízo*, de *cultura da disciplina*³⁰⁹, ou seja, a própria disciplina, o primeiro momento da educação prática, exposta pelo filósofo na *Sobre a Pedagogia*.

De acordo com Kant (1993, p. 272), a cultura ou formação da habilidade desenvolve somente a aptidão para fins em geral, isto é, apenas a aptidão para todo e qualquer fim que o ser humano almeja ou poderá almejar, não sendo, portanto, suficiente para guiar a vontade, por si só, na escolha ou seleção, por decisão e determinação dos seus fins, a cultura da disciplina será aqui também necessária.

No âmbito da terceira *Crítica* a disciplina é igualmente apenas negativa e

[...] consiste na libertação da vontade em relação ao despotismo dos desejos, pelos quais nós nos prendemos a certas coisas da natureza e somos incapazes de escolher por nós mesmos, enquanto permitimos que os impulsos sirvam para nos prender, os quais a natureza nos forneceu como fios condutores para não descurarmos em nós a determinação da animalidade ou não a ferirmos, já que somos até suficientemente livres para a atrair ou abandonar, prolongá-la ou

³⁰⁷ Sobre o *fim moral*, conforme desenvolvido na *Metafísica dos costumes*, um fim que é, ao mesmo tempo, dever – fim da ação enquanto dever de virtude; na *Sobre a pedagogia*, um fim aprovado por todos e que pode ser, ao mesmo tempo, o fim de cada um.

³⁰⁸ Grifos acrescentados.

³⁰⁹ Cf. KANT, 1993, p. 272.

encurtá-la, segundo aquilo que exigem os fins da razão (KANT, 1993, p. 272)³¹⁰.

Kant (1993, p. 274), ainda diz que disciplina das inclinações, dos meros desejos, dos impulsos, os quais “dificultam o desenvolvimento da humanidade”, é necessária, precisamente, para que os seres humanos possam se tornar “*receptivos para uma formação que nos pode fornecer fins mais elevados*”. Vemos aqui que a disciplina, com o intuito de que a natureza humana possa se reconhecer como o fim terminal da natureza e, igualmente, atingir o fim terminal da sua própria natureza, é também, como exposto na *Sobre a pedagogia*, um momento preliminar para o que pode se seguir, ou seja, a formação e efetivação da moral e da liberdade, a criação do caráter, o desenvolvimento da pessoa, possíveis via a completa educação³¹¹. Uma formação que, ademais, fornece aos seres humanos a possibilidade de eleger e selecionar os seus fins, eleger e determinar-se por fins mais elevados, de acordo com a filosofia kantiana, *fins morais*. Conforme explica Menezes:

O segundo tipo de cultura é a cultura da disciplina (*Kultur der Zucht [Disziplin]*). As inclinações dificultam muito o desenvolvimento da humanidade, porque atrapalham os homens em seu afã de estabelecer fins. Logo, impõe-se uma disciplina especial como condição necessária a essa atividade. A segunda forma de cultura é negativa e consiste na liberação da vontade face ao despotismo dos desejos.

Na terceira *Crítica*, bem como na *Sobre a Pedagogia*, as habilidades dizem respeito à possibilidade de propor todo e qualquer fim, a disciplina, por sua vez, se faz necessária, no primeiro momento, para que, uma vez domada a animalidade ou a rudeza no ser humano, seja possível, no segundo momento, a *escolha e determinação* somente dos/pelos *bons fins*, fins morais e mais elevados – para que se promova o fim terminal da natureza e da natureza humana, do mesmo modo, para a possibilidade da inteira formação do ser humano³¹².

³¹⁰ Temos aqui a necessidade da *Educação*, embora exposta apenas de modo inicial, enquanto disciplina.

³¹¹ No âmbito da *Crítica da faculdade de julgar*, Kant aponta a necessidade da disciplina para domar a inclinação e alcançar a liberdade; na *Sobre a Pedagogia*, o filósofo aponta a disciplina enquanto um momento preliminar e necessário para alcançar a destinação humana, as saber, a liberdade. Temos assim, no que diz respeito ao momento da educação denominado de disciplina, o acordo entre as duas obras analisadas.

³¹² Acerca da *disciplina* e da *moralidade*: “No primeiro momento o constrangimento é mecânico; no segundo é moral” (KANT, 1999a, p. 30). Num primeiro momento a determinação da ação pode ser mecânica, posteriormente, a determinação ou razão da ação, é moral – por razões morais.

Nesse sentido, formando moralmente, enxergamos a educação enquanto um caminho para o possível fim terminal da natureza (ou da criação), da mesma forma para o próprio fim terminal da natureza *humana*, além da própria moralidade, o próprio valor moral das ações, afinal:

[...] só no homem – mas também neste somente como sujeito da moralidade – se encontra a legislação incondicionada relativamente a fins, a qual por isso torna apenas ele capaz de ser um fim terminal (KANT, 1993, p. 276).

Portanto, o ser humano apenas pode ser um fim terminal da natureza na qualidade de *ser moral e livre* – o fim da sua existência³¹³, propondo e assumindo fins mais elevados, fins incondicionados, isto é, quando houver um fim específico determinado à ação, necessariamente, que se trate de fins que são ao mesmo tempo deveres, eis a legislação (auto-legislação) universal e incondicionada relativa a fins.

Daqui decorre a possibilidade de um fim terminal da natureza – o próprio ser humano – o único ser na terra capaz, dada a sua racionalidade e faculdade voluntária, de agir segundo fins dados e assumidos por si só, a possibilidade apenas da escolha por bons fins³¹⁴ e o fim terminal da natureza humana – a moralidade e liberdade, o que, segundo Kant (1993, p. 283), implica em um valor absoluto da humanidade.

Importa ressaltar que a possibilidade de um fim terminal da natureza, do mesmo modo o próprio fim terminal da natureza humana (ou a sua destinação), não se expressa pela faculdade do conhecimento do ser humano, também não está na mera relação dos sentimentos de prazer ou bem-estar. A possibilidade de um fim terminal da natureza e o próprio fim terminal da natureza humana, se expressam a partir da faculdade prática da razão humana, no seu agir e em suas ações segundo princípios, em suma, em sua moralidade e liberdade.

De acordo com Kant na terceira *Crítica*:

Por isso é somente a faculdade de apetição, mas não aquela que o torna dependente da natureza (através dos impulsos sensíveis), nem aquela em relação à qual o valor da existência assenta no que ele recebe e goza, mas sim o valor que somente ele pode dar a si próprio, e que consiste naquilo que ele faz, no modo e segundo que princípios

³¹³ Cf. KANT, 1993, p. 277.

³¹⁴ Lembrando que isso significa também criar um caráter.

ele atua, não enquanto membro da natureza, mas na *liberdade* da sua faculdade de apetição, isto é, só uma boa vontade é aquilo pelo qual unicamente a sua existência pode ter um valor absoluto e em relação ao qual a existência do mundo pode ter um *fim terminal* (KANT, 1993, p. 283).

Em alguns momentos na *Sobre a pedagogia*:

A disciplina é o que impede ao homem de desviar-se de seu *destino*, desviar-se de sua humanidade (KANT, 1999a, p. 12).
 [...] desenvolver a humanidade a partir dos seus germes e fazer com que o homem atinja a sua *destinação* [...] O homem, pelo contrário, é obrigado a tentar conseguir o seu *fim* [...] o indivíduo humano não pode cumprir por si só a sua *destinação* (idem, p. 18).
 [...] segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a idéia de humanidade e de sua inteira *destinação* (idem, p. 22).
 [...] a perfeição a que está *destinada* a humanidade e para qual esta tem as disposições (idem, p. 23)³¹⁵.

Portanto, de acordo com Kant, somente o ser humano, moral e, conseqüentemente, livre, pode ser *fim terminal*, do mesmo modo, reconhecer e efetivar o seu próprio *fim* ou *destinação*.

Acerca do fim terminal da natureza humana ou a sua destinação, Höffe (2009 p. 22), esclarece que o ser humano na condição de *fim terminal* “fim nele mesmo” exposto por Kant na terceira *Crítica*, dispõe das mesmas características do ser humano enquanto *fim em si* mesmo desenvolvido, anteriormente, pelo filósofo na *Fundamentação da metafísica do costumes*. O fim em si apresentado por Kant na ocasião de sua *Fundamentação*, diz respeito a um fim que não é, ao mesmo tempo, um meio para tal ou tal coisa, trata-se de um simples fim – um fim em si mesmo – o qual apresenta em si mesmo um valor absoluto, íntimo e não relativo. Porém, na *Crítica da faculdade do juízo* o ser humano é abordado junto da totalidade da natureza, totalidade que não era do interesse da filosofia moral pura.

Cabe ainda dizer que, de acordo com Höffe (2009, p. 20), o fim terminal de toda a criação está no ser humano, nesse sentido, “o ser humano como ser moral e, por conseguinte, como ser da liberdade, é o senhor da natureza”, mas

[...] isso não significa certamente que a natureza toda seja apenas um meio de satisfação das necessidades e interesses humanos. Ao contrário de uma instrumentalização de toda a natureza como um

³¹⁵ Grifos acrescentados.

autoprivilegiamento ‘egoísta’ simultâneo da espécie humana, o homem não vale como tal, mas apenas o ser moral enquanto fim terminal (HÖFFE, 2008, p. 19).

O ser humano enquanto fim terminal, ou fim em si mesmo, está, precisamente, no agir fundado (sempre) em *princípios*, o que resulta, ademais, na liberdade e no valor absoluto da humanidade. Nas palavras de Kant:

O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem um *preço venal*; aquilo que, mesmo sem pressupor uma necessidade, é conforme a um certo gosto, isto é, a uma satisfação no jogo livre e sem finalidade das nossas faculdades anímicas, tem um *preço de afeição ou de sentimento* (*Affektionspreis*); aquilo porém que constitui a condição só graças à qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem somente um valor relativo, isto é, um preço, mas um valor íntimo, isto é, *dignidade* (KANT, 1980a, p. 140).

Segundo Kant, a moralidade, conseqüentemente, a liberdade, o caráter, a virtude, é a condição (única) para fazer do ser humano, ser sensível e racional, um fim em si ou, conforme proposto na terceira *Crítica*, terminal.

Queremos reforçar que a moralidade em Kant, a condição direta para que possamos pensar o ser humano enquanto o fim terminal da natureza³¹⁶ e, da mesma maneira, conceber o próprio fim ou destinação humana, é possível de acordo com a concepção do filósofo de educação.

A educação para Kant é capaz de preparar o ser humano para as suas ações morais no mundo, implicando: i) formar para a moralidade e efetivar a ética – a ação em geral com valor moral, ii) reconhecer o ser humano como o fim terminal da natureza – o único fim em si mesmo, iii) alcançar o próprio fim da natureza humana – a moralidade e a liberdade.

A partir do pensamento e do projeto filosófico de educação de Kant, enxergamos a possibilidade e oportunidade de formação plena do ser humano, uma formação que traz à luz a sua *Humanidade*: habilidade, prudência e moralidade. Portanto, a completa educação em Kant, formando também moralmente, reflete na

³¹⁶ O ser humano será capaz de agir no mundo de modo a realizar/fazer o que é *necessário* para ser o fim terminal da natureza, ou seja, o ser humano enquanto fim em si mesmo. Vale reforçar que a natureza humana apresenta-se como um fim em si mesmo mediante a escolha dos seus fins, bem como por poder não se servir de si e nem dos outros enquanto meio para isso ou aquilo outro.

formação para o fim ou a destinação do ser humano. Vemos, desse modo, a educação pensada e apresentada com um importante desígnio, fundamentalmente, *moral* e *ético*.

CONCLUSÃO

Nosso estudo, desenvolvido a partir de procedimentos específicos de uma pesquisa de caráter teórico filosófica, nos proporcionou considerar, apreender e compreender alguns elementos peculiares da filosofia prática de Kant no que diz respeito, em particular, aos conceitos de: *moralidade*, *educação* e *ética*. Objetivamos, sobretudo, a partir de uma reflexão filosófica, elucidações, esclarecimentos, explicações dos conceitos e da estrutura argumentativa kantiana que podem auxiliar o pensar a educação e a própria prática educativa.

Noutras palavras, realizando uma investigação metódica da *Filosofia Prática* de Kant e a sua *Doutrina da Educação*, ambicionamos o exame, a discussão, o entendimento e o esclarecimento de conceitos e de conteúdos que podem ser subsídios à compreensão maior de uma das problemáticas educacionais – a formação moral do educando e a sua ação ética, ou seja, com valor moral, na realidade, na vida e em suas vivências. Aspiramos, com a realização do presente estudo, a contribuição da filosofia, especificamente da filosofia kantiana, às questões acerca da educação e do desenvolvimento moral do educando, a oportunidade de *educar em valores*.

Mediante nossas análises acerca da moral e da educação kantiana, ponderando sobre a possibilidade da formação moral do educando e do alcance da ética, evidenciamos que o ensino da moralidade, vale dizer, no sentido de formar e desenvolver, e, conseqüentemente, a ação ética no real, podem ser possíveis via educação. O que, em Kant, significa atentar-se, fundamentalmente, para uma capacidade própria do ser humano, a saber: *a faculdade prática da razão*. Uma capacidade da razão capaz de mover a vontade humana, uma faculdade de determinação do querer fazer, do querer agir, da decisão e escolha.

Conforme vimos, é justamente dada a natureza *racional* do ser humano³¹⁷ que a moralidade *pode* ser ensinada e, devido a sua natureza também *sensível*, a moralidade *deve* ser ensinada.

O ensino educativo, com a preocupação de desenvolver a capacidade prática da razão humana, volta-se, fundamentalmente, para o princípio prático da ação, ou seja, às razões da ação, aos motivos que o sujeito agente tem ou se dá para agir, diz respeito

³¹⁷ Lembrado que a razão, de acordo com Kant, refere-se à faculdade dos princípios: princípios teóricos e princípios práticos.

ao exame diário da sua conduta e das fontes ou causas do agir; volta-se à decisão, ao querer fazer, à escolha, afinal, o nenhum princípio prático pode ser eficaz se o sujeito agente não o quiser enquanto o *seu* princípio.

O princípio prático fundamental kantiano, conforme expomos, é uma legislação racional e objetiva, porém, segundo o próprio filósofo, para que essa lei possa ser válida para *um* sujeito agente, será imprescindível a sua adoção subjetiva. Não é possível a validade de princípio prático fundamental, racional e objetivo, o qual, segundo Kant, é necessário, pois, de outro modo, não poderíamos conceber a moralidade, ou seja, o valor moral das ações, se ele não for querido e adotado pelo sujeito que age – o reconhecimento, o respeito e a adoção.

A adoção subjetiva do princípio moral formal (a lei moral) ou do princípio moral material (dever ético ou de virtude) habilita o indivíduo a fazer uma *escolha moral*, o que implica em se dar *razões morais* para agir. Eis aqui parte da função da educação ao formar para a moralidade. A posição de Kant é de que a natureza humana quando educada também em valores, será capaz, por decisão, por escolha, em suma, por princípio, de querer o princípio prático em sua vida e em suas experiências.

No texto *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?*, observamos de modo bastante claro a necessidade da *escolha* ou *decisão* do sujeito do conhecimento e da ação. A decisão pessoal é apresentada, nesse contexto, de modo determinante para a passagem da menoridade à maioridade, segundo Kant, permanecemos na menoridade justamente pela “falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem” (KANT, 1995, p. 100).

Porém, por sua porção racional além de sensível, mesmo que o ser humano apresente uma intensa inclinação animal, se deixando permanecer passivamente nos atrativos de tudo aquilo que lhe parece ser mais cômodo, ele pode se tornar ativamente *humano*. No que diz respeito à razão prática, às razões morais ou o porquê da ação, o sujeito da ação, uma vez desenvolvido à moralidade, será capaz de *querer* a avaliação moral do seu agir, será capaz de sair da comodidade, investigar e saber dos seus móveis e motivos; para que isso ocorra “o ser humano tem, pois, de ser *educado*” (KANT, 2006, p. 219). Com a Pedagogia kantiana, para o caso da ação moral, a tomada de decisão será possível a partir do desenvolvimento da faculdade prática da razão do educando, o que implica na formação da ideia do *seu* dever.

O desenvolvimento da faculdade prática da razão do educando, desenvolve e fortalece a noção do dever prático, ou seja, os deveres, do ponto de vista moral, a se

cumprir; não perdendo de vista o pensamento prático kantiano, fortalecer a noção do seu dever, a *fortaleza moral*, significa a virtude humana. Pensamos que tal formação envolve o querer e a adoção de um princípio o qual sustenta o que *queremos e podemos ser*. Desse modo, perguntamos: será que a razão, por mais difícil que seja, é vã?

Em Kant, somente a noção do dever será capaz de despertar no ser humano a preocupação moral e o querer agir moralmente. O agente saberá o que *deve* fazer e se ordenará, por uma decisão ou escolha moral, a fazer; o ser humano seguirá o seu dever prático porque *escolheu* segui-lo.

Revelamos aqui a solidez do pensamento moral kantiano, a força da virtude moral em Kant, isto é, a concepção de uma filosofia moral que faz da ideia do *dever* um princípio de vida soberano; o qual é capaz, chamando a atenção para os *ganhos morais* do agir, de combater toda a arrogância e o egoísmo humano, de afastar as morais eudemonistas e narcisísticas, utilizando-se do termo kantiano, de suprimir o “querido eu”.

Assim, a educação kantiana cuidará do *querer fazer* o que, se há a preocupação moral, *deve ser feito*. O querer fazer e a escolha moral, o exame diário das fontes do agir, geram uma espécie de conhecimento prático ou autoconhecimento moral que, segundo Kant, representa o começo de todo o *valor* do ser humano considerado como *pessoa*, bem como representa o começo toda a *sabedoria humana*.

Trazemos então a compreensão e a oportunidade do valor moral que faz da própria consciência do *dever*, simultaneamente, a consciência da pessoa, do saber humano autêntico, da autonomia e da liberdade. O *dever-ser* kantiano apresenta-se enquanto uma escolha moral que termina em liberdade; Kant harmoniza o princípio da ação detentora de valor moral com a liberdade, a formação moral do educando com a emancipação.

No que diz respeito à moralidade verificamos que há, atualmente, uma dependência cada vez maior da *orientação imediata*, ou seja, uma subordinação a regras estabelecidas e postas do tipo “faça” e “não faça”. Porém, não é essa a proposta da filosofia prática kantiana, a mera moralização não apresenta espaço em seu pensamento prático, justamente porque a sua filosofia moral guarda a autonomia e liberdade do sujeito da ação. Fornecer meramente as regras do “faça” ou “não faça” não é a tarefa da *ética de princípios* ou do *dever*.

Observamos, desse modo, que, ao contrário da imposição de regras, a ação moral kantiana diz respeito a uma decisão que cabe unicamente ao próprio sujeito

agente, afinal, ninguém poderá ser forçado por outro a agir moralmente, mas, todo ser humano pode por si só, pela instrução e noção do seu dever, ser *moralmente forçado*. Enxergamos aqui uma das razões da necessidade formação moral em Kant, ora, se a ação com valor moral diz respeito, unicamente, a uma escolha ou decisão moral que não cabe a mais ninguém senão ao próprio sujeito da ação, e, tendo em vista que a educação é capaz de também formar para a moralidade possibilitando essa escolha ou decisão, então, caso se pretenda a ação ética e as experiências éticas, não podemos desconsiderar a formação e o aperfeiçoamento moral do ser humano via educação.

Algumas outras razões em Kant, tal como para o amplo processo educacional:

- atingir o máximo do ser humano, a formação plena da natureza humana e o alcance da sua *Humanidade*;
- se a razão humana não se resume ao uso ou interesse teórico/especulativo, e apresenta também o seu uso moral, então devemos contemplar e desenvolver, por meio da educação, também a sua capacidade prática;
- somente os talentos, qualidades, predicados, uma boa natureza, não bastam para determinar a ação com valor moral;
- fazer do princípio prático a razão de ação válida para o sujeito agente;
- embora a natureza humana seja capaz de conceber a ideia do princípio moral, afetado por tantas inclinações, pode não apresentar a força necessária para torná-lo eficaz em sua vida;
- transformar em móbil o motivo, ou seja, transformar em móbil o próprio dever prático;
- alcançar o fim ou a destinação da natureza humana e reconhecer o ser humano enquanto o fim terminal da natureza;
- a chance de atentar-se a outras dimensões da natureza humana, de levar em consideração o caráter plural do ser humano;

Refletindo sobre as razões e a possibilidade da formação moral kantiana em junção com a natureza humana e a educação atual, podemos sublinhar a situação de crise, não são poucos os exemplos que marcam uma situação humana e educacional de

crise profunda, situações expressas na barbárie das relações humanas, na violência e na banalização do que é o bem ou o mal, no esvaziamento da figura humana, em suma, no desrespeito por tudo aquilo que diz respeito ao ser humano e as suas relações, sejam elas privadas ou públicas: sociais, políticas, eróticas, amigáveis, educacionais.

Porém, nos perguntamos: qual a razão da ausência de força nas questões humanas hoje? Quais os motivos da não confiança ou aposta na própria natureza humana nos dias atuais? Porque os valores e os princípios tipicamente humanos parecem se dissolver?

Vejamos.

Ao pensar sobre a educação e escrever a sua doutrina nas preleções *Sobre a pedagogia*, do mesmo modo no âmbito da *Metafísica dos Costumes*, obras nas quais nos detivemos em nossas análises e, conforme pensamos, expressam o central da filosofia da educação kantiana, Kant encontrava-se no contexto da Alemanha do final do século XVIII:

A situação da Alemanha, nesse final do século XVIII, é apresentada pelos historiadores como caótica, sua geografia fragmentada em inúmeros territórios e governada por déspotas que competiam entre si. Compunha-se de trezentos territórios independentes e o governo central dispunha de pouca renda e de nenhum soldado. Predominava a servidão e a censura era aplicada impiedosamente (PUCCI, 1995, p. 22).

Esse era o contexto em que Kant chama a atenção para a possibilidade da formação e desenvolvimento da *Humanidade*, não perdendo de vista o cuidado, a confiança e a aposta no humano em termo da transformação de suas ações, do seu valor intrínseco, do seu conhecimento e da sua liberdade.

Ponderando sobre a educação kantiana e a realidade hoje, o que levantamos aqui é: permaneceremos com a crise atual, com a desvalorização dos problemas da natureza humana, ou podemos pensar, com seriedade, em uma doutrina da educação que traz a aposta no Ser Humano? Ou seja, uma formação educacional que mostra a possibilidade e a efetividade da ação ética, propondo o dever prático e o valor moral como exercício.

Podemos pensar juntamente com o filósofo e resgatar o que parece estar perdido, negando o descompromisso e a carência de esperança na natureza humana, ou

será que, em nome de um niilismo, devemos continuar, talvez, sendo permissivos em demasia?

Pensamos que, precisamente, porque vivemos no tempo em que as questões humanas estão cada vez mais contaminadas pelo descaso, seja oportuno pensar, com cautela, no tipo de ser humano que esperamos encontrar nas experiências reais. Já que, parece, devemos recusar o que o ser humano *é* agora, não será oportuno considerar o que ele *dever ser*? Tendo em vista, ademais, que a formação humana de Kant também envolve a escola, não será o caso de refletirmos sobre o ensino do dever? Não será válido a retomada ou resgate da proposta kantiana e alcançar o estado de *saúde* na vida moral?

Pensamos que mesmo que o interesse pelo ser humano tenha se perdido, que as questões humanas estejam em desuso, embora, o valor moral, o caráter, a pessoa, sejam cada vez mais raros, ainda assim devemos olhar, com seriedade, para a sua possibilidade, afinal, conforme posto por Kant (2006, p. 190), o ser humano não recebe pronto um caráter ou uma índole moral, mas pode e precisa tê-lo *adquirido*, a moralidade, em Kant, é algo que podemos *exigir* da natureza humana. Tal exigência e aquisição, como vimos, são possíveis com a educação kantiana.

Portanto, sendo a moralidade algo significativo nas relações, situações, experiências, vivências tipicamente humanas, representando o máximo do valor interno, e possível por meio da educação, não podemos recusá-la ou ignorá-las enquanto objetivo do processo educacional.

Kant (2006, p. 191) apontou, a sua época, que a raridade do caráter ou índole moral, a moralidade apenas como um piedoso desejo e nada além, ocorria, em grande medida, por culpa dos próprios filósofos, por nunca terem colocado o conceito de caráter separado em uma luz suficiente clara, por terem tentado, repetidamente, apresentar a virtude, a moralidade, o caráter e o valor do caráter, apenas fragmentariamente, “jamais *inteiramente* na beleza da sua figura” de modo que pudesse despertar o real interesse de todo ser humano. O que colocamos é: será que nós, educadores, ainda não estamos nos comportando do mesmo modo? Ou seja, olhamos para as questões internas, para a moralidade, de modo frouxo e fragmentado, não a fazendo brilhar com luz suficiente? Em decorrência disso, no campo educacional, onde poderíamos colocá-la em cena e fazê-la brilhar, a *pessoa* também não aparece.

Desejamos deixar claro que a questão do pensamento kantiano acerca da educação, diz respeito a essa chance de formação e desenvolvimento integral do ser

humano, as suas habilidades, a sua civilidade e a sua moralidade, noutras palavras: o ser humano hábil ou culto, o ser humano prudente e, por fim, o ser humano moral e ético.

Compreendemos com a análise da educação kantiana, em particular, nas obras *Metafísica dos costumes* e *Sobre a pedagogia*, a possibilidade de formação moral do educando, evidenciando a possibilidade e a necessidade da ação educativa se dirigir também para outras dimensões da natureza e condição humana.

A partir da atenção e da formação moral, é possível o uso dos princípios práticos no mundo, ou seja, a efetivação da ética, as ações com *valor* moral. Conforme posto pelo filósofo (KANT, 2009, p. 21), todos os progressos da natureza humana, as suas habilidade e os seus conhecimentos adquiridos, podem ser utilizáveis e realizáveis no mundo, tal é o caso também do conhecimento prático, os avanços práticos do ser humano desenvolvidos mediante a educação, servirão ao mundo – para o uso no mundo.

Dada as considerações levantadas inicialmente, bem como ao encerrar o nosso estudo, eis, da análise da filosofia prática kantiana e da sua filosofia da educação, a alternativa de *formação*, *exercício* e *fortalecimento* da capacidade prática da razão humana, o que implica na formação, exercício e fortalecimento da moralidade ou virtude, o ensino e a eficácia moral a partir da educação. Apresentamos a oportunidade de um processo educacional que também contempla os valores, a virtude, o caráter, a pessoa, a liberdade, fatores dinâmicos do existir humano e que são decisivos para uma nova postura e realidade humana.

Nesse sentido, buscamos, com a presente tese, nos debruçar e compreender o pensamento prático de Kant, deixando contribuições às discussões contemporâneas no campo da moral e educação, particularmente, sobre a oportunidade e relações entre os *valores* e as *práticas educativas*.

Entendemos que, esclarecendo e compreendendo a teoria, podemos conquistar um caminho seguro às reflexões acerca da sua implicação, não desconsiderando também o seu limite. Podemos avaliar com segurança as implicações da filosofia às atuações contemporâneas, por exemplo, referentes à educação e valores, aos métodos, técnicas e práticas educativas, o que possibilita a *orientação* e *promoção* do amplo processo educacional nos tempos presentes. Entendemos que encarando, analisando, discutindo e compreendendo o pensamento, chegamos a um caminho confiável para encarar, analisar, discutir, considerar e compreender o vivo, isto é, a experiência real.

Aqui está o trabalho teórico filosófico, o qual pode auxiliar e permitir novas posturas e atitudes educacionais, ampliando o diálogo entre *puro* e o *empírico*. Uma aposta, a partir da reflexão filosófica, de estender a atuação dos agentes no ambiente escolar, tendo por base a noção de moralidade e ética enquanto norteadores do pensamento e ação educacional, o que representa pensar rigorosamente na educação para então poder decidir sobre os assuntos educativos. Pensamos ser apropriado conceber claramente a educação, abordando o conjunto de seus conceitos, problemas, propósitos e argumentos, para, num momento seguinte, conceber e procurar alcançar boa ação educativa.

Em Kant, por meio do *projeto filosófico de educação* que, segundo o filósofo, olhando para a perfeição e futura felicidade humana, podemos nos aproximar, há uma filosofia da educação que traz as instruções teóricas filosóficas, isto é, os meios que os professores podem empregar para a boa ou plena formação do ser humano – a formação da sua *humanidade*. A ideia de educação pode orientar a ação educacional na experiência, o que nos permite, ademais, não deixar que ela se guie somente pelo empirismo, segundo Kant, pelo mero mecanicismo, ou seja, ordenada sem plano e conforme as circunstâncias, o que pode acentuar a generalização da esterilização das experiências propriamente *humanas*.

Porém, vale reforçar que embora o filósofo tenha levado em consideração a natureza e condição humana para elaborar a sua pedagogia, trata-se de uma *ideia*, um projeto, isso significa que cada especificidade apresentada no real, na experiência real, pode ser contemplada à luz da sua filosofia – caso se considere a *plena* formação, caso se contemple o pleno desenvolvimento posto por Kant.

A partir da expressão conceitual admitimos a alternativa teórica, uma tentativa de compreender o lugar e o papel da reflexão filosófica, a natureza humana e a educação, que, posteriormente, pode possibilitar a questão a partir da escola, a partir da sala de aula, da atividade docente, em suma, do real.

Eis o exame, a reflexão, bem como a orientação filosófica, uma ferramenta que pode auxiliar o olhar dos problemas educacionais acerca, em particular, da *moral*, *educação* e *ética*, colocados pelo presente. Não ignorando, desse modo, os arquétipos que podem orientar e promover ação educativa absoluta.

Referências

- ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALLISON, H. E. *Kant's theory of freedom*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- ALMEIDA, G. A. *Liberdade e moralidade segundo Kant*. In: ANALYTICA, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 2, nº 1, pp. 175-202, 1997.
- ANDRADE, B. de. *Educação moral e cívica*. São Paulo: Atlas, 1974.
- ARANHA, M. L. DE A. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.
- _____. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- _____. *A política*. São Paulo. Martins Fontes, 1998.
- BALDINI, M (org.). *Amizade & Filósofos*. Bauru: Edusc. 2000.
- BANHAM, G. *Kant's practical philosophy: from critique to doctrine*. New York: Palgrave MacMillan, 2003.
- BARON, M. *Love and Respect in the Doctrine of Virtue*. In: TIMMONS, M. org. *Kant's Metaphysics of Morals*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- BARRETO, S. *O conceito de natureza humana nas preleções Sobre a pedagogia de Kant*. Revista Páginas de Filosofia, v. 4, n. 1, p. 55-69, jan/jun. 2012.
- BATISTA, A, A, G. *Um Objeto Variável e Instável: Textos, Impressos e Livros Didáticos*. In: ABREU. M. (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; Fapesp, 2002.
- BECK, L. W. *A commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- BITTNER, R. *Máximas*. In: Studia Kantiana – Revista da Sociedade Kant Brasileira, nº. 5, 2003.
- BORGES, M. de L. *Amor*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BORTOLI, L. de. *Educação Moral e Cívica*. Exemplar do Professor. São Paulo: Nacional, 1980.
- BUENO, V. C. de A. *Kant e a tarefa da educação*. In. OLIVEIRA, P. E. de (org.) *Filosofia e educação: aproximações e convergências*. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAMPRE-CASNABET, M. *Kant, une revolution philosophique*. Paris: Bordas, 1989.

_____. *Du dressage à la civilization*. Paris: PUF, 1990.

CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CERIZARA, B. *Rousseau: a educação na infância*. São Paulo: Scipione, 1990.

COTRIM, G. *Educação Moral e Cívica, para uma Geração Consciente*. Exemplar do professor. São Paulo: Saraiva, 1990.

DALBOSCO, C. A. *Kant & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DELBOS, V. *La philosophie pratique de Kant*. Paris: PUF, 1969.

DEWY, J. *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. São Paulo: Nacional, 1979.

DI NAPOLE, R. B; NUNES, L.L. *A questão do conflito de deveres no sistema ético kantiano*. Florianópolis: Revista Ethic@ v. 8, n. 2, 2009.

DEWEY, J. *Vida e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

_____. *Democracia e educação*. São Paulo: Nacional, 1959.

FAGGION, A. *O soberano bem e a possibilidade dos fins morais*. O que nos faz pensar n. 25, agosto de 2009.

FRIERSON, P. R. *Freedom and anthropology in Kant's moral philosophy*. New York: Cambridge, 2003.

FOLEY RHYS DAVIDS, C. A. *Kant and Education*. IN: *Introduction to Kant on Education (Ueber Pedagogik)*. Boston: DC. Heath and Co., 1900.

GARCIA, E. C. *Educação Moral e Cívica, na escola média*. São Paulo: Didática Irradiante, 1971.

GENTILE, A. *L'arte di educare / di Immanuel Kant*. Roma: Armando, 2001.

GOERGEN, P. *Educação moral: adestramento ou reflexão comunicativa*. In: *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 76, Outubro 2001, pp. 147-174.

HECK, J. N. *Da razão prática ao Kant tardio*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2007.

HEGEL, G.W.F. *Escritos pedagógicos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

_____. *Discursos sobre educação*. Lisboa: Colibri, 1994.

HERMAN, B. *The Practice of Moral Judgment*. Harvard: Harvard University Press, 1993.

HILSDORF, M. *Pensando a educação nos tempos modernos: séc. XVI-XIX*. São Paulo: Edusp, 2005.

HÖFFE, O. *Kant*. Barcelona: Herder, 1986.

_____. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. (org). *Immanuel Kant: Kritik der Urteilkraft*. Berlin: Akademie Verlag, 2008.

_____. *O ser humano como fim terminal: Kant, Crítica da faculdade do juízo*, §§ 82-84. *Studia Kantiana*: n. 8, 2009.

JAERGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, I. *Textos Seletos*. Petrópolis : Vozes, 1974.

_____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980a.

_____. *Prolegômenos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980b.

_____. *A religião dentro dos limites da simples razão*. São Paulo: Abril Cultural, 1980c.

_____. *Dissertação de 1770*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.

_____. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?* Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. *Traité de Pédagogie*. Paris: Félix Alcan, 1886.

_____. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*. Lisboa: Edições 70, 1988a.

_____. *Lecciones de ética*. Barcelona: Crítica, 1988b.

_____. *Comienzo presunto de la historia humana*. In: *Filosofia de la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. *Crítica do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

_____. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

_____. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

_____. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 1999a.

_____. *Correspondence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999b.

_____. *Réflexions sur L'Éducation*. Paris: Vrin, 2000.

_____. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

_____. *A Metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003b.

_____. *Manual dos cursos de Lógica geral*. Trad. Fausto Castilho. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003c.

_____. *Metafísica dos costumes*. Parte I: Princípios metafísicos da doutrina do direito. Lisboa: Ed. 70, 2004a.

_____. *Metafísica dos costumes*. Parte II: Princípios metafísicos da doutrina da virtude. Lisboa: Ed. 70, 2004b.

_____. *Reflexiones sobre filosofía moral*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2004c.

_____. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. *Akademieausgabe von Immanuel Kants Gesammelten Werken*. Disponível em: <<http://www.korpora.org/kant/verzeichnisse-gesamt.html>>. Acesso em 15 de março de 2011.

_____. *The Metaphysical elements of ethics*. Hong Kong: Forgotten Books, 2008. Disponível em: <www.forgottenbooks.org>. Acesso em: 22 de junho 2011.

_____. *Excertos à Antropologia*. Disponível em: <<http://www.anpof.org.br/spip.php?article107>>. Acesso em 23 de abril de 2012.

KIM, S. B. *The formation of Kant's casuistry and method problems of applied ethics*. KantStudien, Berlin, Walter de Gruyter, p. 332-345, 2009.

KONDER, L. *Filosofia e educação: de Sócrates a Habermas*. Rio de Janeiro: Forma & ação, 2010.

KLAUDAT, A. *Os princípios de aplicação da metafísica dos costumes de Kant*. Revista Ético@. Florianópolis v.9, n 1 pp. 77-87, 2010.

KORSGAARD, C. *Creating the kingdom of ends*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LARROYO, F. *História geral de la pedagogia*. México: Porrúa, 1967.

LA TAILLE, Y. de. *A educação moral: Kant e Piaget*. In: MACEDO, Lino de (Org.). *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 137-178, 1996.

_____. *Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003*. *Educação e pesquisa*., jan/abr. 2004, vol. 30, nº 1, pp. 91-108.

LOCKE, J. *Alguns pensamentos sobre a educação*. São Paulo: Almedina, 2012.

LOPES, M. *Ação ética e virtude cívica em Aristóteles*. 140f. (Tese de doutorado – Filosofia) – Universidade de São Paulo, 2004.

LOUDEN, R. B. *Kant's Impure Ethics: From Rational Beings to Human Beings*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. *A segunda parte da moral: a antropologia moral de Kant e sua relação com a metafísica dos costumes*. IN: *Ethic@*. Florianópolis, v. 1, n. 1, jun. 2002, p. 27-46.

_____. *Anthropology, History and Education*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MARTINS, C. A. *Introdução à Antropologia*. In: *Antropologia de um ponto de vista pragmático* 2006.

_____. *A doutrina do método na terceira Crítica*. In: *Studia Kantiana*, 2012.

MENEZES, E. *Moral e vida civilizada: notas sobre a avaliação moderna de seus nexos*. IN: KANT, I. *Começo conjectural da história humana*. São Paulo: Unesp, 2010.

MERLE, J.-C. *A amizade nos limites da moral*. In: MERLE, J. C. e TRAVESSONI GOMES, A. (orgs.). *A moral e o direito em Kant. Ensaios analíticos*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

MERLE, J.-C. & SCHUMACHER, B. *L'amitié*. Paris : PUF, 2005.

NAHARA, C. *O uso do princípio teleológico dos seres vivos na filosofia moral de Kant*. *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 4, n. 2, p. 297-306, jul.-dez., 2009.

NIETZSCHE, F. *Escritos sobre educação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

OLIVEIRA, M. N. de. *A educação na ética kantiana*. São Paulo: Educação e Pesquisa v. 30, n.3, p. 447-460, set./dez. 2004.

_____. *Para inspirar confiança: considerações sobre a formação moral em Kant*. IN: *Revista Transformação*, São Paulo, 29 (1): 69-77, 2006.

OLIVEIRA, P. E. de (org.) *Filosofia e educação: aproximações e convergências*. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

O'NEILL, O. *Constructions of reason: explorations of Kant's practical philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

PATON, H. J. *The categorical imperative. A study in Kant's moral philosophy*. Philadelphia/Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1971.

PASCAL, G. *O pensamento de Kant*. 1999, p. 190.

PHILONENKO, A. *Introduction: Kant et le problème de l'éducation*. In: KANT, I, *Réflexions sur l'éducation*. Paris: Vrin, 2000.

PINTO, V. J. M. *A ideia de educação em Kant*. In: Anais do Colóquio Internacional Kant. São Paulo, 2004.

_____. *Ideia de Educação em Kant*. In: SANTOS, L. R. dos (Coord.). *Kant: posteridade e actualidade*. Lisboa: CFUL, p. 421-432, 2006.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PORTO, L. S. *Filosofia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PUCCI, B. *Teoria crítica e educação*. In: PUCCI, B. (Org.). *Teoria crítica e educação – a questão da formação cultural na escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

RABELAIS, F. *Gargantua e Pantagruel*. Belo horizonte: Itatiaia, 2003.

RAWLS, J. *História da filosofia moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROHDEN, L. *Amizade, entre filosofia e educação*. In: *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Unijuí, 2002.

ROHDEN, V. *Razão prática pura*. Dissertativa (UFPEL, Pelotas), n. 6. 1997, pp. 69-98.

ROSA, M. da R. *A história da educação através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1995.

ROUSSEAU. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Difel, 1968.

SANTO AGOSTINHO. *De Magistro*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SANTOS, R. dos. *Kant e a exigência de uma ciência da educação*. Educação em Revista, n.5, p.49-62, 2004.

_____. *Educação moral e civilização cosmopolita: atualidade da filosofia prática de Kant*. Revista Iberoamericana de Educación. Nº 41/4 -10, 2007.

_____. *Liberdade e coerção: a autonomia moral é ensinável?* In: Studia Kantiana – Revista da Sociedade Kant Brasileira, n. 11, 2011.

_____. *Virtude, realização da moral e dever de amor aos seres humanos em Kant*. Porto Alegre, Revista *Intuitio* Vol.5 – Nº 1, 2012.

SANTOS, R. R. dos. *Educação Moral, Cívica e Política*. São Paulo: Monumentos, 1970.

SEVERINO, A. J. *Educação, sujeito e história*. São Paulo, Olho d'água, 2001.

SULLIVAN, R. J. *Immanuel Kant's moral theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TERRA, R. *Passagens: estudos sobre a filosofia de Kant*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

TUGENDHAT, Ernest. *Lições sobre ética*. Petrópolis : Vozes, 1997.

VANDEWALLE, B. *Kant – éducation et critique*. Paris: L'Harmattan, 2001.

ZINGANO, M. *Razão e história em Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

WILLIAMS. B. *Ethics and the Limits of Philosophy*. Making sense of Humanity. Londres: Fontana Press, 1985.

WOOD, A. *Kant's Ethical Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. *Practical anthropology*. In: Akten des IX Internationalen Kant-Kongresses. Berlin: W. de Gruyter, tomo IV, 2001.

_____. *Kant*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Legislação

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação. Comissão Estadual de Moral e Civismo. *Educação Moral e Cívica. Legislação Federal e Estadual*. Brasília, s/d.

Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969.

Decreto nº. 68.065, de 14 de janeiro de 1971.

Parecer nº. 94, do CFE, de 4 de fevereiro de 1971, *Currículos e Programas de Educação Moral e Cívica*.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. *Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica*. Prescrições sobre currículo programas básicos de Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino: (Artigo 4º do Decretolei nº. 869/69). Brasília, 1970.